

# ÍNDICE

Lista de abreviaturas .....	2
Critérios de transcrição de documentos .....	4
Introdução.....	5
Capítulo I: A Ordem dos Clérigos Regulares Teatinos e a Casa da Divina Providência.....	14
I. 1. Sob a atenção de D. Rafael Bluteau.....	15
I. 2. O olhar de D. Tomás Caetano de Bem .....	17
I. 3. Aspectos conjunturais.....	21
I. 4. Alicerces e Normas .....	27
I. 5. Uma Casa em Lisboa .....	31
Capítulo II: Os Académicos Meninos: <i>Inclinação, Génio e Natureza</i> .....	35
II. 1. Composição Social da Casa da Divina Providência.....	43
Capítulo III: Portugal, a Europa e o Mundo no tempo de D. João V .....	54
III. 1. D. Tomás Caetano de Bem (1718-1797): o construtor da excepção	64
III. 2. Percursos singulares e singularizados	70
Capítulo IV: Os Académicos Teatinos e a Academia Real da História	73
IV. 1. Os Teatinos no contexto da Academia Real da História .....	80
IV. 2. O Gabinete: um eremitério de papel e tinta? .....	97
IV. 3. Viagens em movimento .....	101
IV. 4. Os Teatinos e os livros .....	111
IV. 5. Construções de carácter .....	119
Conclusão .....	127
Fontes e Bibliografia .....	129
Anexos e Apêndices.....	I
Anexo A: Ordens a cumprir na Quinta do Campo Grande.....	II
Anexo B: A Biblioteca do Noviciado da Casa de Nossa Senhora da Divina Providência de Lisboa.....	IV
Anexo C: Carta de D. Luís Caetano de Lima respondendo a uma acusação que lhe foi feita.....	VI
Anexo D: Descrição da Biblioteca da Casa da Divina Providência de Lisboa .....	VIII
Anexo E: Sobre o “génio” e natureza dos Romanos .....	X
Anexo F: Carta de D. Manuel Caetano de Sousa sobre uma Junta de Censores da Academia Real da História.....	XI
Anexo G: Carta de D. Manuel Caetano de Sousa para D. Francisco de Almeida sobre assuntos académicos e outros .....	XIII
Notas e Legenda da Tabela Bibliográfica	XVI
Apêndice A: Tabela Bibliográfica de impressos de que são autores, co-autores ou tradutores os Teatinos Académicos	XIX
Apêndice B: Biografias esquemáticas dos Académicos Teatinos	XLV

## LISTA DE ABREVIATURAS

### 1. Arquivos e Bibliotecas

- **BNP:** Biblioteca Nacional de Portugal
- **ANTT:** Direcção Geral de Arquivos - Arquivo Nacional da Torre do Tombo
- **BJP:** Biblioteca João Paulo II (Universidade Católica)

### 2. Fundos documentais

- **ANTT, CD-CNSDP:** Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conventos Diversos – Casa de Nossa Senhora da Divina Providência.

### 3. Abreviatura de outras obras:

- ***Bibliotheca Lusitana:*** Consultamos e citamos sempre a partir da edição electrónica – MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana* [...], (1741-1759), Coordenação de André BELO, CNCDP, BNP, 1998, [CD-ROM].
- ***Collecçam de Documentos:*** *Collecçam de documentos estatutos e memorias da Academia Real da Historia portugueza* [...], 15 Tomos, Lisboa Occidental, Officina de Pascoal da Sylva, 1721-1736.
- ***Diccionario Bibliographico Portuguez:*** Consultamos e citamos sempre a partir da edição electrónica – SILVA, Inocência da, [1810-1876] ARANHA, Brito, [1833-1914], *Diccionario Bibliographico Portuguez* [...], Coordenação de Anabela MOURATO, Nuno CAMARINHAS e Tiago MIRANDA, Lisboa, CNCDP, 2001, [CD-ROM].
- ***Instrucções do Noviciado ou Instrucções:*** PONTE, João Batista da, *Instrucções de Noviciado de S. caetano. Traduzidas pelo P. D. João Baptista da Ponte no anno de Noviciado que foi o de 1731 para 1732.* (BNP, Res. Mss. COD. 3870)
- ***Memórias:*** BEM, Tomás Caetano do, *Memorias historicas, chronologicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal e suas Conquistas na India Oriental*, 2 Tomos, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1792-1794.
- ***Vocabulário:*** BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino*, [...], 10 vols., Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa Occidental, Patriarcal Officina da Musica e Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. Consultado com regularidade a partir de: <<http://www.ieb.usp.br/online/>> e <<http://purl.pt/13969>>.

#### 4. Outras

- **Cf.:** Conferir
- **CIUHE:** Centro Interuniversitário da História da Espiritualidade
- **CNCDP:** Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses
- **COD.:** Códice
- **et. al.:** E outros
- **FCG:** Fundação Caloust Gulbenkian
- **fl.:** Fólio
- **fls.:** Fólios
- **FLUC:** Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
- **INCM:** Imprensa Nacional Casa da Moeda
- **INIC-CHUP:** Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro História da Universidade do Porto
- **liv.:** Livro
- **ms.:** Manuscrito
- **mss.:** Manuscritos
- **n.:** Nota
- **op. cit.:** Obra citada
- **Res.:** Reservados
- **s.d:** Sem data
- **s. i:** Sem indicação de impressor
- **s.l:** Sem local de impressão
- **s.n:** Sem número
- **UNL-FCSH:** Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
- **vol.:** Volume

## **Crêterios de transcri o de documentos:**

1. Transcreveu-se o documento em linha contínua, assinalando-se o final de f lio por um traço oblíquo;
2. Respeitou-se a morfologia do texto original, mantendo-se a separa o entre os parágrafos.
3. Respeitou-se a grafia do documento, conservando-se o uso das consoantes e vogais bem como o das maiúsculas e minúsculas. Respeitou-se do mesmo modo a grafia dos numerais;
4. Conservou-se a pontua o original;
5. Desenvolveram-se as abreviaturas, utilizando-se o itálico para representar as letras omissas.
6. Não se desenvolveram as siglas como “VS” (Vossa Senhoria) ou “VP” (Vossa Paternidade) entre outras.
7. Recompuseram-se as palavras, separando-as de outras ou agrupando as sílabas de acordo com os cr terios morfológicos actualmente em uso.
8. Não se utilizou o hífen nas encl ticas e procl ticas
9. Não se desenvolveram as palavras “há”, “h a” e suas derivadas.
10. Colocou-se a letra **a** antes de cada assinatura.

## INTRODUÇÃO

É em torno da identificação de algumas condições de construção de *Saberes e Poderes* em Portugal, na primeira metade do século XVIII que este trabalho se desenvolve.

Neste sentido a escolha do grupo a partir do qual pensamos essas condições de construção – os Clérigos Regulares Teatinos que integraram a Academia Real da História – não surpreende. Foi, aliás, Isabel Ferreira da Mota na obra *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII* que nos indicou o caminho, associando os Clérigos Regulares de São Caetano a “ [...] um novo perfil de homem de letras, com grandes ligações internacionais e muito próximos das esferas de poder”.<sup>1</sup> De resto, a total ausência de estudos sistemáticos relativos a este Instituto Religioso e as esporádicas alusões aos Caetanos, ou Teatinos, como vectores de um complexo de *Saberes* de múltiplos e vastos contornos permite-nos equacionar a pertinência do seu estudo como *caso* a partir do qual se podem abordar diferentes questões e pensar a cultura portuguesa do período considerado.

Tomar os Clérigos Regulares Teatinos como *protagonistas* deste estudo, não invalida (antes propicia) que se tenham em conta diversos contextos de comunicação, ou não fosse a sua acção fluida e o seu instituto religioso aberto em termos espaciais e relacionais. Assim, ao longo do trabalho, insiste-se na introdução de outros quadros de análise de carácter institucional, dando-se especial relevo à Academia Real da História, estrutura que, desde o primeiro momento, se cruza com a Casa da Divina Providência. Todavia, o intuito não é analisar a Academia, já notavelmente trabalhada tanto por Isabel Ferreira da Mota como por Íris Kantor,<sup>2</sup> mas sim, surpreender os Teatinos no interior de um sistema que não o da sua própria Casa.

Pensar a articulação destas duas instituições (nas suas práticas, representações, processos e modelos de organização) não implica, unicamente, traçar uma marcha comum ou identificar toda uma série de vínculos humanos. Não nos propomos, por isso, definir detalhadamente elementos biográficos ou percursos individuais, embora, aqui e ali, alguns

---

<sup>1</sup> MOTA, Isabel Ferreira da; *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, Edições Minerva, 2003, p. 68.

<sup>2</sup> Íris Kantor analisa as peculiaridades de que se reveste a Academia Real da História Portuguesa relativamente às suas congéneres europeias e partindo desta aprofunda as singularidades que enformam o fazer História do espaço Luso-Americano de Antigo Regime pondo o acento na Academia dos Esquecidos e Renascidos. (KANTOR, Íris; *Esquecidos e Renascidos: historiografia académica Luso-Americana*, São Paulo-Salvador, Centro de Estudos Baianos – Universidade Federal da Bahia, 2004.)

destes aspectos sejam inevitavelmente enunciados. Ao invés, são as plataformas de comunicação (de maior ou menor cunho religioso), ou seja, os universos de circulação, recepção, difusão e produção de determinados *Saberes* e objectos culturais, que assumem um lugar de destaque, daí que surja a necessidade de pensar algumas formas e conteúdos desses objectos, assim como certos padrões/convenções que sustentam e asseguram a sua reprodução.

Assim, não se trata apenas de tentar captar um fenómeno exterior ao próprio instituto religioso de modo a atingir plenamente o seu interior, trata-se antes de, numa primeira instância, pensar duas instituições em relação pois é a partir desta, e de outras conexões, que também se define e constrói (e auto-constrói) uma imagem e um modelo de Clérigo Regular académico.

A fundação da Ordem dos Clérigos Regulares Teatinos (1524) remonta ao agitado tempo das reformas partindo de dois homens cujos percursos se fazem em consonância com os *Poderes* políticos locais e reinantes: Giovanni Petro Carafa (1476-1559), Bispo de Chieti (1504-1524), Inquisidor Geral de Roma (1524) e Papa (Paulo IV, 1555-1559); e Gaetano de Thiene (1480-1547) canonizado em 1671. A reforma da vida intelectual e espiritual dos homens da Igreja assume-se, desde logo, como principal inquietação que traduz a sua participação activa no Concílio de Trento (1545-1563). Para além desta é, o sentido missionário do instituto, que determina a sua entrada, e imediata ordem de expulsão, no território português de Goa no ano de 1640. Os passos de entendimento são dados por D.Ardizzone Spínola ao acordar com D.João IV a permanência da Ordem em Goa e a fundação em Lisboa de uma Casa para os seus membros (1650) situada, num primeiro momento, às portas de Santa Catarina e, a partir de 1653, no Bairro Alto. A instalação conta com o apoio de D. Mariana de Noronha e Castro (1614-1681) que cede, em testamento, grande parte dos seus bens aos Clérigos Regulares Teatinos.<sup>3</sup>

Afigurar-se-ia frutuoso observar em detalhe os primeiros anos de fundação em território português e a dimensão relacional (e conflitual) que se joga ao nível das instâncias de poder político locais, e das restantes Ordens Religiosas agregadas aos territórios ultramarinos. Contudo, esta dimensão não vai ser aqui abordada, estando o alerta feito para posteriores estudos. É, pois, na Casa da Divina Providência de Lisboa, mais precisamente desta Casa na sua relação com outras instâncias de pendor cultural e político da primeira

---

<sup>3</sup> BNP, COD. 427, fls. 35-53 *Apontamentos e testamento de Mariana de Noronha e Castro*.

metade do século XVIII (e não nos anos que se seguem imediatamente à sua fundação) que este estudo se centra.

\*

A elaboração de um estudo desta natureza prende-se com algumas dificuldades nomeadamente ao nível da escassez de obras historiográficas de apoio. Sobre a Ordem dos Clérigos Regulares, propriamente dita, muito pouco se tem escrito. Esta ausência de estudos determina, em parte, a existência do primeiro ponto deste trabalho de carácter explicativo e centrado nas lógicas de organização interna da Casa da Divina Providência de Lisboa.

Dos estudos que tratam este Instituto Religioso importa destacar a entrada “Teatinos” no *Dicionário de História Religiosa de Portugal* da autoria de António Camões Gouveia,<sup>4</sup> que em linhas gerais, traça alguns elementos de extrema utilidade para uma primeira aproximação e problematização; o artigo de Paulo Varela Gomes “As iniciativas arquitectónicas dos Teatinos em Lisboa 1648-1698 (mais alguns elementos)” ligado, sobretudo, à História da Arte;<sup>5</sup> as abundantes referências, na já citada obra, de Isabel Ferreira da Mota<sup>6</sup> e o artigo de Gabriel Llompart “Teatinos: el perfil de un vocablo entre la apologia y el sarcasmo”,<sup>7</sup> que, como análise etnoliterária, se aproxima do olhar do outro face aos símbolos exteriores e especificidades da ordem de São Caetano nos seus alvares.

Existem, também, algumas abordagens, normalmente em forma de pequenos artigos, cuja temática se desenvolve em torno das obras de um ou outro Clérigo Regular. São trabalhos que, não se pretendendo exaustivos, acabam por fornecer informações e pistas relevantes sobre vários aspectos ligados a este grupo. Veja-se, por exemplo, o estudo de Ana Isabel Buescu “«O peregrino instruído.» Em torno de um projecto de viagem setecentista” que incide numa obra inédita de D. Manuel Caetano de Sousa;<sup>8</sup> ou “A proposito de uma

---

<sup>4</sup> GOUVEIA, António Camões, “Teatinos” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, (Dir. de Carlos MOREIRA), vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 271-274.

<sup>5</sup> GOMES, Paulo Varela, “As Iniciativas Arquitectónicas dos Teatinos em Lisboa, 1648-1698 (mais alguns elementos)”, in *Penélope*, nº 8/10, Lisboa, Edições Cosmos, 1993.  
<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2687129>> [última consulta em 4/05/2009]

<sup>6</sup> MOTA, *op. cit.*

<sup>7</sup> LLOMPART, Gabriel, “Teatino : el perfil de un vocablo desgastado entre la apología y el sarcasmo” in *Revista de dialectología y tradiciones populares*, vol. LXI, nº1, Janeiro-Junho 2006, pp. 43-62.  
<<http://rdtp.revistas.csic.es/index.php/rdtp/article/viewFile/2/2>> [última consulta em 25/05/2009]

<sup>8</sup> BUESCU, Ana Isabel, “«O Peregrino Instruído.» Viagem e poder na Europa setecentista” in *Memória e poder: ensaios de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 108-133.

memória inédita de Luís Caetano de Lima sobre as Províncias Unidas, existente em Poitiers” de Julião Solares de Azevedo.<sup>9</sup>

Importa referir, ainda, trabalhos relativos ao contributo lexicográfico e ortográfico de alguns Padres Teatinos como, por exemplo, a obra de João Paulo Silvestre *Bluteau e as origens da lexicografia Moderna*,<sup>10</sup> ou o estudo de Maria Filomena Gonçalves “*Oratorio requerimento de palavras portuguesas, agravadas, desconfiadas e pertendentes*. Uma perspectiva da dinâmica lexical nos alvares do Iluminismo,”<sup>11</sup> ou da mesma autora “Algumas notas sobre a Ortografia no século XVIII (D. Luís Caetano de Lima).”<sup>12</sup> Quanto à figura de Rafael Bluteau e às representações que a envolvem apontamos a dissertação de mestrado de Carlos Marques de Almeida: *O elogio do intelectual: a figura do "Sabio Christão" nas prosas portuguesas de D. Rafael Bluteau*.<sup>13</sup>

A biblioteca dos Teatinos tem, também, sido alvo de atenção dada a sua doação, por parte de D. Tomás Caetano de Bem (1718-1797), à futura Real Biblioteca Pública da Corte na década de noventa de setecentos. Assim, estão reunidos diversos documentos sobre a mesma nos *Súbsídios para a História da Biblioteca Nacional*<sup>14</sup> que, para além de testemunharem a composição da biblioteca da Casa, ponto que mereceria particular destaque no trabalho, demonstram a conjuntura vivida na Casa da Divina Providência nas últimas décadas da sua existência em território português fornecendo igualmente elementos que nos permitam conhecer melhor o último dos Teatinos Académicos – D. Tomás Caetano e Bem.

Por fim importa mencionar obras que sendo da autoria de Clérigos Regulares Teatinos do século XVIII e merecendo uma leitura crítica, como fontes que são, não deixam de ter um forte pendor historiográfico. Referimo-nos, sobretudo, às *Memórias históricas*,

---

<sup>9</sup> AZEVEDO, Julião Solares de, “A proposito de uma memória inédita de Luís Caetano de Lima sobre as Províncias Unidas, existente em Poitiers” in *Revista Biblios*, vol. XXV, Coimbra, FLUC, 1950.

<sup>10</sup> SILVESTRE, João Paulo, *Bluteau e as origens da lexicografia moderna*, Lisboa, INCM, 2009. Introdução, índice e parte do primeiro capítulo pode ser consultado partir do seguinte sítio:  
<<http://www.incm.pt/site/anexos/10169820090112122001179.pdf>> [última consulta em 20/01/2010].

<sup>11</sup> GONÇALVES, Maria Filomena, “*Oratorio Requerimento de Palavras portuguesas, agravadas, desconfiadas e pertendentes*. Uma perspectiva da dinâmica lexical nos alvares do iluminismo” in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, vol. 1, Porto, Porto Editorial, 2005, pp. 619-631.

<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4591.pdf>> [última consulta em 20/06/2009]

<sup>12</sup> GONÇALVES, Maria Filomena Gonçalves, “Algumas notas sobre Ortografia no século XVIII (D. Luís Caetano de Lima) in *Revista Biblios*, vol. LXVIII, Coimbra, FLUC, 1991.

<sup>13</sup> ALMEIDA, Carlos Marques de, *O elogio do intelectual: a figura do "Sabio Christão" nas prosas portuguesas de D. Rafael Bluteau*, Tese de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa, Lisboa, UNL-FCSH, 1996. [Texto policopiado]

<sup>14</sup> DOMINGOS, Manuela D., *Súbsídios para a História da Biblioteca Nacional*, Lisboa, BNP, 1995. Parte deste livro pode ser hoje consultado em linha em:

<[http://books.google.pt/books?id=HPPrBtl\\_pegC&printsec=frontcover&dq=subsidios+para+a+hist%C3%B3ria+da+biblioteca+nacional&ei=6qdYS-KfDYaszAT6-oHQCg&cd=1#v=onepage&q=&f=false](http://books.google.pt/books?id=HPPrBtl_pegC&printsec=frontcover&dq=subsidios+para+a+hist%C3%B3ria+da+biblioteca+nacional&ei=6qdYS-KfDYaszAT6-oHQCg&cd=1#v=onepage&q=&f=false)> [última consulta em 20/03/2009]

*chronologicas, da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal, e suas Conquistas na India Oriental* de Tomás Caetano de Bem (1792-1794).<sup>15</sup> Os dois tomos que compõe a obra permitem captar um momento de construção/reprodução de novos padrões e modelos de virtude radicados a finais do Antigo Regime.

Assim, ao contrário do que se pode pensar, dado o recente impulso biográfico da historiografia portuguesa, nenhuma destas figuras foi, até hoje, alvo de estudos sistemáticos<sup>16</sup>. Quando referidos, são-no, atendendo-se ao individuo em conexão com a sua produção escrita surgindo este em segundo plano relativamente aos seus textos e não se contemplando, tanto quanto seria necessário, a sua filiação religiosa. Ou seja, raramente é reconhecida ou pensada a Ordem a partir da qual estes homens se definem e se representam.<sup>17</sup> É por isso que nos preocupa pensar a construção de imagens relativas a este Instituto Religioso quer se tratem de emanações internas ou externas, direccionadas de dentro para fora da Casa da Divina Providência ou de fora para dentro da mesma.

Os clérigos que isolámos, e aos quais se faz menção continuada – os Teatinos Académicos – são aqueles que integraram a Academia Real da História. Estes são observados em articulação com os quatro níveis que envolvem os seus percursos, assim pensamo-los enquanto homens da Igreja, académicos, officias da coroa e cortesãos. São eles: Rafael Bluteau (1638-1734), D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), D. Manuel do Tojal e Silva (1670-1738), D. Luís Caetano de Lima (1671-1757), D. António Caetano de Sousa (1674-1759), D. José Barbosa (1674-1750), D. Jerónimo Contador de Argote (1676-1749), D. Caetano de Gouveia (1696 -1768), D. António Luís de Vilares (m. 1775)<sup>18</sup> e Tomás Caetano de Bem (1718-1797).

Embora este estudo se centre na primeira metade do século XVIII é inevitável, em alguns momentos, alargar as balizas cronológicas circunscritas, tal resulta de dois factores

---

<sup>15</sup> BEM, Tomás Caetano do, *Memorias historicas, chronologicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal e suas Conquistas na India Oriental*, 2 Tomos, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1792-1794.

<sup>16</sup> Nesta linha, cremos poder apresentar como excepção a seguinte obra do início do século passado: DORNELLAS, Affonso; *D. António Caetano de Sousa: A Sua Vida, a Sua Obra e a Sua Família*, Lisboa, Tipografia da Casa Portuguesa, 1918.

<sup>17</sup> Veja-se por exemplo: MOURA, Teresa Maria Teixeira de, *A tradição gramatical portuguesa: Jerónimo Contador de Argote no contexto cultural iluminista*, Tese de Mestrado em Língua e Literatura Portuguesas, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2002. [Texto Policopiado]

<sup>18</sup> Não surgindo qualquer referência a este na *Collecçam de Documentos* nem no inventário dos Académicos elaborado por Isabel Ferreira da Mota a partir da mesma. Caetano do Bem menciona que D. António Luís de Vilares “Foi Qualificador do Santo Officio, Examinador das Três Ordens Militares, e Socio do Número da Real Academia, com o emprego de escrever a História Política deste Reino, desde a Acclamação d’ElRei D. João IV. até o reinado d’ElRei D. João V., que era o que estava dado ao nosso Padre D. Manoel do Tojal e Silva, a quem o P. Villares Substituiu” (BEM, *op. cit.*, Tomo II, Liv. XVI, p. 236.)

decisivos o primeiro liga-se à quase ausência de estudos sobre a Ordem a que já aludimos e consequente urgência de a apresentar pensando os seus fundamentos, o segundo prende-se ao facto de consideramos vidas que, por vezes, se estendem por quase um século extravasando os limites temporais que inicialmente elegemos. É certo que os dois últimos Teatinos mencionados desenvolvem os seus percursos ao longo de quase todo o século XVIII entrando na Academia numa fase tardia – são como que os Teatinos Académicos de «segunda geração» – todavia, não encontramos motivo para excluí-los da nossa análise uma vez que, pese embora a natural distância entre estes e os primeiros Caetanos, não deixam de com eles conviver e partilhar actividades, sociabilidades e todo um património simbólico e efectivo.

Se associados a uma vasta produção historiográfica, lexicográfica e poética ou a actividades políticas ou diplomáticas os nomes acima mencionados podem fazer adivinhar um estudo de abordagem a “grandes homens” na linha de uma História Intelectual ao jeito de Daniel Mornet.<sup>19</sup> De facto, o acento é posto numa cultura erudita, que se constrói em simbiose com os dois (entrosados) paradigmas do século XVIII, cómoda e normalmente arrumados nos epítetos Barroco e Luzes.<sup>20</sup> Todavia, não se procura apenas atender ao indivíduo em conexão com a sua produção intelectual uma vez que tal abordagem implicaria colocar num segundo plano aspectos agrilhoados às condições de possibilidade dessa mesma produção, possibilidades, aliás, presas a uma pluridimensionalidade de padrões e sensibilidades presentes num dado tempo e espaço. Deste modo fomos ao encontro de uma *História Social do conhecimento*<sup>21</sup> tentando não reduzir “toda la sociología de los textos a una sociología de sus autores”.<sup>22</sup>

Se, por um lado, nos deparamos com uma ausência de estudos relativos à Ordem de São Caetano, verifica-se, por outro, uma abundância de documentos espalhados em arquivos

---

<sup>19</sup> Cf. MORNET, Daniel, *Los orígenes intelectuales de la Revolución Francesa (1715-1787)*, Buenos Aires, Paidós, 1969.

<sup>20</sup> A designação historiográfica aplicada ao território português e à primeira metade do século XVIII tem fluído, nos últimos anos, entre Barroco e Luzes Joaninas. Veja-se, por exemplo, no estudo de António Filipe Pimentel a alternância no uso dos distintos (mas não necessariamente opostos) epítetos. O autor refere-se a uma “conjuntura barroca de tipo contra-reformista” (p. 38) e a uma “Europa barroca dos séculos XVII e XVIII” (p.31) não deixando de reconhecer a “significativa permeabilidade [portuguesa] às correntes culturais e filosóficas internacionais, suficientemente ampla para justificar a delimitação de umas *Luzes Joaninas*.” (p.37): PIMENTEL, António Filipe, *Arquitectura e Poder: o real edifício de Mafra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002. Ana Cristina Araújo refere-se a uma dualidade não descurando as fortes permanências de que se reveste a Cultura das Luzes em Portugal: “É portanto sob o signo da dualidade, da ilusão compartilhada e persuasiva da mentalidade barroca, com todo o seu arsenal de representações, que as Luzes irrompem, em Portugal, na primeira metade do século XVIII”: ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003, p. 18.

<sup>21</sup> Cf. BURKE, Peter, *Historia Social del Conocimiento: De Gutenberg a Diderot*, Barcelona, Paidós, 2000.

<sup>22</sup> HESPAÑA, António M., “Una Historia de Textos” in *Sexo Barroco y Otras Transgresiones Premodernas*, Madrid, Alianza Universidad, 1990, p. 188.

e bibliotecas. É a profusão de documentos aliada ao vazio historiográfico apurado que faz com que se sinta necessidade de definir e clarificar quer pressupostos teórico-metodológicos de abordagem, quer um questionário preciso às fontes.

Desde logo importa mencionar o vasto fundo documental relativo à Casa da Divina Providência de Lisboa presente no arquivo da Torre do Tombo composto por 12 livros que compreendem papéis de natureza diversa: livros de quitação e despesas, escrituras, testamentos, correspondência, róis de entrada e saída de noviços, assentos, determinações, alvarás, pastorais etc.<sup>23</sup> Estes livros permitem-nos pensar o dia-a-dia da Casa da Divina Providência acompanhando os processos de gestão quotidiana do Instituto Religioso. Deste *corpus* destacamos o livro dos *Assentos, e determinações que se fizeram nesta nossa Casa de Nossa Senhora da Divina Providencia desta cidade de Lisboa pello Religiosos della e Breve noticia do estado da Casa desde o dia de sua fundação* que contem as actas dos Capítulos da Ordem.<sup>24</sup> Estas, além de remeterem para tomadas de decisão relativamente às entradas e saídas de Noviços, deixam aduzir toda uma série de outros elementos que se ligam, sobretudo à administração da Casa. Nos Capítulos tomam-se decisões relativas a ratificação de escrituras, notificações e negócios; estabelecem-se doações e discutem-se pertinências no que toca a aceitação de determinadas esmolos; descrevem-se processos de nomeação de secretários, vogais e prepositos; relembram-se cláusulas; decide-se o teor da correspondência expedita e pensam-se, em conjunto, os modos como se devem desenvolver os estudos de alguns Noviços.

Para além deste corpo há um outro conjunto documental denso e fragmentado, na Biblioteca Nacional de Portugal. Deste destacamos – para além de textos, sobretudo, manuscritos que não sendo da autoria de Académicos Teatinos se encontram por eles anotadas e compiladas facultando informações relativas às formas e metodologias de trabalho deste grupo – toda uma série de avisos, breves, cartas e instruções dirigidas à Casa da Divina Providência de Lisboa.

Um outro conjunto de documentos a que importa aceder compõe-se por livros – resultado de um esforço ora individual ora colectivo – da autoria dos Académicos Teatinos. Alguns destes são *documentos* tornados *monumentos* e merecem um olhar atento dada a complexidade de que se revestem.<sup>25</sup>

---

<sup>23</sup> IANTT, CD-CNSDP, Liv. 1 a 12.

<sup>24</sup> *Assentos, e determinações que se fizeram nesta nossa Casa de Nossa Senhora da Divina Providencia desta cidade de Lisboa pello Religiosos della e Breve noticia do estado da Casa desde o dia de sua fundação* (IANTT, CD-CNSDP, Liv. 6)

<sup>25</sup>Cf. LE GOFF, Jacques, “Documento/Monumento” in *Enciclopédia Einaudi: História – Memória*, vol. 1, Lisboa, INCM, 1984, pp. 95-107.

As referências aos Teatinos Académicos presentes quer nas *Gazetas*<sup>26</sup> quer na *Collecçam de Documentos* da Academia,<sup>27</sup> não podem ser descuradas uma vez que permitem acompanhar o grau de popularidade do grupo nos diversos momentos e espaços assim como o olhar do outro face aos Caetanos. Atender aos matizes de que se revestem as representações dos Teatinos sobre eles próprios e o que os rodeia, assim como as representações dos outros relativamente a estes, pensando os meios e os modos como se foram construindo imagens é um dos aspectos que merece especial relevo neste estudo. Tendo em conta que as representações, no plano discursivo são, tal como Roger Chartier refere, também elas formas de organização e estruturação do real.<sup>28</sup>

Por fim importa referir um tipo de documento que se constitui como base fundamental de boa parte deste trabalho a “escrita do eu”, ou seja, epistolografia e textos que tenham servido para estabelecer ou consagrar relações humanas, como, por exemplo, as dedicatórias e licenças presentes nos livros dos Teatinos Académicos. Esta documentação pode clarificar níveis e ritmos de acção do grupo em estudo tornando palpáveis as dinâmicas sócio-culturais que o envolvem.

No modo como olhamos e apropriamos a documentação, pensamos os discursos – nas suas regras de produção de sentido – como enunciados que manifestam e simultaneamente constroem um conjunto de relações (simbólicas ou efectivas) de *poder*. E aqui importa lembrar as palavras de Foucault: “[...] o poder não é nem fonte nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento num dispositivo estratégico de relação de poder”.<sup>29</sup> Daí que seja essencial a procura de indícios que apontem a difusão e adopção de determinados modelos e padrões de construção discursiva, por parte dos Clérigos que estudamos – é neste sentido que olhamos para a *Biblioteca Teatina* e que pensamos em *episódios* de emergência de tipos particulares de “acontecimentos discursivos.”<sup>30</sup>

Olhar a produção intelectual do grupo de Académicos Teatinos, tendo presente o seu enquadramento religioso e cortesão, e pensar as diversas representações que envolvem essa

---

<sup>26</sup> Vejam-se por exemplo algumas das referências que se fazem aos Caetanos nas *Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora* – LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago, OLIVAL, Fernanda (ed. e transcrição), *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, 2. vols, Lisboa, Colibri, 2002-2005.

<sup>27</sup> *Collecçam de documentos estatutos e memorias da Academia Real da Historia portugueza* [...], 15 Tomos, Lisboa Occidental, Officina de Pascoal da Sylva, 1721-1736.

<sup>28</sup> CHARTIER, Roger, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988.

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel, *Estratégia, Poder-Saber*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006, p. 253.

<sup>30</sup> “[...] o discurso não é nada além de um acontecimento como os outros, mesmo se, é claro, os acontecimentos discursivos têm, em relação aos outros acontecimentos, sua função específica” (FOUCAULT, *idem.*, p. 256)

mesma produção, permite-nos colocar um último problema desta vez relativo ao processo de profissionalização deste Instituto Religioso. Podemos detectar elementos que nos permitam constatar esse processo? Nota-se um domínio específico de determinados instrumentos, informações e competências, por parte dos Académicos Teatinos? Estas estão presas a uma série de representações que levem à consagração e auto-consagração destes homens como especialistas em áreas determinadas do *saber*? Referimo-nos, sobretudo, à História enquanto disciplina emergente e aos modos como o ofício de historiador foi sendo apropriado, associado, construído e difundido, também, por este grupo sendo a categoria de Académico e erudito o tópico constante em torno do qual este grupo de constrói e representa.

Com este trabalho tentamos apontar um grupo religioso pouco estudado no seu todo orgânico – contrariando a tendência de olhar isoladamente para os seus membros concedendo-se pouca importância às especificidades do hábito que envergam – e cuja acção foi relevante ao longo da Época Moderna.

A forma como olhamos para a Academia Real da História e para a Casa da Divina Providência de Lisboa enquanto estruturas conexas, no período considerado, possibilita, também, construir uma abordagem que nos leve a pensar estas duas realidades institucionais como plataforma uma de um jogo de comunicação, troca e construção de *Saberes e Poderes*. Plataforma cujo mote são permeabilidades que moldam o universo cultural, político e religioso português da primeira metade do século XVIII.

Deste modo ousamos lançar pistas sobre o papel e o alcance das Ordens Religiosas de feição pós-tridentina, e naturalmente dos seus membros, no seio da Cultura em Portugal, deixando vir à superfície a interpenetração mútua e sincrónica entre *Luzes e Barroco* no território português durante o reinado de D.João V.

As questões que se vão avolumando ao longo do estudo e que por vezes ficam sem resposta imediata marcam um percurso de trabalho que se guiou pela inevitabilidade da construção de problemas, problemas que foram surgindo ao longo do tempo e à medida que se ia agigantando documentação na banca de trabalho. Embora nas últimas duas décadas se tenha constatado um interesse redobrado por este período de charneira, o século XVIII carece ainda de estudos sistemáticos no panorama historiográfico português e quer queiramos quer não este como outros trabalhos que agora surgem ressentem-se, por enquanto, da desarmonia entre a fartura (de documentação) e a míngua (historiográfica).

## **CAPÍTULO I – A ORDEM DOS CLÉRIGOS REGULARES TEATINOS E A CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA DE LISBOA**

Que Instituto Religioso é o dos Clérigos Regulares Teatinos? Que princípios religiosos o norteiam? Que linhas de força? Como determinam e são determinados pelos movimentos de Reforma dos séculos XV e XVI? Que respostas são dadas e que instrumentos usados pela Ordem numa Europa em cisão religiosa? Que contributo? Que níveis de popularização e dinamismo? E finalmente, quais os caminhos que conduzem ao estabelecimento deste Instituto em Portugal e de que particularismos se reveste em ambiente português?

Este capítulo não pretende esgotar estas questões mas apenas dar a conhecer, em linhas gerais, a Ordem de São Caetano, num panorama historiográfico que poucas vezes tem feito menção a este grupo religioso. A partir daqui podemos particularizar olhando para uma realidade espacial específica, articulando simultaneamente, as condições de emergência e adaptação de modelos religiosos e culturais e os seus níveis de penetração e reinvenção no seio da sociedade portuguesa da primeira metade do século XVIII. Sem esta primeira abordagem as questões centrais, desenvolvidas nos restantes pontos do trabalho, dificilmente seriam equacionadas.

Antes de focar as condições de emergência da Ordem dos Clérigos Regulares, descrever os percursos da sua formação e expansão, e as características de que se reveste, importa lançar um olhar às fontes portuguesas que privilegiámos para ilustrar alguns destes pontos.

## I.1. Sob a atenção de Rafael Bluteau

No *Vocabulario Portuguez e Latino*<sup>31</sup> (1712-1728) de Rafael Bluteau, também ele Clérigo Regular de São Caetano e Académico da Real Academia, o termo Teatino remete para *Homens de Deos, Espectadores, e Espectáculo, Admiradores, e Admiração da Divina Providência*.<sup>32</sup> Esta, como outras entradas do *Vocabulário*, denota o enquadramento religioso do seu autor (ainda que a obra tenha sido resultado de um esforço conjunto)<sup>33</sup> e a sua vivência na Casa da Divina Providência.<sup>34</sup> Em dois fólhos o autor traça uma história da Ordem Religiosa apontando, igualmente, os fundamentos que estiveram na sua origem. A maior parte do texto é preenchida com referências a autores Teatinos que *com seus eruditos trabalhos illustrarão o Orbe Litterario*.<sup>35</sup> Em alguns momentos do texto, e quando se refere a características específicas da Ordem dos Clérigos Regulares, Bluteau assume uma atitude de defesa o que faz adivinhar juízos exteriores que circulariam relativamente aos Teatinos, desmistificando e dando a conhecer aspectos que estariam menos presentes entre o público leitor.<sup>36</sup>

Senão vejamos: A Ordem, *servindo só por servir, não toma do commum bens de raiz, nem se arrisca a importunar com mendicidade os particulares* pelo que, acrescenta o autor, *não he razão que se lhe estranhe a propriedade de huma Quinta, [...] porque as quintas que tem, não são de rendimento, mas só*

---

<sup>31</sup> BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino*, [...], 10 vols., Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa Occidental, Patriarcal Officina da Musica e Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. Pode-se consultar a partir de:

<<http://www.ieb.usp.br/online/>> e <<http://purl.pt/13969>> [última consulta 10 de Março]

<sup>32</sup> BLUTEAU, “Theatinos”, *idem.*, vol. 8, Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1721, p. 146.

<<http://purl.pt/13969>> [última consulta em 25/02/2009]

<sup>33</sup> A obra nasce da acção de Rafael Bluteau enquanto académico das Conferências Discretas e Eruditas e membro da Academia dos Generosos, o seu método de elaboração obedece a um plano específico: “[...] Em cada sessão académica, Bluteau apresentou uma série de palavras que lhe tinham suscitado algum tipo de dúvida quanto ao seu verdadeiro significado, pronúncia ou ortografia. Na sessão seguinte, os restantes académicos expressavam as suas opiniões, após terem estudado as matérias em causa. A adopção ou não de determinada palavra que tivesse suscitado dúvidas dependia dos votos favoráveis dos académicos”: BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; «As Realidades Culturais», *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil* (dir. A. H. de Oliveira MARQUES e Joel SERRÃO), vol. 2, Lisboa, Presença, 2001, pp. 465-466.

<sup>34</sup> Ao invés de Mosteiro, o espaço físico onde se estabeleciam os Clérigos Regulares, denominava-se Casa. A explicação é relativamente simples, os Teatinos podiam estabelecer-se em qualquer casa independentemente da sua funcionalidade para acolher uma comunidade religiosa. Tal clausula foi aprovada por breve de Clemente VII - *Exponinobis* de 24 de Junho de 1524, todavia, o epíteto Casa causou estranheza em espaço português. Veja-se o Capítulo de 30 de Março de 1677 (ANTT, CD-CNSDP, Livro 6, f. 83) em que é lembrado o facto da Casa ser isso mesmo “não obstante *que* pera licença de sua *magestade* disesse *que* era hospício.”

<sup>35</sup> BLUTEAU, “Theatinos”, *op. cit.*, p. 147.

<sup>36</sup> Vejam-se, por exemplo os *Mandamentos dos Theatinos* – pequeno texto de natureza satírica, provavelmente do século XVIII, constituído por um fólho, não numerado, em mau estado e de difícil leitura (BNP, Res. mss. COD. 7641)

para huma honesta recreação do espirito.<sup>37</sup> Vejam-se outros exemplos: *Alguns, que não entendem o mysterio deste Instituto, o considerão tão rigoroso, que imaginão que os Theatinos não guardão mantimento algum de hum dia para outro, como obrigados a repartir com os pobres tudo o que lhes sobejou naquelle dia*<sup>38</sup>. A riqueza das suas Sacristias, e magnificencia dos seus Templos não deve causar admiração pois é esta Religião a sagrada mina donde pela grande nobreza, doutrina, e piedade dos sogeytos, os Summos Pontifices tirão grande número de Prelados.<sup>39</sup> O facto de Bluteau insistir na dimensão económica da Ordem justifica-se se tivermos em conta as condições de emergência da mesma.

Relativamente à Casa da Divina Providência de Lisboa o autor destaca o reduzido número de Clérigos – dezasseis – que no exercício das suas funções *só poderia supprir hũa numerosa familia Religiosa*. Destes dezasseis, enumera Bluteau, todos sobem ao púlpito, tendo seis pregado na Capela Real. Assim, a Casa conta com: Dois lentes de Teologia, quatro compositores, três Qualificadores do Santo Officio, um deputado da Bula de Cruzada e examinador das três Ordens Militares, um cronista da Casa de Bragança e dois mestres de príncipes. Embora Bluteau não nomeie estes Clérigos podemos, de facto, fazer corresponder alguns deles às figuras que temos vindo a referir e que desenvolvem a sua acção no período cronológico estudado. Por exemplo quando Bluteau menciona a existência de um cronista da Casa de Bragança refere-se a D. José Barbosa (que detinha esse ofício desde 1713); quando faz menção a um Deputado da Bula de Cruzada e Examinador das Três Ordens Militares pensa em D.Manuel Caetano de Sousa; no que toca a mestres de príncipes, embora não faça parte do grupo que estudamos, destaca-se D.Celestino Seguineau (n.1675) mestre de D.Miguel (1699-1724) e D.José (n.1703), filhos de D.Pedro II (1648-1706) e D. Luís Caetano de Lima mestre do infante D. Manuel de Bragança (1697-1766) e posteriormente de D.António e D. Francisca.

---

<sup>37</sup>BLUTEAU, “Theatinos”, *op.cit.*, p. 146. No que se refere às questões económicas e patrimoniais (bens, compra e venda de casas e objectos etc.) discutidas no interior da Casa da Divina Providência importa consultar: IANTT, CD-CNSDP, Liv. 6 (“Assentos e determinações que se fizerão nesta Casa de Nossa Senhora da Divina Providência [...]”). No que toca à Quinta a que Bluteau faz menção referiram-se os fólhos 215 a 217 aí presentes onde se encontram um conjunto de ordens que os noviços, professos e sacerdotes deviam seguir aquando da sua estadia na Quinta do Campo Grande cuja transcrição segue em anexo (Anexo A).

<sup>38</sup>BLUTEAU, *idem.*, p. 146

<sup>39</sup>BLUTEAU, *idem.*, p. 147

## I.2. O olhar de Tomás Caetano de Bem

Podemos, também, pensar a História dos Clérigos Regulares Teatinos a partir dos elementos presentes nas *Memórias Histórico Chronologicas* de D. Tomás Caetano de Bem todavia, fazê-lo é, em primeiro lugar, ter em conta a conjuntura vivida na Casa da Divina Providência de Lisboa, nas últimas décadas do século XVIII. A obra, dada à estampa entre 1792 e 1794 surge como um apelo à sobrevivência do Instituto Religioso a partir da redefinição e construção de marcas de identidade e legitimidade. Um apelo que se compreende se tivermos em conta o debate em torno ora do ocaso ora da reforma das Ordens Religiosas<sup>40</sup> e aqui importa lembrar que é na recta final do século XVIII que se cria a Junta do Exame do Estado Actual, e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares (1789) e que são dadas à estampa obras cuja temática alterna entre uma defesa da reforma dos Institutos e uma apologia à sua extinção.<sup>41</sup> De facto Caetano de Bem equaciona publicar as *Memórias* num período anterior, mais precisamente, na década de sessenta<sup>42</sup> todavia, e refere o mesmo, *como a Historia é hum artefacto intencional opta por publica-las quando a occasião se offerece opportuna*.<sup>43</sup>

Enquanto membro da Academia Real da História e Clérigo Regular Teatino, Caetano de Bem acerta, o passo das duas instituições, recorrentemente, e fá-lo, em parte, partindo da configuração de percursos biográficos em torno dos quais faz coincidir o modelo de Clérigo Regular com um ideal de erudição académica envolto em características presas a novas componentes já próximas do mundo dos *Saberes* de finais do século XVIII e inícios do XIX.

Caetano de Bem não é, todavia, o único a dar conta de uma articulação intrincada entre o estatuto de Clérigo Regular e a prestação académica. Na *Collecçam de Documentos* (1721-1736) e em inúmeros pareceres de censores relativamente a obras destes autores este

---

<sup>40</sup> Cf. ARAÚJO, Ana Cristina, *A Morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997, pp. 125-129.

<sup>41</sup> Ana Cristina Araújo faz alusão e aborda algumas das obras que fazem eco desse movimento (ARAÚJO, *idem*, 1997) destacamos: *Dissertação sobre o estado religioso, em que se mostra qual he o seu espirito, qual a sua origem, os seus progressos, os serviços que tem feito á Igreja e á Sociedade, a sua utilidade actual: e em que se trata dos bens dos religiosos, e da Reforma, que podem ter as Ordens monásticas*. [...], Lisboa, Simão Thadeu Ferreira, 1786; *Reflexões christãs, e políticas sobre o estado religioso [...] traduzidas do frances para o portuguez por hum nacional desabusado*, Lisboa, Regia Offic. Typografica, 1787; NATIVIDADE, Francisco da (freí), *Sciência dos costumes ou Filosofia moral, dirigida pela luz da razão, pela Escritura, e tradição da Egreja: Ethica christã, regulada pela doutrina de Jesus Christo, para lição da mocidade*, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1788.

<sup>42</sup> O próprio Caetano de Bem lembra nas suas *Memórias* que estas haviam sido por si prometidas no Prólogo da seguinte obra: BEM, Tomás Caetano de, *Vida de Santo André Avellino, especial protector contra accidentes apopleéticos, e morte repentina* [...], Lisboa, Officina de Miguel Manescal da Costa, 1767.

<sup>43</sup> BEM, “Ao leitores” in *Memórias* [...], Tomo I, p. II.

tópico é uma constante. O cruzar das duas instituições, foi uma construção coeva que envolveu diversas representações provenientes, quer da Academia Real da História ou da Casa da Divina Providência, quer de enunciados externos às duas realidades institucionais ou indirectamente ligados às mesmas. Atendamos a um exemplo que, não se referindo à Academia Real da História demonstra esta articulação. O momento narrado é o da primeira festa em Lisboa votada a São Caetano, em que *Não sómente a Religião, e piedade se quizerão [...] mostrar empenhadas em celebrar a gloria de S. Caetano, mas tambem os Sabios, as Academias, e as Escolas publicas quizerão dar a conhecer a fineza da sua devoção a S. Caetano, tributando-lhe como obequioso culto as suas literarias fadigas.*<sup>44</sup>

As *Memorias* constituídas por dois tomos subdivididos em XXII Livros seguem, num primeiro momento, uma linha cronológica. Assim, o autor discorre sobre a origem da Ordem e os seus fundadores, intercalando elementos relativos aos estatutos, ao quotidiano e à organização dos Clérigos. Segue-se, depois, uma história da fundação da Ordem em Portugal e por fim, a partir do Livro VIII, surgem uma série de biografias de Clérigos que desenvolvem a sua acção em Portugal e em território ultramarino, assim como uma biografia de D.Mariana de Noronha e Castro à laia de tributo enquanto *fundadora* da Casa de Nossa Senhora da Divina Providência. O peso que as biografias têm nas *Memorias* de Caetano de Bem é um aspecto a aprofundar.<sup>45</sup> Na exposição de percursos o seu critério não é cronológico, o modo como Caetano de Bem agrupa os Clérigos é, aparentemente, temático, ou melhor dizendo, tipificado. Assim, em primeiro lugar encontram-se as biografias dos fundadores da Ordem em Portugal, depois as daqueles que se destacaram nas letras, ciências e política (caso de alguns dos Académicos Teatinos), seguem-se as biografias de *Outros Religioso Professos* e por fim as de alguns missionários que se formaram na Casa da Divina Providência de Lisboa. A maior fatia de biografias insere-se no segundo grupo sendo a sua disposição provavelmente aleatória. O espaço físico ocupado por cada um dos Académicos Teatinos na materialidade da obra diverge. Este aspecto parece, à primeira vista, estar relacionado com uma maior ou menor quantidade de informações que Caetano de Bem dispõe para descrever o percurso dos seus pares. Todavia podemos pensar no uso de um outro critério que consiste na categorização pelo grau de importância que o autor atribui a cada um dos Teatinos Académicos tendo em consideração, não apenas aspectos ligados à

---

<sup>44</sup> BEM, *idem*, Tomo I, liv. III, p. 162.

<sup>45</sup> Caetano de Bem, no “Prólogo ao Leitor”, justifica a escolha que faz de uma abordagem biográfica: “[...] As vidas dos homens illustres, ainda que sejam Historias particulares, participão com tudo da Universal; porque o manejo, e administração, que os particulares tem das cousas publicas, obriga a que huma narração para ser exacta dependa de outra [...] a isto obriga aquella necessaria dependencia, e correlação que ha entre as partes e o todo” (BEM, *op. cit.*, Tomo. I, p. LVII).

vida devota, mas sobretudo nuances presas à sua produção intelectual e grau de entrosamento na República das Letras.

Não é nosso intuito duplicar a *operação historiográfica* empreendida por Tomás Caetano de Bem. Importa antes perceber o modo como selecciona informação, levanta hipóteses de interpretação e se apresenta como historiador versando sobre a história de historiadores – aspecto que é, por si só, relevante.<sup>46</sup> O *fazer* história torna-se objecto de análise por parte de Caetano de Bem, são as leis que regulam o *fazer* dos seus pares que passam a determinar os modos e métodos por ele usados e reproduzidos no seu trabalho historiográfico. Estas leis, que Tomás Caetano de Bem, sintoniza com o grupo restrito do qual faz parte suportam e legitimam ideologicamente a continuidade e sobrevivência do seu próprio trabalho e da sua Casa.<sup>47</sup> Ao longo do texto perpassa, por vezes, uma certa inquietação. Esta advém não só de uma vontade de perpetuação de uma *Memoria* que, não sendo registada, se pode perder, mas também de uma necessidade de chamar a atenção para as potencialidades de um Instituto passível de ser renovado em prol da *utilidade pública* expressão, tantas e tantas vezes convocada pelo autor. É, neste sentido, que se nota uma actualização da imagem do Clérigo Regular no geral, e em particular do Clérigo Regular Teatino.<sup>48</sup>

Importa, também, alertar para o facto do texto de Caetano de Bem (assim como o de Rafael Bluteau, noutros moldes) denotar um enquadramento afectivo. Afecto, diga-se, negado pois, vinca não *há em nós sombra de affecto, ou paixão de amor*.<sup>49</sup> Se alguns dos Clérigos a que faz referência foram seus mestres e acompanharam o seu percurso intelectual e espiritual vivendo um dia-a-dia claustal na sua companhia, outros foram, lidos e estudados desde cedo pelo autor. De alguns deles *berdou* papéis de outros ouviu apenas falar – mas todos foram homens da sua Casa. Daí que o seu discurso seja também ele espaço de valorização do trabalho dos seus pares e sequencialmente da sua Casa e do seu próprio trabalho. Os afectos, ilusoriamente afastados são quimericamente substituídos (pelo menos assim anseia Caetano

---

<sup>46</sup> Neste sentido o próprio *Prólogo* “Ao Leitor” é esclarecedor tratando-se de uma espécie de “tratado” de teoria e metodologia da História com uma vertente pedagógica que importa vincar (BEM, *idem*, Tomo I.)

<sup>47</sup> CERTEU, Michel de, “A operação histórica” in *Fazer História: Novos Problemas*, ( direcção J. LE GOFF e P. NORA), vol. 3., Amadora, Bertrand, 1977, pp. 17-58.

<sup>48</sup> Seguimos de perto Maria de Lurdes Correia Fernandes que coloca também o acento na “[...] importância da recuperação e da afirmação da memória sacra no quadro mais amplo da memória e da identidade do Reino” (p. 222) a partir de finais do século XVI, alertando para a necessidade de olhar para a dimensão hagiográfica da historiografia eclesiástica, dimensão que persiste e se reformula ainda no século XVIII notando-se, num período anterior uma “reivindicação do carácter historiográfico” (p. 216) de determinadas crónicas religiosas. (FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, “Os Templos da Memória Sacra Barroca”, *A História: entre memória e invenção* (coord. CARDIM, Pedro), nº 3, Mem-Martins, CNCDP, Europa-América, 1998.

<sup>49</sup> BEM, *op. cit.*, Tom. I, p. LVI. Sobre afecto e erudição no Antigo Regime veja-se: CARDIM, Pedro, *O Poder dos Afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Tese de Doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL, 2000. [Texto Policopiado]

de Bem) pela *verdade* passível de ser alcançada por meio de uma *imparcialidade* – ânsia genuína mas naturalmente não conseguida.<sup>50</sup> Logo, Caetano de Bem expõe no *Prólogo* as linhas normativas e deontológicas da escrita da História, usadas, reformuladas e comutadas nos séculos seguintes e, assim, num tom moralizador discorre: *Todo o Historiador, que não he capaz de se esquecer da sua patria, da sua profissão, dos seus interesses, e não se lembrar de tudo isto mais, que tanto, quanto pede a Religião, e a educaçã, não he capaz de escrever uma Historia: hum Historiador deve ser hum homem de nenhum paiz*. Teriam aspirações diferentes os seus antecessores?

---

<sup>50</sup> “ [...] a razão, porque o Historiador há de ser imparcial [é] porque esta utilidade não se pode encontrar senão em huma História sincera, e verdadeira.” (BEM, *op. cit.*, tom. I, p. LVI.)

### I.3. Aspectos Conjunturais

Atendamos, agora, a aspectos conjunturais, retomando as questões que enunciámos inicialmente. A Ordem dos Clérigos Regulares de São Caetano nasce da formação de um primeiro grupo – o Oratório do Amor Divino – criado em Génova ainda em 1497, do qual fazem parte os futuros instituidores da Ordem, Gaetano de Thiene (1480-1547), de Giovanni Petro Carafa (1476-1559), Bonifacio de Colle (m. 1558) e Paolo Consiglieri (m. 1557), fundadores que passando posteriormente a Roma (1514-1515) se inserem num movimento mais alargado que, por essa altura, e de forma vincada nas duas primeiras décadas do século XVI, é palco de dinâmicas intensas presas a acções e ideias de Reforma, já há muito presentes entre humanistas.<sup>51</sup> A Europa anterior a Trento é um espaço de ensaio de formas de salvação e de aproximação a Deus que vê emergir uma vivência religiosa mais individualizada, uma vivência em que as elites eclesiásticas abaladas por absentismo, abusos, interesses e querelas, são postas em causa e em que sobressai um novo olhar sobre as massas de crentes.

O Concílio de Trento (1545-1563) no qual os Teatinos vão ter um papel activo, nomeadamente na correcção do *Breviário* (1568)<sup>52</sup> e do *Missal* (1570), surge como resposta e materialização da Reforma, uma resposta que se constrói duplamente: por oposição aos rumos que o protestantismo havia tomado e por necessidades internas de refundação/reestruturação do catolicismo. Mas, antes mesmo de Trento, as respostas já se encontravam em estruturação. A Ordem dos Clérigos Regulares Teatinos fundada em 1524 é uma das muitas expressões desta aspiração interna, expressão que se reveste de contornos

---

<sup>51</sup>Cf. CHAUNU, Pierre, *O Tempo das Reformas (1250-1550): História Religiosa e Sistema de Civilização*, vol. I, Lisboa, Edições 70, 1993; DELUMEAU, Jean, *A Civilização do Renascimento*, Vol I, Lisboa, Editorial Estampa, 1994; DELUMEAU, Jean, *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*, Paris, Presses Universitaires, 1971. Sobre História Religiosa de Portugal veja-se: AZEVEDO, Carlos Moreira de ( direcção), *História Religiosa de Portugal: Humanismo e Reformas*, Vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000. Relativamente a tópicos como: a mística, trilhos da contemplação, a oração mental, entre muitos outros aspectos relativos à espiritualidade no período moderno veja-se: BATAILLON, Marcel, *Érasme et l'Espagne: recherches sur l'histoire spirituelle du XVIe siècle*, 1<sup>a</sup> ed, Paris, Librairie E. Droz, 1937 e DIAS, José Sebastião da Silva, *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal*, 2. Vol., Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1960; FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, “Da Reforma da Igreja à Reforma dos Cristãos: Reformas, Pastoral e Espiritualidade” in *História Religiosa de Portugal: Humanismo e Reformas*, Vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 15-38.

<sup>52</sup> Relativamente à elaboração do *Breviário* Romano refere Caetano de Bem descrevendo o processo de que vai também caracterizar o trabalho académico dos Teatinos: “Entrou logo o Santo, e entráráo os mais Religiosos nesta penosa fadiga: primeiramente a indagar antiguidades, inquirir arquivos, procurar originaes, e codices verdadeiros, authenticos, e fidedignos; e logo confrontar exemplares, reconhecer estilos, averiguar terras, e lugares, Chronologias, para poder com segurança assentar as opiniões: trabalho que dirigindo-se todo á utilidade commua, nada servia para o proprio luzimento, e com tanto fervor se prosseguio na obra, que chegou quasi á sua ultima perfeição.” (BEM, *op. cit.*, Tomo. I, Liv. I. p. 37.)

institucionais. As ideias de Reforma, partilhadas por muitos, vão surgir, sob diferentes roupagens, sendo apresentadas distintas soluções e concretizações. No caso dos Clérigos Regulares Teatinos estas prendem-se com a apresentação de um novo modelo de vida religiosa.

O sucesso e difusão da Ordem, e sobretudo dos seus modelos, desde os primeiros tempos da sua fundação liga-se com a articulação de dois aspectos centrais: Por um lado o activo jogo de comunicações estabelecido com as elites e os *Podere*s através da ocupação de lugares de destaque na hierarquia eclesiástica – note-se que Giovanni Petro Carafa foi Bispo de Chieti (1504-1524), Inquisidor Geral de Roma (1524) e Papa (Paulo IV, (1555-1559). Por outro a existência de um modelo de vida – Gaetano Thiene é canonizado em 1671 – permeável à interacção com as várias camadas sociais de crentes apelando a uma piedade de afectos que idealmente envolve a protecção dos pobres e enfermos, presta culto à virgem Maria e confia na providência divina, ou seja, na eficácia resultante da sabedoria de Deus para conduzir os homens. O uso do conceito de Providência Divina é, para além de sintomático do ambiente religioso que se vive na Europa aquando da fundação da Ordem, representativo do alcance humano que esta deseja almejar. Bluteau, nas primeiras décadas do século XVIII, define Divina Providência como *conhecimento que Deus tem desde a eternidade dos meos, com os quaes a creatura se há de dirigir ao seu fim, com vontade do mesmo Deus*, clarificando que *Providencia não he só previdencia, e presciencia, mas ordem e disposição para o governo natural, e moral de tudo o que ha no mundo* e acusando aqueles que julgam ser o mundo *hum ajuntamento de cousas fortuitas* de quererem que *a grande maquina do universo seja hum edificio sem Architecto, hum navio sem Piloto, e huma casa sem dono, o que he contrario a toda a boa razão*.<sup>53</sup> A metáfora da máquina, do edifício e de Deus como arquitecto do universo poderia levar-nos mais longe na interpretação todavia não cabe aqui uma análise mais profunda.

Estas ideias e valores de fundo vão estruturar a acção levada a cabo pelos Teatinos nos diferentes espaços construídos primeiramente em diversas cidades italianas e, depois, em vários núcleos urbanos da Europa e territórios ultramarinos. Importa, aqui, destacar esta inclinação inicial dos Teatinos por áreas urbanas, o que cremos ter a ver, não apenas com o desafio que constituía reformar a partir de um eixo central, mas também com a urgência de criar laços com a mais alta nobreza e o universo cortesão. As Casas, estabelecidas estrategicamente, dão forma a uma malha de encontros que, pouco a pouco, contam com a

---

<sup>53</sup> BLUTEAU, “Providencia”, *op. cit.*, Tomo. V, 1716, pp. 804-806.

participação de intelectuais de monta cujos percursos se fazem – à semelhança dos Teatinos Académicos portugueses – transnacionalmente.

Os altos dignatários da Cúria Romana não são alheios a uma necessidade de alargamento da cobertura institucional da Igreja Católica, uma vez que, a associação espontânea de homens e mulheres em panoramas complexos agrilhoados a diversas *correntes de sentimento religioso*,<sup>54</sup> acarretam riscos e põe em causa o frágil equilíbrio entre ortodoxia e heterodoxia vivido e vincado em conjunturas como a das Reformas. Assim se explica a relativa rapidez com que é aceite uma Ordem de novas feições. Aqui, importa também apontar as bases administrativas em que assenta a formação da Ordem, bases que vão, de certo modo, justificar a proliferação/manutenção das Casas e o duplo alinhamento dos Clérigos quer aos *Poderes* locais quer ao poder central (Roma). A administração de cada Casa fica a cargo de um Preposito nomeado de três em três anos, no caso dos Clérigos Regulares que estudamos podemos seguir alguns dos processos de nomeação a partir dos *Assentos e determinações* [...].<sup>55</sup>

A figura do Preposito goza de uma certa autonomia detendo poder jurisdicional e administrativo. O Preposito dirige-se frequentemente, na companhia de dois Vogais, a Roma para assistir ao Capítulo Geral da Ordem, onde são discutidos e aprovados estatutos, constituições e assuntos de carácter mais abrangente. Estamos perante um jogo de equilíbrio que envolve cada uma das Casas e dois centros de decisão: a Coroa e Roma, centro este que, no caso português do período em estudo, se torna, episodicamente, longínquo. O caminho e maturação da Ordem e de cada uma das Casas desenvolve-se, assim, em torno de lógicas de centralidade e autonomia que conferem uma aparência mais ou menos harmonizada ao conjunto de Casas europeias. Todavia, são as vicissitudes políticas, e aqui pensamos nas relações da Coroa portuguesa com o Estado Pontifício, que, em parte, ditam os caminhos dos membros deste Instituto Religioso e as nuances que a Casa da Divina Providência adquire em contexto português, pensadas mais à frente. A viagem do Preposito e dos vogais que o acompanham vai servir algumas vezes pressupostos de prospecção de realidades exteriores sendo por vezes financiada pelo Rei, ou pelos seus homens mais próximos, chamando este a si a experiência do *outro* viajando pelos seus olhos.<sup>56</sup>

A acérrima oposição a Lutero e ao Protestantismo vai constituir-se indício estruturantes da Ordem de São Caetano e a sua maturação legislativa e espiritual liga-se a esta

---

<sup>54</sup> DIAS, *op. cit.*, 1960.

<sup>55</sup> IANIT, CD-CNSDP, livro 6.

<sup>56</sup> BUESCU, *op. cit.*, 2000.

primeira imagem de marca. Ou seja, os Teatinos não são apenas uma resposta, são uma resposta sincronizada a Lutero daí que ao tornar presentes os momentos de formação da Ordem, os Clérigos Regulares, insistam neste vector *para se opporem aos desvarios de Lutero, que negava os cuidados da Providencia.*<sup>57</sup> Teatinos e Luteranos emprestam cor e força ao projecto de cada um, no sentido em que, cada vez mais, se vão construindo por oposição uns aos outros, através de diferentes leituras de uma mesma Escritura e dos díspares alinhamentos institucionais. São estes dois aspectos que dão ao projecto de São Caetano um verniz de ortodoxias pesem embora as semelhanças com Lutero, no plano das ideias e desejos de Reforma.

Um outro aspecto suma e compreensivelmente vincado na documentação, é o cariz inovador da Ordem de São Caetano. Os Clérigos Teatinos apresentam-se repetidamente como os primeiros de todos os Clérigos Regulares, à excepção, refere Bluteau daqueles que seguiram o exemplo dos apóstolos como [...] *Ignacio em Antiochia, Crescente nas Gallias, Cypriano em Carthago, Basilio em Cesarea, S. Jeronymo na Palestina [...]*<sup>58</sup> entre outro. Veja-se, por exemplo, nas fontes portuguesas as seguintes alusões: *Aquelle, que se intitidou Clerigo Regular, quiz mostrar, que os Theatinos forão em Italia os Reformadores do Clero, e no Cathalogo das Religiões modernas de Clerigos, os primeiros Clerigos Regulares mais antigos, que os Clerigos Regulares da Companhia de Jesus, que os Clerigos Regulares de S. Paulo, (a que chamão Barnabitas) que os Clerigos Regulares Somascas, que os Clerigos Regulares que servem aos enfermos, que os Clerigos Regulares Menores, e que outros Clerigos Regulares, de que em Portugal não temos distinta noticia.*<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo I, liv. I, p. 37.

<sup>58</sup> BLUTEAU, “Theatinos”, *op. cit.*, p. 146.

<sup>59</sup> BLUTEAU, *idem.*, p. 147.

#### I.4. Alicerces e normas

Os alicerces e normas fundamentais, a partir das quais a Ordem se constrói, incorporam a ideia de retorno revelando um olhar atento aos cânones sagrados. Assim, seguem, antes mesmo da elaboração e fixação das *Constituições – Constitutiones Clericorum Regularium* (1604-1610), aprovadas por Clemente VIII (1592-1605) e delineadas quer por Gaetano de Thiene, quer por Giovanni Pietro Caraffa – *regulando todas as ações pela norma de vida, que praticarão os Sagrados Apostolos no principio da Igreja*.<sup>60</sup>

Assente na fusão de dois modelos distintos, e até aí pouco harmonizados, de vivência religiosa, a Ordem chama a si o estatuto de Clérigo (administrando os sacramentos, pregando, e conduzindo as almas) Regular (professando os três votos: de obediência castidade e pobreza e vivendo comumente em ambiente claustral). Assim, aos Clérigos Regulares inquietou, desde cedo o [...] *ensino dos Fieis, e conversão dos peccadores, prégando, e confessando, e administrando os Sacramentos, e tambem comtemplando na oração mental, e no Coro nos louvores de Deos, e psalmeando [...]*<sup>61</sup> Esta combinação de propósitos, não deixou, de granjear surpresa ou estranheza, Caetano de Bem refere que *Causava [...] huma grande admiração entre o povo Romano verem a Caetano, e seus companheiros apparecerem nos pulpitos com sobrepelliz, e barrete, exercitando ministerio de Prégadores; e o motivo era, não ter costume daquelles calamitosos tempos empregarem-se no exercicio de prégar publicamente a Divina palavra mais que os Religiosos Mendicantes, ou Monacaes, escusando-se o Clero deste Sagrado Ministerio, e indispensavel obrigação dos Pastores da Igreja, como menos decente ao seu estado*.<sup>62</sup> Esta narrativa é de finais do século XVIII e o facto do autor chamar a atenção para a singularidade e consequente popularização da Ordem nos seus alvares tem um sentido muito próprio, porém, cremos que o grau de popularização que Caetano de Bem veicula não se liga, apenas a uma construção discursiva de legitimidade. Arriscamos dizer que os Teatinos foram, de facto, olhados com surpresa.

A imagem de São Caetano<sup>63</sup> viajou, como viajou também o próprio vocábulo Teatino. Este vocábulo pode ser surpreendido nos seus complexos trajectos em torno de espaços e tempos específicos, ou seja, pode ser pensado como dado historicamente situável e

---

<sup>60</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo I, liv. I, p. 27.

<sup>61</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo I, liv. I, p. 27.

<sup>62</sup> BEM, *idem.*, p. 31.

<sup>63</sup> “[...] crescido em Lisboa a devoção com S. Caetano, que não havia pessoa alguma, que em suas enfermidades, e molestias não recorresse ao patrocinio do nosso Santo: não havia grande, ou popular, que em sua casa não tivesse a Imagem do mesmo Santo [...]” BEM, *idem.*, Tomo I, liv. III., p. 160.

por isso passível de ser estudado em si mesmo e na sua relação com as múltiplas coordenadas socioculturais em que se inscreve<sup>64</sup>. A palavra Teatino,<sup>65</sup> aplicada em determinados espaços e momentos, a Jesuítas, faz emergir um conjunto de representações relativas aos múltiplos Institutos Religiosos típicos da Época Moderna. Gabriel Llompart faz um levantamento documental de provérbios e expressões provenientes dos territórios italianos e espanhóis, em que a palavra Teatino surge, umas vezes presa a juízos pejorativos, outras roçando considerações apologéticas.<sup>66</sup> Na documentação portuguesa tanto Rafael Bluteau como Caetano de Bem sentem necessidade de clarificar o termo, talvez conscientes, da sua mutação e da diversidade de significados que esta havia adquirido.

O equilíbrio entre uma vida activa e contemplativa possibilitava aos Clérigos Regulares reformar movendo. Assim, *Com o exemplo, e com a exhortação combatião os vícios, animavão as virtudes, edificavão os seculares, e conciliavão a estimação, e agrado de todos. Para a conversão dos peccadores não se servião de argumentos elevados, mas propunhão, e mostravão a verdadeira idéa da fragilidade da vida, das granezas do mundo, inconstancia da fortuna, engano nos divertimentos, e outros semelhantes, e isto he o que pertendião persuadir.*<sup>67</sup>

O sentido de Auto-exigênciada é um outro particularismo de que se reveste a Ordem exprimindo, de certo modo, a atitude da Igreja pós-tridentina. Entre outros aspectos, em Trento rejeita-se a justificação pela fé, o livre exame das Escrituras, reafirmam-se os sacramentos e o dogma da transubstanciação e redefine-se, profundamente, a função sacerdotal. O Concílio de Trento é palco de auto-exigência da Igreja enquanto instituição e comunidade de crentes, aí prescreve-se disciplina e formação ao Clero, passando a ser sua obrigação: ensinar, pregar e confessar. Ao Bispo exige-se que resida na sua diocese para conhecer os fiéis e velar pela ortodoxia. Aos fiéis impõe-se o conhecimento da sua religião.

Assim, reformar implicava ministrar ensinamentos – formar – daí que para além do templo, do dormitório, do refeitório e de outros locais existissem espaços consagrados ao

---

<sup>64</sup> BURKE, Peter; *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia Histórica*, Lisboa, Difel, 1992. O autor incita para uma crítica mais autêntica das fontes considerando a “linguagem enquanto fenómeno histórico digno de ser estudado em si mesmo.” (p. 24) Revelam-se importantes para o estudo as seguintes palavras: “Maior preocupação com a linguagem e com a forma como reflecte e simultaneamente constitui a cultura no seio da qual diferentes grupos falam e escrevem de maneira diferente, com objectivos diferentes, em diferentes ocasiões.” (p.24)

<sup>65</sup> Importa referir que em Portugal o grupo religioso surge grande parte das vezes sob a denominação de Caetanos, é assim ainda denominada a rua onde se situava, outrora, a Casa da Divina Providência de Lisboa e a Igreja de Nossa Senhora da Divina Providência. O vocábulo Teatino deriva de Chiete bispado de D.Pedro Caraffa um dos fundadores da Ordem Religiosa.

<sup>66</sup> LLOMPART, *op. cit.*, 2006.

<sup>67</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo I, liv. I., p. 31.

ensino, gabinetes e bibliotecas<sup>68</sup> – estas surgem como extensões que atestam a energia e vitalidade intelectual da Ordem. São, de facto, as Ordens Regulares mais activas na difusão dos *Saberes* que alcançam maiores níveis de entrosamento com os *Poderes* políticos pois, na Época Moderna, o enquadramento político da população joga-se sempre em simultâneo com o enquadramento religioso desta. Era pois a dimensão dos *Saberes* que tornava a Casa – por vezes (e primeiramente) espaço de estudo, de inculcação e difusão de modelos – um espaço de Reforma.

A imagem de exigência e até de uma certa inflexibilidade, repete-se de forma intensa na documentação. A construção desta imagem de exigência intelectual (e catequética) mas também de uma certa rigidez e dureza nos costumes, é parte integrante de um conjunto de atitudes ligadas à necessidade de dignificar o Clero. Veja-se a seguinte representação produzida por Caetano de Bem: *Outros muitos [Clérigos] derão sinaes de querer abraçar o mesmo Instituto, e alguns por algum tempo a seguirão; porém ou por acharem a estrada aspera, e difficullosa, ou por lhes faltar o dom da perseverança, que só vem do Ceo, como froxos se entibiãrão, e levantando a mão do arado, voltãrão atraz; vendo-se também aqui que o mundo dos escolhidos, sendo muito os chamados, sempre he menor [...]*<sup>69</sup> Todavia, este testemunho como outros, não basta e neste sentido importa, num outro ponto, tentar captar as lógicas de recrutamento, selecção e manutenção dos irmãos palpáveis com algum grau de pormenor nas *Instruções de Noniciado de S. Caetano* traduzidas por João Baptista da Ponte.<sup>70</sup>

Para percebermos alguns dos contornos de que se vai revestindo a Ordem dos Clérigos Regulares Teatinos importa notar que a segunda metade do século XVI e o século XVII é tempo de ajustes e de “pedagogia”, um tempo em que se fortalece a necessidade de resgate e conversão dos fiéis reforçando-se a tendência rumo a um acontecer religioso visível, exportável e tangível de contornos miméticos, um acontecer religioso que, sobretudo, se quer ajustado às redefinições saídas do Concílio de Trento.<sup>71</sup> No âmago de tudo isto a difícil, mas alcançável harmonia entre fé e razão, a razão de um dever ser metódico e sistematizado. Assim, aos aspectos de exteriorização, devemos anexar a gradual prolixidade da oração mental (na qual os Teatinos vão ter um papel) ao mundo dos leigos, um mundo

---

<sup>68</sup> PICARD, Evelyne, “Une bibliothèque conventuelle au XVIII siècle: Les Theatins de Saint-Anne-La-Royal” in *Revue d’Histoire Modern et Contemporaine*, Paris, n. 27, Abr./Jun., 1979.

<sup>69</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo I, liv. I, p. 32.

<sup>70</sup> PONTE, João Baptista da, *Instruções do Noniciado. Traduzidas pelo P. D. João Baptista da Ponte no anno de Noniciado que foi o de 1731 para 1732.* (BNP, Res. mss. COD. 3870)

<sup>71</sup> Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas, “Caminhos e Invenções de Santidade Feminina em Portugal nos séculos XVII e XVIII (Alguns dados problemas e sugestões) in *Via Spiritus*, n. 3, (dir. Maria Idalina Resina RODRIGUES e José Adriano de Freitas CARVALHO), Porto, CIUHE - FLUP, 1996, p. 168.

que através deste e de outros instrumentos, vê inaugurados novos caminhos de construção de santidade pautados pela individuação do sentir religioso.<sup>72</sup>

Os ajustes, a que fizemos referência, são, em grande parte, levados à prática pela acção desta e de outras Ordens Religiosas. De todas elas foi a Companhia de Jesus a nomeada, ontem e hoje, rosto da Igreja militante e expressão paradigmática dos tempos modernos, mas adverte Bluteau, valorizando a sua Ordem que *se a Religião Theatina nos primeiros annos da sua fundação se tivera propagado fora de Italia, e cada nação daquellas, em cujas terras hoje começa a nacer [...] e Portugal, tivera cooperado à multiplicação dos sogeytos, poderia entrar em paralelo com qualquer das mais conspicuas Religioens do Orbe Christão.*<sup>73</sup>

Que sons, aromas, luzes, gestos e objectos usam os Caetanos para envolver as massas na sua vivência quotidiana do religioso? Em que procissões, sermões e festas, participam e quais os lugares que aí ocupam? Que livros de catequese e devoção ou que manuais de piedade escrevem e possuem? Como e quem direccionam espiritualmente? Com que frequências ministram a comunhão e que destaque dão à oração mental?

Podemos chegar a alguns destes aspectos a partir, por exemplo, da leitura do Livro XVII das *Memorias* intitulado “Solenidades Públicas, e extraordinarias, que na sua Igreja Celebrarão os Clérigos Regulares.”<sup>74</sup> Alguns dos elementos aí presentes permitem-nos compor o quadro de devoção quotidiana, no qual os Clérigos Regulares vão ter uma participação activa e reguladora através do uso de dispositivos de enquadramento, servindo, a própria Casa como plataforma de articulação entre a dimensão jurídica e formal da Igreja pós-tridentina e a vivência efectiva (e afectiva) do religioso pela população lisboeta.<sup>75</sup> É, em parte, usando, criando e gerindo estes dispositivos, que também os Teatinos, se enquadram e representam a si próprios, inventando-se mediaticamente fora da sua Casa.

Não podendo auferir de proventos advindos da posse de bens de raiz e condenando veemente a mendicidade enquanto modo de sobrevivência do Clero Regular. Os Caetanos vão desenvolver mecanicismos de gestão palpáveis em três dos doze *Livros* provenientes da Casa da divina Providência de Lisboa onde estão inclusos os róis de receitas e despesas, foros e recibos de pagamentos, registos de esmolas e doações aceites. A prática do entesouramento fugindo às lógicas quotidianas dos Clérigos, ou não confiassem eles nos

---

<sup>72</sup> TAVARES, *op. cit.*

<sup>73</sup> BLUTEAU, “Theatinos”, *op. cit.*, p.149.

<sup>74</sup> BEM, *op.cit.* Tomo II., liv. XVII, pp. 240-265.

<sup>75</sup> Sobre dispositivos de enquadramento e regulação da vida quotidiana veja-se: GOUVEIA, António Camões; «Estratégias de interiorização da disciplina» in *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, Vol. 4, pp.415-449.

ditames da Divina Providência, é substituída pela urgência de empreender relações e contactar diferentes agentes socio-económicos. As rendas e doações feitas aos Clérigos, que se convertem em património comum, servem não apenas para o sustento quotidiano da casa e obras de melhoria e alargamento da mesma mas, igualmente, para a organização de eventos de natureza litúrgica que, por sua vez, guarnecem a Casa de um carácter prestigiante e por isso mediático. É deste modo que, o dar a ver a Casa – abrindo-a e o dar a ver os Clérigos – relacionando-os com o exterior – são também peças adestradas pela necessidade constante de sobrevivência. Daí que, por vezes, ao invés de se discutir gestão de dinheiros, surjam ecos de vontade de estabelecimento de relações com agentes económicos. Os fios com que se tecem as sociabilidades de natureza económica e política são os mesmo que vão ditar as sociabilidades intelectuais arquitectadas, também, desde o início.

É o fausto da igreja e das cerimónias litúrgicas<sup>76</sup> – comprovado por Caetano do Bem e diversas vezes descrito nas *Memorias* das festas<sup>77</sup> – um dos muitos vernizes que converte a Casa em entidade visível e urbana. Aqui não nos podemos esquecer que a organização e participação em cerimónias litúrgicas abre possibilidades de afirmação de uma Casa de pequenas dimensões em espaço urbano.

A imagem do Clérigo quer-se despojada exteriormente, as vestes sóbrias e escuras de que o Teatino se faz acompanhar atestam-no. A simplicidade no vestir e continência no gesto e na expressão comprova o domínio das paixões e o litúgio com corpo vivificado por estes e outros Clérigos Regulares que deste modo encarnam a austeridade de uma vida legada a afazeres eruditos. As paixões (se pertinentes) têm lugar próprio (metodicamente estudado) nas palavras escritas e ditas no e para o púlpito? A palavra, sua ordem e ritmo, está codificada pelo mestre D. Caetano Barbosa (1660-1736) que ensina desde cedo o “método português de pregar” aos seus noviços. Numa espécie de guião de lições – a *Rethorica Ecclesiastica*<sup>78</sup> – o autor plasma e codifica o método de pregar que Vieira usou dando uma nova atenção ao conceito predicável e adicionando uma inovadora disposição retórica ao associar o uso de tropos e figuras a géneros particulares de discurso. Este guião que faz corresponder “uma ordem expositiva” a uma “majestade arquitectónica” é estudado e aplicado pelos

---

<sup>76</sup> Sobre o poder, o espectáculo e o fausto das cerimónias no tempo de D. João V veja-se: BEBIANO, Rui; *D. João V. Poder e Espectáculo*, Aveiro, Estante, 1987. Sobre as festas, cerimónias litúrgicas, procissões e peregrinações veja-se: GOUVEIA, António Camões, MARQUES, João Francisco, PAIVA, José Pedro, PENTEADO, Pedro, “O Deus de todos os dias: espaços, sociabilidades e práticas culturais” in *História Religiosa de Portugal*, vol. 2, (coord. António Camões GOUVEIA e João Francisco MARQUES), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 315-665.

<sup>77</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II, liv. XVII, pp. 240-265.

<sup>78</sup> BNP, Res. Mss. COD. 3157. Sobre a *Rethorica Ecclesiastica* de D. Caetano Barbosa veja-se: CASTRO, Anibal Pinto de, *Retórica e Teorização Literária: do Humanismo ao Neoclassicismo*, 2ª ed., Lisboa, INCM, 2008, 112-132.

futuros Académicos Teatinos nos seus exercícios, determinando e estabelecendo “uma base teórica de sustentação para um método de eloquência sacra”<sup>79</sup> que organiza e oferece o tom a pregadores portugueses e espanhóis até ao século XVIII.<sup>80</sup>

---

<sup>79</sup> CASTRO, *op. cit.*, p. 130.

<sup>80</sup> A proposta de um método específico de Vieira merece uma releitura em: MENDES, Margarida Vieira, *A oratória barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 2003.

## I.5. Uma Casa em Lisboa

Mas que processo conduziu ao estabelecimento dos Teatinos na cidade de Lisboa?

É na primeira metade do século XVII que se assiste a uma multiplicação do número de Casas. A fundação de 25 novas Casas na península itálica atesta este impulso da Ordem dos Clérigos Regulares<sup>81</sup> que em 1750 conta já com cerca de 70 Casas em território europeu (Itália, Áustria, Baviera, Espanha, França, Polónia, Portugal).<sup>82</sup> Mas a propagação pela Europa não se constituiu como único objectivo dos Clérigos Regulares Teatinos, neste sentido destacamos a primeira missão em 1626 à Geórgia e a entrada no território português de Goa em Outubro de 1640, no âmbito de um acordo firmado entre Filipe III e a Congregação da Propaganda Fide (1622).<sup>83</sup>

Não entrando na descrição do conjunto das relações existentes no território português do Oriente entre as diferentes autoridades eclesiásticas e políticas nem sublinhando as diversas estratégias de actuação da Congregação da *Propaganda Fide* (1622) e graus de ajuste e desajuste entre esta e a manutenção do Padroado português importa referir que o momento de entrada dos Teatinos em Goa é um momento de tensão e viragem. Cerca de dois meses depois desta D. João IV sobe ao trono e os Caetanos recebem Ordem de expulsão desse território.<sup>84</sup>

---

<sup>81</sup> CAMPANELLI, Marcela, *I Teatini*, Napoli, Edizioni di Storia e Letteratura, 1980, p. 7. A autora faz um estudo sistemático das Casas italianas incidindo igualmente em aspectos de carácter patrimonial e administrativo. Consulta da obra a partir de:

<<http://books.google.pt/books?id=gCAHYHp1VaUC&pg=PP1&dq=CAMPANELLI,+Marcela&ei=GK5YS7a0N5TIzATY4dW-Bg&cd=2#v=onepage&q=&f=false>> [última consulta a 30/08/2009].

<sup>82</sup> O número é-nos indicado em: MERCATI, A. e PELZER, “Teatini”, *Dizionario Ecclesiastico*, vol. III, Torino, Union Tipografico-Editrice Torinese, 1958, pp. 1051-1052. A maioria das Casas, segundo o testemunho que nos é dado por de Tracy (Clérigo Regular Francês) situava-se em território italiano sendo apenas catorze aquelas que em 1755 estão activas fora de Itália: “Nous avons quatorze Maisons hors de l’Italie, sçavoir, cinq en Espagne, une en Portugal, quatre en Allemagne, une à Goa, deux en Pologne, e cella de Paris” (DE TRACY, Bernard Destutt, *Remarques sur l’établissement des Théatins en France, et sur les maisons de la même Congrégation* [...], 1755, [s.i], p.129) Pode ser lido em:

<<http://www.google.com/books?id=O8QGAAAaAAJ&pg=PA173&dq=Remarques+sur+l%27C3%A9tablissement+des+th%27C3%A9atins+en+France&lr=&ei=WkI6S9bjL5e4ywTC-OnGAQ&hl=pt-PT&cd=1#v=onepage&q=&f=false>> [última consulta a 29/12/2009]

<sup>83</sup> A entrada em território português havia sido autorizada em 1590 por Urbano VIII sendo concedido como lugar de missão Hoidalção.

<sup>84</sup> Avitabile (1590-1650), António Ardizzone Spínola (1609-1697), Francisco Manco (m. 1646) e André Lippomano – irmão leigo (m. 1641) são os Teatinos que se encontram em Goa à data.

<sup>84</sup> Embora, neste trabalho, não nos centremos em detalhe no episódio de expulsão de Goa importa referir que este se encontra bem documentado, são inúmeros os pareceres reunidos relativamente à questão da permanência ou não dos Padres Teatinos em Goa. Destacamos no ANTT, CD-CNSDP, liv.7: *Alvarás del Rei, e Certidões de favor à Casa da Divina Providência; Carta de D.Francisco dos Martires Arcebispo primaz de India em que avisa a ellre que não pode partir hum religioso doente; Carta dos Prelados das Províncias e custódias da India sobre a grande*

É o Padre António Ardizzone Spínola<sup>85</sup> (1609-1697) o principal mentor de uma aproximação a D. João IV viajando para Lisboa (1648) e propondo ao rei a fundação de uma Casa nessa cidade assim como a imutabilidade dos Padres Teatinos no Estado da Índia. Se, por um lado, a prioridade dos Teatinos era a sua permanência a Oriente, por outro, a deslocação a Lisboa permitiu idear novas oportunidades de fixação e alargamento do Instituto. As relações empreendidas por Ardizzone com as elites de Goa e depois com a Corte de Lisboa desde o momento de chegada fazem adivinhar a longevidade e dinamismo que vai caracterizar a acção da Ordem dos Clérigos Regulares de São Caetano em território português nos anos subsequentes.<sup>86</sup> São, aliás, as famílias com quem, inicialmente estabelecem as relações mais profícuas que vamos, por vezes, ver integradas na clientela cultural e política dos Padres Teatinos da primeira metade do século XVIII.<sup>87</sup>

---

*utilidade dos nossos religiosos naquelle estado; Cópia de huma petição de Goa do vise Rey da Índia [...] decreto del rej D. João o 4º mandou sabir daquelle estado os Religiosos Theatinos; Certidão que passou a favor dos religiosos [...] dos mais officiais desta Caça da Misericórdia de Goa; Carta dos Governadores da Índia para o Rei a favor dos Nossos Religiosos. Sobre a permanência da Casa em Goa e seu estado ou sobre os Teatinos no Oriente durante o século XVIII veja-se na BNP, Res, mss. nº 9 – Cartas escriptas de Goa a D. Thomaz Caetano de Bem, sobre interesses da Congregação Theatina na Índia; COD. 1527 – Informação do que tem succedido aos Religiosos Theatinos na Missão do Camboja; BNP, Res; COD. 177 – Missões que fundaram no Oriente (1640-1770); COD.186 - Noticia da Fundação do Templo, das Casas e das Missões que teem nas Indias Orientaes; COD. 185 a 187 – Sua História em Portugal e na Índia. Documentos Diversos. Collecções de documentos diversos; COD. 245, nº 137, Carta dirigida pelo P. D. Salvador Galbo a D. Antonio Conti Vintemilha acerca da acção missionária dos religiosos Teatinos (?) no Oriente. (Goa, 1769, Dezembro 20); Mss. 245, nº 180 – Carta dirigida por António Borges ao Sr. Luís Caetano da Silva dando-lhe noticias da tensa situação da casa dos Teatinos em Goa e das dificuldades de política interna e externa da Índia Portuguesa. (Goa 1740. Janeiro. 29); COD. 245, nº 179 – Carta dirigida de Goa, por um religioso ao Sr. Luís Caetano com noticias pessoais e referencias a actividades militares dos portugueses na Índia. (Goa, CDP, 1738, 22 de Janeiro); COD. 245, nº 156 - Carta dirigida pelo Sr. António Borges ao Sr. Luís Caetano da Silva sobre as dificuldades da casa dos Teatinos e sobre a situação política de Goa. (Goa, CDP, 1743, 8 de Janeiro); COD. 245, nº 154 - Carta dirigida por D. Agostinho Barreto ao Ir. Luís Caetano da Silva relatando-lhe a situação espiritual e económica e a actividade dos Teatinos de Goa e fazendo algumas referências de carácter político. (Goa, CDP, 1796 (?) Jan); COD. 245, nº 128 – Carta dirigida por D. Miguel Lourenço Gomes, Clérigo regular, e Pedro Norberto de (?) Aucoirt e Padilha agradecendo presentes feitos por este à Comunidade e tratando outros assuntos. (Goa, CDP, 15 de Dez. de 1765); COD. 245, nº 170 – Carta dirigida por D. Salvador Galli a D. António Ardizzone acerca da situação financeira do caso dos Teatinos em Goa e da Acção Missionária no Oriente (Goa, 1677, Jan. 24).*

<sup>85</sup> Relativamente à vida e obra de Ardizzone Spínola: WINIUS, George D., “Padre António Ardizzone Spínola: a geneose at the twilight of the Estado da Índia Oriental”, in *Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, CNCDP., 1995, pp.521-526 e MARQUES, João Francisco, *Parentética Portuguesa e a Restauração (1640-1668)*, vol. II, Porto, INIC - CHUP, 1989, pp. 398-402 (contem uma pequena biografia e bibliografia de Ardizzone Spínola)

<sup>86</sup> Num momento anterior um Teatino, mais tarde canonizado, havia já estabelecido relações com um outro elementos da Casa Real portuguesa. Trata-se de Santo André Avelino de origem napolitana (1521-1608) que, a acreditar nos testemunhos de Salazar e Castro, António Caetano de Sousa e Diogo Barbosa Machado, teve um papel na orientação espiritual da D. Maria de Portugal neta de D. Manuel e princesa de Parma (1565-1577). Veja-se: CARVALHO, José Adriano Freitas de, “A correspondência de Santo André Avelino com Maria de Portugal: limites e orientações do que poderia dizer-se uma «orientação espiritual» in *D. Maria de Portugal, Princesa de Parma (1565-1577) e o seu tempo. As relações culturais entre Portugal e Itália na segunda metade de Quinhentos*, Porto, CIUHE, 1998, pp. 183-228. Este artigo pode ser lido em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6291.pdf>> [última consulta a 3/07/2009]

<sup>87</sup> Com a família Mascarenhas são criados laços e clientelas ainda em território goês: “Sendo a Religião dos Clérigos Regulares tão obrigada à Família de Mascarenhas [...] especialmente pelos muito favores, que da generosidade destes Senhores receberão os nossos Religiosos na Índia, quando os mesmos Senhores governarão aquelle Estado.” (BEM, *op. cit.*, Tomo I, liv. VI., p. 307)

D. João IV autoriza a fundação de uma Casa em Lisboa, por alvará de Dezembro de 1650.<sup>88</sup> Num primeiro momento o Instituto estabelece-se junto às portas de Santa Catarina (1650-1653) recolhendo-se numa pequena habitação. Revelar-se-ia importante atender à materialidade e forma de que se reveste este primeiro espaço físico, assim como a Casa em que vão permanecer durante toda a sua existência em Portugal (1653-1834), os espaços onde se estabelecem e desenvolvem relações, onde se processa o quotidiano das sociabilidades claustrais – o “onde” da comunicação. Que dimensões, que comodidades?

Não vamos aqui abordar estas questões em detalhe todavia, importa alertar para os inúmeros aspectos referidos por Caetano de Bem ao tentar reproduzir nas suas *Memorias* os momentos vividos (e as espacialidades que os enformam) na primeira Casa onde, nas suas palavras, *se dispoz logo huma tambem pequena, mas decentemente ornada Capella, para se dizer Missa, e se fazerem os mais exercicios espirituaes, que ordena a nossa Religião, e Constituições; e para os mais ministerios, e commodos necessarios, tanto para o commum, como para o particular se determinárão os outros apartamentos; de sorte, que por hum admiravel effeito de hum verdadeiro zelo, e desejo da observancia de nossas Constituições, e Regra, em hum tão breve circulo, e apertada Casa, se via toda a fórma de huma Comunidade Religiosa, e perfeitamente observante, e bem regulada.*<sup>89</sup>

O dia-a-dia dos Clérigos não se vai processar em clausura, para além da sua Casa há todo um conjunto de espaços a ter em conta pois, como já verificámos, são também seguidos os ditames de uma *vida activa, e laboriosa, servindo o proximo no caminho da sua salvação, [...] ajudando os Fieis a salvarem as suas almas, e poderem estes entrar no Ceo; administrando-lhes os Sacramentos da Penitencia, e Communhão, o que fazem em alguma das Igrejas mais vizinhas, exhortando-os ao amor da virtude com praticas espirituaes, que fazem em a nossa mesma Capella, visitando os enfermos em suas casas, para os excitar a huma perfeita resignação na Divina vontade, e animar em suas molestias, e trabalhos, ouvindo a qualquer hora do dia, ou da noite, as confissões dos enfermos, assistindo do mesmo modo aos moribundos, e ajudando-os na ultima hora a passarem á eternidade em graça, e amizade com Deos e prestando, igualmente, assistencia aos miseraveis réos, que por sentença da justiça se achavão condenados á morte [...]*.<sup>90</sup> A sua capela, outras capelas, casas de moribundos, a própria corte enquanto espaço físico, enfim toda uma série de espaços que devemos sempre ter presentes pois integram e constroem teias de relações.

---

<sup>88</sup> SOUSA, António Caetano de, *Provas da história genealógica da Casa Real Portuguesa.*, Tomo. IV, Parte II, Coimbra, 1950, pp. 384-385.

<sup>89</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo I, liv. III., p. 156.

<sup>90</sup> BEM, *idem.*, p. 158.

Todavia, existem espaços de suporte iniciais que, de certo modo, funcionam como pilares da Casa da Divina Providência. É o caso da Irmandade das Escravas da Divina Providência fundada pela Marquesa de Niza, D. Inês de Noronha e constituída por mulheres da primeira nobreza dirigidas espiritualmente por D. Alberto Maria Ambiveri (1618-1651). Esta vai revestir-se de um carácter relevante para a Ordem quer no suporte financeiro, e neste sentido não nos podemos esquecer do papel de D. Mariana de Noronha e Castro (1614-1681) que, como já referimos, concede todos os seus bens aos Clérigos Regulares Teatinos,<sup>91</sup> quer na dimensão social facilitando proximidades e criando laços de fidelidade entre os padres Teatinos e a Corte.

Neste capítulo tentámos abordar o conjunto das questões iniciais, algumas delas vão ser retomadas ao longo dos capítulos que se seguem. Todavia, da síntese que empreendemos voltamos a frisar algumas ideias-chave: a Casa da Divina Providência de Lisboa é espaço de Reforma e, por isso mesmo de profusão de *Saberes*. No seio desta jogam-se equilíbrios e proximidades com as elites económicas, políticas e culturais desde o início do seu estabelecimento em território português. Temos pois, por um lado, a abrangência nas relações humanas que os Clérigos empreendem e por outro a ambivalência dos espaços em que circulam.

---

<sup>91</sup>. BNP, COD. 427, fls. 35-53.

## CAPÍTULO II. OS ACADÉMICOS MENINOS: *INCLINAÇÃO, GÊNIO E NATUREZA*<sup>92</sup>

A energia e vitalidade na difusão de *saberes* desta Ordem Religiosa em Portugal, que advêm, em parte, da conjugação das condições mencionadas anteriormente, tem diferentes ritmos sendo o período de maior entrosamento com os *poderes* aquele que delimitámos cronologicamente no nosso estudo. Mas porquê? Que mutações se operaram em Portugal nas últimas décadas do século XVII, altura em que os Teatinos se formam, e na primeira metade do século XVIII, período em que se tornam Académicos do número da Academia Real da História?

A resposta a esta questão não é fácil e não pode ser dada de forma linear principalmente se colocada nestes termos. É que os Teatinos não concluem os seus estudos nas últimas décadas do século XVII, eles prolongam-nos durante uma vida (é nisso mesmo que se especializam) e não apenas imbuídos numa instituição ou num espaço, diríamos, de ensino.

Note-se que alguns dos Caetanos têm já uma idade avançada quando ingressam na Academia ou mesmo nos círculos académicos anteriores à sua constituição. O que leva, então, a que tão facilmente se adaptem e que logo após a sua entrada na Academia cedam quase de imediato um número considerável de textos completos para impressão? A sua educação estaria já vocacionada para as matérias que iriam ser tratadas na Academia Real faltando-lhes um palco de explanação, aliás proposto por um dos Teatinos<sup>93</sup>?

Isabel Ferreira da Mota indica-nos o caminho lembrando as palavras de D. Manuel Caetano de Sousa ao aludir aos potenciais, porque ainda jovens, Teatinos Académicos já então *inclinados à Historia de Portugal*.<sup>94</sup>

Para além das matérias podemos também pensar nos métodos e padrões de aprendizagem e ensino presentes no interior da Casa da Divina Providência. Estavam,

---

<sup>92</sup> BNP, Res. Mss. COD. 3870 – PONTE, João Batista da, *Instruções de Noviciado de S. caetano. Traduzidas pelo P. D. João Baptista da Ponte no anno de Noviciado que foi o de 1731 para 1732*, f. 3v.

<sup>93</sup> BNP, Res. Mss. COD. 370 – *Origem da Academia Real da História Portuguesa Fundada por ElRey D. João V N.S. em Lisboa no Palacio da real Casa de Bragança*. Este texto, que é, de certo modo, o ponto de partida da instituição da Academia, encontra-se aliás estudado por Isabel Ferreira da Mota no primeiro capítulo da obra a que temos vindo a aludir sendo aqui aliás sumamente vincado o papel de D.Manuel Caetano de Sousa na criação da Academia Real da História (MOTA, “Criação, Enquadramento legal e modo de funcionamento”, *op. cit.*, pp. 29-52)

<sup>94</sup> MOTA, *idem.*, p. 33 e n. 8.

também estes, na base de uma predisposição dos membros do instituto para o ingresso e construção de espaços académicos?

Os Académicos Teatinos terão sido escolhidos apenas pelas suas ligações familiares pela sua rede de contactos intelectuais estabelecida e pela sua actividade fora do Claustro, nomeadamente ao serviço de D. João V? Ou terá também interferido, nesse processo, a sua performance no interior do Instituto ou preferência do “mestre” – D. Manuel Caetano de Sousa – que, como frisa Isabel Ferreira da Mota, indicou de imediato ao Rei D. Luís Caetano de Lima, D. José Barbosa e D. António Caetano de Sousa para ingressarem na Academia? Foram estes Teatinos que começaram desde cedo a construir-se como excepção ou foram submetidos a rigoroso exame no início do seu percurso?

Importa referir que os Teatinos para chegarem a professores, Padres, Mestres, confesores, pregadores, académicos destacaram-se no interior da Casa pelo seu “talento, disciplina e produtividade intelectual” pelo que a Casa da Divina Providência de Lisboa é, tal como a Academia Real da História, também ela “um primeiro lugar de ensaio para a constituição da sociedade dos talentos e dos méritos.”<sup>95</sup> Podemos aferi-lo a partir das *Instruções do Noviciado*?

As *Instruções do Noviciado*<sup>96</sup> traduzidas por D. João Baptista da Ponte,<sup>97</sup> Clérigo Regular, entre 1731 e 1732 embora centradas em lógicas concernentes à vida espiritual e ao quotidiano religioso dos noviços permite-nos, de certo modo, pensar a forma como se desenvolviam os estudos no noviciado da Casa da Divina Providência de Lisboa apresentando os modelos, mais ou menos padronizados, em que devia decorrer a obtenção, construção e entronização de conhecimentos. Todavia, importa referir que o que nos é, sobretudo, apresentado nas *Instruções do Noviciado*, é um modelo de Mestre constituindo-se estas como uma espécie de guia e inventariação dos preceitos que devem regular os

---

<sup>95</sup> MOTA, *op. cit.*, p. 25.

<sup>96</sup> PONTE, *op. cit.*

<sup>97</sup> João Baptista da Ponte (Lisboa, 1677-1741) entra na Casa da Divina Providência em 1731 tendo “dispensa Pontificia de seis mezes de Noviciado, e de quatro mezes de Oblato, dada pelo nosso Reverendo Padre Geral em 26. de Março de 1732.” (BEM, *op. cit.*, Tomo II, liv. XVI., p. 236). Recebera antes o grau de Bacharel na Universidade de Coimbra servindo de seguida no Desembargo do Paço e tendo ainda outros empregos como o de Juiz dos Órfãos na Vila de Freixo de Espada-a-Cinta subindo posteriormente na “carreira” como Promotor, Desembargador e Visitador do bispado de Lamego (só depois de 1715 quando já havia sido ordenado presbítero e nomeado Abade da Igreja de S. Pedro de Ester pelo Bispo de Lamego). João Baptista da Ponte não ingressou na Academia Real da História, todavia destacou-se na Academia dos Anónimos (1698) onde assumiu o lugar de Censor. Em 1732 faz a sua profissão solene na Casa da Divina Providência (conta então com 55 anos de idade) nas palavras de Diogo Barbosa Machado, por se encontrar “ [...] ambicioso de estado mais perfeito.”: MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana* [...], Tomo II, pp. 601-602.

comportamentos e atitudes do mestre para com os seus noviços. As *Instruções* são por isso dirigidas a um público específico do qual alguns dos nossos Teatinos Académicos fazem parte.

Contudo encontram-se também aí aspectos que se nos afiguram de extrema relevância uma vez que se ligam às directrizes que estão na base do recrutamento de noviços. Podemos assim a partir das *Instruções* compreender como se juntam num determinado espaço e momento homens que aprendem, ao longo de uma vida, a construir-se como excepção?

O manuscrito encadernado juntamente com alguns fólhos copiados do mesmo por outras mãos (talvez no âmbito de um qualquer exercício escolar ou de preparação) conta com dezasseis capítulos.<sup>98</sup> O primeiro fornece-nos o protótipo daquele que devia iniciar e guiar, com o exemplo, os jovens na Religião. O ofício de Mestre reputa-se, pois, como *o mais importante que ha na Religião* e por isso incompatível com qualquer outra função. Surgindo, aqui e ali, indicações do modo como deve o Mestre preparar-se para assumir tal papel: *Estude muito bem em fazer aproveitamento [...] na doutrina espiritual, Lendo muitas uezes [...] aquelles Liuros que tratão da disciplina regular e guia das almas, particularmente o Combate Espiritual do nosso Padre Scupoli*. Para além da leitura de guias deve também o Mestre ter longo contacto com *historias sagradas ou biblicas e vidas de sanctos*. Nas fórmulas a usar na exposição de conteúdos deve guiar-se pelo *estilo uzados dos Padres antigos*. O Mestre para formar tem assim de dominar determinados instrumentos e técnicas, conhecer livros, histórias sagradas, vidas de santos e aspecto a vincar – tem de saber mover-se e familiarizar-se com uma biblioteca – pois o noviciado deve ter a sua própria *liuraria escolbida* pelo mesmo onde idealmente constam, entre outras obras, as dos Padres Teatinos.<sup>99</sup>

A juntar a estes aspectos podemos vincar outros tendo em conta as questões lançadas inicialmente. Um deles é a enorme atenção que deve ser dada a cada um dos

---

<sup>98</sup> *Instruções* [...], a saber: 1. “Do Mestre dos Noviços”; 2. “Do Soto Mestre ou Companheiro do Mestre dos Noviços”; 3. “Daquelles que procurão ser admetidos a nossa Religião”; 4. “Do que deue fazer o Mestre quando entra hum Noviço na Religião”; 5. “Dos que an de tomar habito da Religião, acabados os 4 mezes de hospedes”; 6. “Dos que an de ser admitidos à profição acabado o anno da sua approvação”; 7. “Do que deueram fazer os Noviços para aprouveitar no espirito”; 8. “Do gouerno temporal dos Noviços”; 9. “Do que deuem obseruar os Noviços no tempo da Recreação em caza ou fora della”; 10. “Do que am de obseruar os Noviços no Refeitorio sentados ou lendo à meza”; 11. “Do que deuem obseruar os Noviços assestindo ao officio Diuino do Choro”; 12. Como deuem applicar-se os Noviços ao seruiço da Igreja”; 13. “No que deuem obseruar os Noviços no seruir à Missa”; 14. Como deuem os Noviços destrubuir todas as suas acçoens por todas as horas do dia”; 15. “Do modo que se deue ter com aquelles que nouamente tem feito profição”; 16. “Dos Noviços Leigos”.

<sup>99</sup> Alguns dos livros que fazem, idealmente, parte de uma livreria de noviciado Teatino encontram-se arrolados nas *Instruções* [...], fls. 17-17v. Veja-se em anexo (Anexo B)

noviços devendo o Mestre investir no conhecimento prematuro das suas *inclinaç[ões]*, *génio[s]* e *natureza[s]* particulares.<sup>100</sup> É certo que estes aspectos valem, num primeiro momento, para uma melhor formação espiritual todavia podemos equacionar a possibilidade destes, se transporem para o plano dos interesses intelectuais de cada um? Aqui importa não esquecer o repetido apelo feito ao Mestre para que *se mostre alegre e desejoso que os noviços se recreem, porque assim mais facilmente conhecerá as inclinações de cada hum.*<sup>101</sup>

Para que se conheça o noviço é necessário criar laços de amizade e este é, igualmente, um dos aspectos a reter. É, pois, necessário conhecer para melhor se poder *gouernar* o discípulo e este conhecimento deve estar assente em pilares de convívio espiritual que, no decorrer dos estudos se podem, presume-se, tornar um convívio erudito: *isto conseguirá não só com observar miudamente, as suas acções, e costumes, mas com chama lo varias vezes, e dar lbe confiança de declarar lbe o seu interior, que para isso deue o Mestre dar Liure entrada ao noviço para recorrer a elle a toda a hora para manifestar lbe os seus pensamentos; e buscar conselho, e remedio, e ouui lo [...] sem tédio.*<sup>102</sup>

Segundo a natureza de cada noviço deve o Mestre adoptar diferentes modos de se relacionar com ele pois se por um lado convém ser *com todos igual no tratamento* por outro importa atender com mais veemência aos de *compleição mais delicada ou mais viuua.*<sup>103</sup> Estas indicações parecem não divergir daquelas que são dadas aos Mestres de outros noviciados mesmo tratando-se de outras Ordens Religiosas.

O processo de selecção de noviços encontra-se descrito em pormenor na fonte que temos vindo a tratar. A partir da descrição do processo podemos vislumbrar o nível de exigência ou a construção de uma imagem de exigência, a que já fizemos alusão.

Assim, quem almeja entrar ou fazer entrar um dos seus parentes na Casa deve, num primeiro momento, *meter conversa* com um dos Padres do Instituto. Este Padre, examinando com *muita consideração* o pretendente, fará menção do sucedido ao Padre Propósito. Durante algum tempo importa que o potencial noviço frequente a Missa na Igreja de Nossa Senhora da Divina Providência e que tenha a algum dos membros da Casa como seu confessor. Este é o período de pretensão em que aquele que guia o aspirante faz *toda a deligencia por*

---

<sup>100</sup>*Instruções* [...], fl. 3.

<sup>101</sup> *idem*, fl. 3 v.

<sup>102</sup> *idem*, fl. 3 v.

<sup>103</sup> *idem*, fl. 3

*Conhecer bem os motivos da sua vocação não lhe mostrando muita ansia, e grande desejo da sua entrada antes lha representando defícel.*<sup>104</sup>

O ideal é que o noviço seja de origem e/ou de *criação* nobre pois refere-se tal *por experiencia ajuda muito a viver em Commum* todavia, concorrem outros dois aspectos para a selecção do noviço e estes surgem independentes do primeiro são eles: o *ingenho singular* e a *excelexencia da doutrina e virtude*. O singular engenho e a virtuosidade, que repita-se surgem aqui como atributos apartados, devem pois ser de tal grau que *supra[m] a falta na condição do nascimento a qual ao menos seja sempre cervil e honrada mas de nenhuma sorte baixa e servil.*<sup>105</sup>

O número de noviços e Padres não deve ser largo, segundo as *Constituições* da Ordem, encontrando-se esse aspecto igualmente patente nas *Instruções* na fórmula seguinte: *Conseruesse sempre em vigor, o Louuauel Costume de nossa Religião em não ser facil admitir pertendentes, nem aceitar muitos, e qualquer que venha, mas sim poucos e escolhidos*. É pois na *escolha* que tudo se joga, mas esta não é uma escolha ímpar. Até ter o seu próprio *gabinete* de estudos, pregar perante o Rei, assumir o papel de confessor de um *grande* de Portugal ou ser Mestre de um príncipe, o Teatino será escolhido vezes sem conta. Esta é uma primeira escolha – uma escolha determinante é certo – assim sendo quais os aspectos que para ela concorrem quais os parâmetros a que obedece a selecção?

Mal entra na Casa o noviço é submetido a um questionário feito pelo Padre Director, ou director espiritual, não sabemos se oral ou escrito, passando só depois ao exame do Padre Preposito e de um dos Vogais. O que se avalia neste primeiro momento é a vocação religiosa do noviço, o conhecimento que tem das orações e dos preceitos da Igreja. Todavia importa notar que o noviço tem de ser enquadrado no plano de estudos do noviciado. Note-se igualmente que todos os Teatinos Académicos que estudamos têm uma formação anterior na maior parte das vezes feita em colégios jesuítas sendo este um dos aspectos que, sem dúvida, concorre para a admissão do noviço.<sup>106</sup> Embora, existam excepções, e aqui importa lembrar que não contemplamos o caso dos irmãos leigos, o

---

<sup>104</sup> *Instruções* [...], fl. 6 v.

<sup>105</sup> *idem.*, fl. 7 v.

<sup>106</sup> Note-se que nos rois de entrada e saída de noviços encontram-se presentes as formulas e declarações, escritas pelos pela mão dos noviços, de juramento que servem de prova à passagem do noviço para professo. Algumas das declarações eram escritas em latim outras em português. No caso dos recentemente professores e, futuros Clérigos que virião a ser Académicos a declaração encontra-se escrita em latim e em letra cuidada ao contrário do que acontece noutras ocasiões, em que surgem declarações escritas de modo rudimentar, talvez pela puerilidade do aspirante ou pela ausência de formação anterior, todavia estes casos são muito escassos. Vejam-se algumas das declarações presentes no Torre do Tombo e note-se que a maioria dos Clérigos Teatinos que estudados escreveram a sua declaração em Latim e num tipo de letra cuidada (ANTT. CD-CNSDP, liv. 5 – *Livro dos noviços e Professos desta nossa Casa de Nossa Senhora da Divina Providência de Lisboa*)

noviciado não parece estar direccionado para o ensino das primeiras letras o que não quer dizer que os Mestres aí formados não as ensinam fora do noviciado.

O noviço será depois examinado por todos os Vogais em menos de um mês seguindo-se o escrutínio. Assim, para ser admitido no Instituto o potencial noviço é votado e só entra se aceite *por duas partes de votos secretos em cada hum dos tres capitulos*.<sup>107</sup>

Decorrido que está o processo de hospedagem, processo que dura cerca de quatro meses, os seus dados são arrolados começando-se a contar o ano de aprovação findo o qual o noviço professa solenemente. Um mês antes da Profissão começam novos exames seleccionando-se, por essa altura, dois Padres *escrutadores* assim estes *ham de tirar informação dos outros Padres; e Irmãos asim profesos, como nouços do modo que se tem hauído e tratado, aquelle nouço que ha de fazer a profissão*.<sup>108</sup> Assim antes da primeira tonsura os aspirantes têm de ultrapassar varios obstáculos não se afigurando esta de fácil acesso.

Afigura-se relevante, quando pensamos nos exames e avaliações que decorrem dentro da Casa, notar que estas não terminam no período de noviciado a informação é-nos, por exemplo veiculada, pelo Bispo de Lamego numa de muitas cartas que escreve a seu sobrinho – D. Manuel Caetano de Sousa – quando se encontra em Roma como embaixador. A carta data de Novembro de 1680 e o Bispo tomando conhecimento que seu sobrinho está doente refere: *espero que ella [doença] não fizesse embaraço para fazeres o examo da Physica com todo o Luzimento*.<sup>109</sup> Aqui, o que se pode afigurar curioso não é apenas o facto de D. Manuel estar em período de avaliação uma vez que depois da profissão (que no caso de D. Manuel é feita em 1676) continuam os estudos rumo à consagração do professo como Padre, o que pensamos ser relevante são os conhecimentos avaliados – a Física e o facto de cinco anos depois ser na Filosofia que D. Manuel se estreia como lente para mais tarde se dedicar ao ensino de Teologia. Tal aspecto permite constatar a existência de uma oferta formativa abrangente dentro da Casa da Divina Providência de Lisboa sendo que tal é também possível encontrar noutras Casas Religiosas onde também se ensinam ciências severas nomeadamente nas dos Jesuítas onde a aula da esfera assumia um papel relevante.<sup>110</sup>

---

<sup>107</sup> *Instruções* [...], fl. 8 v.

<sup>108</sup> *Idem.*, fl. 13-13v.

<sup>109</sup> BNP. Res. mss. COD. 7697, f. 48 - *Carta de 14 de Novembro de 1680*.

<sup>110</sup> Sobre a ciência em Portugal na época moderna e a Aula da esfera veja-se: LEITÃO, Henrique (et. al), *Sphaera mundi: a ciência na aula da esfera : manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas colecções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008. <[http://chcul.fc.ul.pt/textos/BNP\\_Sphaera\\_mundi-2008.pdf](http://chcul.fc.ul.pt/textos/BNP_Sphaera_mundi-2008.pdf)> [última consulta a 12/01/2010]

Mas, voltando às *Instruções*, como decorria o dia-a-dia no noviciado? Podemos imaginá-lo a partir da leitura do sétimo capítulo – “*Do que deueram fazer os Nouiços para aproueitar no espirito*” – pois aí encontram-se descritos alguns dos elementos que o enformam. Em primeiro lugar é dado ênfase aos livros espirituais a partir dos quais devem decorrer os estudos: *A lição dos Livros espirituales ha de ser quotidiana e cada hum ao menos por meya hora, cada dia se ocupe em considerar no que tem lido.*<sup>111</sup> No noviciado é feita oração mental e exames de consciência diariamente – o rosário é um dos instrumentos com que contam e a partir do qual rezam – e a confissão deve ser obrigatoriamente feita três vezes por semana. Os noviços devem também ser avaliados. Assim o *Mestre* determina que *todos os mezes ao menos duas uezes, se faça exercicio, para que estes saibão a doutrina de cor* e para assim, mais tarde, *pode la ensinar.*<sup>112</sup> Os exercícios de *humildade* ou de *utilidade da saude corporal* devem também ser tomados em consideração devendo os noviços varrer, coser, ir buscar água ao poço entre outras tarefas.<sup>113</sup>

Estes procedimentos regularam, desde cedo, a vida dos homens que estudamos fazendo parte e influenciando no modo como os *Saberes* foram, por eles, adquiridos, construídos e difundidos. Formados para formar os Teatinos Acadêmicos especializam-se, sobretudo, nos métodos de aquisição e difusão de *Saberes* o que implica – a par do pensar e coleccionar instrumentos que permitam essa mesma aquisição – a gestão, exposição e partilha dos mesmos exercitada quotidianamente ao longo de anos na Casa da Divina Providência.

A imagem que deve ser dada ao exterior é também contemplada nas *Instruções*. Há pois a necessidade permanente de construir e inculcar uma imagem – formar opinião – senão vejamos: caso um dos noviços não seja aceite para fazer a profissão *fasão no de maneira, que sabia afeiçoado á religião.*<sup>114</sup> É também tendo em vista o exterior que aprendem: *cada hum deue fazer, não como se vir, que os outros fazem, mas sim como está obrigado a fazer, e por este principio an de sempre regular todas as suas acções.*<sup>115</sup>

O convívio entre colegas e os momentos de recreio são também frequentemente vincados. O noviço deve ser constantemente integrado e afeiçoado assim, mal entra na Casa a sua sociabilização deve ficar a cargo de dois dos noviços mais velhos, escolhidos

---

<sup>111</sup> *Instruções* [...], fl.17.

<sup>112</sup> *Idem*, fl. 20.

<sup>113</sup> *Idem*, fl. 23.

<sup>114</sup> *Idem*, f.15

<sup>115</sup> *Idem*, f. 22 v.

pelo Mestre, para o guiarem e o entrosarem com os restantes *Colegas*. Com cautelas redobradas as saídas são permitidas aos noviços e as conversas adivinham-se constantes já que se alerta, aqui e ali, para o número daqueles que nelas devem participar.

Posto isto importa colocar a questão: até que pontos os padrões e modelos académicos, eles próprios *regulares*, estão já inclusos na formação daqueles que ingressam na Academia Real? E aqui podemos pensar na própria Casa da Divina Providência como Academia, uma Academia, aparentemente imperceptível que embora se imiscua em tantas outras Academias (com tudo o que isso implica de troca, recepção e difusão) se constitui e se representa como círculo restrito a que só tem acesso pleno quem estiver embutido no seu interior? Uma Casa que constantemente se abre para se manter única – restrita para ter privilégios? Ou uma Academia de Academias que, tutelada pelo *poder* se deixa também por ele proteger?

## II. 1. Composição Social da Casa da Divina Providência de Lisboa

António Nóvoa,<sup>116</sup> salientando práticas e processos de aprendizagem, António Camões Gouveia<sup>117</sup> sintetizando e alertando para a cooperação entre instituições de *saber* e *poder*, Rita Marquilhas<sup>118</sup> pensando os “aspectos tridentinos do ensino das primeiras letras” e níveis de alfabetização no Portugal de seiscentos – debruçaram-se não só sobre as modalidades de ensino e os agentes formadores ao longo dos séculos XVII e XVIII mas também sobre formação de grupos de letrados ou a acção pedagógica e formadora dos mesmos levada a cabo pelos institutos religiosos. O acento foi posto por todos no ambiente e impulso de Reforma de que a Península Ibérica gozou ao longo deste período (e logo desde o início) e cujas preocupações se estendiam naturalmente ao ensino dos mais novos segundo uma doutrina e moral cristã e tendo como base textos sagrados ou que encerrassem a doutrina católica – eis como se sustentava o programa de estudos, também ele um pilar (senão o pilar) da Reforma. Vimos anteriormente que ao Clero era pedida, segundo as cláusulas de Trento – formação – não apenas para espalhar a palavra de Deus enquadrando as populações, mas também, formação para formar. Colégios como o de Santo Antão têm pois um papel fundamental no ensino das primeiras letras àquelas que serão as elites letradas, urbanas e também eclesiásticas. É aliás no Colégio de Santo Antão que grande parte dos Académicos Teatinos aprende os primeiros rudimentos passando só depois à Casa da Divina Providência onde, cremos, se processava uma espécie de ensino especializado, direccionado, vocacionado ao qual não era alheio para além do movimento académico que rodeava, e do qual se fazia rodear, a Casa, a segunda-escolástica portadora de um “método-disciplina de pensar aliado a uma ortodoxia de conteúdos”.<sup>119</sup>

Tudo nos leva a crer que os Académicos Teatinos se destacam dos seus pares ainda enquanto noviços e que a formação anterior destes homens vai assumir-se como factor decisivo para a sua entrada no Instituto. Mas voltemos à Casa da Divina Providência e mais precisamente ao modo como esta se compõe socialmente. É possível quantificar o número de Clérigos Teatinos e os ritmos de entrada de Noviços na Casa? Qual a origem social e

---

<sup>116</sup> NÓVOA, António, *Le temps des Professeurs. Analyse Socio-Historique de la Profession Enseignant au Portugal (XVIII-XX Siècle)*, vol. 1, Lisboa, INIC, 1987.

<sup>117</sup> GOUVEIA, António Camões; «Estratégias de interiorização da disciplina» in *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. 4., Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, pp.415-449.

<sup>118</sup> MARQUILHAS, Rita, *A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII.*, INCM, Lisboa, 2000, pp. 134-140.

<sup>119</sup> GOUVEIA, *op. cit.*, p. 425.

geográfica dos seus membros? O peso que o sangue tem peso no percurso que é feito pelos Académicos Teatinos? E em que difere o caminho destes homens relativamente a outros de sua Casa?

São vários os elementos que permitem dar algumas respostas às questões acima formuladas. Para tal importa destacar o *Livro dos Noviços e Professos* presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo<sup>120</sup> – rol sistemático onde foram registados, entre 1652 e 1747, os nomes e as datas em que os indivíduos foram recebidos na Casa, entraram no noviciado, professaram na Ordem e aí faleceram. Para além destas informações figura, também aqui, a origem geográfica e por vezes a denominação, ou esporadicamente a profissão, dos familiares de alguns Caetanos. Outros aspectos são, por vezes, mencionados à margem como, por exemplo, as expulsões ou saídas de membros e, por vezes, as motivações inerentes a tais episódios.

Todavia, as informações não são exaustivas<sup>121</sup> podendo ser complementadas com conteúdos presentes no *Livro de assentos e determinações* que contem as actas dos Capítulos. É com base nos livros acima apresentados e de outros que fazem parte do mesmo *corpus* documental que, Tomás Caetano de Bem elabora as *Memorias* da sua Casa. Junto deste *Corpus* coloca a *Collecçam de Documentos* da Academia, com o propósito de reconstituir os passos académicos dos Clérigos, e todo um património (por vezes referenciado) do qual fazem parte, para além de impressos cuja temática se desenvolve em torno do percurso de vida de um ou outro Teatino (literatura encomiástica – elogios fúnebres e panegíricos), outros manuscritos como correspondência e apontamentos deixados pelos mestres e irmãos que biógrafa.<sup>122</sup>

---

<sup>120</sup> IANTT, CD-CNSDP, liv. 5

<sup>121</sup> Sabemos que não está aqui registada a totalidade dos homens que entraram na Casa. Um olhar sobre as *Memorias* de Caetano de Bem ou mesmo sobre a restante documentação proveniente da Casa presente nos Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal permite aferi-lo. Pode-se, igualmente, presumir que não estejam aí arroladas as entradas de alguns daqueles que têm como destino as Missões – dado o seu carácter transitório e permanência fugaz na Casa da Divina Providência de Lisboa. Por exemplo, a entrada de Tomás Caetano de Bem como noviço não aparece registada, todavia sabemos que ele fez o noviciado professando de seguida na Ordem. Neste ponto importa lembrar que enquanto noviços os Teatinos mantêm o nome de baptismo que pode ou não vir a ser alterado aquando da profissão solene pelo que mesmo que estejam ausentes os nomes pelos quais os Clérigos são conhecidos tal não implica uma ausência de registo. Podemos também equacionar a possibilidade de alguns daqueles cujo noviciado fugiu aos parâmetros normalizados – com a devida autorização do Padre Geral na limitação de anos de estudo – não terem sido mencionados – todavia, tal não nos parece viável. Por isso as conclusões a que podemos chegar são limitadas.

<sup>122</sup> Podemos identificar nas biografias de Caetano de Bem o uso que faz da literatura de carácter apologético e elogioso relativas aos diferentes Teatinos. Confrontem-se com as *Memorias* do autor com as seguintes obras: LIMA, João António Bezerra e, *Elogio do Padre D. Luiz Caetano de Lima, Clérigo regular, offerecido ao Sereníssimo Senhor Infante D. Manoel*, Lisboa, na Officina de Mamoel Antonio Monteiro, 1759; LEONARDO, Manoel Ferreira, *Em Louvor do M.R.P.M D. Joseph Barboza [...] Sendo eleito Preposito da Casa de N. Senhora da Divina*

Importa ter presente que no exercício de reconstituição da composição social da Casa convém não apenas articular e fazer uso dos *corpus* documentais anteriormente referidos mas igualmente ter em conta os propósitos da sua elaboração.<sup>123</sup>

Os róis de entrada e saída de noviços permitem-nos tirar conclusões muito limitadas nomeadamente por encontrarmos uma série de nomes agregados à Casa noutros documentos que não esse. Apesar disso cremos poder vislumbrar tendências a partir da análise dos dados aí presentes.

Ao contrário do que se passa com a Congregação do Oratório, que se dispersa por todo o país e com maior incidência a Norte,<sup>124</sup> e com a Companhia de Jesus que desde cedo se afirma fisicamente num enorme conjunto de espaços rurais<sup>125</sup> e de centros urbanos a Ordem dos Clérigos Regulares de São Caetano possui apenas uma única Casa em território metropolitano sendo duas aquelas que operam na totalidade do espaço português. Se compararmos a quantidade de elementos desta Casa com a dos dois Institutos Religiosos mencionados deparamo-nos com uma disparidade – a Ordem de São Caetano é constituída por um número reduzido de homens tanto leigos como noviços sendo o número de Padres Teatinos também ele baixo. A dimensão reduzida da Casa<sup>126</sup> e a quantidade diminuta de

---

*Providencia de Clerigos Regulares*, [s.l, s.i.s.d]; LOBO, Thomáz Xavier Muzeda e, [Bartolomeu Sousa Mexial]; *Elogio do muito Reverendissimo Padre D. Jozé Barbosa, Clerigo Regular*, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminent. Senhor Cardeal Patriarca, 1750; SILVA, Manuel Telles da, *Elogio Funebre do Padre D. Jozé Barbosa, Recitado na Academia em 13 de Agosto de 1751* [...], Lisboa, na Officina de Ignacio Rodrigues, 1751; BRITO, Fr. Simam de, *Declaração Euangelica, Funebre, e Panegyrica na morte do Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Manoel Caetano de Sousa* [...], Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram., 1735; GAMA, Fillipe Joseph da, *Oração Funebre na Morte do Illustrissimo Senhor D. Manoel Caetano de Sousa* [...] *Dedicada ao Illustrissimo Senhor D. Joaõ de Sousa Dom Prior da Insigne Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1736 [obra dedicada ao irmão de D. Manuel Caetano de Sousa]; MASCARENHAS, Joseph Freire Monterroyo, *Oração Recitada no Obsequio Funebre, que Dedicon a Academia dos Aplicados à Memoria do Reverendissimo Padre D. Raphael Bluteau, Clerigo Regular da Divina Providência*, Em Domingo 28. de Fevereiro de 1734, s.l; FARIA, Joaquim Leocadio, *Obsequio Funebre dedicado à saudosa memória do Reverendissimo Padre D. Rafael Bluteau, Clerigo Regular, pela Academia dos Aplicados* [...], Lisboa, António José Pereira da Sylva, 1734.

<sup>123</sup> Os róis são feitos para consulta e orientação administrativa dos membros da Casa, tal como as Actas dos Capítulos, são feitos dentro da Casa e para os da Casa pelo que não podemos exigir destes documentos informações precisas e que sirvam os nossos propósitos. As *Memorias* têm como fim último a projecção e perpetuação são elaboradas também de dentro mas direccionadas para fora e as *Instruções do Noniciado* são escritas para consulta ou estudo dos futuros Mestres da Casa, um grupo muito restrito, apresentando modelos ideias de virtude que devem seguir e elementos para uma melhor gestão dos noviços.

<sup>124</sup> SANTOS, Eugénio dos, *O Oratório no Norte de Portugal: contribuição para o estudo da história religiosa e social*, Porto, INIC – CHUP, 1982.

<sup>125</sup> Veja-se o caso de Évora: PALOMO, Federico, *Fazer dos campos escolas excelentes: os Jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*, Lisboa, FCG, 2003.

<sup>126</sup> Ao longo das *Memórias* de Caetano de Bem são várias as passagens que aludem à espacialidades reduzida da Casa e da Igreja os vários pedidos para alargamento do espaço também nos levam adivinhar ser este um espaço pequeno. Paulo Varela Gomes, centrando-se no estudo da Igreja da Divina Providência, relembra os qualificativos usados por Caetano de Bem na sua descrição. Todavia, De Tracy dá-nos conta do seguinte, tendo como termo de comparação outras Casas teatinas: “Nous n’avons qu’une Maison en Portugal, qui est celle de Lisbonne; la Maison est grande, e a vûe sur la mer; l’Eglise est pas encore finie. Il y ordinairement

Clérigos vai, de certo modo, facilitar uma integração do todo permitindo assim, que os vários Clérigos participem em diferentes áreas da vida religiosa, política e cultural?

A partir do *Livro de Noviços e Professos* podemos tirar algumas conclusões. Ao todo estão aí assinaladas as entradas, entre os anos de 1650 e 1747, de sessenta e seis homens. Destes sessenta e seis alguns não entraram como irmãos leigos como por exemplo Dom André da Costa Pinheiro, pároco na Vila de Azeitão, (diga-se que André da Costa Pinheiro se apresenta como excepção pois cremos que a Ordem em Portugal não se direccionava para a formação do Clero Secular - embora tal esteja contemplado nas *Instruções* e *Constituições* - funcionando antes como formadora de missionários e de uma elite de Clérigos com responsabilidades na regulação do quotidiano devoto da cidade) ou João António Rovere procedente da Casa da Divina Providência de Génova. Dos homens inventariados treze são indicados como tendo sido expulsos ou saído antes de finalizado o noviciado ou a profissão solene.<sup>127</sup>

Os elementos aí expressos não nos permitem aferir o número real de pessoas que vivem dentro da Casa uma vez que aos noviços que entram importa juntar os seus superiores hierárquicos que já lá se encontram (e que se podem identificar a partir de uma análise exaustiva das assinaturas dos *Capítulos*) ou ainda aqueles que vindos de outras Casas mas passando por Lisboa aí se detêm para pouco depois se dirigirem ao Estado da Índia não figurando alguns deles, possivelmente, nos registos pelo seu carácter transitório.

Pesem embora estes e outros limites, podemos demarcar três momentos diferentes no que toca à entrada de elementos na Casa, tendo apenas presentes os registos arrolados, o que pode indiciar aquele que é o período de maior actividade formativa da Ordem em território português. Assim temos um período de arranque que vai de 1650 a 1660 e ao qual se segue uma lacuna de catorze anos. Este hiato na documentação corresponde efectivamente a um hiato nos ingressos? Não podemos responder porém convém não esquecer que à época os Clérigos não estão autorizados a receber noviços sendo-lhes dada

---

Etude et Noviciat. Cette Maison n'a point de Visiteurs, comme celle de Paris; parce qu'elle est unique dans le Royaume de Portugal" (DE TRACY, Bernard Destutt, *op. cit.*, p. 131:

<<http://www.google.com/books?id=O8QGAAAACAAJ&pg=PA173&dq=Remarques+sur+l%27%C3%A9tablissement+des+th%C3%A9atins+en+France&lr=&ei=WkI6S9bjL5e4ywTC-OnGAQ&hl=pt-PT&cd=1#v=onepage&q=&f=false>> [última consulta a 29/12/2009] )

<sup>127</sup> Os membros da Ordem entram num primeiro momento como hospedes depois de quatro meses como tal ingressavam no “ano de aprovação” findo este professam na Ordem. A roupeta é vestida no início do ano de aprovação. Todavia os tempos variam notando-se uma certa flexibilidade embora esta não esteja prevista ou contemplada nas *Instruções do Noviciado*. Em alguns casos os irmãos entravam como irmãos coristas professando um ano depois não cumprindo os quatro meses de hospedagem – é este o caso de alguns dos Académicos Teatinos que estudamos como D. António Caetano de Sousa entre outros.

autorização em 1681 pelo, então regente, D. Pedro II que, por Alvará de Outubro assentando tornar o Hospício num Convento com a condição de que sejam enviados missionários para Oriente e não se construa outra Casa.<sup>128</sup> Apesar da proibição de receber noviços que contempla o período que circunscrevemos (1650-1660) contabilizando o número de entradas e saídas<sup>129</sup> ficam, no total, três homens agregados à Casa. Assim, é possível que a lacuna existente na documentação possa corresponder a uma inexistência de ingressos já que o arrolamento volta a iniciar-se em 1674, ou seja, antes de ser dada a autorização para a entrada de noviços na Casa.

Um outro momento que delimitámos situa-se entre os anos de 1674 e 1696. Nestes vinte e dois anos a Casa recebe cerca de vinte e nove elementos saindo do Instituto apenas dois. É neste período que entram aqueles que se formam, mais tarde, Académicos Teatinos sendo excepção neste quadro: D. Rafael Bluteau que já entra na Casa (1668) como Clérigo Regular, fazendo o noviciado e professando em Florença, e recebendo o hábito de Sacerdote em 1665; D. António Luís de Vilares, que se forma e professa na Casa de Santa Maria del Favor em Madrid no ano de 1725, D. Caetano de Gouveia, que professa em 1715 e D. Tomás Caetano de Bem que entra no Instituto em 1733. Entre 1696 e 1705 há novo hiato não se verificando quaisquer registos durante esses anos.

Por fim abarcamos os registos que vão de 1705 a 1747, ano em que as entradas e saídas deixam de ser registadas. A interrupção nos registos não corresponde a um término de ingressos na Casa.<sup>130</sup> Pode o arrolamento ter continuado a fazer-se num outro livro a que hoje não temos acesso? Ou dada a quantidade diminuta de ingressos ficaria justificada uma ausência de arrolamento? Nestes quarenta e dois anos apontam-se vinte e oito entradas, cinco das quais resultam em saída.

Contudo, importa aqui ter presente que, na documentação manuscrita que se encontra nos reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, se acham determinações da Coroa que indiciam impedimentos impostos à Casa no que se refere ao recebimento de Noviços durante largos períodos de tempo. A renovação humana do Instituto está pois

---

<sup>128</sup> “Alvará de 11 de Outubro de 1681. Fundação do Convento de S. Caetano de Lisboa com certas condições” in *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa – 1675-1683 e suplemento à segunda série 1641-1683*, p. 363. Consultado a partir de <<http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php>> [última consulta a 22/06/2009].

<sup>129</sup> De nove homens que entram na Casa saem seis.

<sup>130</sup> Por exemplo em 1777 é dada autorização ao Padres Teatinos para receberem oito noviços na Casa: BNP, Res. Mss. 22, nº 68, 3º – *Aviso que o Visconde de Villa Nova da Cerveira em nome da Rainha Nossa Senhora, faz ao P. P. dos Clérigos Regulares da Casa da Divina Providência, para que possa admittir oito pessoas habeis e idoneas para os exercicios do seu instituto e obrigação delle em 31 de Julbo de 1777.*

fortemente dependente dos ditames da Coroa ditames cujas motivações (embora não se achem, por vezes, perceptíveis) denotam uma necessidade por parte dos *Poderes* de, em momentos determinados, estancar o crescimento da Casa. Crescimento este que, idealmente, não deveria ser almejado pelos superiores da Casa da Divina Providência se tivermos em conta as *Constituições* que seguem.

Podemos pois equacionar diferentes problemas: terão existido momentos em que a influência dos Teatinos melindrou a Coroa ao ponto desta querer estancar o seu crescimento? Se sim como pôde essa influência ser medida pelos *Poderes*? Porque terá querido a Coroa manter restrita uma Casa que, apesar de tudo, não apresentava um grande número de sujeitos? Poderão essas decisões ter a ver com a acção de determinados sujeitos ou a existência de determinadas disputas individuais e clientelas *políticas* e religiosas? Não podemos responder a partir dos dados que de seguida apresentamos todavia, importa, por enquanto, reter estas questões, não sem deixar de se fazer menção a uma política de controlo e estancamento dos poderes da Igreja por parte da Coroa e que se reflecte, quase sem excepção, nas restrições impostas às várias Casas Religiosas que no período que contemplamos tendem a intensificar-se.

Contudo, podemos adiantar que o grupo de Académicos Teatinos, em estudo, entra na Casa da Divina Providência de Lisboa quando esta está no auge da sua actividade formativa ou em processo de construção e afirmação de prestígio pelas virtudes e letras. Caetano de Bem ao descrever as vicissitudes que conduzem Rafael Bluteau à Casa de Lisboa menciona-o: *Achava-se a Religião com huma Casa já estabelecida nesta Corte, era Religião nova, e como estrangeira; e para ser estimada, era preciso que nella houvesse sujeitos de respeitaveis qualidades, em que além de hum nobre, ou distinto nascimento, brilhassem virtudes, e letras, pois só por estes meios, e como distinctos, se podião fazer beneméritos, e merecer as atenções dos naturaes.*<sup>131</sup>

Tendo presentes os dados relativos à Casa da Divina Providência verificamos que esta cresce, em termos numéricos, no período anterior à formação da Academia Real que é também um período de grande impulso académico e aqui pensamos, por exemplo, na Academia do Conde da Ericeira, integrada por diferentes membros da Ordem e igualmente por um conjunto diversificado de actores daquela que vai ser a Academia Real da História.

A partir de 1720 são, segundo os róis de entrada e saída de noviços, muito poucos os novos membros da Casa. Todavia essa data marca uma consagração, que já se vinha

---

<sup>131</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo I, liv. VI., p. 286.

construindo, da instituição religiosa no que toca ao prestígio dos seus membros. A Academia Real da História vai pois, redimensionar simbolicamente a Ordem em território português. Assim, pese embora, o possível declínio formativo do instituto (dentro de portas) nota-se uma abertura dos seus membros ao exterior revestindo-se a Casa de novas componentes.

No caso que estudamos a Academia não vai ser apenas o ponto culminante de um *cursum honorum* daqueles que integram a Academia Real vai também ser palco, espaço e momento de maturação do próprio Instituto. Assim, se por um lado, a Casa não renova os seus alicerces humanos, por outro, junta aos seus novas estruturas e extensões por via das quais investe na construção de um capital de memória a agregar à Casa.

Foi, de facto, um Teatinos e mais precisamente uma viagem feita por um Teatino o motor de arranque para a edificação da Academia. Os Caetanos poderiam continuar a fazer-se representar nesta por D. Manuel Caetano de Sousa todavia, vemo-los permanecer e reforçar a sua posição no seu interior e aqui não nos podemos esquecer que mesmo tendo em conta datas posteriores em que a Instituição académica sofre já um processo de declínio verificamos uma continuidade na figuração destes Clérigos no seu interior. É por essa altura que entram mais três Caetanos na Academia surgindo Caetano de Bem como Director da mesma em 1761 e como censor em 1780.<sup>132</sup> Contudo, importa não omitir as baixas humanas uma vez que no mesmo período morrem alguns destes Clérigos e entre eles contam-se figuras que haviam tido um papel de forte dinamização na Casa, na Academia e no reforço dos laços humanos entre ambas como D. Manuel Caetano de Sousa e D. Rafael Bluteau em 1734.

A naturalidade dos Padres Teatinos é um outro aspecto a que importa atender. A casa começou por se constituir por membros italianos. Os governantes, vigários, Prelados e Prepositos da Casa são, na sua grande maioria, de origem italiana, contudo o quadro muda no início de setecentos altura em que o governo da casa é sucessivamente ocupado por naturais do Reino sendo as únicas excepções Frederico Retz (1707-1710) e Rafael Bluteau (1715-1718). Sabemo-lo a partir de um inventário feito por Caetano de Bem<sup>133</sup> cujo registo vai até ao ano de 1759, período em que se altera a forma estabelecida pelas *Constituições* da

---

<sup>132</sup> Como director: ANTI, Mesa de Consciência e Ordens, Liv. 208 “Academia Real da História”, f. 14-14v e como censor: BEM, Tomás Caetano de, *Oração que recitou na presença da Rainha Nossa Senhora D. Mariana Victoria D. Thomaz de Bem C.R em 31 de Março de 1780 Académico da Academia Real, e da História Portuguesa [...] no dia aniversário dos annos da mesma Senhora, servindo de Censor da mesma Academia*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1780.

<sup>133</sup> BEM, Tomás Caetano de, “Memórias dos M. RR. PP. Prepositos, e Superiores, que governarão a Casa de N. Senhora da Divina Providencia de Lisboa” in *Memórias* [...], Tom. I, liv. III., pp. 188-190.

Ordem no que toca à eleição dos Prelados. Assim estamos perante uma Ordem que se vai naturalizando no decorrer do século XVIII e aqui não nos podemos esquecer do papel da Coroa neste processo uma vez que ao Rei também cabe autorizar a nomeação dos Prepositos e que em conjunturas determinadas é este quem estabelece o Preposito da Casa,<sup>134</sup> surgindo processos de nomeação que se revestem de contornos públicos veja-se este exemplo extraído da *Gazeta de Évora*: *D.Luis de Lima, que tinha acabado de proposito dos Caetanos foy mandado continuar por El Rey, ainda que pelo Geral veyo elleyto D.António Caetano de Sousa, e que pretendia o governo D.Caetano Barbosa, que era o mais antigo [...]*<sup>135</sup> ou que tendem a gerar ou a dar continuidade a conflitos entre a Casa, e por extensão a própria Coroa, e o Estado Pontifício. A eleição de Prepositos é aliás um dos aspectos que origina mais advertências da parte de Roma sendo por via destas perceptíveis momentos de enorme sintonia entre D. João V e este Instituto Religioso que, cremos, se começa – cada vez mais a afigurar como batuta do poder temporal.

Contudo, importa colocar o seguinte problema: a *vocação nacional* ou *internacional* da Ordem pode ser medida pela naturalidade daqueles que ocupam os lugares hierarquicamente superiores na Casa? Se, em rigor, se nota uma mutação no que toca à naturalidade dos Prepositos tal parece não influir na formação dos membros da Casa que, refira-se, continuam a ser formados no e para o exterior. Importa aludir, por exemplo, à aprendizagem das línguas vulgares ou *Studia Linguarum* que os Teatinos fazem no interior desta<sup>136</sup> assim como de outras matérias como a matemática, geometria, geografia e cronologia que são, por vezes, feitas *sem Mestre*<sup>137</sup> mas vinque-se – são feitas. Embora não possamos estabelecer uma relação directa entre o ensino das línguas e uma antevisão e projecção de estratégias de entrosamento político não podemos descurar o seu papel e marca nos percursos reais destes Clérigos. Assim importa não esquecer que Caetano de Lima serviu na Secretaria de Estado enquanto tradutor de papeis (e que é como tal que exige que lhe seja aumentada a remuneração) usando os seus conhecimentos como instrumento ao serviço do poder temporal ou que os processos de habilitação de candidatos para o exercício de Qualificador do Santo Ofício – emprego ocupado por todos os Académicos Teatinos que estudamos –

---

<sup>134</sup> Como por exemplo em 1732 ano em que é nomeado Rafael Bluteau não tendo efeito as Ordens do Padre Geral uma vez que se haviam cessado as relações da Coroa portuguesa com o Estado Pontifício.

<sup>135</sup> “Diário de 6 de Março de 1731” in *As Gazetas Manuscritas da Biblioteca Pública de Évora* [...], vol. 1, p. 112.

<sup>136</sup> Refira-se D. Jerónimo Contador de Argote que “ [...] se deo ao estudo das linguas vulgares, Italiana, e Francesa, e tambem da Grega, em que teve por Mestre o Padre Cirino, e por Exercitante a Luis Couto Felis.” (BEM, *op. cit.*, Tom. II, liv. XV., p. 201) – Sobre Luís do Couto Felis veja-se o seu elogio composto por Júlio de Melo e Castro: CASTRO, Julio de Melo de, *Elogio da vida, e aççens de Luis do Couto Felis* [...], s.l., s.i., s.d.

<sup>137</sup> “Sem Mestre alcançou o conhecimento da Mathematica, isto he, da Geometria, Arithmetica, Geografia, Chronologia, e da Gnomonica.” (BEM, *op. cit.* Tom. II, liv. XV., p. 201)

compreendiam o conhecimento das línguas francesa e italiana.<sup>138</sup> Para além destes elementos podemos também ter em conta, quando pensamos em *vocação internacional* as obras escritas por Académicos Teatinos impressas na Europa<sup>139</sup> e ainda aquelas que sendo impressas em Portugal tinham como propósito iniciar, com recurso a métodos pedagógicos precisos, os naturais no estudo das línguas estrangeiras.<sup>140</sup>

No que respeita à naturalidade dos Teatinos importa ainda mencionar outros casos como o de Francisco António de Figueiredo que nasce no Brasil e professa na Ordem em 1677 chegando a Preposito da Casa (1710-1712), Bartolomeu Boijer natural da Provença e Celestino Segueineau (n. 1675) que é natural de Baçaim entrando na Casa no mesmo período que D. António Caetano de Sousa e D. José Barbosa.<sup>141</sup>

O ofício de João Segueineau, pai de Celestino Segueineau, é conhecido como são também conhecidos os ofícios de outros pais de Teatinos. Podemos dar alguns exemplos: João Ribeiro Machado pai de Caetano Ribeiro Machado (que professou na Ordem em 1660) foi Escrivão da Correição da Cidade de Tavira; António de Carvalho, pai de José Cardoso (que entrou na Casa em 1657 e foi posteriormente dispensado) foi correiro; Vicente

---

<sup>138</sup> Veja-se o processo de habilitação de D. António Caetano de Sousa que se encontra no ANTT, Habilitações do Santo Ofício. António. Maço 36, doc. 909. [12 de Abril de 1707]. Processo analisado por Maria Teresa Esteves Payan Martins no seguinte estudo – MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Tese de Doutoramento em Literatura e Cultura Portuguesa, FCSH-UNL, 2001 [texto policopiado]. Importa verificar que outros Teatinos (Caetano Barbosa e Celestino Segueineau), num período anterior não reuniram as condições necessárias ao ingresso no mesmo serviço: ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1059 e ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 552.

<sup>139</sup> LIMA, Luís Caetano de, *Tablettes chronologiques et historiques des Rois de Portugal, jusqu'à l'année 1716 : Dediées a Son Altesse Royale Monseigneur Dom Emmanuel Infant de Portugal* [...], A La Haye, chez Adrian Moetjens, marchand libraire, 1716; LIMA, Luís Caetano de, *Grammaire française et portugaise avec des remarques très nécessaires* [...], La Haye, Adrian Mactjens, 1712; LIMA, Luís Caetano de, *Grammaire française et portugaise avec des remarques très nécessaires* [...], La Haye, Adrian Mactjens, 1712; BARBOSA, José, *Theatro genealogico, que contem as arvores de costados das principaes familias do Reyno de Portugal, & suas conquistas* [...], Tomo I, Napoles, Novelo de Bonis, [169?-1703]; BLUTEAU, Rafael, *Primicias evangelicas, ou sermoens, e panegyricos* [...] do Padre D. Raphael Bluteau [...], Parte III, Paris, Joaõ Anisson, 1698; SOUSA, Manuel Caetano de; *Opusculo hispano-latino Mariano-Jacobeo, por la tradicion de la historia en que se afirma la venida de Nuestra Señora en carne mortal à la ciudad de Zaragoza* [...] trad [...] por Don Pedro Geronimo Hernandez y Marzo [...], En Madrid, en la Of. de Juan de Zuñiga, [1729].

<sup>140</sup> LIMA, Luís Caetano de, *Gramatica italiana, e arte para aprender a lingua italiana por meio da lingua portuguesa* [...], Lisboa, Offina da Congregação do Oratório, 1734; LIMA, Luís Caetano de, *Grammatica italiana e arte para aprender a lingua italiana por meyo da lingua portugueza* [...], Lisboa, Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1756; LIMA, Luís Caetano de, *Grammatica franceza, ou arte para aprender o francez por meio da lingua portugueza* [...], Lisboa, Offi. Real Deslandense, 1710. LIMA, Luís Caetano de, *Grammatica franceza, ou arte para aprender o francez por meyo da lingua portugueza, regulada pelas notas e reflexoes da Academia Franceza* [...], Lisboa, Congregação do Oratorio, 1733;

<sup>141</sup> Celestino Segueineau nasce em Baçaim em 1675 – filho de João Segueineau um francês (médico e físico-mor da cidade de Goa) e de D. Leonor Tenreia (natural de Colombo) professa aos 16 anos na Casa da Divina Providência de Lisboa e aí se mantém sendo mestre, de Teologia e Filosofia, dos seus domésticos durante seis anos. Para além dos domésticos ensinou também D. Miguel e D. José, futuro arcebispo de Braga, filhos naturais de D. Pedro II, chegando a ser nomeado Preposito da Casa e Examinador das Três Ordens Militares. Morre em Lisboa em 1745. (MACHADO, *op. cit.*, vol. 1, p. 565 e BEM, *op. cit.*, Tom. II, pp. 233-234)

Barbosa de Carvalho pai de Caetano e Vicente Barbosa (o primeiro, mestre de noviços, e o segundo, Preposito da Casa entre 1703 e 1705) foi Capitão-mor de Redondo.

Quanto à qualidade de nascimento dos Teatinos importa destacar alguns aspectos. A expressão *filho de nobres e honrados progenitores* surge com alguma frequência na documentação.<sup>142</sup> Todavia, não se encontram indícios explícitos do grau de nobreza correspondente.

Quando olhamos para a generalidade dos membros da Casa o que se constata, assiduamente são ligações a uma nobreza de serviço ou a fidalgos conhecidos mas distantes, no que toca ao estatuto, da primeira nobreza de corte. Quanto a descendentes de elites de negociantes temos um caso bastante representativo o de D. António Caetano de Sousa, ligado por via materna, à família Craesbeek. No que refere a vínculos familiares com a elite aristocrática podemos apresentar um outro caso: D. Manuel Caetano de Sousa – filho natural de D. Francisco de Sousa (1631-1711) – Comendador da Infesta e Santa Maria de Belmonte da Ordem de Cristo – que ao descender de uma família nobre reforçou o seu estatuto pelo casamento com D. Helena de Portugal, filha de D. João de Almeida – alcaide-mor de Loures e Alcobaça e casada em primeiras núpcias com D. António de Alcáçova Carneiro (c.1610) – alcaide-mor de Campo Maior.<sup>143</sup> D. Francisco de Sousa foi, para além de Capitão da Guarda Alemã, Presidente do Senado e Câmara de Lisboa e Deputado da Junta dos Três Estados; Presidente da Mesa de Consciência e Ordens, Conselheiro de Estado e Guerra de D. Pedro II e D. João V e Conferente do Núncio Bichi.<sup>144</sup> Inicialmente na educação de D. Manuel Caetano de Sousa vai intervir o seu tio D. Luís de Sousa, Bispo de Lamego,<sup>145</sup> e D. Leonor de Melo sua avó paterna. Por aqui se vê a *qualidade de nascimento* de D. Manuel Caetano de Sousa bastante discrepante da de alguns dos seus companheiros de Casa.

---

<sup>142</sup> MACHADO, *op. cit.*, *passim*.

<sup>143</sup> Note-se que Manuel Caetano de Sousa não é filho de D. Helena de Portugal desconhecendo este a identidade de sua mãe. Veja-se a carta que seu pai lhe envia negando-lhe informações relativas a esse assunto (a carta não se encontra datada) – BNP. Res. mss. COD. 7697, *Cartas várias para D. Manuel Caetano de Sousa* f. 12 e 12 v.

<sup>144</sup> Vejam-se excertos desta carta de seu pai: “Filho. Muito mais frequentes novas temos da Índia que de Roma, ou porque dela não se escreve, ou porque o mar engolle alguns [...] Monsenhor Bichi vai começando a sua Nunciatura e El Rey me nomeou seu Conferente, de que não gostei.” D. Francisco de Sousa justifica o “não gostar” pela idade e cansaço que experimenta [Carta de Lisboa 2 de Maio de 1710: BN. Res. mss. COD. 7697, *Cartas de vários para D. Manuel Caetano de Sousa*.]

<sup>145</sup> Para além de Bispo de Lamego D. Luís de Sousa foi também Arcebispo de Braga, Conselheiro de Estado e embaixador em Roma. (Veja-se SILVA, Inocêncio da, *op. cit.*, vol. V, p. 331). Existem inúmeras cartas deste para D. Manuel Caetano de Sousa contando-se no COD. 7697 cerca de quatro dezenas de missivas endereçadas a este Académico Teatino por seu tio no período que vai de 1680 a 1689 quando D. Luís de Sousa se encontra em Itália [BN. Res. mss. COD. 7697, *Cartas de vários para D. Manuel Caetano de Sousa*].

Sejam, ou não, fidalgos, filhos de negociantes ou artesãos a atitude cortesã dá o tom à educação destes Teatinos Académicos. Eles são formados para interagir com a nobreza, são educados para servir a Corte seja ela, ou não, palco do seu nascimento. A Casa da Divina Providência de Lisboa não acolheu regularmente filhos de titulares ou membros da primeira nobreza do Reino. Todavia, em alguns casos, a *qualidade* de nascimento vai ser como que camuflada pelo estatuto alcançado durante as suas vidas, estatuto ditado pelo domínio de técnicas e *Saberes* específicos e pelo mérito que daí advém. É aliás o domínio de determinados instrumentos e técnicas que vai, em parte, singularizar os Clérigos de que tratamos de outros Clérigos de dentro ou de fora da Casa.<sup>146</sup>

Quando pensamos em Teatinos Académicos imaginamos, de facto, um Clero de Corte, um Clero urbano, ao serviço do Rei e da “política” capaz de ingressar em Secretarias de Estado, capaz de apresentar “relatórios” sobre a administração política dos Países Baixos ou de Roma, capaz de secretariar negociações de paz e capaz de alvitrar acerca dos benefícios decorrentes da edificação de uma Academia Real.

Porém, questões há que se nos afiguram pertinentes: Quem foram os companheiros incógnitos dos Académicos Teatinos? Aqueles que foram para a Índia discípulos de José Barbosa ou Caetano de Lima e dos quais poucas vezes nos chegamos ecos?<sup>147</sup> Ou mesmo aqueles que formando-se na Casa da Divina Providência seguem rumos diferentes?<sup>148</sup> Ou, porque não, muito próximo mas em outros espaços ingressando em Casas que não as portuguesas?<sup>149</sup> E a massa daqueles que anonimamente auxiliaram no Mosteiro? Porque não foram eles os escolhidos?

---

<sup>146</sup> Para uma primeira aproximação relativa à mobilidade social no que toca às carreiras eclesiásticas durante a época moderna veja-se: OLIVAL, Fernanda, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)” in *Análise Social*, vol. XXXVII (165), Lisboa, 2003, pp. 1213-1239. Consultado a partir sítio <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736679T1eHM9vr8Eh29ZA1.pdf>> [última consulta em 24/11/2009]

<sup>147</sup> É, por exemplo, o caso de D. Alberto Caetano de Figueiredo que inicia o noviciado em Lisboa e professa em Goa, em 1720, onde permanece catorze anos. De volta chega a propósito da Casa da Divina Providência dando à luz alguns sermões e panegíricos um dos quais com a “chancela” do impressor da Academia Real: *Panegyrico funebre nas exequias de João de Sousa Mexia [...] celebradas pela mesa do SS. Sacramento da Freguesia das Mercês a 24 de Julho de 1738*, Lisboa Occidental, na Off. Sylviana, 1738. (MACHADO, *op. cit.*, Tomo I, p. 83)

<sup>148</sup> Como não lembrar o P. Francisco José Freire mais conhecido por Cândido Lusitano (1719-1773) singular e singularizado árcade que fez parte do seu percurso na Casa da Divina Providência de onde saiu para servir D. Tomás de Almeida passando mais tarde para a Congregação do Oratório? (SILVA, Inocêncio da *op. cit.*, vol. II, p. 404)

<sup>149</sup> Veja-se o caso de Francisco Xavier do Rego e de D. Gregório Pedro Pereira, o primeiro professando em 1712 na Casa da Divina Providência passa à Casa de Santa Maria del Favor em Madrid e aí escreve seis livros que dá à estampa em Portugal (MACHADO, *op. cit.*, vol. 2., pp. 297-298) o segundo recebendo o grau de Mestre em Artes na Universidade de Coimbra passa à Casa da Divina Providência aí professando em 1747 para mais tarde “estacionar” em Vicência onde dita Filosofia na Casa dos Teatinos (MACHADO, *op. cit.*, vol. 4, p. 154)

Não vemos, de facto nenhum dos Académicos Teatinos a expressar vontade ou a ser indicado para ingressar nas fileiras daqueles que foram em Missão para Oriente. Um simples afastamento ou deslocação esporádica da Corte para um ambiente rural desperta, por si só, mau estar e queixas palpáveis, por exemplo na correspondência de alguns dos Académicos Teatinos que estudamos. Terá havido, dentro da Casa da Divina Providência uma personalização/adaptação do programa de estudos tendo em vista o percurso futuro a ser feito pelos diferentes Teatinos? As Missões dos Académicos Teatinos que estudamos são outras, são Missões políticas para a Europa rumo à *civilização* no sentido das Luzes, é esta *civilização* e *urbanidade* que lhes interessa. O olhar sobre o *outro* é um olhar de exame, um olhar enformado por questões, hipóteses, um olhar analítico e sistemático que se quer apresentado em espaço urbano europeu.

Uma não-deslocação ao Oriente ou ao Brasil por parte dos Teatinos que estudamos terá implicado um alheamento ou um afastamento dessas realidades ultramarinas? Ou pelo contrário, terá possibilitado novas formas de aproximação? Cremos que os Teatinos Académicos vão estar fortemente imbuídos nas políticas imperiais, eles próprios, como membros de uma Academia Real – vão ser agentes de construção de uma ideia de Império. De outro modo, não poderiam integrar-se, física ou simbolicamente, nas diferentes Cortes Europeias, onde os temas de destaque e debate político assumiam, sem dúvida, contornos globais relacionados com a manutenção dos diferentes espaços pelas distintas potências. Importa não esquecer, embora não o possamos aqui aprofundar, o papel de D.Manuel Caetano de Sousa como ajudante de agentes da coroa que negociam na Europa elaborando instrumentos (não apenas no âmbito da Academia Real da História) para o uso de diplomatas como Diogo de Mendonça Corte Real.<sup>150</sup> Importa não esquecer igualmente que em 1720 D. António Caetano de Sousa é nomeado *cronista ultramarino*, cargo que fazia parte do Conselho Ultramarino e que, relembra Íris Kantor, carece ainda de estudos sistemáticos.<sup>151</sup>

---

<sup>150</sup> É Íris Kantor quem nos remete para um documento da autoria de D. Manuel Caetano de Sousa (BNP. Res. Mss. COD. 3301 – *Dissertação da verdadeira inteligência da extensão de terra que significa pela palavra território*, f. 21. [c. 1720]) pensando-o como resposta às aceções madrilenas sobre a palavra território (KANTOR, *op. cit.*, p. 55 e n. 140) e equacionando a relação do mesmo documento com o preparado por Diogo Mendonça Corte Real e apresentado mais tarde nessa Corte c. de 1722. (“Demonstración convincente de la extension del territorio, en que está situada la Colonia del Sacramento, c. 1722” in *Antecedentes do Tratado de Madri*, (Jaime CORTESÃO) Tomo I, Rio de Janeiro, Instituto Rio Branco, s.d, pp. 230-243.

<sup>151</sup> KANTOR, *op. cit.*, p. 33 e n. 51 e 53.

### CAP. III – PORTUGAL, A EUROPA E O MUNDO NO TEMPO DE D. JOÃO V

Sublinhou-se, anteriormente, a filiação religiosa de um dos múltiplos e heterogéneos grupos que integrou a Academia Real da História. A Ordem Religiosa (nos seus modelos, alicerces e normas fundamentais) a partir da qual um grupo de Académicos se pensou, definiu e representou foi assim descrita, em traços largos. A partir daqui, notou-se que, como Instituto Religioso de feição pós-tridentina, a Ordem dos Clérigos Regulares Teatinos vinculou-se e construiu-se em torno de um sentido de exigência intelectual e catequética que, desde cedo, lhe conferiu autoridade no plano dos *Saberes*. Foi esta que ditou, em parte, a ligação da Casa da Divina Providência de Lisboa aos *Poderes* e o grau e natureza da sua permeabilidade face a instituições que se desenharam ao longo da Época Moderna como a Academia Real da História – sociedade cultural e política de contornos inéditos.<sup>152</sup>

Academia Real da História e Casa da Divina Providência enquanto espaços de *poder* e *saber* interpenetram-se como se interpenetram também as esferas do Religioso e do Político em ambas instituições. Duas esferas que também se fundem e que influem no percurso e vivência de cada um dos Académicos Teatinos.

Muita, senão a totalidade, da produção intelectual dos Académicos Teatinos que estudamos (mesmo aquela que não tem a chancela da Academia Real ou que tem um carácter eminentemente ligado à espiritualidade), encontra-se de tal forma comprometida com os poderes políticos que se torna difícil uma leitura que não tome em linha de conta ou não inclua numa mesma esfera os campos do político e do religioso até porque é a fusão entre estas duas esferas, no período considerado, que oferece o tom a “um verdadeiro modelo ideológico.”<sup>153</sup> Deste modo, não nos sentimos tentados a destrinçar de forma vincada os caminhos onde naturalmente se cruzam política, religião, cultura e espiritualidade, principalmente por tratarmos de homens embrenhados na arte de sacralizar o político e de politizar o sagrado.

As relações sobre as quais incidimos ao longo deste estudo são, para além de políticas, Académicas, ou seja, são relações onde participam aspectos destas duas esferas

---

<sup>152</sup> MOTA; *op. cit.*, p. 52: “[...]equiparada aos Tribunais; privilegiada e poderosa perante as instituições públicas de Lisboa e da província, desinibida e independente perante o Santo Ofício, regamente dotada e protegida pelo soberano – contemos com a Academia Real como mais um poder entre os poderes tradicionalmente reconhecidos. Um poder obviamente cultural, mas também com fortes reflexos políticos.”

<sup>153</sup> PIMENTEL, António Filipe, *op. cit.*, p. 33.

estando a construção de um ideal ou *ethos* académico assente, também ele, numa fusão que contempla tanto o modelo de Nobre como o ideal de Clérigo. É por isso que alguns Académicos Teatinos assumem em determinadas representações contornos de homens políticos e cortesãos que vão para além dos de Clérigo modelar. Mas para lá das representações, ou melhor dizendo, das representações não apenas enquanto formas de interpretação do real, mas sobretudo e simultaneamente enquanto elementos estruturantes do mesmo, há muito ainda por explorar.

Se quisermos partir das relações entre Igreja e Estado neste período importa lembrar as palavras de José Pedro Paiva ao referir não poderem estas “continuar a ser pensadas como se as duas esferas fossem internamente coesas e homogéneas, isentas de uma complexa rede de hierarquias internas e conflitos de facções e de indivíduos, nem como se tivessem de si próprias uma consciência unitária e de corpo para se oporem com nitidez a estratégias uma da outra”<sup>154</sup>

A partir da leitura de alguns textos da autoria destes Clérigos podemos encontrar, no cômputo geral, indício de um alinhamento firme com os poderes políticos todavia importa lembrar que embora falemos de uma corporação religiosa – onde há, sem dúvida, um forte sentido de pertença por parte dos seus membros – esta é composta por diferentes homens que circulam em diversos espaços e integram distintas clientelas. Se é certo que eles se acham na mesma Casa, a mesma em que habitam grande parte das suas vidas, certo é também que por largos períodos de tempo – como aqueles que medeiam os serviços prestados a determinadas embaixadas – podem não empreender contacto. É, aliás, curioso verificar que à primeira vista quase não se encontram, nos reservados da Biblioteca Nacional, cartas dirigidas ou enviadas uns aos outros mesmo em alturas em que o distanciamento entre eles é uma realidade durante largos meses ou anos.

Embora possamos atender à componente exclusivista e conjunta de que se revestem os estudos destes homens pensando o gabinete não apenas como espaço de convívio e troca de ideias mas também como eremitério e espaço de construção e produção individual, não sabemos se as tomadas de posição de carácter político que muitas vezes, no caso destes Clérigos, são também as de foro religioso, são pensadas e discutidas em conjunto. Talvez por isso não faça sentido falar de uma componente estratégica e altamente sincronizada no seio

---

<sup>154</sup> PAIVA, José Pedro, “A fragmentação interna da Igreja” in *História Religiosa de Portugal: Humanismo e Reformas*, vol. 2.(coord. João Francisco MARQUES e António Camões GOUVEIA), Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, p.135.

da Ordem – assim se compreende, por um lado, que os pareceres e acções de D. Luís Caetano de Lima pareçam estar mergulhados num pensamento regalista de contornos episcopalistas e que por outro, D. Manuel Caetano de Sousa pareça alinhar-se a uma facção regalista e simultaneamente curialista (até pela sua ligação familiar a Bispo. Todavia, nem sempre estes matizes vêm ao de cima e se encontram claramente vincados nas produções destes homens, assumindo até contornos indefinidos, pois é também sob o signo da prudência que idealmente se faz e representa o intelectual da primeira metade do século XVIII.

Mas de que formas se reveste a acção política de D. João V? Porque resgata, para perto de si, estes Clérigos e porque se deixam eles resgatar? Antes de pensarmos nestas questões importa referir que o serviço prestado à Coroa pelos Académicos Teatinos neste período não é aparentemente, pontual. Os Académicos Teatinos, antes mesmo de assumirem esse emprego que também os define – o de Académico oficial – servem sistematicamente a Coroa noutros palcos.

Deste modo para a compreensão de alguns dos acontecimentos relativos à política e diplomacia da primeira metade do século XVIII importa enquadrar ideias e sentimentos religiosos (umas vezes tão próximas outras ilusoriamente tão distantes) que dão corpo aos acontecimentos construídos e cimentados. Posto isto importa lembrar que os Teatinos, assim como outros Académicos, não são apenas artesãos de acontecimentos do passado. É, aliás, curioso pensar nos modos como estes homens constroem os factos do seu presente dando-lhes esse mesmo carácter – o de acontecimento. É também para tal que, por vezes, se documentam assumindo, em alguns momentos, o papel de arquitectos do cerimonial que enforma determinadas celebrações. Tal aspecto é palpável, por exemplo, num apontamento (ou rascunho a oralizar), da autoria de D. Manuel Caetano de Sousa datado de 1717 – altura em que se institui o Patriarcado de Lisboa – um documento que se divide em duas partes uma primeira intitulada *Controversias Patriarcalis* em que se esclarecem dúvidas sobre a instituição do patriarcado e alguns elementos sobre vários patriarcas e história da instituição e uma segunda parte denominada *Aspigraphia Patriarchal* que parece conter algumas formulas protocolares referenciadas.<sup>155</sup>

---

<sup>155</sup> Veja-se BNP. Res. mss. 13. Importa todavia, lançar um olhar mais atento e prolongado a este documento que se nos afigura determinante para completar o enredo que envolve D. João V, Patriarcado, Santa Sé e Teatinos Académicos.

Não nos parece, por isso, excessivo afirmar que a própria Casa da Divina Providência assim como outros espaços de *Saber* vão, por vezes, influir, por via da construção deste tipo de instrumentos, como uma espécie de tentáculo de fundamentação político-teológica do poder do Rei, fundamentação que encontra, por exemplo na Academia Real da História, um espaço de explanação e afirmação das bases ideológicas que o sustentam e amparam – não apenas em território português mas também junto às potências Europeias.

Mas façamos um esforço de síntese, sem pretensões de exaustividade, tentando, numa primeira instância, pensar o papel dos Teatinos não apenas num ambiente específico – a Academia – mas também noutros espaços.

Imagética e assumidamente afirmativo são algumas das palavras que podemos escolher para ilustrar o reinado de D. João V. Afirmativo, num primeiro momento, não apenas mas também, porque consolidante daquelas que haviam sido as “linhas de força” das políticas no reinado anterior. Pensemos agora num Portugal Restaurado que nos anos iniciais de governo do, ainda jovem, D. João V (1706-1750), se envolve e se vê envolvido activamente (1705-1710) na Guerra da Sucessão Espanhola (1702-1714) – palco de experimentação de uma diplomacia que dá passos rumo a uma reestruturação e reinvenção e em que as chamadas para integrar compromissos de apoio assumem destaque. Pensemos depois numa Europa que, de olhos postos no Atlântico, vê emergir novos esboços de futuras hegemonias.<sup>156</sup>

Poucos anos antes, ainda no reinado de D. Pedro II, é enviada uma embaixada à Corte de Luís XIV integrada, entre outros por D. Luís Caetano de Lima (1695) e é descoberto ouro no Brasil (1697) – e com ele a abertura do leque de hipóteses de afirmação constituindo-se a política imperial, em conexão com a europeia, como foco central daqueles que vão ser os interesses de D. João V. No âmbito da Guerra da Sucessão a aliança que havia sido constituída entre Espanha e França assume-se como risco para Portugal, um risco que podia ter consequências quer a uma escala imperial quer ao nível do Reino. É neste sentido que Portugal se alinha às potências da Grã-Bretanha e Países Baixos e que é assinado o

---

<sup>156</sup> Cf. MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força*, Lisboa, Tribuna da História, 2.ªed., Maio de 2006. Vejam-se também: MARTÍNEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1992 e MENESES, Avelino Freitas de, “A diplomacia e as relações internacionais” in *Nova História de Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil*, vol. VII, (coord. MARQUES, A. H. de Oliveira, SERRÃO, Joel), Lisboa, Presença, 2001, pp. 149-191.

tratado de Methuen ainda no reinado de D. Pedro II (1703).<sup>157</sup> É, também no reinado de D. Pedro II e mais precisamente na década de oitenta do século XVII, que D. Rafael Bluteau inicia o serviço à Coroa portuguesa encetando, desde aí, uma relação longa com o Conde da Ericeira (D. Luís de Menezes). Bluteau é enviado para acompanhar Duarte Ribeiro de Macedo nas negociações do casamento (que mais tarde sai gorado) entre a princesa D. Isabel e o Príncipe Vítor Amadeu, todavia Duarte Ribeiro de Macedo morre em viagem, sendo deste modo acrescidas responsabilidades a D. Rafael Bluteau que, após tratar dos preliminares da negociação, rumo a Turim e mais tarde a Paris. Este Teatino, vai aliás, servir a D. Tomás Caetano de Bem, nas suas *Memorias*, para uma explanação longa sobre aspectos económicos, negócios e indústrias. Explanação representativa das novas nuances que a historiografia adquire num período mais tardio do século XVIII,<sup>158</sup> transcrevendo este – na biografia que faz de Bluteau – uma série de cartas dirigidas ao mesmo pelo Conde da Ericeira então, nas palavras de Caetano de Bem, seu *amigo e confidente*.<sup>159</sup>

Quando Carlos III se torna imperador da Áustria (1711) a Grã-Bretanha equaciona de imediato o cessar do conflito com Espanha apoiado aliás por Portugal que, por essa altura, desloca para aí representantes. Nesse período, D. Rafael Bluteau encontra-se em Alcobaça (desde 1704) supostamente alheado dos negócios políticos – regressando a Lisboa em 1713 com autorização do Cardeal D. Nuno da Cunha – e D. Manuel Caetano de Sousa acompanha os acontecimentos a partir de Roma (1709-1711) integrado na clientela do embaixador (o Marquês de Abrantes) onde se encontra para assistir ao Capítulo Geral dos Teatinos, aproveitando o Rei a oportunidade para fitar Roma pelos seus olhos. Diga-se que Roma não é, até ao seu embarque, uma realidade estranha e distante para D. Manuel – é, aliás, o Bispo de Lamego, seu tio (também ele conhecido de Bluteau), enquanto embaixador português em Roma durante largos anos, quem familiariza, D. Manuel (ainda jovem) com esse espaço ao largo da década de oitenta do século XVII. Depois Utreque como o espaço central de diplomacia e em Utreque novamente Luís Caetano de Lima como secretário do Conde de Tarouca.

Neste ponto importa referir que a biografia de D. Luís Caetano de Lima escrita por Caetano de Bem é, de todas que enformam as *Memorias*, aquela que ganha maiores laivos de

---

<sup>157</sup> MACEDO, *op. cit.*

<sup>158</sup> Referimo-nos a uma nova, mas “tímida” linha de orientação científica palpável, também, na produção historiografia que surge no âmbito da Academia das Ciências e que revela um novo olhar sobre os temas socioeconómicos. Veja-se: TORGAL, Luís Reis, “Antes de Herculano...” in *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX: A História através da História*, vol. 1., Lisboa, Temas e Debates, 1998, pp. 32.

<sup>159</sup> BEM, *Memorias* [...], Tomo I, liv. VI., p. 294.

História política e diplomática do Reino, primeiro com a descrição da embaixada à Corte de Luís XIV – *Mundo abreviado*<sup>160</sup> – onde se dirigiu com o disfarce de acompanhante e confessor do Marquês de Cascais (embaixador extraordinário) mas *na realidade com o exercício de Secretario particular da mesma embaixada*<sup>161</sup> por nomeação régia segundo as informações facultadas por Tomás de Bem, depois descrevendo pormenorizadamente ao longo de cem páginas o antes, o decurso e o depois de Utreque e mais à frente explanando longamente sobre as vicissitudes políticas e a viagem que Caetano de Lima faz a Roma na companhia dos Patriarcas aquando da morte do Papa Clemente XI (1721) enquanto *Conclavista Régio*. Contudo, Caetano de Bem justifica a direcção do seu próprio olhar e o porquê das suas escolhas.<sup>162</sup>

Se é certo que a representação de Caetano de Lima como homem político tem propósitos, ambiências e funcionalidades muito próprias importa vincar que o próprio Caetano de Lima e aqueles a quem serviu e com quem lidou assinalam essa nuance. Além disso importa não esquecer que Caetano de Lima está no centro de algumas das mais determinantes disputas diplomáticas do período considerado frequentando as cortes de Paris, Londres, Haia, Utreque, e Roma em momentos-chave da diplomacia europeia. Lima, ao lado do Conde de Tarouca, assume uma posição relativamente às relações almejadas com a Santa Sé integrando a facção que apoia o reforço do poder monárquico junto ao Estado Pontifício, reforço que tem como fim último o “*equilibrio de poderes* internacional saído do Congresso de Utreque”.<sup>163</sup>

Homens da Igreja e da Corte portuguesa travam, assim, conhecimento e constroem redes clientelares num espaço e a uma escala global – tal não se constitui novidade – estas clientelas para além de imbricadas em negociações políticas têm também, e como é natural, uma forte componente de troca intelectual, de permuta de livros, de partilha de novidades relativas aos engenhos que se vêem, aos jornais literários que se compram, às bibliotecas que se frequentam e aos contactos com membros da República das Letras que se empreendem –

---

<sup>160</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II, liv. XII., p. 162

<sup>161</sup> BEM, *idem.*, p. 34

<sup>162</sup> BEM, *idem.*, p. 39. “Escrevendo a vida d’El Rei D. João V podia esta narração ter lugar mais próprio; porém ainda que huma tão grande Obra não está a nosso cargo, he certo que esta digressão, posto que individual, e tão larga, escrevendo parte da historia de seu reinado, materia de si tão vasta, não he indesculpável; e alias facilmente perderia o publico huma noticia tão importante: sendo certo o axioma bem vulgar , que pelo inadequado do seu lugar se não perde, ou destroe a utilidade da materia. [...] porém se na história, por ser mestra das acções humas, se admite a relação exacta de huma batalha, de hum sitio e ataque de praça [...]por que não se admittirá a noticia mais particular dos sucessos, que occurream em hum grande congresso de Ministros tal, que se pode afirmar ser a escola, e regra da mais alta politica?”

<sup>163</sup> CLUNY, Isabel, *O Conde de Tarouca e a Diplomacia na Época Moderna*. UNL-FCSH, Lisboa, 2002, p. 547. [Texto policopiado]

estes homens, e neles incluímos os Teatinos, são, na sua grande parte educados em colégios jesuítas e enformados desde cedo por uma cultura católica que se imiscui no mais ínfimo pormenor do seu quotidiano e da sua vivencia íntima e social,<sup>164</sup> seja qual for o espaço em que esta se desenrole. São eles – que, em alguns casos, amadurecem ao longo da segunda metade do século XVII – aqueles que moldam o olhar de D. João V, funcionando como escopos mediáticos que filtram e constroem – readaptando e sintonizando – as diferentes realidades que vêem, escutam ou lêem ao universo que servem. Note-se que é do meio e das elites urbanas que falamos e que ao longo deste trabalho temos vindo a tratar, todavia importa sempre lembrar e não desligar desta teia, porque dela faz também parte e nela também participa, “o quadro social de mentalidade ainda predominantemente *feudal*, senhorial e rural”<sup>165</sup> que dá forma ao Portugal Joanino.

Aos poucos, e porque pelo ouro do Brasil se abrem, como referimos, novos leques de afirmação de prestígio, D. João V coadjuvado por diplomatas e conselheiros, opta pela não intervenção nos conflitos bélicos europeus escolhendo assim (porque também pôde) a via da neutralidade ao mesmo tempo que intenta um afastamento de Inglaterra e, simultaneamente, de França, e engendra uma aproximação a Roma como já há muito não se via. Mas afasta-se de França “espacialmente” – vinca António Filipe Pimentel – pois, no que toca à imagética e conceptualizações daquilo que se pode chamar uma construções de prestígio Real, as aproximações ao conjunto das imagens que haviam dado forma a Luís XIV como *Rei Sol* é inquestionável, embora precise de ser pensada em profundidade.<sup>166</sup>

Mas lembremos algo que se nos afigura importante para compreender este quadro. Os meandros do político e do diplomático nos século XVII e XVIII pertencem, por um lado, a quem constrói imagens – por dominar os mecanismos que permitem fazê-lo – e por outro, a quem é capaz de as fazer corresponder ao Rei – legando-lhe uma aparente, mas convincente, *autoria*. Para isto contribui, em parte, a proliferação do impresso, do folheto propagandístico, da minuta informativa numa Europa em que o oral, o gestual e o icónico-

---

<sup>164</sup> Veja-se: AAVV, “O Deus de todos os dias: espaços, sensibilidades e práticas religiosas” in *História Religiosa de Portugal: Humanismo e Reformas*, vol. 2.(coord. João Francisco MARQUES e António Camões GOUVEIA), Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 315-665.

<sup>165</sup> PIMENTEL, *op. cit.*, p. 27.

<sup>166</sup> Cf. PIMENTEL, *idem*.

visual não perdem vigência mas em que o impresso consagra também possibilidades de discussão massiva.<sup>167</sup>

As relações políticas entre Portugal e a Santa Sé, aquelas que aqui naturalmente salientamos, não podem pois, ser pensadas se não se tiverem em conta dois aspectos: O relevo que a formação e os formadores de opinião vão ganhando na Europa dos séculos XVII e XVIII e a necessidade de uma afirmação política de Portugal nesse espaço – afirmação possível, também, pela imagem e pelo gesto ritual (o protocolo) feito e coreografado no palco pontifício, ou não estivéssemos, afinal, no seio de uma performance cujo principal mote se desenvolve em torno de um “prestígio católico da realeza”.<sup>168</sup>

Na Santa Sé é em torno da paridade diplomática – cujos passos iniciais começam a ser esboçados ainda na primeira década do século XVIII e cujo culminar se expressa na atribuição do título de *Fidelíssimo* a D. João V – que quase tudo se joga pois, – refere Jorge Borges de Macedo – uma posição hierárquica portuguesa nivelada com a de outros países nesse espaço “viria a reflectir-se, directa e imediatamente, nas relações diplomáticas europeias, cujos estados passariam a ter muito mais dificuldade na sua política de subalternização do estatuto internacional português.”<sup>169</sup> Lembremos aqui, mais uma vez, que os olhos continuam postos no império, principalmente no espaço Atlântico que ganha cada vez mais centralidade, e na salvaguarda daquilo que aí se detinha e que mais tarde viria a ser reafirmado e reformulado no tratado dos Limites (1750).

Assim, faz pouco sentido pensar na pompa e magnificência das embaixadas, no aparto dos coches, nos ornatos das ofertas, nos arrebiques das vestes, no artifício das palavras e dos gestos dos representantes portugueses em Roma e noutros palcos, se não tivermos em conta o quadro acima delineado. Mafra, o livro da Academia Real, a Instituição do Patriarcado são outras das obras que dificilmente podem ser estudadas se não tivermos presentes estes elementos.

Mas quem são estes Teatinos que servem e que são servidos por D. João V? Como se materializam as suas relações com as diversas instituições em que estão imiscuídos? Que papéis desempenham? Como se representam no seio de novas e velhas organizações? Que níveis de entrosamento?

---

<sup>167</sup> BOUZA-ALVAREZ, Fernando, *Del Escribano a la Biblioteca. La civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV- XVII)*, Madrid, Editorial Síntesis, 1997.

<sup>168</sup> PIMENTEL, *op. cit.*, p. 33.

<sup>169</sup> MACEDO, *op. cit.*, p. 260.

Não almejamos respostas definitivas às questões acima esboçadas todavia, equacioná-las implica que consideremos em maior profundidade uma das fontes (e naturalmente o seu autor) a que temos feito menção constante ao longo deste trabalho – *As Memórias históricas cronológicas da sagrada religião dos clérigos regulares* [...] de Tomás Caetano de Bem. Assim o parêntese que agora se abre, em forma de subcapítulo, afigura-se determinante para, mais à frente, compreendermos as nuances de que se foram revestindo as imagens e auto-imagens construídas por e sobre os Teatinos tornados Académicos Reais.

### III.1. D. Tomás Caetano de Bem (1718-1797): o construtor da excepção.

Antes de dar à estampa as *Memorias* contam-se entre as obras que correm impressas de sua autoria, uma vida de Santo dedicada à rainha D. Mariana Vitória (1767),<sup>170</sup> uma biografia de D. Alberto Ambiveri (1782),<sup>171</sup> uma notícia sobre a colecção (por ele ordenada) dos concílios celebrados pela Igreja Lusitana (1757),<sup>172</sup> uma *Ilustração Histórica à Genealogia dos Reis de Portugal* (1789),<sup>173</sup> e um sermão pela milagrosa conservação da vida de sua Magestade (1759).<sup>174</sup> Em pelo menos duas destas obras o nome de Tomás de Bem surge acompanhado do epíteto Académico do número.<sup>175</sup>

Antes de dar à estampa estes livros Caetano de Bem já teria feito um longo caminho de estudos ganhando igualmente traquejo público, apresentando-se activamente na celebração da missa, pregando no púlpito, confessando, fazendo-se, eventualmente, acompanhar de seus mestres ganhando notoriedade e tarimba junto dos noviços ministrando Teologia na Casa da Divina Providência. Simultaneamente colecionaria moedas, medalhas, gravuras e antiguidades. Esta colecção – que, pouco a pouco, se torna extensa chegando a ocupar, juntamente com outros materiais, livros e documentos *tres cubiculos [...] e outro em que rezadiã tambem o dito Padre no Dormitorio inferior*<sup>176</sup> – foi, coevamente, conhecida na Europa.<sup>177</sup>

Nos inúmeros manuscritos que fizeram parte da Biblioteca dos Teatinos a letra de Caetano de Bem segue solta apontando estudos anteriormente redigidos ou anotados por

---

<sup>170</sup> BEM, Tomás Caetano de, *Vida de Santo André Avellino, especial protector contra accidentes apoplecticos, e morte repentina [...]*, Lisboa na Off. de Miguel Manescal da Costa, 1767.

<sup>171</sup> BEM, Tomás Caetano de, *Vida do V. P. D. Alberto Maria Ambiveri [...]*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1782.

<sup>172</sup> BEM, Tomás Caetano de, *Noticia prévia da collecção dos Concílios celebrados pela Igreja Lusitana, e mais pertencentes em suas conquistas [...]*, Lisboa : Off. Miguel Manescal da Costa, 1757.

<sup>173</sup> BEM, Tomás Caetano de, *Ilustração historica à genealogia dos reis de Portugal [...]*, Lisboa, Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

<sup>174</sup> BEM, Tomás Caetano de, *Sermão em acção de graças ao Altissimo, e à singular protecção da Virgem Senhora nossa pela milagrosa conservação da preciosissima vida de S. Magestade, sendo assaltado por tres assassinos [...] que o Supremo Tribunal do Santo Offício [...] celebrou na Paroquial Igreja de S. Sebastião da Pedreira [...]*, Lisboa : na Off. de Miguel Manescal da Costa, 1759.

<sup>175</sup> *Noticia prévia da collecção dos Concílios celebrados pela Igreja Lusitana, e mais pertencentes em suas conquistas [...]*, Lisboa : Off. Miguel Manescal da Costa, 1757 e *Oração que recitou na presença da Rainha Nossa Senhora D. Mariana Victoria D. Thomaz de Bem C.R em 31 de Março de 1780 Académico da Academia Real, e da História Portuguesa [...]* no dia anniversario dos annos da mesma Senhora, servindo de Censor da mesma Academia, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1780.

<sup>176</sup> DOMINGOS, “Documento nº 10: Lisboa: 15 de Março de 1797. Cópia da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino [...] (BN, Lisboa. Res. – COD. 12.935, f. 1)” in *op. cit.*, p. 123.

<sup>177</sup> Manuela Domingos faz referência a alguns desses testemunhos: DOMINGOS, *op. cit.*, p. 78, nota. 3.

D. Manuel Caetano de Sousa, D. António Caetano de Sousa, D. José Barbosa, D. Luís Caetano de Lima entre outros. Das centenas de papéis que escreveu, anotou e compilou cremos que nem todas se encontram hoje identificados.

As notas de Caetano de Bem são sintomáticas do modo como se realizavam os estudos na Casa e a partir delas podemos aproximar-nos do modo como se seguia o trabalho quotidiano numa Livraria de grandes dimensões. Ao longo da sua vida Caetano de Bem levou a cabo um processo de organização e arrumação de *Saberes* que se materializou não só em Catálogo – *Obras de que são auctores Padres Theatinos*<sup>178</sup> – mas também nas *Memórias* – ou não fossem também elas produto de uma reorganização e organização aturada dos arquivos da Casa.<sup>179</sup> Os conteúdos, episódios e factos que Caetano de Bem traslada e historia nas *Memórias*, acham-se com diferentes roupagens, que não as narrativas ou literárias, nos Reservados da Biblioteca Nacional.<sup>180</sup>

Muito do seu trabalho passou pela fixação, a diversos manuscritos, de índices que permitissem uma fácil consulta depois contam-se também as atribuições de autoria (por vezes seguidamente refutada), a datação de obras, a compilação de papéis e arrumação interna de corpos documentais entre muitas outras coisas.

Importa referir que outrora a totalidade dos livros pertencentes aos diferentes Teatinos não se encontrava fisicamente reunida sendo a sua agregação um processo gradual. Quando Caetano de Bem escreve as *Memorias*, as obras dos vários Académicos Teatinos e as suas próprias colecções de livros e objectos encontram-se já todas juntas nos três cubículos a que se fez menção. Tal deve-se, também mas não só, a contingências

---

<sup>178</sup> Catálogo que merece ainda um estudo apurado e profundo. BNP, Rss, mss, COD. 624 – *Obras de que são auctores Padres Theatinos* [Tomás Caetano de Bem]. Importa fazer menção ao trabalho de catalogação levado a cabo por Luís Montês Matoso que resultou na *Bibliotheca Theatina Ulyssiponense* composta por dois volumes manuscritos entre 1741 e 1750. Este Catálogo foi organizado por nomes e matérias [BNP. Res. mss. COD. 7429-7430]

<sup>179</sup> Para aferi-lo basta um olhar sobre a arrumação documental do arquivo dos Teatinos presente nos Reservados da Biblioteca Nacional. Alguns conjuntos documentais são constituídos por papéis pertencentes a um só Teatino que Tomás Caetano de Bem arrumou e agregou para a elaboração da respectiva biografias. Veja-se, por exemplo, o COD. 417, ao qual não nos foi permitido aceder, cuja designação geral atribuída é, numa clara alusão à forma como os papeis se encontravam já arrumados na Casa da Divina Providência aquando da doação dos mesmos, “Documentos para a sua [de D. Luís Caetano de Lima] Biografia” (BNP, Res. Mss. COD. 417. *Documentos para a sua Biografia*.)

<sup>180</sup> Importa referir que Roma tinha uma palavra a dizer relativamente à disposição das Bibliotecas das várias Casas Teatinas. Cf. BNP, Res. mss, COD. 417 “Aviso do Geral dos Clerigos Regulares aos Religiosos de Lisboa acerca do pagamento da sua subscrição para a estátua de S. Caetano na Basílica de S. Pedro, e acerca das Bibliothecas existentes nas casas da Ordem” (s/d); “Aviso do Geral dos Clerigos Regulares Theatinos dos religiosos de Lisboa acerca do pagamento da sua collecta annual para a despeza da estátua de S. Caetano na Basílica de S. Pedro, acerca das disposições regulamentares nas bibliothecas existentes nas casas da Ordem. Roma, 14 de Dezembro de 1737” [Original Italiano assinado por D. Andrea Bolognesi]. Como não nos foi possível aceder ao Códice trasladámos apenas os títulos acima indicados.

exógenas mais precisamente ao Terramoto de 1755 e aos dois incêndios que deflagraram na Casa. Caetano de Bem arruma-as. Porém, não se trata apenas de um acomodar de informação – ele trabalha-as acrescentando e corrigindo apontamentos de outros Clérigos, confrontando documentação, preocupando-se em determinar a autoria não apenas dos compositores das obras mas também daqueles que as anotam, preenchendo lacunas e corrigindo emendas, advertindo futuros leitores etc. Este modo de lidar com a informação é aprendido, ao longo de sua vida, ao lado dos seus irmãos com quem diariamente se encontra ora fisicamente ora por via de notas e advertências por eles deixadas nos livros e papeis.

Contudo, no salto público, que é a saída à luz das suas primeiras obras Tomás Caetano de Bem faz-se acompanhar de D. Francisco de Almeida Mascarenhas a quem escreve um Panegírico por altura da sua sagração enquanto Principal da Igreja no Conselho do Rei,<sup>181</sup> e D. João de Castro a quem dedica um poema heróico sobre a sua vitória face às tropas do Rei de Cambaia.<sup>182</sup> Decorriam então cinco anos desde a data da sua profissão solene. Os panegíricos e orações públicas pelos quais muitos dos Teatinos se tornam populares eram-lhes, por vezes, encomendadas sendo informados dos principais acontecimentos da corte e assim empreenderem diligências nesse sentido<sup>183</sup>. Na segunda metade do século XVIII os Teatinos são ainda reconhecidos pelos seus dotes oratórios, explorados e mediatizados, desde a chegada dos primeiros Teatinos ao território português – lembre-se, novamente, Ardizzone Spínola enquanto um dos pregadores da Restauração.

Quando Tomás Caetano de Bem nasce (Lisboa), o seu pai – Doutor Agostinho de Bem Ferreira (n. 1681)<sup>184</sup> – serve na Corte como advogado. Corre o ano de 1718 e na Casa da Divina Providência acaba de servir como Preposito D. Rafael Bluteau a quem precede D. Manuel Caetano de Sousa (que dois anos depois proporá a D. João V a instituição de uma Academia Real). A Casa está, pois, no zénite da sua visibilidade assistindo ao renascer

---

<sup>181</sup> BEM, Tomás Caetano de, *Panegyrico ao excellentissimo, e revendissimo D. Francisco de Almeida, Mascarenhas* [...], Lisboa Occidental, na Off. Antonio Isidoro da Fonseca, 1739.

<sup>182</sup> BEM, Tomás Caetano de, *Castreidos libros V*, Ulyssipone Occidentali: Excudebat Antonius Isidorus da Fonseca, 1739.

<sup>183</sup> BNP, Res. mss. 28, nº 1,5 a 11 – *Varias Cartas Redigidas a esta Congregação pela Corte, participando-lhe nascimentos, casamentos etc. de pessoas da familia Real (1760-1785)*.

<sup>184</sup> Agostinho do Bem Ferreira seguiu os estudos de Direito Pontifício primeiramente na Universidade de Salamanca depois na Universidade de Coimbra onde se formou passando de seguida a ler no Desembargo do Paço. Desempenhou mais tarde o ofício de advogado na Corte por um período longo de tempo, tempo em que também, traduziu os Instituta de Justiniano a partir do Latim: *Summa da Instituta com remissoens ao Direito, de que se deduz, Ordenaçoens, com que se conforma, e doutrinas practicas*, 2 tomos, Lisboa : Na offic. de Domingos Gonsalves, 1746. (MACHADO, *op. cit.*, vol. 1., p. 60)

da Academia dos Generosos (1717) e exaltando, pela boca e gesto de Rafael Bluteau, D.Tomás de Almeida como Patriarca de Lisboa (1717).<sup>185</sup>

Aprendidos os primeiros rudimentos no Colégio dos Jesuítas, tal como a maioria dos seus pares, Caetano de Bem passa à Casa da Divina Providência em 1733 (ano em que D.Jerónimo Contador de Argote apela a um afastamento da Academia Real pela demora na impressão do seu livro (*Memorias Ecclesiasticas do Arcebispado de Braga*<sup>186</sup>), fazendo a Profissão Solene em 1734 – ano de viragem na Casa da Divina Providência dado o falecimento de dois dos seus diligentes membros.

A entrada na Academia Real da História dá-se num período bastante tardio (1753)<sup>187</sup> ao contrário da sua entrada na Academia das Ciências, aí Caetano de Bem é eleito como um dos primeiros sócios do número. Na Academia Real da História substitui D. José Barbosa com quem convivera durante largos anos e tal como ele serve também o Rei como Cronista da Casa Real de Bragança. Em 1751 é nomeado Qualificador do Santo Ofício e Examinador das três Ordens Militares.<sup>188</sup> Todavia, entre 1754 e 1756, quando ainda não é Superior da Casa cargo que detém por largos anos, Caetano de Bem acalenta a ideia de empreender uma viagem a Espanha ou Roma, tal ideia é partilhada com Gregório Mayáns com quem troca correspondência todavia a ideia não passa disso mesmo não se realizando.<sup>189</sup> Por essa altura a Casa como toda a cidade de Lisboa sofre o abalo do Terramoto. É Bezerra de Lima (1737-1812),<sup>190</sup> que à data assiste na Casa da Divina

---

<sup>185</sup> “ [...] celebrou, e applaudio o Padre D. Rafael Bluteau com tres elegantíssimas orações, que intitulou *Patriarcaes*, a cuja recitação assistio em todos os tres dias a principal Nobreza da Corte, e pessoas Ecclesiasticas de maior graduação, e carácter, e em tribuna o mesmo Augusto Soberano, sendo nobilíssimo theatro de tão pomposa acção a nossa mesma Igreja.” (BEM, *Memórias* [...], Tom. I, liv. VI, p. 313)

<sup>186</sup> ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas* [...], 4 Tomos, Lisboa, Officina de Joseph António da Silva e Officina Sylviana, 1732-1747.

<sup>187</sup> (MACHADO, *op. cit.*, vol. 4, p. 273) o autor faz referência a uma *Pratica com que congratulou a Academia Real de estar eleito seu Collega recitada em 14. de Janeiro de 1753*. Em 1761 é eleito director da Academia Real da História não sabemos se pela primeira vez (ANTT, Mesa de Consciência e Ordens, liv. 208 - Academia Real da História, f. 14-14v. Este livro contem 14 fólhos compostos por actas manuscritas e dispersas da Academia).

<sup>188</sup> É enquanto qualificador que está incumbido, por exemplo, de rever e dar o seu parecer aos livros pertencentes a Nicolau Oliveri e provenientes de Veneza em 1766 (MARTINS, Maria Teresa Esteves Payn, *op. cit.*, p. 661 - Parecer: ANTT., Conselho Geral do Santo Ofício, maço 41.)

<sup>189</sup> São vários os correspondentes espanhóis (numa altura de reforço de laços eruditos entre os países ibéricos) de Tomás Caetano de Bem estes são estudados por PIWNIK, Marie-Helene, *Échanges érudits dans la Peninsule Ibérique (1750-1767)*, Paris, Centre Culturel Portugais, FCG, 1989. pp. 161-177. A autora remete para as cartas de Mayáns para Caetano de Bem presentes na Biblioteca Nacional (BNP, Res. mss. cx. 56/12).

<sup>190</sup> É o próprio Bezerra de Lima a vincar que aquando do Terramoto se encontrava na casa da Divina Providência de Lisboa todavia este elemento, ou seja o facto de Bezerra de Lima ter estado durante alguns anos na Casa da Divina Providência, não se encontra presente na biografia traçada por Inocêncio da Silva que passamos a citar: “Bacharel em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, formado em 1768, e habilitado para os logares da magistratura, mediante a leitura no extinto Tribunal do Desembargo do Paço. Professor de Grammatica latina na Universidade, e depois Professor de Rhetorica na mesma, nomeado em 1764. Por occasião da reforma em 1772 foi destinado para crear a cadeira de Historia e Antiguidades, que regeu com

Providência de Lisboa quem, no Elogio Fúnebre de D. Luís Caetano de Lima, nos dá conta da situação que então se vive.<sup>191</sup> A Casa fica de pé, todavia se já há muito se requeriam alargamentos e obras de melhoria do espaço abundam agora os problemas de conservação do património dos Teatinos, uma vez que parte da Casa é consumida pelo incêndio<sup>192</sup> e os riscos de perda que acabam por se concretizar com intensidade, mais tarde, num roubo de grande parte dos bens, aumentam. Decorria então o ano de 1791 e não se deixam de ouvir ecos exteriores face à perda de grande parte da colecção de Tomás de Bem.<sup>193</sup> Multiplicam-se a partir daí as súplicas do Teatino rumo à entrega da Biblioteca à Real Biblioteca Pública da Corte, súplicas acompanhadas de avisos de risco de perda de fundos pois, adverte Caetano de Bem, já haviam estado naquela Casa Francisco Pèrez Bayer, bibliotecário de Carlos IV, que *levou muito livro bom* e o bibliotecário da Imperatriz da Rússia que *para este fim veio a Lisboa*. Assim, o Teatino almeja abandonar a Casa da Divina Providência alvitrando a construção de um *Gabinete Régio* a situar no Colégio dos Nobres onde *próximo da Impressão viveria com muito commodo*.<sup>194</sup> Tal não se chega a alcançar e Tomás Caetano de Bem morre em 1797 (meses depois de ter sido nomeado Ordinário da Junta de Estado e Casa de Bragança)<sup>195</sup> na sua Casa, acompanhado, presume-se, de muito poucos irmãos,<sup>196</sup> e ainda

---

credito seu e proveito dos discipulos, até ser jubilado em tempo competente.-N. na freguezia de Sancta Maria de Arcozello, suburbios de Ponte de Lima, a 18 de Septembro de 1737, e m. em Coimbra a 2 de Agosto de 1812. [...]” (SILVA, Inocencio da, ARANHA, Brito, *Diccionario Bibliographico Portuguez* [...], vol. 3. Lisboa , p.287)

<sup>191</sup> LIMA, João António Bezerra e, *Elogio do Padre D. Luiz Caetano de Lima, Clérigo regular, offerecido ao Sereníssimo Senhor Infante D. Manoel*, Lisboa, na Officina de Mamoel Antonio Monteiro, 1759.

<sup>192</sup> Tomás de Bem dá notícia da perda de dois tomos impressos da autoria de D. José Barbosa neste incêndio. Seriam obras relativas às vidas de D. Afonso, D. Fernando I e D. Fernando II a que hoje não temos acesso. (BEM, *Memorias* [...], Tom, II, liv. XIII, p. 170)

<sup>193</sup> Carta de Luís Pinto de Sousa de 17 de Novembro de 1791 (BNP. Mss 63, nº 11, Doc. 34); Carta do Duque de Lafões (BNP. Mss 63, nº 11, Doc. 5). A primeira transcrita por DOMINGOS, “Carta IV” *op. cit.*, p. 106, e a segunda parcialmente transcrita na mesma obra (DOMINGOS, *idem*, p. 79, n. 3)

<sup>194</sup> Transcrição de DOMINGOS, “Documento nº 1: Lisboa, 10 de Dezembro de 1791 – Carta de Tomás Caetano de Bem oferecido o seu «Gabinete Erudito» para iniciar o que sua Magestade quisesse promover, sugestões e condições (BN. Res. Mss 28, nº 113)” in *op. cit.*, p. 109.

<sup>195</sup> Transcrição de DOMINGOS, “Documento nº 9: Lisboa, 6 de Abril de 1796 – Decreto de nomeação de D. Tomás Caetano de Bem para um lugar de Ordinário da Junta de Estado e Casa de Bragança (BN. Res. Mss 35, nº 38)” in *op. cit.*, p.122.

<sup>196</sup> Convém lembrar que a autorização de entradas de noviços na Casa estava dependente das indicações dadas pela Coroa nesse sentido. Se em 1777, como já referimos, se autoriza a entrada a 8 noviços (n. 130 deste trabalho) importa não esquecer que na segunda metade do século XVIII sucedem-se restrições à entrada de novos membros na Casa (BNP, Res. mss. 22, nº 69 - 7º - *Aviso que o Conde de Oeiras, em nome de S. Mag. manda ao P. Preposito da CDP sobre a prohibiçõ já feita de não se admittir Religioso algum nos seus conventos ainda que seja professo fóra. Passado em 26 de Maio de 1769*) assim como indícios de problemas judiciais no seu interior (BNP, Res. mss. 22, nº 69, 1º - *Aviso de Sebastião José de carvalho e Mello, em nome de S. Mag manada o P. Prep. Da DP dos CR para que não consinta de modo algum que se recolha contrabando no seu convento dado em 15 de Novembro de 1757*; BNP, Res. mss. 22, nº 69 - 4º - *Aviso que José António de oliveira Machado, mandou ao P. Preposito da Casa da Divina Providência, por Ordem da Secretaria de Estado, sobre a culpa do contrabando de tabaco que fizeram os irmãos Miguel Pereira, e Marçal que se achão reclusos nesse convento para que sejam sentenciados na forma e suas constituições em 25 de Abril de 1767*).

junto a seus livros só depois escolhidos e recolhidos, por Francisco Franco Pereira, desembargador da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e por António Ribeiro dos Santos,<sup>197</sup> bibliotecário, expostos que estavam *às ruínas do tempo num edifício decadente e destruído*.<sup>198</sup>

Importa não esquecer que as *Memorias* são dadas à estampa entre 1792 e 1794 durante o decorrer do processo burocrático de doação da Biblioteca.<sup>199</sup> Ao longo do processo, e isso é visível na vasta correspondência compilada e transcrita por Manuela Domingos, os nomes dos *Doutíssimos Padres* ou seja, dos Académicos Teatinos são referidos e enumerados vezes sem conta.

Nos seus últimos anos de vida assistiu ao declínio de sua Casa o que o levou, num misto de vontade de perpetuação e esperança de novo reconhecimento, a escrever as *Memorias* a que já fizemos, e faremos ainda, larga alusão.

---

<sup>197</sup>Sobre António Ribeiro dos Santos veja-se: PEREIRA, José Esteves, *O Pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, INCM, 1983.

<sup>198</sup> Transcrição de DOMINGOS, “Documento nº 13: Lisboa, sem data – Termo de doação dos Clérigos Regulares da Divina Providência (Teatinos) à Real Biblioteca Pública da Corte, como consta do seu registo oficial solene” (BN. AH. «Livro das doações gratuitas [...] à Real Biblioteca Pública da Corte», f. 1v. – 2 v.)” in *op. cit.*, p. 126.

<sup>199</sup> Importa referir que num período anterior já se tinham empreendido diligências para a aquisição de livros que se encontravam na Casa da Divina Providência. Os propósitos destas eram, contudo, bem diferentes. Veja-se: BNP. Res. Mss. 22, nº 69 – 10º – *Aviso que o Marques de Pombal em nome de S. M. faz ao P. P. da CDP. Para que remetta à Secretaria da Real Mesa Censoria todos os livros que se acabarem compreendidos nas proibições declaradas nos Editais que pela dita Mesa se fez publicar. Em 27 de Abril de 1774.*

### III.2. Percursos singulares e singularizados

Pensar nos percursos dos vários Académicos Teatinos, nas malhas dos seus encontros e desencontros, não se constitui uma tarefa fácil todavia, neste exercício, tentamos não atribuir (sem sucesso) diferentes pesos a uma balança que pode pender mais, ora para as singularidades, ora para as similitudes entre os diversos sujeitos e seus percursos. Importa não esquecer que lidamos com imagens construídas. Das construções de que dispomos destacamos a de Caetano de Bem alguém que não é alheio aos sujeitos que biógrafa (partilhando com eles componentes circunstanciais de tempo e de espaço) mas que, contudo, não lhes é totalmente próximo (uma vez que o seu olhar se prolonga num tempo que escapa aos próprios sujeitos descritos) o que origina uma multiplicação de retoques e um camuflar contínuo de um conjunto de realidades e figurações.

Deste modo, as suas *Memorias* mais do que um lugar de explanação de realidades cimentadas são espaço de expressão do *eu*, um *eu* que através da construção de acepções de identificação do e com o *outro* compõe a sua própria imagem.

Não obstante a constância, que as temáticas e disciplinas que os Teatinos constroem como suas, aponte e sugira uma unidade de ideias, sugestão que ganha ainda mais peso surgindo uma uniformidade de modelos e padrões discursivos, importa atender para determinadas nuances. É que pela multiplicidade de acções que cada um deles levou a cabo, pela diversidade dos textos que produziu, pela quantidade de relações que estabeleceu cada Clérigo aparece, na pena de Caetano de Bem, como que vocacionado para determinada área do *Saber* ou do *Agir* – eis os Teatinos sendo pensados pela sua produção Académica pelo seu biógrafo. E embora surjam aspectos comuns que têm sobretudo a ver com os espaços e o tempo em que estes Teatinos se inscrevem e que se plasmam, e por vezes se confundem, com a sua produção intelectual, não podemos, de facto, imputar, isto se tivermos em conta as particularidades do percurso e da história de vida de cada um deles, homogeneidade ao todo. Pois, se a categoria Clero se torna redutora quando falamos de diferentes Cleros o mesmo se aplica à categoria de Clérigo. É que, e importa não esquecer, há diferenças de carácter que perpassam nas produções escritas destes homens e o carácter e a construção de singularidade ou a avidez pela construção de uma conduta individual não é de somenos importância na época que estudamos – período em que se estabelece, de certo modo, a noção de autoria.

Nem todos os dez Clérigos que temos em mãos compuseram uma grande quantidade de textos, nem todos serviram directamente a Corte, nem todos se consagraram ou foram consagrados, coeva ou posteriormente, historiadores e eruditos afamados. De todos eles é D. António Luís de Vilares aquele de quem recebemos menos ecos. Não encontramos livro de sua autoria, impresso ou manuscrito,<sup>200</sup> elogio póstumo ou notícia apurada sobre este Teatino com excepção daquela que nos é dada por Caetano de Bem em pouco menos de um fólio.<sup>201</sup>

D. Luís de Vilares fez parte do seu percurso entre Salamanca e Madrid nascendo em Trás-os-Montes entre os últimos anos de seiscentos e os primeiros de setecentos. Na Casa de Salamanca (fundada em 1683) dedicou-se à Filosofia e ao estudo dos cânones todavia, foi em Madrid, na Casa de Santa Maria del Favor que ingressou no noviciado professando de seguida na Ordem (1725). A fim de continuar os estudos passou novamente a Salamanca onde substituiu alguns leitores voltando depois novamente a Madrid para servir como Lente.

É no decurso de uma viagem que D. Caetano de Gouveia, vindo de Roma e passando por Madrid, se cruza e estabelece relações com Vilares convidando-o para ingressar na Casa da Divina Providência de Lisboa. Nesta última ensinou Artes e Teologia moral e especulativa e entre os seus alunos contam-se D. Tomás Caetano de Bem que, biografando-o, refere ter tido *a fortuna de ser seu discípulo, e pudera ter grande gloria, se o soubera imitar.*<sup>202</sup>

Tomás Caetano de Bem alude ainda aos seus empregos contando-se entre eles o de Qualificador do Santo Ofício<sup>203</sup>, o de Examinador das Três Ordens e Militares e o de Académico do número da Academia Real. D. António Luís de Vilares entra na Academia quando esta se encontra numa fase de declínio – entre finais de 1738 e inícios de 1739. Enquanto académico substituiu um Teatino, D. Manuel do Tojal e Silva, a quem estava entregue a função de escrever a História Política do Reino referente aos reinados da dinastia de Bragança – obra que quer nas mãos de Vilares quer nas de Tojal e Sílvia nunca se deu por terminada

---

<sup>200</sup>Caetano de Bem faz apenas referência a um tratado manuscrito do autor que, todavia, não conseguimos encontrar, não havendo referência a este ou qualquer outro texto de sua autoria nem em Diogo Barbosa Machado (MACHADO, *op. cit.*) nem em Inocêncio da Silva (SILVA, *op. cit.*): “[...]trabalhou aquelle tão estimavel Tratado, que deixou manuscrito, *De Notis Theologicis: explicantur diversorum argumentorum genera, que pro ipsis Notis infligendis apta, vel necessaria desiderantur.*” (BEM, *op. cit.*, Tomo. II, Liv. XVI., p. 236).

<sup>201</sup> BEM, *idem.*, pp. 236.

<sup>202</sup> BEM, *idem.*, pp. 236.

<sup>203</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral de Habilitações, António, Maço 36, Doc. 901. [a provisão foi passada em Fevereiro de 1743 conforme a nota que se encontra no f. 1 do deste documento]

É nomeado Preposito da Casa da Divina Providência em 1747 porém, em menos de um ano, renuncia ao cargo desconhecendo-se os motivos pelos quais se guia, e sendo posteriormente substituído por D. Alberto Caetano de Figueiredo (n. 1699).<sup>204</sup> Morre em 1775 na Casa da Divina Providência.

São estas as informações que nos são dadas por Caetano de Bem numa espécie de biografia partilhada com um punhado de outros Caetanos. Não que haja ou que se almeje uma desvalorização do sujeito biografado – como o biógrafo faz questão de referir este foi seu mestre – mas porque não produziu obras e não as deu à estampa, ou seja, não se documentou a si próprio dificultando a tarefa de um biógrafo habituado a lidar com enormes quantidades de informação.

---

<sup>204</sup> D. Alberto Caetano de Figueiredo nasce em Santarém iniciando o seu percurso religioso na Casa da Divina Providência de Lisboa e passando, pouco depois, a Goa (1720) onde professa. Catorze anos depois volta a Lisboa e é elevado a Preposito. Entre as obras que deu à estampa contam-se diversos sermões assim como um panegírico e uma oração fúnebre. (MACHADO, *op. cit.*, Tomo I, p. 83.)

## CAPÍTULO IV – OS ACADÉMICOS TEATINOS E A ACADEMIA REAL DA HISTÓRIA

A criação da Academia Real da História é prova dos contornos institucionais de que se havia revestido a *grandeza* pessoal conferida (e a conferir) a D. João V. A dimensão pessoal de uma instituição como a Academia Real da História é pois um aspecto a reter tendo presente que é desta construção de dimensão que depende o lugar afirmativo de Portugal no xadrez político europeu. Mas estaríamos a simplificar se não incluíssemos aqui um outro nível de análise, nomeadamente aquele que diz respeito à fundamentação teológica do poder do Rei e aos conflitos que lhe estão inerentes e que vão emergir energicamente no tempo de D. João V mas de forma mais notória na segunda metade do século XVIII.

Se é certo que o Rei há muito se imiscui em matérias concernentes ao poder espiritual certo é também que neste período o faz com veemência e há debate há, diríamos, um profundo debate teórico acerca dos fundamentos teológicos da soberania, com diferentes ritmos e talvez aguçado em determinadas ocasiões face à especificidade dos momentos. Parte deste debate culmina no findar da década de cinquenta do século XVIII com a expulsão da Companhia de Jesus do território português – tal é a força que ganha no reinado de D. João V – Companhia que se vinha representando mas que sobretudo vinha sendo representada como aquilo a que Zília Osório de Castro chama um “contra-poder” do Regalismo.

Os Teatinos Académicos, uns mais prudentes que outros, estão inclusos nesse debate olhando, com a sua própria lupa obras com as de Dupin<sup>205</sup> – autor e teólogo do galicanismo francês. O que se joga neste debate, para além de outros aspectos complexos que não podemos agora aprofundar, é também (e ainda) algo com que a Ordem está familiarizada desde a sua constituição – o regresso às origens – e aos momentos iniciais da formação da Igreja – e com ele novamente as diferentes leituras de uma mesma Escritura – o debate eclesiológico ganha assim, e cada vez mais, rasgos de debate político.<sup>206</sup>

Os Teatinos Académicos são teólogos, homens que conferem autoridade ao escrito, e que compreendem o seu peso, alicerçando os seus pareceres na escritura e na tradição da

---

<sup>205</sup> Veja-se a referência a Dupin feita por Manuel Caetano de Sousa em anexo (Anexo H).

<sup>206</sup> Para um aprofundamento destes aspectos veja-se: CASTRO, Zília Osório de, “Sob o signo da unidade. Regalismo v.s Jesuitismo” in *Brotéria: Cristianismo e Cultura*, vol. 169 (2/3), Braga, Ago/Set 2009, pp. 113-148.

Igreja. Diariamente no seu gabinete censuram e enquadram religiosamente diferentes livros<sup>207</sup> – são, quase todos eles, Qualificadores do Santo Ofício – têm, também, alguns deles, autorização para deter no seu gabinete livros proibidos. Caetano de Lima, por exemplo, está apenas impedido de ler Maquiavel e Molina assim como livros de Astrologia Judiciária<sup>208</sup> e D.Manuel Caetano de Sousa tem licença para ler livros proibidos sem quaisquer limitações.<sup>209</sup>

Os rumos que o Regalismo pombalino vem a adquirir ganham, aos poucos, forma no reinado de D. João V acrescidos por todo um debate teológico, que cremos adquire por vezes, roupagens de discurso historiográfico.

A criação de uma imagem oficial de D. João V em ambientes institucionais como o da Academia Real da História está assim, fortemente ligada a este quadro de fundamentação e tensão. Uma tensão que, por vezes, se apresenta tímida e silenciada porque arbitrada? Será a Academia, para além de uma plataforma de abertura – e igualmente de gestão e “transferência de informações e competências da esfera eclesiástica para a esfera secular”<sup>210</sup> – também um palco de silenciamento, ou seja, um dos palcos onde, no reinado de D. João V se encena uma homogeneidade de opinião aparentemente conseguida através da edificação de uma imagem una do Rei e também do Académico?

A Academia Real da História, fundada em 1720, é resultado, num primeiro momento, de uma parceria entre D. João V e D. Manuel Caetano de Sousa. Nesta instituição encontra-se plasmada uma dialéctica entre um *poder* cultural em edificação e aperfeiçoamento e um *poder* monárquico em permanente construção. A Academia auto-reproduz-se a partir da configuração de uma imagem oficial do Rei, todavia esta é determinada por *conveniências* de um grupo ou elite intelectual (que se inventa como tal) e que valida um projecto através da justificação prática de escolhas e condutas. A invenção de uma imagem oficial e unívoca de D. João V cria, em parte, a ilusão de homogeneidade e uniformidade entre os diferentes Académicos que se figuram, cada vez mais, como *Colegas*. Se, por um lado, o *poder* do Rei está dependente da operação historiográfica levada a cabo pelos académicos, por outro, a Academia é também espaço de construção de uma imagem, não apenas do Académico mas

---

<sup>207</sup> Para se ter uma ideia da quantidade e da natureza das censuras das obras feitas pelos Académicos Tatinos veja-se: BAIÃO, António, “D. António Caetano de Sousa como censor literário” in *Miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930. [separata]

<sup>208</sup> BNP, res. mss. COD. 417. *Licença da Inquisição Geral de Roma, concedida ao Pe. D. Luiz Caetano de Lima para possuir e ler todos os livros prohibidos no Index romano excepto os de Molina, Nicolau Machiavello, e os de Astrologia Judiciaria. Em 30 de Dezembro de 1704.* [renovada de 5 em 5 anos].

<sup>209</sup> BEM, Tomo I, liv. VIII, p. 355

<sup>210</sup> KANTOR, Íris, *op. cit.*, p. 30.

também do Clérigo Regular, seja ele Jesuíta, Oratoriano ou Teatino, do Clérigo Secular, do Nobre, do oficial da Coroa, do secretário etc. São, pois, construídas diferentes imagens de distintos membros do corpo Académico. Todavia, as imagens são escritas com a mesma paleta de cores, cores que conferem equidade e harmonia à derradeira e assim perpetuada figura do Académico.

Sob uma mesma lei definida, discutida e acordada pelos diferentes membros, a Academia legitima-se.<sup>211</sup> Mas esta legitimação para além de se ligar à autoridade conferida pelo registo escrito da lei prende-se ainda ao fundo unificador que é a adaptação/construção de um método preciso a aplicar na produção que daí advém e ainda da configuração prévia do prestígio individual de cada um dos membros da Academia (alcançado de modo pluriforme antes mesmo da entrada na instituição). Um prestígio envolto num tópico que vai ganhando novos contornos – presos a nuances de que se quer ver revestida a viagem, circulação, mobilidade, contacto e integração destes homens numa República cultural europeia – os contornos da Fama. São pois, por vezes, as coordenadas invisíveis, imaginadas e não escritas aquelas que forjam ideias como a de Republica das Letras, ideias em torno das quais circulam conjuntos alargados de auto-representações a que podemos aceder a partir do estudo de instituições como as Academias.

Mas voltemos à relação Academia-Casa da Divina Providência. Se, em rigor, nem todos os Teatinos cursam em Academias, não nos podemos alhear da *tradição académica* deste grupo no seu todo ao longo da maturação da Ordem em território português. Se descurarmos este aspecto e o aliarmos ao carácter dimensional (diminuto) da Ordem, o número de Caetanos Académicos que ingressam na Academia Real da História pode surpreender. O número daqueles que integraram a Academia foi, de facto representativo se tivermos em conta ao invés da dimensão da Instituição Académica, a dimensão da Casa da Divina Providência de Lisboa.

Tal como Isabel Ferreira da Mota comprova, é de facto o Clero o grupo que em termos numéricos mais desce no decurso da Academia e dentro do Clero pode atribuir-se uma pequena subida ao Clero Secular se tivermos em conta as listas de entrada de académicos numerários e supranumerários do ano de 1721 a 1736.<sup>212</sup> Todavia, a esta

---

<sup>211</sup> Cf. BORRALHO, Maria Luísa Malato, “O mito do legislador numa Academia luso-espanhola” in *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, nº0, 2003, pp. 401-412.

<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2028416>> [última consulta em 5/08/2010]

<sup>212</sup> MOTA, *op. cit.*, p. 106.

contabilização poder-se-ia juntar uma outra componente que tem a ver com a própria produção intelectual destes Cleros no interior da Academia uma vez que o número de homens não tem necessariamente a ver com a quantidade e a natureza da produção escrita pelos mesmos. Seria, de facto, relevante equacionar este aspecto adoptando nomeadamente uma perspectiva comparativa que tomasse em linha de conta os ângulos de que se reveste a produção levada a cabo por cada um dos diferentes grupos e Cleros neste âmbito. Todavia, e porque nos centramos nos Académicos Teatinos e na sua produção em particular não nos é possível seguir esta abordagem estando a proposta feita para trabalhos futuros.

Importa referir que quando falamos em *tradição académica* não nos reportamos apenas ao facto de alguns dos Teatinos terem frequentado e ingressado em várias Academias<sup>213</sup> (como a Academia do Conde da Ericeira ou a dos Núncios) referimo-nos à própria Casa como espaço de construção de *saberes* especializados. Assim, antes mesmo de D.Manuel Caetano de Sousa propor a constituição de uma Academia Real da História, a Casa da Divina Providência funciona já como espaço de profusão de *Saberes* mas simultaneamente de uma gradual especialização dos mesmos, detendo arquivos e conjuntos de livros já organizados em bibliotecas particulares que caminham rumo a uma especialização e consequente profissionalização dos membros da Casa – como é o caso da Biblioteca particular de D. José Barbosa que continha vários livros de pequenas e grandes dimensões relativos à História de Portugal.<sup>214</sup>

Mas o que era afinal uma Academia para um Clérigo Teatino como Rafael Bluteau? No seu *Vocabulário* depois de descrever a Academia de Plutão a partir da descrição de Plutarco pensando, como é aliás seu hábito e propósito, nas origens e génese da palavra e do conceito. Bluteau descreve a evolução do Instituto Académico reputando-o ora de *Escola* ou *Congresso* ora de *Tribunal de Erudição* passando a enumerar as Academias das várias *nações* e os

---

<sup>213</sup> Sobre as várias Academias em que os Teatinos participaram antes mesmo do reinado de D. João V veja-se: RIBEIRO, José Silvestre; *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, Tomo I., Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871, pp. 169-200. Nesta obra, como é natural, o nome daqueles que nomeamos Académicos Teatinos são referidos inúmeros vezes embora a sua imagem surja, por vezes, desvinculada da Casa da Divina Providência para se aliar fortemente às diversas Academias.

<sup>214</sup> Importa alertar para a aquilo que separa uma Academia do século XVI de uma Academia dos séculos XVII e XVIII como a Academia Real da História. As primeiras como lembra Iris Kantor (cf. KANTOR, *op. cit.*) apresentam um carácter mais eclético e aberto quando às diferentes matérias aí pensadas e discutidas as segundas apresentam um grau de especialização que importa vincar. A casa da Divina Providência enquanto Academia aproxima-se inicialmente das primeiras – já notámos aliás a presença na Casa de diversos especialistas em diferentes áreas do *saber* (veja-se o caso de Tomás Beekman). Todavia, a especialização e profissionalização dos membros da Casa da Divina Providência enquanto historiadores faz-se, também em consonância, com a maturação de uma ideia de Academia Real ou em sintonia com a própria Academia Real da História.

nomes de alguns dos académicos de Itália, seleccionados talvez pelo exotismo de seus nomes (*Humoristas, Ocioso, Fantásticos, Adormecidos, Olympicos, Escondidos, Ardentes, Escuros e Obstinaidos*) e em oposição ao que havia verificado em França onde não *tomou a Academia outro nome que o da sua própria nação*.<sup>215</sup> A alusão à Academia Portuguesa do Conde da Ericeira sobre a qual faz um pequeno resumo é deste modo bastante clara. Todavia, parece-nos talvez mais representativa uma outra menção. No *Suplemento ao Vocabulário* Bluteau acrescenta a palavra *Academiar* referindo que se trata de *compor com estylo Academico. Frequentar Academias. Obrar Academicamente*.<sup>216</sup> A representação do Académico encontra-se pois completa no *Vocabulário* sendo-lhe imputado um estilo próprio e um modo específico de fazer. Pela altura em que escreve e dá à estampa o *Vocabulário* ainda não tinha sido instituída a Academia Real da História ao passo que o *Suplemento* data já de 1727, porém, Bluteau como aliás outros tantos Académicos vão ter oportunidade de descrevê-la e defini-la (auto-definindo-se) tantas vezes quanto aquelas em que se reúnem, ou dedicam e censuram as obras que saem no seu âmbito.

Pensemos, por exemplo, nas *dedicatórias* dos livros da Academia, notavelmente trabalhadas por Isabel Ferreira da Mota, como espaços do *eu*. A autora analisa as dedicatória “como um exercício de exaltação do monarca” atendendo igualmente aos modos como, a partir desta tipologia discursiva, os Académicos retrataram o Rei mostrando-o “sempre como objecto de veneração, pleno de virtudes como de glória”.<sup>217</sup> Estuda igualmente as dedicatórias como um dos palcos da duplicidade (entre a autonomia e dependência do escritor) inerente à prática do mecenato (distinguindo-o do clientelismo),<sup>218</sup> analisando-as assim como reflexo de tensões “entre um mundo erudito em expansão e um poder que, apoderando-se do papel mecénico, põe em causa a autonomia e afirmação social do escritor”<sup>219</sup>. Podemos pois pensar as *Dedicatórias* como *dom* por via do discurso ou palco de gestão de afectos (daí a sua obrigatoriedade), palco, diga-se, instrumental uma vez que através dele se jogam proximidades e se esboçam percursos revestindo-se a funcionalidade da *dedicatória*, não apenas de um conteúdo mas também e talvez sobretudo de uma forma.<sup>220</sup>

---

<sup>215</sup> BLUTEAU, Rafael, *Vocabulário portuguez e Latino* [...], vol. 1. Coimbra, no Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, pp. 59-60.

<sup>216</sup> BLUTEAU, Rafael, *Suplemento ao Vocabulario portuguez, e latino, que acabou de sabir a luz, anno de 1721.*, vol. 9., Lisboa Occidental, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, impressor da Academia Real, 1727., p. 4.

<sup>217</sup> MOTA, *op. cit.*, p. 259.

<sup>218</sup> Veja-se: MOTA, Isabel Ferreira da; “Os Historiadores, o mecenato e o clientelismo. Autonomia e dependência (1700-1750)” in *Revista de História das Ideias*, Lisboa, 1998, vol. 19, pp. 471-493.

<sup>219</sup> MOTA, *A Academia Real da História* [...], p. 258.

<sup>220</sup> A centralidade que assume o indivíduo a quem é dedicada determinada obra é um aspecto a vincar. É possível seguir parte das redes de sociabilidade destes Clérigos a partir de uma análise atenta das folhas de

Seguindo atentamente as palavras de Isabel Ferreira da Mota centremo-nos então em quem tem em mãos o “espelho do rei” – a obra – forjando-se, também a partir dela, como parte integrante de um grupo – o dos Académico –, não sem termos presente que “entre a auto-imagem do Académico, a noção que ele tem do serviço e a representação que faz do rei, a articulação é profunda”<sup>221</sup> e também palpável no aspecto formal de que se revestem alguns textos como a *dedicatória*.

Na fachada e alicerce de produção literária barroca que é a *dedicatória* encontram-se plasmadas lógicas formais de aproximação do Académico ao Rei. Estamos perante normas concisas de construção discursiva presas a uma retórica formal<sup>222</sup> – renascida em Trento – que visa modos de emprego cautelosos por via de metodologias desde cedo incutidas nos académicos, e que se manifestam numa equidade textual que atesta a autoridade e “virtualidade simbólica do repetido”<sup>223</sup>.

Observando a *Dedicatória* dos livros da Academia realçamos dois aspectos: Um primeiro relativo à proeminência de certas palavras e expressões – umas vezes através da cor outras mediante a dimensão e forma dos tipos – são estas: o vocativo *Senhor* que encabeça todas as *dedicatórias* surgindo, por vezes, a vermelho mas sempre num tipo de tamanho díspar; as formas de tratamento do Rei (aparecendo, por vezes, toda a expressão em maiúscula – *V.MAGESTADE*); a majoração/sublimação, por um lado, dos qualificativos do Rei (*Augusto Protector, Pay, Sabedoria* etc.) e da Coroa (*Throno, Real Casa* etc.), e por outro, de todos os termos que aludem à Academia e aos seus membros (*Escritores, Collegas* etc.). O nome do Autor surge, por vezes, a vermelho o que sugere uma lógica de aproximação entre o Académico e o Rei por via do colorido.

Um segundo aspecto a destacar é o modo e o tempo verbal em que as *Dedicatórias* são escritas. Estamos perante discursos na primeira pessoa, e por isso perante emanações claras do *eu*, um *eu* que domina e invade o discurso através da construção de imagens do *outro* (Rei), dando-se a ver e tornando-se “espelho”<sup>224</sup>. Para além do modo importa também atender ao tempo verbal em que são expressas as *dedicatórias*. Este é, na sua maioria o

---

rosto e dos epítetos que aí se encontram presentes. Para uma primeira aproximação a estes aspectos veja-se o Apêndice A do presente estudo.

<sup>221</sup> MOTA, *op. cit.*, p. 332.

<sup>222</sup> Cf. FUMAROLI, Marc, *L'âge de l'éloquence: Rhetorique et «Res Literaria» de la Renaissance au seuil de l'époque classique*, Paris, Albin Michel, 1994.

<sup>223</sup> BEBIANO, *op. cit.*, p.45

<sup>224</sup> MOTA, *idem*, p. 258: “O livro do autor é apenas o espelho do rei”.

presente, o que de certo modo, permite tomá-las como gesto contínuo e intemporal<sup>225</sup> um gesto ritual que foge à sua própria duração. Eis o texto transformado em gesto ou vénia escrita, gesto que antecede o cortejo de heróis e acompanha os *vocais retratos*<sup>226</sup> que enformam todos os livros dados à estampa no âmbito da Academia Real da História. As dedicatórias são pois um dos palcos em que se forja a identidade do Académico.

Mas voltemos mais uma vez aos Teatinos como se definem eles e como são definidos enquanto Académicos?

---

<sup>225</sup> Para a análise formal das dedicatórias fizemos uso de: PIRES, Maria Lucília Gonçalves, “Prologo e Antiprólogo” in *Para uma História das Ideias Literárias em Portugal* (Maria Lúcia LEPECKI, Margarida Vieira MENDES e Lucília Gonçalves PIRES), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980. Maria Lucília Gonçalves Pires refere ser o presente “ [...] tempo de acção [...] tempo de representação.”

<sup>226</sup> BLUEAU, Rafael “Dedicatória” in *Prosas Portuguesas* [...] Tomo I, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727-1728, [s.n.]

#### IV.1. Os Teatinos no contexto da Academia Real da História

*Para se conhecer a obrigação de agradecer ao Ceo os seus favores, e as nossas felicidades, não he preciso o lume da Fé, porque basta a luz da Razão.*<sup>227</sup>

São observações como esta – dita por um Clérigos Teatino num momento e para um público específico – que nos remetem quase de imediato para uma classificação/categorização deste período como Luzes Católicas. Todavia, um olhar mais atento sobre uma Ordem Religiosa como a que estudamos, permite-nos vislumbrar um equilíbrio e uma coexistência entre formas que são apenas aparentemente dispares de viver e de fazer viver a espiritualidade. A afirmação de Tojal e Silva embora coloque em planos distintos Fé e Razão constrói e dá a ver coerência, mas dá a ver coerência a um público específico que começa a procurar esse tipo de respostas. Enquanto na Academia se fala desta coerência no púlpito de todos os dias os Padres Teatinos divulgam, por exemplo, a devoção do Bentinho azul,<sup>228</sup> ou seja, há para cada público diferentes conteúdos e instrumentos. A rotina destes Teatinos como de outros Clérigos Regulares e mesmo Seculares está pois, desde há muito, fortemente marcada pela adequação de certos temas e formas a determinados auditórios.

\*

*Seminário de Virtudes, Templo da Religião, Domicílio da Política, e da Prudência, e Casa da Sabedoria*, é deste modo que Filipe José da Gama se refere à Casa da Divina Providência de Lisboa no início da *Oração Funebre na Morte do Illustrissimo Senhor D. Manoel Caetano de Sousa*

---

<sup>227</sup> SILVA, Manuel do Tojal e, “Noticia da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 7 de Setembro de 1729” in *Collecçam de Documentos* [...], Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade e da Academia Real, 1729, p. 19.

<sup>228</sup> “Divulgou-se finalmente a devoção do Bentinho azul, que os Clérigos Regulares costumão conceder aos Fieis em honra, e louvor da Immaculada Conceição de Maria Virgem Senhora nossa, em virtude de hum Breve Apostólico do Santíssimo Padre Clemente XI. Em 12. de Maio do anno de 1710”. (BEM, *op. cit.*, Tomo I., p. 180.)

[...] <sup>229</sup>. Nesta o Orador estabelece a relação, de que já há muito se fruía e que se vinha vincando e reconstruindo, entre virtudes e ciências, na qual estavam os Teatinos, no dizer do autor da Oração, *abalizados* <sup>230</sup> constituindo-se a Casa como *Academia* de fusão entre estes dois pólos. As referências ao Instituto Religioso, que aliás, e como é natural, incorporam grande parte dos elogios fúnebres destes homens, são uma constante e é a partir da imagem geral da Casa que este autor desce ao particular – o cubículo, *Aposento* ou *Casa de Isocrates* de D.Manuel – descrevendo-o como *outra Academia Tusculana*, <sup>231</sup> frequentada pelas *personas mais illustres, e doutas da [...] Corte* incluindo nelas D. João V. <sup>232</sup>

No final da Oração surge um *Romance Endecasyllabo* da autoria de Brás José Rebelo Leite onde se faz menção àqueles que marcaram a vida da Instituição: *Barbosa, Tojal, Sousa, Lima, Argote e Segúineau* – todos eles, com excepção do último, membros da Academia Real. <sup>233</sup>

É num momento de tensão mas simultaneamente de busca de novas coerências entre os poderes da Coroa e os poderes da Igreja, em que os primeiros vão ganhando terreno imiscuindo-se na esfera e afirmando-se junto aos segundos, que D. Manuel Caetano de Sousa irrompe como paradigma de Clérigo urbano e erudito antes mesmo da sua viagem a Itália (1709-1711). Viagem que assume traços de evento propulsor da edificação de uma Academia Real, traços desenhados, não apenas pelo próprio Caetano de Sousa que sente necessidade de fundamentar uma ideia de Academia com base no contacto com uma realidade exterior, mas também esboçados e reafirmados por Caetano de Bem que assim o biografava já nos finais do século XVIII.

Refira-se que quando D. Manuel embarca rumo a Itália conta com cinquenta e dois anos de idade depois decorre quase uma década até à apresentação perante o Rei do projecto

---

<sup>229</sup> GAMA, Fillipe Joseph da, *Oração Fúnebre na Morte do Illustrissimo Senhor D. Manoel Caetano de Sousa [...] Dedicada ao Illustrissimo Senhor D. Joaõ de Sousa Dom Prior da Insigne Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1736, p.5.

<sup>230</sup> GAMA, *op. cit.*, p. 19.

<sup>231</sup> GAMA, *idem.*, p. 103

<sup>232</sup> GAMA, *idem.*, p. 112

<sup>233</sup> GAMA, *idem.*, p. 113. Veja-se o seguinte excerto: “[...]Morrendo pobre deixa por legado / Minerva aos Regulares Companheiros; / Porém elles só disto ambiciosos/ Antes, Senhores della estavaõ feitos. /Barbosa, Tojal, Sousa, Lima, e Argote, / Varões dignos de applausos sempiternos,/ E os outros Theatinos, só não podem / Fazer no estudo voto o sofrimento. /Reservamos à parte o seu Prelado/ Por lhe havermos devido o Magisterio, /E a não ter inda occultos seus Escritos, /Dera Segúineau glorias ao prelo./Com estes elegantes eruditos, /A saudade produz menor effeito, /E até nelles foy isto Providencia, /Alívios prevenir ao golpe fero.[...]”

da Academia Real da História, num primeiro momento direccionado para a abordagem a uma História Eclesiástica do Reino. Nesses nove anos, e passadas as primeiras convulsões bélicas do século XVIII, D. João V habitua-se aos meandros da governação e D. Manuel Caetano de Sousa reafirma laços com os poderes, elaborando juntamente com os seus companheiros da Casa da Divina Providência instrumentos, catálogos, índices que, mais tarde, são reciclados e usados no âmbito dos afazeres académicos. A sua viagem a Itália, os livros e peças que de lá trás, as suas memórias, vão durante nove anos ganhar novo fôlego dentro da Casa da Divina Providência junto a seus irmãos e alunos e em sintonia com os rumos de afirmação política de Portugal na Europa. Estes nove anos correspondem a um período de continuidade na consolidação da Casa da Divina Providência enquanto centro de formação (embora a entrada de noviços na Ordem seja reduzida), mas sobretudo correspondem a um período de afirmação simbólica da Casa – consolidação/afirmação que também se faz pela acção individual dos seus membros.<sup>234</sup> D. José Barbosa torna-se cronista da Casa Real em 1713, D. Luís Caetano de Lima corre a Europa, secretaria Utreque, forma príncipes. Mafra é, entretanto, pensada e inicia-se a sua construção, o Patriarcado de Lisboa é instituído e as relações dos Teatinos com os Núncios assumem novos contornos de proximidade que precisam ainda de ser apreendidos.<sup>235</sup>

Importa lembrar que à semelhança do que se passa com outros dos seus companheiros também D. Manuel integra activamente outras Academias participando na companhia de Rafael Bluteau e de D. Francisco de Sousa, seu pai, nas conferências Discretas e na Academia dos Generosos. Juntamente com D. João V torna-se sócio da Arcádia Romana<sup>236</sup> e faz ainda parte da Academia Portuguesa do Conde da Ericeira.<sup>237</sup>

Da Academia Real da História vai ser o primeiro director, ocupando diversas vezes o lugar de censor, e um dos principais dinamizadores, se atendermos ao volume de contas,

---

<sup>234</sup> São 27 as obras, da autoria dos futuros Académicos Teatinos, que saem impressas entre as últimas duas décadas do século XVII e as duas primeiras do século XVIII. (veja-se Apêndice A). Sobre a componente formativa da Casa da Divina Providência veja-se o Capítulo II deste trabalho.

<sup>235</sup> As relações dos Padres Teatinos com os Núncios começam a tomar forma ainda no século XVII. Numa carta de D. Luís de Sousa a seu sobrinho D. Manuel Caetano de Sousa lê-se: “Parece me muito bem todas essas cortezias que fazeis ao Nuncio, nem o dedicares lhe as uossas conclusões tem inconueniente algum, antes o teria não uos conformares com o que uosso Lente uos aconselhaua [...] e uejo que he necessario a esses uossos Padres contemporizar o Nuncio, e uos com elles.” [BNP, Res, mss., COD. 7697 - “Carta de Roma, 16 de Março de 1680, f. 44]

<sup>236</sup> Na Arcádia Romana ganha o nome de Telamo. Veja-se a referência ao mesmo na dedicatória (consagrada a D. Manuel Caetano de Sousa) da seguinte obra da autoria de D. José Barbosa: *Sermão da Canonização de S. João da Cruz, prégado na Igreja das Religiosas de Santa Teresa de Carnide em 12. de Setembro de 1727* [...], Lisboa Occidental, na Officina de Miguel Rodrigues, 1727, s.n.

<sup>237</sup> Para uma primeira abordagem às Academias assinaladas: RIBEIRO, *op. cit.*, 169-200.

advertências e orações que se encontram na *Collecçam de Documentos*. Cumpre ter em conta que a Junta dos Censores<sup>238</sup> se reúne variadíssimas vezes na Casa da Divina Providência de Lisboa – estas são reuniões restritas que aliam a um forte pendor regulamentar e organizativo a componentes de informalidade e de discussão acesa<sup>239</sup> – aspectos já vinculados por Isabel Ferreira da Mota.

Ideólogo da Academia Real, D. Manuel apresenta-se – não apenas por ser dela director em diversas ocasiões – como alguém de extrema aplicação e exigência, assumindo feição de Académico exemplar – embora refira seguir o exemplo dos seus pares<sup>240</sup> – ou como uma espécie de arbitro – até em momentos em que não assume a direcção. Na Academia é denominado Académico Laborioso<sup>241</sup> e é a sua Casa uma daquelas em torno das quais os Académicos geram as mais altas expectativas.<sup>242</sup>

Nas contas dos seus estudos ocorre essencialmente como autor de instrumentos<sup>243</sup> e crítico de críticos.<sup>244</sup> Importa notar a necessidade de uma defesa constante por parte de

---

<sup>238</sup> Vejam-se algumas das Actas das Juntas às quais também Isabel Ferreira da Mota faz alusão: BNP, Res. Mss. COD. 693, 685, 687, 686, 689.

<sup>239</sup> Para além das actas da Junta importa olhar para alguma da correspondência que D. Manuel envia para D. Francisco de Almeida em que se dá conta da forma como as reuniões se desenrolavam e da forte carga conflitual que, por vezes, as enformava. Veja-se um exemplo no Anexo F do presente estudo.

<sup>240</sup> “Neste tempo satisfiz o melhor que pude, às obrigações de Director, Censor, Escritor e Académico. Como Académico não faltei a Conferencia alguma publica, e allego em primeiro lugar esta pontualidade, por ser ella a com que logro o mais feliz estudo; porque aqui aprendo de todos os eruditíssimos Senhores, de que/ se compoem este Congresso, e se puder conseguir o imitallos, alcançarey a mayor fortuna” (“Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 23. de Janeiro de 1727” in *Collecçam de Documentos* [...], Tomo VII, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade e da Academia Real, 1727). De facto D. Manuel Caetano de Sousa falta apenas a três conferências ao longo de sua vida, uma em 1731, onze anos depois da instituição da Academia, outra em 1733 e uma última pouco antes da sua morte em 1734.

<sup>241</sup> “[...] com aquelle cuidado, que era proprio de quem se prezava do nome de Académico laborioso [...]” (Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 29. de Janeiro de 1722 in *Collecçam de Documentos* [...], Tomo II, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1722.)

<sup>242</sup> “E não espero menos da curiosa diligencia do nosso Académico, e meu Companheiro o Reverendissimo Padre D. Manoel do Tojal e Sylva.” (“Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 19. de Julho de 1725” in *Collecçam de Documentos* [...], Tomo V, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1725.) Veja-se, também, a censura do Marquês de Valença à seguinte obra de D. José Barbosa saída no âmbito da Academia: BARBOSA, José, *Catalogo Chronologico, Histórico, Genealolico e Critico, das Rainhas de Portugal, e seus filhos* [...] Lisboa Ocidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727: “Este douto, e discreto Athleta não exceptuou nenhum Contendor, que se oppuzesse à gloria do nosso nome com as armas da inveja, e maledicencia, nem lhe deminue o seu esforço entrar na batalha melhor armado, pois tambem era impenetravel o arnez de que usou Patroclo, e ficou vencido na campanha, que não consiste tanto a vitória no peito, que defende dos golpes, como no peito que dá o impulso para as feridas.” (s.n).

<sup>243</sup> “Para me facilitar a composição destas quatro Historias, li neste tempo muitos livros, fiz novos Indices aos tres volumes do *Agiologo Lusitano* do Eruditíssimo Jorge Cardoso [...] Fiz Índice Alfabético aos tres volumes da *Historia da Ordem de S. Domingos* [...] escrita pelo Reverendissimo Padre Fr. Luiz de Sousa.” (Noticia da Conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez, em 19. de Setembro de 1726 in *Collecçam de Documentos* [...], Tomo IV, Pascoal da Sylva, 1726.)

<sup>244</sup> Muitos cuidaõ, que para ser Critico basta ter o entendimento natural; mas daqui nasceo em Roma a desordem, de que já se queixava Marcial [...] O certo he, que o Critico, que aspirar a merecer o louvor

D.Manuel perante o auditório académico, o que faz adivinhar a natureza dos ataques que lhe são ao longo do tempo desferidos, uma vez que a disputa e o conflito se apresentam como elementos essenciais e definidores do próprio ambiente e do próprio sujeito Académico.<sup>245</sup> Desde a sua fundação que a Academia Real da História surge, pois, como a menina-dos-olhos de D.Manuel Caetano de Sousa dando-lhe este uma enorme prioridade e sendo a maioria da sua produção, a partir daí, direccionada, não apenas para os homens de sua Casa, mas para os diferentes Académicos servindo-lhes, por vezes, de suporte e ponto de partida para os seus estudos.<sup>246</sup> Assim, a Academia parece ganhar, em Caetano de Sousa, matizes não apenas de projecto Real mas também (e talvez sobretudo) de projecto pessoal.

Já Rafael Bluteau assume um lugar bem mais discreto, embora activo, ao contrário do que se verifica em outros espaços académicos como na Academia do Conde da Ericeira em que assume um dos lugares de destaque.<sup>247</sup> Bluteau é um daqueles académicos que, pela sua presença ou também pelo facto do seu nome constar no rol de académicos do número

---

universal, por julgar rectamente as materias, deve ter as tres propriedades; que lhe apontou Horácio na Arte [...] que deve ser homem, que deve ser bom, e que deve ser prudente: Isto he. Homem pela larga experiencia, e pela constância varonil; pela qual propriedade fica excluída do ministério da Critica a nova Filosofia Cartesiana, da qual disse o Bispo D. Fr. Francisco Palanco, e o Padre Diogo de Quadros na sua Palestra Escolastica, que fora introduzida por ser agradável a mulheres ociosas, e bacharellas. Pela propriedade de bom, se nega o nome de Critico a todo aquelle, que não tiver piedade, sem a qual não pôde haver bondade moral, pela regra. *Bonum non nisi ex integra causa*. Pela circunstancia de prudente, se fecha o Tribunal da Critica a todos os Juizes precipitados, e temerários; mas como nos Senhores Academicos se achão todas as tres circunstancias dos bons, e verdadeiros Criticos, a todos pedirey sempre soccorro para a decisaõ das minhas duvidas, e principalmente para a que agora tenho na minha Historia [...]” (Noticias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 17. de Abril de 1727 in *Collecçam de Documentos* [...], Tomo VII, Pascoal da Sylva, 1727.)

<sup>245</sup> “Se algum homem pôde perder o que nunca teve, eu confesso, que tenho perdido o medo às fraquíssimas armas da Critica voluntaria; daquella Critica ímpia, e falsa, emula da verdadeira; daquella Critica perniciosa, competidora da utilissima; daquella Critica, que se arroja a ser cruel verdugo da sciencia, e da Historia, sendo vulgarmente pertendida capa da ignorancia, e da maledicencia; daquella Critica tyranica, que se não governa pelo discurso, mas pelos caprichos, nem segue outras leys, senão as que lhe dictaõ as paixõens; que se não guia pelas illustraçõens do entendimento, senão pelas inflammaçõens da vontade; daquella Critica, em que a vontade usurpa o sceptro da razãõ [...]” (“Oraçãõ Academico-Mariana, com a qual sendo Director Na Conferencia de 19. de Mayo de 1729. deu conta dos seus estudos O P. D. Manoel Caetano de Sousa.” in *Collecçam de Documentos* [...], Tomo IX, Pascoal da Sylva, 1729.)

<sup>246</sup> Veja-se por exemplo o uso que Francisco Xavier da Serra Crasbeck faz dos trabalhos de D. Manuel Caetano de Sousa: CRASBECK, Francisco Xavier da Serra, “Catalogo dos Religiosíssimos DD. Abbades do Antigo Mosteiro de S. Maria de Guimaraens de Religiosos, e Religiosas de S. Bento, e dos Illustríssimos DD. Piores do mesmo Mosteiro, e da insigne, antiga, e Real Collegiada desta Villa, conservada com o titulo, de N. S. da Oliveira. Feito pelos documentos, que se achão no Cartório da dita Collegiada, e com as memorias do illustrissimo Senhor D. Manoel Caetano de Sousa Pelo Bacharel Francisco Xavier da Serra Crasbeck” in *Collecçam de Documentos* [...], Tomo VI, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1726. Veja-se também numa conta de Francisco Leitão Ferreira a alusão à ajuda facultada por Jerónimo Contador de Argote que lhe havia dado a conhecer um documento onde se encontravam registados vários nomes de Bispos: FERREIRA, Francisco Leitão, “Catalogo Chronologico-Critico dos Bispos de Coimbra composto pelo Beneficiado Francisco Leitão Ferreira, Academico da Academia Real.” In *Collecçam de Documentos* [...], Tomo IV, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1724.

<sup>247</sup> Vejam-se as *Prosas Portuguezas* de Rafael Bluteau onde se encontram reunidas várias participações do autor em diferentes Academias e conferências: BLUTEAU, Rafael, *Prosas portuguezas recitadas em diferentes congressos academicos* [...], 2 Volumes, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727-1728.

da Academia Real da História, confere prestígio à Instituição revestindo-se a sua escassa participação de nuances mais simbólicas que efectivas. Na Academia Real teve a palavra três vezes alertando-se sempre para a sua avançada idade e os limites por ela impostos. No elogio fúnebre recitado pelo Conde da Ericeira na Academia aquando da sua morte, não se deixa, contudo, de fazer menção à sua participação académica todavia, é a menção à Casa que ganha realce: *foy Preposito, e Director da Casa dos seus Clerigos Regulares, de que as letras, e virtudes se unem, como a nossa Academia, e as suas eruditas obras justificaõ.*<sup>248</sup> É deste modo, entrosando a Casa da Divina Providência com a Academia, que, também o Conde da Ericeira, ilustra as obras de D.Rafael Bluteau.

Há todavia três Teatinos cuja acção na Academia Real da História assume outros contornos. Tal é palpável não apenas nas múltiplas referências feitas aos mesmos na *Collecçam de Documentos* mas também, e talvez sobretudo, nas biografias traçadas por Caetano de Bem – referimo-nos a D. Jerónimo Contador de Argote, D. José Barbosa e D. António Caetano de Sousa. Estes três Teatinos surgem nas diferentes composições como, principalmente, Académicos e Historiadores profissionais.

A fonte que Caetano de Bem mais usa na configuração do percurso de D. Jerónimo Contador de Argote é, aliás, a *Collecçam de documentos* da Academia Real da História. Ao longo das páginas do Livro XV das *Memorias* encontram-se assim plasmados os numerosos discursos de D. Jerónimo proferidos nas várias conferências Académicas, umas vezes dando conta de seus estudos, outras respondendo a dúvidas e acusações e outras ainda apontando *Acertos, e desacertos da Crítica Moderna*<sup>249</sup> ou clamando por documentos que tardam em chegar da província.<sup>250</sup> A biografia surge pois como uma narrativa das venturas e desventuras de um autor que anseia ver impresso um dos seus livros – *as Memórias para a história ecclesiástica do Arcebispado de Braga, primaz das Hespanhas.*<sup>251</sup>

Note-se que Caetano de Bem destaca a inclinação de Argote para a História desde o seu ingresso na Academia do Conde da Ericeira aí, refere Caetano de Bem, recitou em

---

<sup>248</sup> “Elogio do reverendissimo Padre D. Rafael Bluteau, Clerigo Regular, e Academico da Academia Real da Historia Portugueza, E nella recitado pelo Conde da Ericeira, em 4. de Março de 1734” in *Collecçam de Documentos* [...], Tomo XIV, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1734.

<sup>249</sup> *Memórias* [...], Tomo II, Liv. XV, p. 208.

<sup>250</sup> “Noticias da Conferencia, que a Academia Real da Historia Portugueza fez em 1 de Março de 1725.” in *Collecçam de Documentos* [...], Tomo V, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1725.

<sup>251</sup> *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas* [...], 4 Tomos, Lisboa, Officina de Joseph António da Silva e Officina Sylviana, 1732-1747.

diversas conferencias *doutíssimos Discursos sobre as fábulas introduzidas na História*<sup>252</sup> mostrando que *a corrupção da verdade historica, ou a narração mentirosa, e falsa, procedia de varias causas, humas proximas e outras remotas. Proxima, erão a ignorancia, a nimia credulidade, e falta de critica; o amor, o ódio, e algumas vezes o interesse. Remota, a Poesia, a Pintura, a Eloquencia nos Panegyricos, e Elogios fúnebres, e a mesma Historia fngida, quaes são as Novellas.*<sup>253</sup>

No percurso de vida traçado por Caetano de Bem, tudo se ordena em função da sua grande obra as *Memórias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga* e dos estudos que dela derivam e que estão, desde a década de cinquenta, na banca de trabalho do próprio biógrafo despoletando, eles próprios, troca acesa de ideias e pontos de vista entre este e alguns eruditos espanhóis com quem se corresponde activamente. Assim se compreende que o discurso de Caetano de Bem relativo a Contador de Argote se guie pelos seus próprios interesses e curiosidades talvez, em parte, aguçados também pelo próprio companheiro que mais tarde biógrafa. É deste modo que o Caetano de Bem destaca e enfatiza o papel da abordagem de Contador de Argote ao património material ou arqueológico. Assim se concebe o relevo que é dado, por exemplo, às *medalhas e moedas antigas romanas, góticas e arabigas*, materiais em que foram produzidas *ouro, prata e cobre*, sua distribuição geográfica e inscrições que as acompanham que, no dizer de Caetano de Bem aludindo ao *Parecer Anatómico e Histórico*<sup>254</sup> de Argote, mostram a *barbaridade dos povos porque misturão as letras Gregas com as Latinas.*<sup>255</sup>

Cumprir notar que no período em que dá à estampa as *Memórias* Tomás Caetano de Bem se apresenta também como numismata, a numismática é aliás uma das matérias sobre a qual troca impressões com Enrique Flórez<sup>256</sup> durante largos anos. Para além deste aspecto importa referir que Caetano de Bem está incluso numa contenda erudita com Gregório Mayáns que tem como mote central alguns dados outrora apresentados por Argote no que toca à História de Braga. Esta troca de ideias ente Mayáns e Caetano de Bem, que na

---

<sup>252</sup> *Bibliotheca Lusitana* [...], Tomo II, p. 493

<sup>253</sup> BEM, *Memórias* [...], Tomo II, p. 202.

<sup>254</sup> *Parecer Anatómico Histórico, crítico, e jurídico sobre a Dissertação Historica, e critica de huma inscripçam que existe no campo de Santa Anna na Cidade de Braga* [...], composto pelo Dr. Egidio Albornos de Macedo ; dado à luz por Sueiro Alhares Fernandes [ed. lit.], Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentíssimo Cardeal Patriarca, 1742. O texto impresso é, na sua maioria, da autoria de D. Jerónimo Contador de Argote. Sobre esta obra veja-se: bem, *Memórias* [...], Tomo II, Liv. XV, p. 227.

<sup>255</sup> BEM, *Memórias* [...], *idem*.

<sup>256</sup> Numismata espanhol e autor da *Espanña Sagrada* (*Espanña Sagrada : theatro geographico-historico de la Iglesia de Espanña* [...]), 51 vols., En Madrid : En la Of. de Antonio Marin, 1754-1879.) Para além de Enrique Flórez Caetano de Bem troca também correspondência com José Cavallos fundador da Academia de Belas Letras de Sevilha (cf. PIWNIK, *op. cit.*, p.161)

segunda metade de setecentos ganha dimensão ibérica, pode ser acompanhada na correspondência trocada entre ambos notavelmente estudada por Marie-Helene Pivnik.<sup>257</sup>

D. José Barbosa, cronista da Casa Real desde 1713 expressa, logo numa das primeiras conferências da Academia Real da História, a intenção de converter em tábuas cronológicas as acções políticas do Conde D. Henrique. Trabalho que cremos estaria a desenvolver há já algum tempo mas que não chega a dar à estampa, não só por delongas tipográficas mas também pela pluralidade de interesses que tinha. De facto, é sobre a *Meia Idade* que José Barbosa é convidado a debruçar-se nos seus trabalhos académicos e é neste período cronológico que vai desenvolver alguns dos seus estudos – detendo, como referimos, uma biblioteca particular especializada em História de Portugal. São pois as matérias concernentes aos princípios e à formação do Reino de Portugal aquelas em que ocupa grande parte do seu tempo de estudo não apenas escrevendo sobre as mesmas mas também censurando obras centradas nesse período cronológico.<sup>258</sup> Todavia, é possível vislumbrar este interesse por um período cronológico específico na produção impressa de sua autoria? De facto, se olharmos para a totalidade dos textos que dá à estampa somos tentados a hesitar nesta conclusão. É que estamos perante o Académico Teatino cujo nome circulou num maior número de obras impressas, contando-se cerca de meia centena os textos impressos de sua autoria.<sup>259</sup>

Destes a maioria são sermões, elogios e textos de carácter laudatório e apologético. O mesmo se passa com a produção de um outro Académico Teatino – D. Caetano de Gouveia Pacheco – todavia, este último não é, na pena de Caetano de Bem, tido como especialista em História, Geografia ou Genealogia ao contrário do que acontece com D. José Barbosa (e com outros Académicos, clérigos ou leigos) que é, quase sempre representado como historiador embora não se debruce apenas sobre essa disciplina.

D. Caetano de Gouveia entra na Academia numa fase mais tardia, em 1735. Nas *Memórias* de Caetano de Bem a sua biografia encontra-se junto à *De outros Religiosos professos, ou que florescerão nesta Casa*, como António Luís de Vilares ou Celestino Segueineau.<sup>260</sup> Embora os

---

<sup>257</sup> Mayans troca também correspondência com Cenáculo e Pereira de Figueiredo veja-se PIWNIK, *Idem*.

<sup>258</sup> Veja-se, por exemplo, o reafirmar da Lenda de Ourique enquanto episódio fundacional do Reino por parte de José Barbosa, António Caetano de Sousa e Tomás Caetano de Bem. Lembre-se que esta reafirmação se liga às tentativas de canonização de D. Anfonso Henriques que ganham novo alento durante o reinado de D. João V. Para um aprofundamento desta temática veja-se: BUESCU, Ana Isabel, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal e Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista.*, Lisboa, INIC, 1987 e BUESCU, Ana Isabel, *A memória das origens. Ourique e a fundação do reino (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

<sup>259</sup> Note-se que contamos com alguns textos de sua autoria que integram colecções e adições. Veja-se a totalidade das obras que conseguimos apurar no Apêndice A.

<sup>260</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II., Liv. XVI, pp. 232-239.

textos impressos de sua autoria sejam reduzidos em número (se comparados aos de D. José Barbosa) são também, em grande parte, tal como os de Barbosa de natureza apologética e elogiosa.

Aqui importa ter presente que a maioria das obras saídas no âmbito da Academia são elaboradas precisamente para momentos específicos de exaltação e comemoração e que a História, como disciplina em maturação, não se desliga, antes se cumpre, em parte, nessa tipologia discursiva, justificando-se na prática (e talvez não tanto nas intenções) a sua utilidade ou funcionalidade.

Isabel Ferreira da Mota refere que é através da eloquência religiosa que D. José Barbosa se faz notar até ser agraciado por D. João V com o emprego de cronista e mais tarde com o de Académico oficial.<sup>261</sup> Importa, contudo acrescentar que, o domínio da oratória sacra não é tido por estes homens apenas como um instrumento de ascensão, embora lhes confira visibilidade e mediatismo, trata-se de um exercício recorrente e praticado ao longo das suas vidas quer assumam cargos hierarquicamente superiores, ou não, dentro ou fora da Casa da Divina Providência.

Se é certo que José Barbosa e Contador de Argote são dispensados do exercício de cargos superiores dentro da Casa enquanto se dedicam à Academia e aos trabalhos historiográficos, certo é também que continuam, por vezes, a assinar e assistir aos capítulos da Casa, a pregar na Igreja de Nossa Senhora da Divina Providência e em outras Igrejas, a confessar e a dar missa. Lembre-se que há ainda Teatinos que são nomeados Prepositos no mesmo ano em que entram na Academia, é o caso de D.Manuel do Tojal e Silva, que não sendo dispensado renuncia ao Cargo de Preposito dizendo preferir *a tranquilidade, e socego, própria para o estudo*<sup>262</sup> mas ausentando-se pouco depois de Lisboa para servir o Conde de Unhão. Cremos que a dispensa de cargos superiores dentro da Ordem se prende ao próprio estatuto, idade, vontade individual, necessidade pontual e trabalho já feito e não tanto ao ingresso numa ou outra instituição. Esta dispensa liga-se assim, à própria construção do intelectual como autor, um autor que constroi sobre si uma aura de inatingibilidade mesmo dentro de sua Casa.

Todavia esta dispensa nem sempre se verifica ou nem sempre é acatada pelos próprios Clérigos. D.António Caetano de Sousa, por exemplo, serve como Preposito entre

---

<sup>261</sup> MOTA, *op. cit.*, p. 142.

<sup>262</sup> BEM, *idem.*, Tom. II, Liv. XVI p. 236.

1721 e 1724, período em que dá à estampa quatro catálogos no âmbito da Academia, e D.Luís Caetano de Lima sendo Secretário de Línguas na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros quando é chamado para ingressar na Academia é ainda nomeado Preposito da Casa da Divina Providência numa primeira fase entre 1727 e 1732 e numa segunda entre 1737 e 1740.

Alguns dos Teatinos de que falamos faziam já da História um modo de vida antes mesmo de existir uma Academia consagrada especificamente à matéria e nem por isso deixaram de se fazer ouvir no púlpito ou de assumir cargos como o de Preposito, vigário ou vogal no Instituto religioso.

Assim, importa vincar que a oratória sacra e a ocupação de cargos superiores na Ordem embora confira visibilidade e permita um entrosamento dos membros da Ordem na esfera pública, dada a sua componente politicamente instrumental, não surge como trampolim directo para a ascensão dos membros da Casa no interior de instituições como a Academia Real da História embora, Caetano de Bem, estabeleça uma conexão flagrante entre sucesso na Casa, e sobretudo no púlpito, e sucesso na Academia. Todavia, não nos podemos alhear da preparação ganha por estes homens no púlpito. É, de facto, na Igreja de Nossa Senhora da Divina Providência e noutras Igrejas onde são convidados a Pregar, que estes Clérigos aprendem a mover pela palavra e pelo gesto expondo a *verdade* revelada à medida que adaptam temas, conteúdos, formas e gestos aos diferentes públicos, espaços e ocasiões.

Importa voltar a assinalar a relação entre sucesso nos estudos e na Casa e sucesso na Academia, relação não apenas vincada, mas também construída por Caetano de Bem. Após os estudos dos Académicos Teatinos segue-se, nas biografias traçadas, uma *subida imediata* ao púlpito como se se trata-se de uma continuidade ou de um ponto final posto no plano de estudos que a partir daí deveria ser auto-gerido. A esta *subida* ao púlpito sucede-se a entrada e o ingresso em Academias num quadro desenhado, quase, rigidamente, como se este fosse o fim último de um percurso profissional/intelectual a ser almejado por cada um dos Teatinos. Esta relação entre os estudos e as oportunidades *profissionais* fora da Casa, recorrentemente estabelecida, é aliás um dos pontos a que o autor das *Memorias* dá maior ênfase. Os estudos dos Teatinos são pois descritos com algum grau de pormenor ao contrário dos empregos (excepto o de Académico) que, em algumas das biografias, são apenas enumerados. Aqui importa referir que há, por parte de Caetano de Bem, não apenas a vontade de redesenhar a imagem da Casa como palco de formação, mas também, uma noção de que sobrevivência da Ordem dependia, em grande parte ou quase na totalidade,

dos empregos conseguidos por estes Teatinos que desde sempre haviam sido remunerados não se coibindo estes, em alguns casos, de requerer aumentos de ordenado.<sup>263</sup>

A abordagem individual que Caetano de Bem faz aos membros da Casa da Divina Providência pode, à primeira vista, tolar a relativa homogeneidade dos percursos de estudo e dos empregos dos Teatinos Académicos que analisamos. De facto, os estudos destes homens seguem uma linha comum, por exemplo, quase todos frequentaram o Colégio de Santo Antão. Uma linha comum não apenas no que toca às matérias a que inicialmente se dedicam – o que se liga igualmente à oferta formativa do noviciado – mas também no que concerne aos mestres e irmãos com quem aprendem e se exercitam. Contudo neste ponto importa lembrar a flexibilidade, a que já fizemos alusão, perante as diferentes *vocações* no noviciado da Casa da Divina Providência.

No que toca aos empregos, ofícios e títulos as similitudes são ainda mais agudas. Quase todos os Teatinos Académicos foram, por exemplo, Qualificadores do Santo Ofício, e muitos deles receberam o título de Teólogo, Deputado da Bula de Cruzada e Examinador das Três Ordens Militares.<sup>264</sup> Importa, pois, olhar para os trilhos de aprendizagem e percursos profissionais de alguns Académicos Teatinos tendo em conta os moldes faseados como tanto Caetano de Bem e Diogo Barbosa Machado traçam percursos. Vejam-se alguns casos:

D. Caetano de Gouveia Pacheco foi um dos poucos Académicos Teatinos a frequentar a Universidade todavia, não o fez por muito tempo passando de Coimbra para a Casa da Divina Providência *atrabido*, nas palavras Caetano de Bem e Diogo Barbosa Machado, *do exemplar procedimento e universal literatura* dessa Casa.<sup>265</sup> Seu pai Manuel de Gouveia Pacheco serviu em Paredes como Capitão-mor e perto desta mesma Vila nasceu Caetano de Gouveia em Novembro de 1696.

Pouco depois de chegar à Casa da Divina Providência de Lisboa vestiu a Roupeta (1714) e aí, mediante a autorização do Padre Geral, professou decorrido um ano, contando então com dezoito de idade.

---

<sup>263</sup> BN, Res, mss. COD. 417 – *Petição para que se lhe pague [a D. Luís Caetano de Lima] mais 50\$00 reis por anno promettidos em 1736 por escrever cartas portuguezas além das latinas, francesas etc. na Secretaria de Estado [...] 20 de Dezembro de 1752, f. 14.*

<sup>264</sup> Veja-se Apêndice B

<sup>265</sup> MACHADO, *op. cit.*, vol. 1, p. 555.

Na Casa dedicou-se à Filosofia e Teologia e porque os estudos se haviam feito com sucesso *mereceu* servir a Igreja como Qualificador do Santo Ofício e Examinador das Três Ordens Militares.<sup>266</sup>

O pai de D. Jerónimo Contador de Argote – Doutor Luís Contador de Argote – foi desembargador da Relação do Porto e da Casa da Suplicação. Seu irmão D. José Contador de Argote (professo na Ordem de Cristo e também sócio do número da Academia Real da História) foi distinguido como fidalgo da Casa Real dando assim um passo importante no estabelecimento do estatuto honorífico da família.<sup>267</sup> Contador de Argote nasceu em Colares em 1676 e passou a sua infância entre o Porto a Lisboa sendo criado por seu padrinho D. Alonso de Alcala Herrera (1599-1682) autor de inúmeras obras poéticas,<sup>268</sup> e tendo por mestre, para além de outros, um Ermitão da Ermida de São Sebastião. Em Lisboa estudou com seu irmão no Colégio de São Francisco Xavier recebendo lições dos jesuítas Álvaro de Machado e António Vieira.

Ingressando na Casa da Divina Providência com pouco mais de doze anos (1688) teve aí por Mestres D. Luís Maria Sacchi, D. Carlos Cazaniga, D. Inácio António de Araújo, D. Manuel Caetano de Sousa, D. Manuel do Tojal e Silva, D. Caetano Barbosa, D. Alexandre Visconti e D. Pedro Arriaga – dos últimos recebeu lições de gramática, latim e filosofia, por dispensa do Padre Geral, antes mesmo de Professor na Ordem em 1692. A primeira tonsura tomou-a em simultâneo com José Barbosa, António de Faria, Celestino Segueineau e António Caetano de Sousa.<sup>269</sup> Continuou depois Teologia e aplicou-se nas línguas (italiano, francês e grego). Estas línguas eram, aliás, ensinadas na Casa da Divina Providência assim como Matemática, Geometria, Geografia, Cronologia e Gnomonica<sup>270</sup> que igualmente acabou por aí aprender tal era o relevo que davam aos interesses específicos de cada um dos noviços. Foi lente de Retórica e ditou Filosofia na Casa da Divina Providência por curto espaço de tempo, todavia teve de interromper as funções dado o seu débil estado de saúde, assistindo

---

<sup>266</sup> BEM, *Memorias* [...], Tomo II, Liv. XVI, p. 235.

<sup>267</sup> D. José Contador de Argote irmão de Jerónimo Contador de Argote casa com D. Catarina de Castro irmã de D. Martin da Gama e Castro que entra como noviço irmão corista na Casa da Divina Providência em 1708. Este é apenas um dos exemplos que atestam uma prática de agregação conventual que não é alheia às redes familiares.

<sup>268</sup> MACHADO, *op. cit.*, vol. 1. p. 26-27

<sup>269</sup> ANTT, CD-CNSDP, Liv. 6, f. 262: “Aos 12 dias de Setembro de 1694 Se propos em capitulo [...] se havíamos de dar licença aos Jrmãos Antonio de Faria Jose Barbosa Celestino Segueineau, Antonio Caetano de Sousa e Hieronimo Contador de Argotte tomarem a primeira tónsura [...] se concluiu que sim.”

<sup>270</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II, Liv. XV., p. 201.

em Braga, Porto e Coimbra onde auxiliou na Casa de seu tio e Inquisidor-mor D. José da Gama Lobo e empreendeu relações com as pessoas *mais principais daquela Universidade*.<sup>271</sup>

D. Manuel Tojal e Silva descendente de uma nobreza que se havia destacado pelos serviços prestados a D. João III no âmbito da construção imperial resguardando hereditariamente desde aí o ofício de Juiz da Balança da Casa da Índia. Filho de D. Vicência da Silva Carneiro e de D. Álvaro do Tojal, nasceu em 1670 na cidade de Lisboa. Principia nos estudos de gramática no Colégio de Santo Antão passando à Casa da Divina Providência onde D. Manuel Caetano de Sousa serve por essa altura como lente de Filosofia. Professora na Ordem em 1687 e, completos os estudos escolásticos, sobe ao púlpito. É na poesia religiosa que Tojal se destaca conhecendo e escrevendo em latim, português, castelhano e italiano. Antes de ingressar na Academia Real da História foi sócio da Academia do Conde da Ericeira onde leu filosofia moral passando também pela Academia Eclesiástica (ou dos Núncios) onde versou sobre os cânones sagrados.

Na Academia Real fica encarregue de escrever a História recente (do reinado de D. João IV ao reinado de D. João V) advertindo, ao longo das várias sessões, para as dificuldades com que quotidianamente se depara uma vez que, como justifica e acrescenta Caetano de Bem, *a mesma vizinhança dos tempos, que lhe facilita a notícia dos sucessos, he a que embaraça aos referidos com total liberdade*.<sup>272</sup> A obra não chega a seu termo sendo, por diversas vezes, interrompida pelo autor que, por se ausentar de Lisboa na companhia do Conde de Unhão – a quem serve como Confessor no Algarve durante quatro anos – aí não dispõe de instrumentos, eruditos e arquivos que lhe possam valer. Este é aliás um dos aspectos que mais concorre para a ausência de finalização de algumas das obras projectadas pela Academia e as advertências na *Collecção de Documentos* relativas a estes aspectos por parte de um grande número de Académicos multiplicam-se.<sup>273</sup>

Manuel do Tojal e Silva, embora integre a Academia Real da História e nela dê algumas contas de seus estudos, não é à semelhança de Caetano de Gouveia, tido por Tomás Caetano de Bem como historiador é, talvez, por isso que este o coloca junto a outros que não os restantes Teatinos Académicos como por exemplo Tomás Beckman

---

<sup>271</sup> BEM, *idem*.

<sup>272</sup> “Notícias da Conferência, que a Academia Real da História Portuguesa fez em 4 de Janeiro de 1725” in *Collecção de Documentos* [...], Tomo V, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1725.

<sup>273</sup> Isabel Ferreira da Mota alerta para este aspecto veja-se o capítulo III da segunda parte do seu estudo: MOTA, Isabel Ferreira da, “A Concentração Geográfica dos novos historiadores e o seu «mundo»” in *A Academia Real da História* [...], p. 187-203.

também ele um interessado pelo que então se fazia ao nível da recolha documental, mas que vai construir o seu percurso em torno da matemática e da óptica.<sup>274</sup>

O que faz então com que uns e outros figurem nas *Memorias* de Caetano de Bem como especialistas em diferentes áreas ou como mais ou menos Académicos Reais ou Historiadores? O volume e temáticas da sua produção impressa? A constância de participação e intervenção na Academia Real da História? Os cargos e empregos que ocupam durante as suas vidas? A sua popularidade? A forma como estes Clérigos e aqueles que os rodearam os foram representando? Ou a própria necessidade de Caetano de Bem em tipificar estes clérigos partindo da sua produção intelectual impressa?

D. Luís Caetano de Lima, por exemplo, tem um papel activo na Academia Real da História, todavia, não é ao papel de Académico que o seu biógrafo vai dar maior relevo.

A Academia recorre aliás a Luís Caetano de Lima (e a outros Caetanos) – de quem acaba por adaptar a norma ortográfica anteriormente escrita para seu uso individual<sup>275</sup>, para o estabelecimento de um preceito gráfico a usar pelos Académicos e a ser aplicada nas obras dadas à estampa pela instituição. Importa aliás notar esta atenção dada pelos Teatinos às normas gráficas, à lexicografia, ao ensino da língua portuguesa com recurso a autoridades latinas e ao estilo dos autores. Diga-se que esta valorização da língua portuguesa não se constitui como novidade do século XVIII notando-se um acentuar dessa tendência desde o século XVI. Importa também notar que as gramáticas são uma realidade na Europa desde o início da época moderna. Contudo importa recordar o contributo ortográfico e lexicográfico da Casa da Divina Providência de Lisboa – sendo esta uma das matérias, para além da História e das disciplinas que os Teatinos vão esboçando como *auxiliares* da História (Geografia, Genealogia, Cronologia, Diplomática etc.), sobre as quais mais se produz neste Instituto Religioso ao longo do século XVIII.<sup>276</sup>

---

<sup>274</sup> Tomás Beeckman professou na Ordem em 1680 e dedicando-se de seguida ao Púlpito foi nas ciências maiores, que vinca Caetano de Bem, eram “proprias das pessoas Eclesiásticas”, que se destacou passando a Roma e Florença onde aperfeiçoou os seus conhecimentos em matemática e óptica saindo versado na prática de construir instrumentos “fabricava oculos de ver ao perto, e de longa distancia, e outros de reflexão, microscopios, telescopios, e semelhantes instrumentos com summa perfeição” pelo que privou com o Infante D. Francisco ensinando-lhe a manejar os instrumentos de sua coleção ou “museu”. Todavia Tomás Caetano de Bem realça o seu interesse pela documentação referindo que foi Tomàs Beeckman quem, enquanto Preposito, dispôs “a boa ordem [...] reduziu o nosso Arquivo” trazendo, igualmente, de outras partes impressos e manuscritos raros. (BEM, *op. cit.*, Tomo II, p. 2-3).

<sup>275</sup> Sobre esta norma ortográfica veja-se: MARQUILHAS, Rita, *Norma gráfica setecentista: do autografo ao impresso*, Lisboa, INIC, 1991, pp. 10 a 18.

<sup>276</sup> Veja-se neste sentido o papel de Jerónimo Contador de Argote, Rafael Bluteau e Luís Caetano de Lima.

Na continuidade do que referíamos, relativamente a Caetano de Lima, é o seu carácter de homem político que vai ganhar maior realce na biografia traçada por Caetano de Bem a própria obra que dá à estampa no âmbito da Academia Real é flagrante e atesta a imagem que o próprio Caetano de Bem constrói sobre este Teatino.<sup>277</sup>

Outra das obras saídas no âmbito da Academia – que por vezes surge como emblema e paradigma de produção no âmbito desta Instituição Real – que mais desperta a curiosidade e maior ressonância pública tem fora do espaço português na primeira e segunda metade do século XVIII é *A História Genealógica* de D. António Caetano de Sousa.<sup>278</sup> Quando se abre o seu primeiro volume surge-nos quase de imediato um retrato gravado deste Teatino segurando a sua própria obra. Trata-se de um jogo em que pela imagem se criam mecanismos de identificação e de aproximação entre o autor e o leitor, um jogo onde também está presente o Rei – ou não fosse o seu nome aquele que ganha maior relevo na folha de rosto do livro que temos em mãos e que também Caetano de Sousa simbolicamente segura. Sobressai, na imagem, a avançada idade mas o olhar vivo de Caetano de Sousa características que também se encontram presentes nos retratos de D. Rafael Bluteau e de D. Manuel Caetano de Sousa que hoje se encontram na Biblioteca Nacional – imagens em que não podiam faltar a figurações dos objectos que os definem – os livros, ou a pena no caso de Rafael Bluteau, e o hábito.

D. António Caetano de Sousa foi biografado em diferentes momentos. Primeiro por Caetano de Bem,<sup>279</sup> depois por Affonso Dornellas<sup>280</sup> e recentemente, também por Isabel Ferreira da Mota que nos apresentou importantes elementos sobre este autor (e também outros autores Teatinos) associando o seu percurso ao do historiador do *cursus honorum*.<sup>281</sup> Também foram reunidos, nas primeiras décadas do século XX, elementos que nos permitem seguir a acção de António Caetano de Sousa enquanto Qualificador do Santo Ofício por António Baião.<sup>282</sup> Se é certo que Caetano de Sousa não é um desconhecido nas lides historiográficas constituindo-se a *História Genealógica* como instrumento essencial de pesquisa, certo é também que a sua obra, de vários volumes, continua a ser citada como obra de referência, onde se buscam informações sobre determinada personagem, linhagem ou casa,

---

<sup>277</sup> LIMA, Luís Caetano de, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa* [...], 2 Tomos, Lisboa Occidental, na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736.

<sup>278</sup> SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* [...], Lisboa Occidental, , Off. de Joseph Antonio da Sylva e Off. Silviana da Academia Real, 1735-1739.

<sup>279</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II, Liv. XIV, pp. 174-199

<sup>280</sup> DORNELLAS, *op. cit.*

<sup>281</sup> MOTA, *op. cit.*, pp. 155-165

<sup>282</sup> BAIÃO, *op. cit.*

não sendo, por vezes, contemplada a sua leitura enquanto fonte capaz de fornecer elementos sobre os modos como se faz e escreve genealogia no século XVIII<sup>283</sup> e como elemento fundador de inúmeras rotinas historiográficas.

Ao olharmos para a produção impressa de António Caetano de Sousa parece que, em nenhum momento, este se desligou da *História e da Genealogia* até em textos de carácter hagiográfico onde, na biografia traçada por Caetano de Bem, começa por delinear o seu futuro percurso de historiador recebendo apoios económicos por parte do Rei que aposta assim, e desde o início, na sua formação. A continuação do *Agiologo* de Jorge Cardoso<sup>284</sup> surge, aliás, na biografia de D. António Caetano de Sousa como exercício preparatório. Na sua descrição Caetano de Bem opta por discorrer longamente sobre Jorge Cardoso, partindo do Prólogo da autoria do próprio Caetano de Sousa, os papéis manuscritos por este deixados e depois reunidos e lidos, aqui e ali, pelo continuador do *Agiologo*, assim como sobre as inúmeras bibliotecas (particulares e conventuais) e cartórios que o Teatino visitou e das quais reuniu catálogos e notícias que mais tarde se afiguram úteis para as suas produções.

Nas páginas que se seguem Caetano de Bem parece remeter para um grau de especialização, por parte de Caetano de Sousa, em *História dos Bispos Ultramarinos* esboçando aliás uma espécie de trilha intermédio rumo à *História Genealógica*.

Nota-se assim que Caetano de Bem ao biografar aqueles que o antecedem faz corresponder um ou outro momento, um ou outro texto, um ou outro episódio a cada um dos autores. Uma correspondência que se quer ritmada e consonante com a Academia Real da História. É deste modo que a obra de Manuel Caetano de Sousa se torna Academia Real, a obra de Bluteau se reafirma *Vocabulário*, a obra de António Caetano de Sousa se confirma *História Genealógica* e a obra de Contador de Argote se converte na *História Eclesiástica do Arcebispado de Braga*. Ao fazê-lo, Caetano de Bem, elege as *Memórias* como a sua obra e a sua Ordem Religiosa, a sua Casa, como chave para a compreensão do universo Académico português no tempo de D. João V, tornando deste modo a Academia Real pensável a partir dos Teatinos que estudamos e os Teatinos pensáveis por via da Academia.

---

<sup>283</sup> Apresentamos como excepção o seguinte estudo onde se problematiza o trabalho de alguns genealogistas do século XVIII e entre eles António Caetano de Sousa: FIGUEIRÓA-RÊGO, João de, *Reflexos de um poder discreto: discurso académico, saberes e práticas sociais em Portugal Setecentista, a propósito dos Códices de Dom Flaminio*, Lisboa, CHAM, 2008.

<sup>284</sup> SOUSA, António Caetano de, *Agiologio lusitano dos santos e varões illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas [...]*, Tomo IV, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana 1744.

Como sabemos a Academia é um espaço de trabalho erudito mas também, e talvez sobretudo, é lugar de regulação e codificação dos moldes em que o mesmo se deve desenvolver. O espaço de produção, de escrita e consulta de livros é, por vezes, outro – o *Gabinete erudito*.

## IV.2. O Gabinete: um eremitério de papel e tinta?

*Porque a sciencia, e conformidade dos talentos he uma especie de iman, porque em si tem huma certa virtude attractiva.*<sup>285</sup>

Cada Padre tem o seu próprio *gabinete erudito*, que, por exemplo, no caso de Jerónimo Contador de Argote se trata do seu próprio cubículo, com a livraria individual, passando esta para a posse conjunta da Casa aquando da sua morte,<sup>286</sup> e que, no caso de D.Manuel Caetano de Sousa excede – a crer no testemunho de D. José Barbosa e mais tarde reafirmado por Francisco Xavier de Menezes e Caetano de Bem – os sete mil volumes.<sup>287</sup> Assim, embora o dia-a-dia de trabalho seja, em grande parte, feito de forma bastante solitária (quase eremítica) levado com a mesma seriedade que um qualquer exercício espiritual de aproximação e entrega individual a Deus, as reuniões são recorrentes e a troca de ideias e de livros uma realidade assídua dentro da Casa da Divina Providência. Assim, o único eremitério que os Académicos Teatinos conhecem é o de uma biblioteca ou de um *gabinete* não vivendo o dilema corte/deserto que, por exemplo, Vieira experimenta, décadas antes, enquanto homem de Missão.<sup>288</sup> O eremitério dos Teatinos vive, contudo, de interrupções, de visitas, de palavras do *outro*, de papel e tinta. E aqui importa notar o apelo que é, idealmente, feito desde a entrada do noviço na Casa, à conversação com os seus colegas e superiores.<sup>289</sup>

---

<sup>285</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo I, liv, VI, p. 307.

<sup>286</sup> Veja-se em anexo parte da descrição que Caetano de Bem faz da Biblioteca dos Teatinos organizada conjuntamente – Anexo D.

<sup>287</sup> BARBOSA, José, *Sermão da Canonização de S. João da Cruz, pregado na Igreja das Religiosas de Santa Teresa de Carnide em 12. de Setembro de 1727* [...], Lisboa Occidental, na Officina de Miguel Rodrigues, 1727: “O certo he que excedião os volumes do seu uso o numero de sete mil [livros], sendo de hum particular, o que em muytas Religioens não he do commum, e que em huma só occasião deo V. S. dous mil volumes para a Livraria da Comunidade.” (“dedicatória” - s. n).

<sup>288</sup> É Margarida Vieira Mendes quem melhor analisa o modelo de pregador evangélico e apostólico seguido por Vieira articulando este padrão aparentemente binário que põe de um lado o pregador de corte e do outro o pregador de Missão (deserto). MENDES, *op. cit.*, pp. 95-102.

<sup>289</sup> Veja-se um exemplo de apelo à conversação amistosa: “[...] lhe perguntem [os Mestres] amavelmente como se acha [o noviço] porque assim lhe dão confiança para que lhe abra o coração, e manifeste livremente o seu interior, se tem saudades de parentes, ou se o infatiação os novos exercícios [...]”. (PONTE, *op. cit.*, f. 11)

Nas cartas de D. Manuel Caetano de Sousa a D. Francisco de Almeida é, por vezes, palpável esta alternância entre uma componente de trabalho exclusivista e conjunta.<sup>290</sup> Diga-se que nestas a referência à presença de um *secretário* ou *ajudante de estudos* é uma constante e que em praticamente todas as cartas este surge como sujeito dependente das capacidades de memorização do seu assistente. Logo, Caetano de Sousa refere que o seu secretário *não tem menos esperteza que memoria*,<sup>291</sup> ou que *tem menos livros [...] porém mais memória*.<sup>292</sup> Estas cartas são na sua maioria ditadas ao secretário e por ele escritas no gabinete do seu superior.<sup>293</sup>

Nas centenas de cartas presentes nos Reservados da Biblioteca Nacional<sup>294</sup> podemos pois vislumbrar aspectos de sumo interesse ligados não apenas à arquitectura das sociabilidades eruditas mas também às sensibilidades que as enformam.

É aliás curioso verificar que embora estejamos perante um discurso na primeira pessoa do singular – em que o sujeito que dita assume um papel aglutinador centrando e dirigindo o olhar do leitor sobre si próprio e sobre a sua imagem à medida que a encena – o ajudante de estudos assume, na maior parte das vezes, um lugar de relevo. As cartas não mostram, de facto, um diálogo entre D.Manuel e D. Francisco de Almeida, plasmam sim, em determinados momentos, uma atmosfera imaginada de convívio entre três homens, estando incluso no debate o próprio *secretário* que, ao escrever o que o mestre lhe dita não apenas participa mas também assiste aos próprios juízos que o seu mestre tece sobre si. O ajudante chega a ser disputado<sup>295</sup> entre os dois interlocutores e, por isso valorizado, todavia, elogiando o seu discípulo D.Manuel Caetano de Sousa valoriza-se a si próprio destacando

---

<sup>290</sup> Veja-se por exemplo uma referência ao trabalho conjunto: “Eu o meu ajudante de estudos e P. D. Luiz Caetano de Lima chegámos juntos a conclusões” e uma alusão ao trabalho solitário de escrita: “[...] nesta semana passei assento na cadeira duas noites seguidas de 4ª para 5ª e de 5ª para 6ª” (B.N. Res Mss. COD. 11185 - Carta de 25 de Outubro de 1732)

<sup>291</sup> B.N. Res, Mss, COD. 11185- Carta de 5 de Janeiro de 1732.

<sup>292</sup> B.N. Res, Mss, COD. 11185- Carta de 12 de Janeiro de 1732

<sup>293</sup> Rita Marquilhas refere relativamente à “etiqueta e forma gráfica” a existência de uma “acrescida hesitação [...] entre carta autografa e ditada ao secretário” assim as cartas ditadas podiam apresentar indícios de respeito pela superioridade hierárquica do destinatário. Todavia, no caso a que aludimos importa referir a avançada idade de D. Manuel Caetano de Sousa (em contraponto à de seu destinatário) que podia, de certo modo, constituir-se como impedimento de uma escrita e leitura escoreita. Quando é Caetano de Sousa a escrever, justifica-o pela ausência de seu secretário elogiando-lhe a forma de letra mais perceptível. (MARQUILHAS, Rita, *A Faculdade das Letras: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII*, INCM, Lisboa, 2000, p. 27, n. 53)

<sup>294</sup> As cartas de D. Manuel Caetano de Sousa dirigidas a D. Francisco de Almeida encontram-se encadernadas e organizadas por ordem cronológica (BNP, Res. Mss. COD. 11185), o mesmo também acontece com as cartas de D. Francisco de Almeida dirigidas ao Teatino (BNP, Res. Mss. COD. 4309)

<sup>295</sup> “[...] seja o mais escaço de Louvores do meu Secretario, porque não quero que o incenso de V. S. o venha a atrahir pera o seu pombal, deixando o meu, e perdoe-me V. S; e elle, porque eu quero ter caridade bem ordenada, começando a exercitallo comigo [...]” (BNP, Res. Mss. COD. 11185 – Carta de D. Manuel Caetano de Sousa de 1 de Março de 1732, fl. 42).

os seus atributos enquanto Mestre e representando-se, sobretudo, enquanto tal dentro da Casa.

Não são poucas as vezes em que o Secretário discorda de D. Manuel Caetano de Sousa e são inúmeras aquelas em que o Mestre cede ao discípulo.<sup>296</sup> Assim, se à medida que lemos as cartas somos levados, por um lado, a imaginar um mestre benévolo, complacente, paciente, compreensivo e capaz de entender arrebatamentos juvenis,<sup>297</sup> por outro, importa antes atender aos modos e às formas como o *eu* se representa e se valoriza enquanto Mestre modelar sugerindo-se por vezes um jogo de equilíbrio que indicia um pensamento pedagógico e propedêutico que, desde os primeiros tempos de Reforma, vem ganhando novos contornos e componentes a que importa fazer menção.

Fizemos há pouco alusão a uma atmosfera imaginada. De facto D. Manuel Caetano de Sousa, D. Francisco de Almeida e o *secretário* parecem construir, tendo como alicerce a palavra escrita e como plataforma o papel, uma Academia privada. Uma Academia que para além de privada é paralela à Academia Real da História uma vez que gira em seu torno. A forma como os interlocutores se expressam cria um espaço comum de reunião – um lugar possível. Assim, lendo as cartas de D. Manuel, D. Francisco de Almeida alcança o livro que este segura,<sup>298</sup> vê o crepúsculo da janela do *gabinete* do Teatino<sup>299</sup> e D. Manuel, por sua vez, ouve o riso *da inveja que causa* D. Francisco,<sup>300</sup> e imagina, por exemplo, o inquisidor vasculhando *ferros velhos*.<sup>301</sup>

---

<sup>296</sup> Veja-se em Anexo (Anexo G).

<sup>297</sup> “O velhaco do meu ajudante de estudo, que esta de caminho para as Caldas a acompanhar sua May, me deu o papel incluzo para mandar a V. S, e dis que tem confiança para isso, porque não ha de estar cá quando V. S. lhe mandar a reprehensão do seu atrevimento.” [BNP, Res. Mss. COD. 11185 – Carta de D. Manuel Caetano de Sousa para Francisco de Almeida s.d, f. 64].

<sup>298</sup> “Ao escrever disto me advertio o meu ajudante de estudo, que fosse ver acerca deste Author o Abbade LengLet. Peguei nelle porque o tendo á mão, e primeiro me admirei de não achar a Dupin metido entre os Authores de Historia Ecclesiastica[...].” (Anexo G)

<sup>299</sup> “Não me alongo mais porque estou para pregar Domingo, e costumo guardar-me muito pera as ultimas horas em Sermoens que não escrevo, e agora furtei este breve espaço de crepusculo pera escrever estas regras.” (BNP, Res. Mss. COD. 11185 – Carta de D. Manuel Caetano de Sousa de 23 de Fevereiro de 1732, fl. 39).

<sup>300</sup> “Não posso deixar de me rir da inveja *que* cauzou ao Doutor Miguel Pereira[...] porque depois de estarem as moscas bastante tempo a ninguem agradarão, *nem* cauzarão appetite senão depois *que* eu os comprei” (BNP, Res. Mss. COD. 4309 - Carta de 2 de Outubro de 1730 – f. 4)

<sup>301</sup> Eu ando aqui feito gandaeiro em busca de ferros velhos, *que* não têm serventia a ninguem [...]tenho encontrado couzas *que* nunca esperei descobrir tomara Eu ter tempo *para* revolver o Cartorio do Cabbido e principalmente *para* tirar *muita* cousa do Livro preto, mas este tem mais Mistérios, e os cônegos desta Seè são verdadeiramente Cônegos que tratão só de comer, e he *necessario* hũa grande giria *para* os ajuntar e ver o Cartório : com *Sancta* Cruz estou melhor porque o Carturario he meu Amigo esta sempre no Cartorio, e sabe bem daquillo, em fim Deos nos aqudara” (BNP, Res. Mss. COD. 4309 - Carta de 20 de Novembro de 1730, f.6).

São cartas íntimas onde estão patentes as formas como se representa um intelectual do século XVIII e onde se releve a singularidade que se quer associada ao *eu* que escreve. É deste modo que os rasgos de espirituosidade e sarcasmo invadem o discurso ou não estivesse o ideal de aquisição e construção de *Saberes* associado a uma componente lúdica a que, naturalmente, estes Clérigos Académicos se permitem vezes sem conta.

Estes são alguns dos elementos que enformam um dos muitos palcos privados de sociabilidade erudita em que o intelectual se constroi como tal.

São, todavia, palpáveis através da leitura destas cartas as formas como estes homens, e mais precisamente D. Manuel Caetano de Sousa, se movem e trabalham num gabinete: como fazem uso dos livros e como lêem determinados autores? Como citam e o que citam? Como seleccionam informação? Como corrigem, aprovam ou desaprovam textos? Que bibliografia indicam, porque a indicam? Como aferem autoridades? Que livros emprestam ou se recusam a emprestar? Que atenção dão às formas, aos tipos de letra, à divisão formal de um texto? E sobre o estilo dos autores o que pensam eles? Como recebem notícias, quais os primeiros impactos de determinadas obras? Estes são alguns dos muitos aspectos que merecem um estudo aprofundado.<sup>302</sup>

---

<sup>302</sup> Para uma primeira aproximação a estas questões vejam-se os Anexos F e G.

### IV.3. Viagens em movimento

Nas *Memórias* a viagem ganha, por vezes, contornos de dispositivo propulsor de ideias e *carreiras* justificando, por vezes, tomadas de posição e atestando o valor intelectual do Académico Teatino que viaja. São, por vezes, os contactos com *eruditos*, aqueles que ganham maior relevo nas descrições das mesmas. Todavia, há viagens e viagens, e as dos Teatinos assumem em Caetano de Bem contornos ora políticos ora eruditos e filosóficos – são viagens europeias, em direcção a diferentes cortes ou a cidades que surgem sob a pena deste Clérigo como lugares de efervescência intelectual.

A viagem surge por vezes envolta em propósitos religiosos para de seguida o viajante ganhar nuances de membro activo, entrosado e estimado pelos eruditos com quem priva. Caetano de Bem sugere por vezes a existência de lógicas de compensação ligando o desenvolvimento das carreiras e da consagração profissional dos Teatinos a uma ou outra viagem criando uma relação inequívoca entre o sucesso académico e a viagem ao apresentá-la, variadas vezes, como condição de abertura de novas possibilidades e oportunidades *profissionais*.

Veja-se por exemplo o caso de D. Caetano de Gouveia que, em 1734, se dirige a Roma para votar no Capítulo Geral da Ordem. Aí, refere Caetano de Bem, *mereceo estimação das pessoas mais eruditas*.<sup>303</sup> No regresso foi eleito Académico do número (31 de Março de 1735), substituindo Francisco Leitão Ferreira (1667-1735), na composição das *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado de Coimbra*.<sup>304</sup> Na Academia depois da declaração<sup>305</sup> do então director, o Conde de Assumar, Caetano de Gouveia apresenta uma *Prática*<sup>306</sup> por estar eleito Académico como, de resto, era preceito habitual nas sessões de tomada de posse. Pouco tempo depois da sua entrada nesse Instituto, aquando da morte de D. José Contador de Argote (irmão do Teatino Jerónimo contador de Argote), recitou o seu *Elogio Fúnebre*

---

<sup>303</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II, Liv. XVI, p. 235.

<sup>304</sup> Os documentos reunidos pela Academia para escrever esta obra encontram-se coligidos em 5 tomos presentes nos reservados da Biblioteca Nacional: BNP, Res, Mss, COD. 147-151.

<sup>305</sup> “Declaração que fez o Conde de Assumar, sendo Director da Academia Real, na Conferência de 31 de Março de 1735. De estar eleito académico do Numero, com aprovação de sua Magestade, o P. D. Caetano de Gouveia” in *Collecçam de Documentos* [...], Tomo XV, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1735.

<sup>306</sup> “Pratica com que congratulou a Academia Real de estar eleito seu Collega” in *Collecçam de Documentos* [...], *op. cit.*, 1735.

saindo este impresso na *Coleçam de Documentos*.<sup>307</sup> Porém, a última intervenção académica conhecida deste Clérigo data de 1739 e trata-se também de um *Elogio Fúnebre*, desta vez feito em memória de um dos Clérigos de sua Casa – D. Manuel do Tojal e Silva.<sup>308</sup> A viagem a Roma surge pois como elemento determinante para a entrada de Caetano de Gouveia na Academia Real da História.

A representação do homem em movimento ou viajante é também um dos aspectos a assinalar quando olhamos para a biografia de Caetano de Lima. Se aqui a viagem ganha esporadicamente rasgos de filosófica, são os contornos políticos da mesma que chamam a atenção constante do biógrafo.

A primeira viagem de Caetano de Lima acontece ainda no reinado de D. Pedro II quando, como já referimos, foi destacado para acompanhar o Marquês de Cascais (D. Luís Álvares de Castro) à corte de Luís XIV em 1695. A escolha recai sobre ele, refere Caetano de Bem pensando na Casa como um todo orgânico, porque havia beneficiado das lições de francês de D. Rafael Bluteau. O sentimento que experimenta nessa ocasião é descrito por Caetano de Bem como de contentamento, *não tanto pela honra mas pelo vislumbre prévio de contacto, enquanto amante da erudição e das letras*.<sup>309</sup> Após a sua primeira experiência diplomática Luís Caetano de Lima estaciona na Casa dos Teatinos de Santa Anna a Real Sur le Quai Malaquest em 1697 para se *empregar na cultura das ciências*.<sup>310</sup> Nessa Casa encontra o seu outrora Mestre, Rafael Bluteau. Após estas primeiras diligências políticas é mandado secretariar as negociações de Utreque no seguimento da eleição do Conde de Tarouca<sup>311</sup> como ministro plenipotenciário, não sem antes passar por Londres. Depois de Utreque Caetano de Lima continua ao serviço do Conde Tarouca em Haia<sup>312</sup> e é aí que se encontra

---

<sup>307</sup> “Elogio Funebre na morte do Senhor Joseph Contador de Argote, Académico da Academia Real da Historia Portuguesa, recitado pelo Academico o P. D. Caetano de Gouveia” in *Colleçam de Documentos* [...], Tomo XVI, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1736.

<sup>308</sup> É Diogo Barbosa Machado que nos indica este título correspondente a um manuscrito todavia não o pudemos encontrar: *Elogio Funebre do P. D. Manoel do Tojal da Silva C. R. recitado na Academia Real em 13. de Janeiro de 1739*. (MACHADO, *Bibliotheca Lusitana* [...], vol. 1., 556.)

<sup>309</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II., Liv. XII., p. 36.

<sup>310</sup> BEM, *idem*.

<sup>311</sup> Sobre o Conde de Tarouca, a sua acção diplomática e a diplomacia no tempo de D. João V veja-se o estudo decisivo de Isabel Cluny: CLUNY, *op. cit.*

<sup>312</sup> É talvez nessa ocasião que escreve um pequeno apontamento (1 fólio) não datado sobre o modo como na Holanda se procede à limpeza das casas. O seu olhar revela uma espécie de inquérito “civilizacional” que tem como base os sentidos estes não se apresentam apenas como método mas também como uma prova experimental. Veja-se um excerto: “A Limpeza das Cazas de Hollanda he a mayor que se pratica em parte algũa, e não he procedida sommente do genio dos seus habitadores mas do amor da conservação da saude [...] Para o Lixo e immundicias ordinarias das Cazas costuma hauer certos carros, levados por hum Cauallo, e no mesmo Carro vay armada huma campainha, que auisa os moradores de que he hora de limpeza.” [BNP. Res, Mss, Cx. 2, nº 36 – *Como se faz a limpeza de casas na Hollanda*]. É também resultado da sua permanência nos

com o Infante D. Manuel achando-se este em pleno decurso da sua “Jornada Europeia”.<sup>313</sup> Importa referir que Caetano de Lima havia sido, e continua sendo à época, Mestre de D.Manuel sendo por essa mesma altura acusado, tal como se presume ter sido o Conde de Tarouca, como instigador da continuação da jornada do Infante.<sup>314</sup>

De Haia Caetano e Lima passa a França detendo carta branca, por parte de D. JoãoV, para a aquisição de livros e manuscritos raros ainda antes da constituição da Academia Real da História. O seu regresso a Portugal<sup>315</sup> dá-se em 1718, altura em que retoma o emprego de Mestre ensinando os Infantes D. António e D. Francisca. Por essa altura é também nomeado Secretário de Línguas do Rei *com o ordenado e Propinas de Oficial Maior da Secretaria de Estado, com repartição separada, dentro da mesma Repartição da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, para o que forão nomeados dous Officiaes seus subalternos.*<sup>316</sup>

O seu emprego como académico do número foi várias vezes interrompido para se poder aplicar a outros serviços<sup>317</sup> como o de Conclavista Régio, título com o qual acompanhou D.Nuno da Cunha a Roma. A famosa embaixada a Roma encontra-se também descrita por Caetano de Bem com algum grau de pormenor nas *Memorias*, por, justifica o autor, *[nos] interessarmos pela gloria, e credito da patria*. Só nesta ocasião ficou, a Academia Real da História desfalcada de um número representativo de académicos, entre eles contam-se: Doutor Filipe Maciel, P. Jerónimo de Castilho e P. Manuel de Campos e Doutor Álvares da Costa. Caetano de Bem descreve também todo o cerimonial, as discussões a este relativas, e a cerimónia do beija-pé ao novo Papa mencionando também ter Luís Caetano de Lima recebido, nessa ocasião, trezentas indulgências por parte de Inocêncio XIII.

---

Países Baixos a seguinte obra impressa em 1734 e que advém das “Memórias” escritas pelo mesmo durante esse período, Memórias que Julião Solares de Azevedo em 1950 refere ter encontrado inéditas na Biblioteca de Poitiers (AZEVEDO, Julião Solares de, *op. cit.*): LIMA, Luís Caetano de, *op. cit.*, 1734-1736. Importa igualmente fazer referência à oportunidade que Caetano de Lima tem em Haia de dar à estampa a sua Gramática Francesa (LIMA, Luís Caetano de, *op. cit.*, La Haye, Adrian Moetjens, 1712.) obra que, em parte resulta de uma outra já impressa em Portugal (LIMA, Luís Caetano de, *Grammatica Francesa, op. cit.*, 1710).

<sup>313</sup> Sobre as repercussões e problemáticas que enformaram a jornada europeia do Infante D. Manuel veja-se: CLUNY, *idem.*, pp. 515-528. Consulte-se também: SOARES, Ernesto, *O Infante D. Manuel (1697-1766): Subsídios para a sua biografia*, Lisboa, Tip. Silvas, 1937.

<sup>314</sup> Veja-se no Anexo C.

<sup>315</sup> O regresso a Portugal já havia sido ordenado anteriormente em 1716 veja-se CLUNY, *op. cit.*, p. 519 e nota 57.

<sup>316</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II., Liv. XII, p. 148.

<sup>317</sup> Importa referir que Caetano de Lima assumiu também o papel de Confessor de Núncios, Teólogo da Nunciatura e qualificador do Santo Ofício e que detinha autorização da Inquisição Romana para possuir e ler todos os livros proibidos excepto os de Molina, Maquievel e os de Astrologia Judiciária dada em 1704 e renovável de 5 em 5 anos até 1753 [BNP, Res. Mss.COD. 417]

É neste período que Caetano de Lima escreve a *Relação da Corte de Roma e mais Dominios do Papa no prezente anno de 1722 Offerecida À Sacra Real Magestade delRei D. João o V.*<sup>318</sup> Este documento manuscrito com cerca de 400 páginas que se dividem em cinquenta e oito capítulos havia sido encomendado por D. João V, a quem o Padre Lima obedece *promptamente [...] em apontar o que achasse mais digno de memoria.*<sup>319</sup> Importa notar em primeiro lugar que o inquérito pelo qual se guia esta prospecção de realidades encontra pontos comuns com as principais questões que enformam o *Peregrino Instruído*<sup>320</sup> da autoria de D. Manuel Caetano de Sousa, todavia, são as questões ligadas à administração que ganham um maior peso no relato. Esta *Relação* que ganha contornos de parecer ou até de arbítrio não se pode, de facto, desligar da conjuntura política em que se inscreve. Conjuntura que como já referimos, é fortemente marcada pela atenção dada às relações com a Santa Sé, relações que ganham, por sua vez, contornos aglutinadores se tivermos em conta as várias nuances de que se reveste a política diplomática de D. João V. De facto, D. Luís Caetano de Lima, assim como D. Manuel Caetano de Sousa numa ocasião anterior move-se, no quadro da ilustração de uma realidade exterior, sendo um dos agentes que constrói e apresenta conjuntos de imagens ao Rei e constituindo-se simultaneamente como filtro mediatizador, seleccionando-as e dirigindo o olhar do próprio monarca.

Em alguns pontos da relação que temos em mãos é possível vislumbrar um clérigo ao serviço do Rei e das suas políticas de afirmação de poder na Europa. Um Clérigo regalista que assume uma atitude de exaltação do monarca e da Corte portuguesa colocando-a em contraponto, através de uma descrição pouco inocente, a imagens cuidadosamente escolhidas do Estado Pontifício. Portugal surge assim, através da pena de Caetano de Lima e sequencialmente aos olhos de D. João V, grandificado religiosamente e pelo *génio* dos seus. Importa igualmente notar que em determinados momentos do texto Caetano de Lima não se coíbe de transpor uma imagem de instigador e ideólogo de uma continuidade projectada de afirmação do poder de D. João V em Roma, afastando temores.<sup>321</sup> Para além deste aspecto importa vincar um outro de que se reveste o texto: a

---

<sup>318</sup> BNP, Res. mss., COD. 11207 (excerto deste documento: Anexo E)

<sup>319</sup> BNP, Res., mss., COD. 11207 – LIMA, Luís Caetano de, “Dedicatória” in *Relação da Corte de Roma e mais Dominios do Papa no prezente anno de 1722 Offerecida À Sacra Real Magestade delRei D. João o V*, s. n.

<sup>320</sup> Sobre o *Peregrino Instruído* veja-se BUESCU, Ana Isabel, “O *Peregrino Instruído*. Viagem e poder na Europa Setecentista” in *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 109-133. (Contem a transcrição do *Peregrino Instruído* da autoria de D. Manuel Caetano de Sousa).

<sup>321</sup> Referimo-nos especificamente ao capítulo intitulado “Do génio dos Romanos”: LIMA, Luís Caetano de, “Do génio dos Romanos” in *Relação da Corte de Roma e mais Dominios do Papa no prezente anno de 1722 Offerecida À Sacra Real Magestade delRei D. João o V*, pp. 28-31. [BNP, Res., Mss., COD. 11207]. Transcrevemos em anexo este capítulo [Anexo E]

forte componente formativa, constituindo-se a Relação quase como ferramenta operacional ao facultar pormenores de carácter administrativo, talvez com o intuito de facilitar e servir de base a negociações ou a constituir-se como suporte de um modelo administrativo passível de ser aplicado a território português. Podemos, também, olhar para algumas indicações como propulsoras de um novo olhar sobre Mafra, embora tenha sido, pouco tempo antes (entre 1720-1721), que se desiste da construção da patriarcal e se intenta com novo fôlego a construção mafrense.

A biografia da autoria de Caetano de Bem referente a D. Manuel Caetano de Sousa é, quase toda ela, enformada pela descrição da jornada que D. Manuel fez a Itália em 1709-1711. Viagem que teve como fim a assistência ao Capítulo Geral dos Teatinos (1710) tendo D. Manuel nessas circunstâncias integrado a clientela do Marquês de Abrantes (nomeado embaixador de Roma) e beneficiado de ajudas de custo de D. João V. Assim, Caetano de Bem usa e dispõe do diário de viagem de Manuel Caetano de Sousa intitulado – *Viagem de Italia, e Espanha feita pello P. D. Manoel Caetano de Souvsa Clerigo Regular e recopillada pello Irmão Jose Caetano do Avellar que foi seu companbeyro nella* – que se encontra hoje na Biblioteca Nacional,<sup>322</sup> seleccionando as notícias e informações presentes nesses quatro volumes manuscritos, mas não abandonando a disposição cronológica usada pelo próprio viajante e pelo compilador. A biografia trata-se, em alguns momentos, de uma adaptação desse manuscrito, uma adaptação em que simplesmente é alterado o modo verbal da primeira pessoa do plural para a terceira pessoa do singular e em que o “estilo” é, por assim dizer, actualizado.

Os aspectos aos quais D. Manuel Caetano de Sousa dá maior atenção no seu relato de viagem são aqueles que, de algum modo, se encontram esboçados no segundo e terceiro grupos das questões que enformam o *Peregrino Instruído* e aqui podemos colocar as seguintes questões: terá sido o *Peregrino Instruído*, de sua autoria, a guiar o seu próprio olhar nessa ocasião ou terá sido o decurso da viagem que levou D. Manuel a fixar um guia (ou “itinerário de poder”<sup>323</sup> que é afinal o *Peregrino Instruído*) útil ao Rei e a incluir no seu próprio projecto de viagem? Embora não possamos aferir qual dos documentos foi redigido em primeiro lugar, pensar nestas duas opções não invalida que o *Peregrino Instruído* tenha estado

---

<sup>322</sup> BNP, Res. mss., COD. 541e 542. Optámos por fazer as citações a partir da Biografia da autoria de Caetano de Bem que como referimos não se distanciam de forma extrema daquilo que se encontra nestes dois códices.

<sup>323</sup> BUESCU, *op. cit.*, p. 123.

na base do plano de viagem de D. João V, hipótese de extrema pertinência levantada por Ana Isabel Buescu e à qual damos continuidade.

Os aspectos de que se reveste a viagem e que Caetano de Bem, em parte, selecciona, são os que se ligam aos livros, impressos e manuscritos, aos homens que os detêm e aos espaços onde estes se guardam e arrumam. Assim, no percurso de vida traçado por Caetano de Bem são as descrições das inúmeras bibliotecas e gabinetes de ciência que D. Manuel visita, os contactos que este estabelece com os intelectuais, bibliotecários e cientistas estantes em Itália, e a descrição arquitectónica dos espaços que ganham um maior espaço de explanação ao longo da sua biografia. Todavia, e como já referimos, Caetano de Bem nem sempre filtra a informação, usando isso sim, e talvez na maior parte das vezes, da selecção de realidades que o próprio Caetano de Sousa já havia feito. Assim, o que está em causa, é a representação, e por vezes a reprodução, de um auto-retrato que se torna também seu.

Para além de descrever livros,<sup>324</sup> bibliotecários,<sup>325</sup> homens de letras e ciências, Caetano de Sousa, no seu diário de Viagem, traça imagens de laboratórios científicos,<sup>326</sup> gabinetes de curiosidades,<sup>327</sup> locais de reunião académica,<sup>328</sup> oficinas de escultura.<sup>329</sup> Nos espaços descritos são os Conventos e Mosteiros aqueles que surgem como os locais de actualização bibliográfica e científica por excelência, ou não estivéssemos perante narrações e enredos adaptados por um Clérigo Regular que quer ver a sua Casa convertida em *Regio Gabinete*. Tratando de forma individual cada mosteiro que visita, Caetano de Sousa segue um índice descritivo que, aqui e ali, vai variando quer ache relevante descrever por exemplo

---

<sup>324</sup> “Entrando pela dita casa, á mão direita se vê hum grande armário: está cheio de preciosos livros, uns de letras recortadas, outros escritos em linguas Orientaes, e outros em papel da China, e quasi todos ricamente encadernados.” (BEM, *op. cit.*, Tomo II., Liv. VIII., p. 353.)

<sup>325</sup> “Depois de sahir o Grão Duque, sahio a visitar o seu Bibliothecario o célebre, e tão famoso Antonio Magliabecchi, tão instrido na Historia Literaria, e conhecimento dos livros, e de quem o mesmo Padre Sousa nas suas Memorias affirma *ser mostruoso em a Sciencia Bibliothecaria*.” (BEM, *idem*, p. 329)

<sup>326</sup> Na descrição do Convento dos Dominicanos de Santa Maria Novella refere-se: “A Especiaria (assim chamão á Botica) he hum excellente quarto. Na primeira casa não se vê outra cousa mais que armário [...] estes todos estão cheios remédios, oleos, balsamos odoriferos, massas, aguas cheirosas, quintas-essencias, outras preciosissimas composições Farmacêuticas.” (BEM, *idem*, p. 330)

<sup>327</sup> “Alli se mostrão humas unhas, que dizem serem de Grão-besta, estão pegadas a humas mãos, que parecem ser de grandes Veados. Tambem se conservão alguns abortos introduzidos em redomas de vidro cheias de agua ardente.” (BEM, *idem*.)

<sup>328</sup> “No Convento [dos Dominicanos de Santa Maria Novella em Roma] ha hum grande sala, em que se fazem conclusões Académicas, e outros actos literarios.” (BEM, *idem*.)

<sup>329</sup> “Não deixou a curiosidade do Padre Sousa de hir ver hum Officina de Escultura. Aqui vio admiraveis obras, assim em bronze, como de pedra. Aqui estavam os moldes dos quatro Turcos de bronze, que se vem na fonte de Liorne; e do Javali, que está em humas das praças da cidade de Florença [...]” (BEM, *idem*., p. 331)

o noviciado de determinada Casa,<sup>330</sup> expor uma conversa erudita<sup>331</sup> ou fazer menção a engenhos mecânicos<sup>332</sup> e fabricas avistadas.<sup>333</sup> Assim, é dado relevo à inventariação de dados como: localização geográfica e identificação da religião que aí se professa, elementos arquitectónicos exteriores, composição e materialidade da biblioteca,<sup>334</sup> descrição de gabinetes ou Museus,<sup>335</sup> descrição de capelas e Igreja principal incluindo as estátuas, pinturas e relíquias que aí se encontram.

Há todavia um aspecto que inunda o discurso – a menção às relações que Caetano de Sousa empreende – surgindo o relato como palco de relações eruditas mas também como plataforma de auto-consagração do sujeito enquanto membro da República das Letras. Em momento algum, pelo menos naquilo que nos dá conta Caetano de Bem, D.Manuel Caetano de Sousa surge desadaptado ou em fase de integração – assim, o Padre Sousa irrompe logo, e desde o início, como um membro activo e já embrenhado nas sociabilidades eruditas europeias. Caetano de Bem aproveita pois o relato de viagem de Caetano de Sousa para nos dar a ver o quadro normativo que deve reger o dia-a-dia do

---

<sup>330</sup> “He o Noviciado [do Convento da Anunciada dos Padres Servitas] hum galante edificio pela separação que tem de Officinas; porque além da Capella, tem Aulas para o estudo das linguas, casa para almoçar, e outra de jogar, rouparia, e casa para ter as capas penduradas, e defendidas do pó , com suas cortinas.” (BEM, *op. cit.*, Tomo II., Liv. VIII., p. 337)

<sup>331</sup> “Fallava-se nos livros, que o célebre Luiz Antonio Muratore tinha composto sobre a Poesia Italiana, quando entrou outro Abbade tambem Academico da Crusca; e continuando a conversação, disse o novo socio, que os Francezes têm hum boa lingua mas que nella não têm hum bom Poeta Heroico, nem hum Orador, nem hum Historiador de fama. Com elle concordarão todos; e o Padre D. Manoel em obsequio da patria, disse, que se a lingua Portugueza não era melhor que a Franceza, tinha ao menos o melhor Poeta vulgar, o melhor Orador Ecclesiastico, e o melhor Historiador de Hespanha [refere-se a Luis de Camões, António Vieira e João de Barros] com o Padre concordarão todos.” (BEM, *idem*, p. 335)

<sup>332</sup> “Nesta casa estava hum oculo daquelles, que tendo por objecto muitas, e diferentes figuras, de todas fórma huma só. He obra do famoso Mathematico Fr. Manoel Maignan, que fez as perspectivas, que estão no seu Convento da Trindade do Monte.” (BEM, *idem*, p. 353)

<sup>333</sup> “Passou tambem por hum sitio, em que havia huma fabrica de papel, e se admirou da facilidade, com que se executava aquella manufactura” (BEM, *idem*, p. 349)

<sup>334</sup> “Passou a ver a livraria do Grão Duque [organizada por Magliabechi]. He huma casa não muito grande, com nove ordens de livros, e no meio com tres grandes bofetes, em que estavam livros de estampas, e outros, que por sua grandeza não cabião nas estantes. Aqui estavam algumas Arvores Genealógicas, e huma da Casa de França e Baviera [...] Tem varanda á roda [...] para á qual se sobe por huma escada de pedra, que fica fóra da livraria; e tem seus armarios, em que os livros prohibidos estão fechados. As estantes todas tem redes de arame, com que tambem estão fechadas. Tem muitos livros modernos e excellentes; entre os quaes tratão da Historia, alli estavam muitos dos que tratão da Historia de Portugal, e entre estes o Nobiliario do Conde D. Pedro. Tem muitos manuscritos, entre estes os originaes de Nicoláo Machiavello [...] Muitos livros (e disse Magliabecchi serem mais de dous mil) escritos em linguas Orientaes, e todos ou quasi todos em encadernações muito estranhas, que mostrão serem feitos nas mesmas terras, em cujas linguas forão escritos [...] As matérias estavam separadas. Junto a esta casa havia sete casas cheias de livros por encadernar.” (BEM, *idem*, p. 339)

<sup>335</sup> “Desta casa se passa a hum pequeno Gabinete, ou Museo, em que se vem innumeraveis antigalhas [...] O topo deste Gabinete occupa hum grande armario, em que se guarda hum grande numero de Medalhas, e Moedas antigas, e outras cousas de grandíssima estimação, por serem raras. [...] havia bichos raros, e huma grande quantidade de cousas petrificadas; e entre estas as ameijoas que, em Portugal são tão vulgares; e hum melão que está quebrado em duas partes, porém sem faltar cousa alguma , e a rotura servio somente para lhe ver o miolo [...]” (BEM, *idem*, p. 353 e 354)

intelectual ou erudito da primeira metade do século XVIII, a forma como se deve empreender o diálogo, os gestos que devem acompanhar as palavras entre outros aspectos. Ao longo do seu relato são também apresentadas e vincadas as diferenças entre os homens de diferentes espaços, nomeadamente entre o português e o italiano num olhar enformado pela necessidade da tipificação, pela alteridade, todavia é o marcar das proximidades e similitudes entre os diversos membros da República das Letras que ganha maior fôlego.

Mas, ao contrário do que pode fazer crer Caetano de Bem, a vida deste Teatino Académico nem sempre se fez de circulação ou pelo menos de circulação em movimento, a enorme quantidade de cartas que dita e escreve a partir do seu gabinete atestam-no. Porém, a viagem a Itália e Espanha é tomada por Caetano de Bem como marco fundamental do seu percurso – viagem ditada pelo antes e que se reflecte no depois surgindo Caetano de Sousa, e não apenas na sua biografia, como um dos ideólogos das políticas culturais de D. João V e principal mentor da instituição da Academia Real da História – aspecto que em nenhum momento se quer apartado das nuances que a viagem havia adquirido.<sup>336</sup> A ideia da instituição de uma Academia Real surge assim prontamente associada a um espaço específico e a um período determinado.

Nos nove anos que medeiam a viagem e a apresentação de um projecto de Academia ultrapassam-se as primeiras convulsões bélicas do século XVIII em que Portugal esteve envolvido – referimo-nos à guerra da sucessão espanhola – D. João V surge pois habituado aos meandros da governação e pronto a ponderar captando uma ideia de Academia Real.

O caso de Rafael Bluteau diverge, em parte, do dos restantes Académicos Teatinos que estudamos. Bluteau nasceu em Londres mas foi em França que iniciou o seu percurso de estudo. A descrição, feita por Tomás de Bem, relativa aos caminhos de formação de Rafael Bluteau no estrangeiro, ocupa grande parte da biografia que lhe é consagrada. Esta, vinque-se, constitui-se também, em parte, como tela de relações e montra de afinidades.

Aqui, importa referir que o mesmo acontece, por exemplo, na biografia de D. Manuel Caetano de Sousa – pejada de nomes – onde não faltam os daqueles com quem

---

<sup>336</sup> Também o Conde da Ericeira vinca este aspecto na *Bibliotheca Sousana*: “[...]o que teve a fortuna de ouvir primeiro, e de propor primeiro a ElRey a alta idéa da nova Academia, a quem a Historia de Portugal tem devido tanto, e ha de dever mais” (MENEZES, D. Francisco Xavier de (4º Conde da Ericeira), *Bibliotheca Sousana ou catalogo das obras que compoz o reverendíssimo padre D. Manoel Caetano de Sousa [...] com observações académicas [...]*, Lisboa, José António da Sylva, 1737, p. 20)

o Teatino apenas se cruzou ou cumprimentou em determinado momento. Trata-se de um uso artificioso e de uma arrumação retórica que despoleta no leitor, de ontem e de hoje, mecanismos de associação entre os diversos elementos nomeados podendo a leitura culminar na construção de imagem harmonizada de um todo orgânico – uma república de sábios. Aluda-se também ao assumir, por parte do biógrafo, de uma visão providencialista dos percursos descritos – cada nome, cada passo, cada palavra dita ou escrita em determinado momento é disposta e ordenada (porque assim dispôs também a providência divina) em função da representação final do Herói das Letras ou do Sábio.

Assim, vemo-lo embrenhado no latim, grego e humanidades durante oito anos em La Fleche ouvindo lições de retórica do Jesuíta Francisco Le Roy vemo-lo aperfeiçoando-se no Colégio dos Jesuítas de Rheims sob orientação de Francisco Le Brun, bem como no colégio de Clermont, desta feita focado nas ciências severas e na Lógica ditada por Hernault, então confessor da Rainha D. Maria Luísa de Orleães. É com esta bagagem formativa que ingressa na Casa dos Teatinos (Casa de Santa Ana a Real de Paris), uma Casa que em termos dimensionais nada tem a ver com a Casa da Divina Providência de Lisboa. Porém é em Florença, na Casa de São Miguel, que entra no noviciado. A profissão solene é feita anos depois, em 1661, contando Bluteau por essa altura 23 anos de idade. Segue-se por fim um curso de aperfeiçoamento, primeiro em Verona, depois em Roma onde priva, aprende e ensina Teatinos *no Orbe Literario bem conhecidos por suas eruditas fadigas*.<sup>337</sup>

A deslocação entre as várias Casas europeias vincada e reafirmada por Caetano de Bem coloca perante o leitor um homem sem freio, móvel e capaz de se adaptar a diferentes espaços. Todavia importa mencionar que se Bluteau circula (é um facto) fá-lo, numa primeira instância, sempre nos mesmos ambientes e nos espaços, em parte, enformados por uma mesma cultura religiosa – conventos, mosteiros, casas religiosas, igrejas, públicos exigentes. Mas Bluteau, ao longo da sua vida, nem sempre terá na Corte um lugar mormente por recaírem sobre ele suspeitas em determinadas conjunturas. Contudo, mesmo em espaços que não os urbanos e cosmopolitas parece, naquilo que nos é dado a ver por Caetano de Bem, adaptar-se não quebrando elos de ligação com as elites urbanas.

É depois de receber as Ordens (1665) que é mandado novamente para Paris para continuar a sua formação na capital francesa. Aí Bluteau ouve não apenas Teologia e

---

<sup>337</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo I, Liv. VI, p. 286.

Filosofia mas também Matemática pela boca de Guarino Guarani.<sup>338</sup> Bluteau mostrava-se, nas palavras de Caetano de Bem, já inclinado a *alcançar a Encyclopédia* pelo que se aplicava no estudo da Obra de Raimundo Lúlio – o que lhe interessava não era uma especialização numa determinada área de *Saber* mas sim o conseguir discorrer *engenhosamente* sobre qualquer matéria.<sup>339</sup>

Bluteau dirige-se a Portugal passados poucos anos mas não sem antes se tornar um pregador famoso. É para vincar e ilustrar este aspecto que Caetano de Bem selecciona o acontecimento que está, no seu entender, na base da mediatização de Bluteau – a prática da Novena de Natal na Capela Real de Paris perante D. Ana e D. Maria Teresa de Áustria (mãe e mulher de Luís XIV) em 1664 e, no decorrer desta, o aplauso de Luís XIV nos três anos que a esse se seguem exercitando a mesma prática é eleito como pregador ordinário da Capela de Henriqueta Maria de França.

Assim, a Fama, surge numa primeira instância apartada do impresso ou, noutras palavras, da materialidade pública e massiva do mérito, sendo associada à palavra e ao gesto irrepetível de que se faz acompanhar no púlpito.

Caetano de Bem justifica também em poucas palavras, mediante argumentos de carácter político, as *causas de maior aumento* de Bluteau – colocando-o no sítio certo à hora exacta – *A liga que Portugal fez com a França em 1666. o casamento d'ElRei D. Affonso VI. E do Príncipe D. Pedro na Casa de Saboya, e de Nemours, e finalmente a paz deste Reino com o de Castella.*<sup>340</sup>

As deslocações descritas por Caetano de Bem nem sempre se reportam ao estrangeiro. Uma aparentemente simples deslocação ou estadia a Coimbra ou ao Porto pode assumir um carácter relevante e determinante no percurso de um ou outro Clérigo. Todavia, aspectos há, que correspondem de forma flagrante a um olhar que se situa já em finais do século XVIII – Caetano de Bem faz questão de assinalar a *fixidez* de um ou outro Padre associando-a a traços de carácter e a um estilo próprio e singular de fazer e agir (*português*) de um ou outro sujeito – é esse o caso de D. José Barbosa.

---

<sup>338</sup> BEM, *idem.*, p. 285

<sup>339</sup> BEM, *idem.*, 285.

<sup>340</sup> BEM, *idem.*, p. 286.

#### IV.4. Os Teatinos e os Livros

*Formado pois, e acabado o livro, sabe à luz, tendo por cabeça, o frontispício; por corpo, a materia de que trata, e por alma, a verdade. As regras são as veas, a tinta, he o sangue, a Imprensa he o berço, e as folhas são as mantilhas. As noticias que encerra, são os seus olhos; a doutrina, he o seu leite; e o Doutor, que o approvou, he o seu padrinho, falla, sabe, e ensina desde a infancia, e ainda que velho, não caduca.<sup>341</sup>*

Boa parte das biografias de Caetano de Bem centra-se no tópico da insistência e perseverança dos Académicos Teatinos rumo ao reconhecimento da importância da sua obra através da sua impressão. Tal tópico liga-se às próprias diligências que Tomás de Bem empreende à data em que escreve rumo à valorização do seu espólio e à *utilidade pública* de que se reveste a sua preservação. A par deste elemento importa também vincar um outro que tem a ver com os esforços concretos de publicação empreendidos pelos Teatinos Académicos,<sup>342</sup> inclusive por D. Jerónimo Contador de Argote caso que se apresenta como um dos mais flagrante.<sup>343</sup>

Esse esforço ligar-se-ia apenas a uma necessidade de reconhecimento da Ordem ou a uma urgência de atestação individual do mérito? Prender-se-ia, somente, a uma necessidade de glorificação do Rei que se materializaria na obra de majestade que é o livro? Ou podemos também aqui incluir uma componente espiritual profunda que se liga ao fechar de um ciclo

---

<sup>341</sup> BLUTEAU, Rafael, *Primicias evangelicas ou sermoens, e panegyricos* [...], vol. 2., Lisboa, na officina de Miguel Deslandes, na Rua da Figueira, 1685, p. IV [dedicatória].

<sup>342</sup> Aqui importa não esquecer que também outros que não os Clérigos se queixam da demora na impressão das obras e que tal se encontra bem explanado na obra de Isabel Ferreira da Mota a que temos feito continuada menção.

<sup>343</sup> Vejam-se alguns exemplos: “Que he feito dos meus estudos? Eu o não sei. Pouco venturosos estudos! De que todos pedem conta, e ninguém a pode dar.” (Frase transcrita por Tomás Caetano de Bem remetendo para uma observação feita por Argote no conferência académica: BEM, *op. cit.*, Tomo II, Liv. XV, p. 215.) Veja-se igualmente: “Aos Planetas, segundo a diversidade de seus movimentos, attribuem os Astronomos diversos epítetos. Se se adiantão, chamão-lhes Progressivos, pela velocidade com que correm. Se se retardão, Estacionários, pela lentidão com que procedem; e se retrocedem, dão-lhe o nome de Retrogradados pelo regresso, que experimentão. Taes as Memorias Ecclesiasticas de Braga: forão progressivas na brevidade com que as compuz, e na diligencia com que as offereci [...] E com tudo, para a luz pública promettida pela a Academia, forão estacionárias e Retrógradas.” (BEM, *idem.*, p. 217); em carta ao Director da Academia trasladada nas *Memorias* (BEM, *idem.*, p. 219): “De sorte, que esta fórma de proceder não he querer continuar a minha Obra, mas irritar-me, e buscar meios de eu perder a paciência: Que eu sei [...] que tantos papeis uteis, e inuteis tem impresso a Academia [...] tenho soffrido injurias de impressores, e tiradores, que só a mim se atrevem.”

de trabalho que é feito para Deus e, acalentam os Teatinos, na sua companhia? Trata-se de uma atitude de entrosamento com os *Saberes* reveladora de uma disposição moral para a edificação pelas obras mas igualmente para a explanação, por via destas, de uma relação individual com Deus tornando-as públicas?

Como se pode observar não estamos, de facto, perante lógicas de entesouramento do *Saber* por parte de uma Ordem Religiosa, tal não deixa de ser sintomático das novas nuances de que se reveste uma Ordem que, como outras, nasce numa atmosfera de Reforma. Deste modo, ousamos dizer que o trabalho intelectual levado a cabo pelos Teatinos Académicos é, para além de um exercício espiritual regulado, o centro e o cerne de uma forma de vida religiosa.

O livro, não apenas impresso, assume de facto, um lugar fulcral na vida quotidiana destes Académicos e aqui importa aludir ao modo como Tomás Caetano de Bem representa, por exemplo, D. Luís Caetano de Lima, apelidando-o de *Bibliotheca Animada*.<sup>344</sup>

Mas é D. Manuel Caetano de Sousa quem surge, na composição de Caetano de Bem, como bibliófilo, um amante de livros e de bibliotecas, e um amigo de quem as organiza e tecnicamente as conserva.<sup>345</sup>

---

<sup>344</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo. II, Liv. XII., p. 162. Embora Caetano de Bem não refira alguns destes aspectos, uma vez que é o interesse e domínio das línguas e da ortografia que assume maior destaque na biografia de Lima, importa aludir para a atenção dada por D. Luís Caetano de Lima à Medicina e à Gnomonica. A sua aplicação à Medicina é palpável na cópia e compilação que faz de várias obras relativas a esta disciplina veja-se: BNP. Res. Mss., COD. 2050-2052 - *Epitome Willisiana, sive Thomae Willis operum medicorum[m] et physicorum compendium. Tom. I.us* [-III.us]; BNP. Res. Mss. COD. 2047 - *Epitome Bagliviana sive Georgij Baglivi operum omnium medicopracticorum et anatomicorum[m] compendium*; BNP. Res. Mss. COD. 2048 - *Epitome tozziana sive Lucae Tozzij Operum Medicorum[m] compendium. labore D. Lud. C. de Lima*; BNP, Res. Mss. COD. 2049 - *Excerpta ex nucleo univ[er]se medicine Ferdinandi Caroli Weinbart A Lud. C. de Lima*. (Caetano de Lima é apenas escriba destas obras sendo apenas de sua autoria algumas das notas que nelas se encontram à margem). A única obra de sua autoria relativa à medicina que se encontra nos reservados da Biblioteca Nacional intitula-se: *Sistema da circulação do sangue, conforme os principios de M[onsieu]r Dionis* (BNP. Res. COD. 2055). Relativamente à Gnomonica veja-se: BNP, Res. Mss. COD. 587 *Gnomonica Universal ou Arte para fazer todas castas de Relogios por D. Luis Caetano de Lima, C.R* – escrito em Paris em 1704 repleto de desenhos e representações coloridas, da autoria do próprio, de relógios de sol e formas a partir das quais se podem construir os mesmos. Importa também vincar o interesse de Lima pelos jornais que circulam na Europa durante a primeira metade do século XVIII. No COD. 274 (BNP, Res. Mss. COD. 274. a partir do f. 48) intitulado *Memorias de vários jornaes literarios e históricos* encontram-se uma espécie de fichas de leitura com notas relativas a início de impressão de jornais, direcção ou autoria dos mesmos e número de volumes impressos. Dos vários jornais que circulam na Europa Caetano de Lima selecciona oito a saber: *Nouvelles De la Republique des Lettres; Bibliotheque Universelle, et Historique; Bibliotheque Choisie; Bibliotheque Ancienne, et Moderne; Histoire Des Ouvrages des Sçavants; Mercure Historique et Politique; Lettres Historiques; La Clef du Cabinet etc.*

<sup>345</sup> Veja-se a descrição das relações empreendidas por Caetano de Sousa com Magliabechi – bibliotecário do Grão Duque da Toscana: “Depois de sahir o Grão Duque, sahio a visitar o seu Bibliothecario, o célebre, e tão famoso, António Magliabecchi, tão instruído na Historia Literaria, e conhecimento dos livros, e de quem o Padre Sousa nas suas Memorias affirma *ser monstruoso em sciencia Bibliothecaria*. Este o recebeu com notáveis honras, e passarão logo a falar em livros; e Magliabecchi se queixou dos poucos, que de Hespanha passavão a

Para além deste conjunto de representações podemos adiantar que Manuel Caetano de Sousa se considera a si próprio um livreiro ou bibliotecário e/ou um formador de livreiros. E neste ponto importa aludir não apenas às múltiplas referências que surgem nas *Memorias* de Caetano de Bem e no próprio itinerário de Viagem de D. Manuel, mas também a um Códice manuscrito que se encontra na Biblioteca Nacional e que se constitui como uma espécie de espelho do intelectual e amante de livros fornecendo as indicações que estão na base dos usos e técnicas a ser aplicadas na lide quotidiana com os livros sugerindo-se, assim, uma certa tecnificação do próprio comportamento do intelectual.

Trata-se da *Arte de Livreiro ou Livreiro Curioso Bem Instruído na Maior Perfeição de sua arte*,<sup>346</sup> livro de pequenas dimensões não numerado e que por vezes ganha forma de inventário especializado dividido em cinco curtos capítulos, a saber: *Dos Instrumentos necessarios a hum perfeito liureiro; Dos materiais de que necessita hum perfeito Liureiro; Da forma que deue introduzir nos seus materiaes hum perfeito Liureiro; Do modo de usar dos Instrumentos e dos materiaes pra introduzir a forma perfeita de hum Liuro e Dictionario de todas as palauras pertencentes à Arte de Liureiro*. Este livro, que como já referimos, é uma espécie de guia técnico<sup>347</sup> que cremos poder ter servido de instrumento ao serviço dos aprendizes da Casa, não é o único relativo a livros de sua autoria.

Há nos reservados da Biblioteca Nacional inúmeros manuscritos e apontamentos sobre os quais importa incidir de um modo mais profundo do que aquele que aqui tentamos dar conta. É relevante notar que no espólio deste Padre Teatino os manuscritos avultam tendo a maior parte da sua produção permanecido manuscrita e referindo-se esta, em grande parte, a Bibliotecas. E aqui importa notar o peso que o manuscrito detém ainda na segunda modernidade.<sup>348</sup> Todavia coloquem-se algumas questões tendo em conta os manuscritos referentes a compilações bibliográficas, catálogos e inventários de autores:

---

Italia, e o Padre Sousa lhe deo noticia de alguns, que elle ainda não conhecia. Tambem lhe perguntou por algum Author, que tratasse de Capella Regia, porém não achou maior noticia que a que tinha.” (BEM, *Memorias* [...], Tomo II, Liv. VIII, p. 319.)

<sup>346</sup>BNP, Res. Mss. 6, n° 40 e 41.

<sup>347</sup> Veja-se um excerto relativo aos materiais que se usam no fabrico de tintas assemelhando-se quase a uma receita e que atesta o carácter prático/técnico da obra: “Em hum Vidrinho de meyo quartilho se pode botar huma pedra de goma àrabia do tamanho de duas amêndoas e de asuquar [...] do tamanho de huma amêndoa com este tempero se botão nas Canetas e todo o tempo com esta augua se molha certas tintas são para pincel e pena. Tintas de flores e eruas não dão boa conta de si, violas fazem hum lindo Verde temperado com augua ardente mas quando dali a tempo se acha a pintura. Roxa lírios Roxos com huma semente que chamão Vinhão e pedra Vme tudo pizado faz Verde mas uisto de noite he muito sombrio não gosto de coizas que tem duas caras e nem Vzo destas cores nas minhas Curiozidades girasol faz amarelo, campahinhas Roxo [...]” (BNP, Res. Mss. 6, n° 40 e 41, [s. n])

<sup>348</sup> BUESCU, Ana Isabel, “Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época Moderna. Uma sondagem.” In *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

faria sentido dar à estampa textos de carácter técnico ou obras para uso quotidiano de uma elite muito restrita que poderia consultá-las talvez facilmente e a pedido do autor? Seriam estas para leitura de todos? Ou fariam, muitas delas parte de um trabalho preliminar cujo fim último seria a passagem ou mesmo trasladação das informações aí contidas para obras, não apenas de sua autoria, a imprimir mais tarde?

Importa lembrar que o manuscrito continua sendo espaço de individuação de quem escreve todavia, há manuscritos e manuscritos, sendo este aspecto válido, sobretudo mas não só, para a literatura epistolar à qual foi já feita referência. Alguns dos manuscritos a que aludimos parecem estar à espera de aprovação, de leituras e notas de pares, ou de uma passagem a limpo para, mais tarde, serem impressos.<sup>349</sup>

Façamos agora referência a um dos vários catálogos da autoria de Manuel Caetano de Sousa intitulado *Sistema Universal da Bibliotheca Bíblica e Bibliotheca Selecta*.<sup>350</sup> Trata-se de um volume manuscrito dividido em duas partes: uma alusiva à projecção de uma biblioteca Universal Bíblica e outra concernente à organização temática de uma (talvez a sua) biblioteca selecta.<sup>351</sup> É possível saber se a biblioteca particular de D. Manuel Caetano de Sousa se encontrava materialmente architectada a partir do modelo temático que aí se encontra descrito, modelo aliás já há muito seguido e que vamos encontrar plasmado em outros róis de bibliotecas mesmo de períodos anteriores? Se tivermos em conta o modo como se apresenta o plano – inserido naquilo que parece ser um caderno de apontamentos para sua própria leitura exclusiva dada a qualidade descuidada da letra e as inúmeras rasuras que aí se encontram – podemos equacionar uma resposta afirmativa isto se, para além deste aspecto, tivermos em conta que a *Bibliotheca Sousaiana ou catalogo das obras que compoz o reverendíssimo padre D. Manoel Caetano de Sousa*, da autoria do Conde da Ericeira, encontra, na sua composição temática, extremas similitudes com o plano traçado nesse manuscrito.<sup>352</sup>

---

<sup>349</sup> Importa lembrar as seguintes palavras de Fernando Bouza alertando para a importância de “[...]manter manuscrita una obra durante un tiemposuficiente para que sea leída por amigos e estudiosos antes de dar la a la imprenta” (p. 48) BOUZA-ALVAREZ, Fernando, “Para qué imprimir: de autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro” in *Cuadernos de Historia Moderna*, nº 18, Madrid, Universidad Complutense, Madrid, 1997, pp. 31-50. <<http://revistas.ucm.es/ghi/02144018/articulos/CHMO9797120031A.pdf>> [última consulta em 17/01/ 2010]

<sup>350</sup> BNP. Res. Mss. COD. 621

<sup>351</sup> Importa fazer referência a *La Bibliothèque choisie* de Jean Le Clerc (1657-1736) à qual Caetano de Bem faz referência por a ter, Manuel Caetano de Sousa, consultado na ocasião da sua viagem a Itália. (BEM, *op. cit.*, Tomo II, Liv. VIII, p. 336).

<sup>352</sup> MENEZES, *op. cit.* Relativamente ao arrolamento das obras manuscritas de D. Manuel Caetano de Sousa refere o Conde da Ericeira o seguinte: “Serão estas divididas em diferentes classes, e ainda que a forma, que lhe damos, não he rigorosamente scientifica, fará sempre mais agradável a lição deste Catalogo.” (menezes, *op. cit.*, p. 21).

Porém, este plano de catalogação, pode ter sido seguido e aplicado a outras bibliotecas cuja organização pode ter estado, ou não, a cargo do próprio Manuel Caetano de Sousa.

Para termos uma ideia das matérias ou assuntos tratados ao longo de sua vida olhemos rapidamente para a *Biblioteca Sousana*<sup>353</sup> tendo em conta tanto obras impressas como manuscritos. Nestas encontram-se trinta e nove obras impressas arroladas contanto com aquelas que saem na colecção de documentos, que são a maior parte delas, ao passo que manuscritas se contam duzentas e oitenta e seis.<sup>354</sup> D. Francisco Xavier de Menezes arruma as obras manuscritas em dezasseis grupos temáticos: obras poéticas (sete), obras filosóficas (quatro), obras filológicas (trinta e cinco), obras críticas (catorze), obras de História secular (trinta), obras genealógicas (dez), obras geográficas (uma), obras de História Eclesiástica (sessenta e nove), obras sobre ritos e cerimónias religiosas (vinte), obras teológico-positivas (quatro), obras teológico-escolásticas (seis), obras teológico-marianas (dez), obras teológico-polémicas (três), obras teológico-parenéticas (três), obras teológico-místicas (quarenta e nove), miscelâneas (vinte e uma). Estes são os assuntos e temáticas trabalhadas (pelo menos as que pôs por escrito e aos quais temos acesso) por Caetano de Sousa, todavia, e importa não esquecer, surgem em diversos manuscritos indícios de um trabalho conjunto.

Atendendo àquilo que é o aspecto formal dos seus textos refiram-se os inúmeros catálogos bibliográficos de autores, ou seja, textos com um carácter fortemente sistematizador e regulamentar tendo em conta, desta feita, o inventário elaborado por Diogo Barbosa Machado relativo aos textos manuscritos de Caetano de Sousa, vincando-se que esta alusão não pretende ser exaustiva e que, alguns dos manuscritos referenciados, não se acham catalogados, pelo menos com a mesma denominação, nos Reservados da Biblioteca Nacional.

Mencionem-se assim alguns catálogos de autores, da autoria deste Teatino Académico que, cremos, podem ilustrar esta componente organizacional: *Bibliotheca Híppica, Pharus Historiae Lusitanae, Minerva Lusitana, Onomasticon dos Escriitores Portuguezes distribuído em Cathalogo*

---

<sup>353</sup> MENEZES, *idem*.

<sup>354</sup> Importa, de facto, vincar o peso que os manuscritos têm na Biblioteca dos Teatinos. O próprio Caetano de Bem num período em que os livros da Casa da Divina Providência se encontram já todos reunidos refere o seguinte numa carta dirigida ao Padre Geral da Ordem dos Clérigos Regulares: “Porque esta Commonidade se acha quasi extincta dezeraria eu poder remetter à religião huma Copiosa Collecção de Medalhas Romanas, Gregas, Arabes. e Portuguesas antigas, que tinha juncto. A nossa Livraria he preciosissima e passa de 16 000 Volumes. Pela grande Cópia de MSS. ainda he mais estimável” [Lisboa, s.d: “Mais esclarecimentos sobre a parte referente às obras dos Teatinos e, sobretudo, à riqueza da Livraria da Casa e ao Monetário do próprio” (BNP, Lisboa, Res. Mss. 26, n°19) – transcrição em: DOMINGOS, *op. cit.*, p. 102]

*Alphabetico, Bibliotheca Virgiliana; Bibliotheca Stemmato-Graphica, hoc est Genealogico-Heraldica, Bibliotheca Thienaea e Bibliotheca Avellinensis, Bibliotheca Jozefina.*<sup>355</sup>

A partir daqui, mas não só, podemos constatar de facto, uma preocupação crescente por parte destes Clérigos com a formulação de Tábuas e Catálogos. Instrumentos cuja principal valia consistia no acesso cómodo e rápido ao saber e cuja vertente de sistematização da informação tinha um cariz de abertura do conhecimento aos diferentes Académicos e interessados nas matérias versadas. Este modo de gestão da informação insere-se aliás naquilo que, de diferentes e novos modos, se faz um pouco por toda a Europa.

Se olharmos para a totalidade da produção escrita e posteriormente impressa dos Teatinos Académicos verificamos a importância que dão à elaboração de instrumentos como *tábuas cronológicas*, catálogos, índices, etc. Por exemplo, na *Colecção de Documentos* (1721-1736) encontramos impressos quatro Catálogos da autoria de D. António Caetano de Sousa dados, quase de imediato à estampa, entre 1721 e 1722.<sup>356</sup>

Numa das conferências, a que já aludimos, quando se prepara para converter as acções políticas do Conde D. Henrique em tabelas cronológicas José Barbosa pede, aliás, um parecer à Academia relativo à organização de Memórias (e pensando naquilo que havia sido estabelecido no *Systema da Historia*): Estas deveriam ser escritas a partir de uma narração que tivesse em vista um seguimento cronológico ou partindo de uma construção cuja sequência implicasse uma divisão por temas ou matérias optando-se, assim, pelo

---

<sup>355</sup> MACHADO, *op. cit.*, vol. 3., pp. 200-211.

<sup>356</sup> “Catalogo dos Bispos da Igreja do Funchal, que compôs o Padre D. Antonio Caetano de Sousa” e “Catalogo dos Arcebispos da Bahia, e mais Bispos seus Sufraganeos, composto pelo Padre D. António Caetano de Sousa”, *Colecção de Documentos* [...], Tomo 1., Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1721; “Catalogo dos Arcebispos de Goa, Primazes do Oriente, dos Bispos de Cochim, Meliapor, China, Japão, Macao [...], que D. António Caetano de Sousa, Clérigo Regular offereceu à Academia Real da Historia, para se acrescentarem, pelos não ter por exactos” e “Catalogo dos Bispos das Igrejas de Cabo Verde, S. Thomè, e Angola, [que compôs] D. António Caetano de Sousa” in *Colecção de Documentos* [...], Tomo II., Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1722. Veja-se ainda um catálogo da autoria de D. Manuel Caetano de Sousa “Catalogo Historico dos Summos Pontífices Cardeaes, Arcebispos, e Bispos Portuguezes, que tiverão Dioceses, ou Títulos de Igrejas [...], por D. Manuel Caetano de Sousa” *Colecção de Documentos* [...], Tomo V., Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1725. Importa mencionar também dois Catálogos que não sendo da autoria de Teatinos Académicos contêm referência à participação directa ou indirecta dos mesmos na sua elaboração: “Catalogo Chronologico-Critico dos Bispos de Coimbra composto pelo Beneficiado Francisco Leitão Ferreira” *Colecção de Documentos* [...], Tomo IV, Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1724 (o autor refere que na sua elaboração muito contribuiu o diálogo com Jerónimo Contador de Argote dando-lhe conta de um documento basilar) e “Catalogo dos Religiosissimos DD. Abbades do Antigo Mosteiro de S. Maria de Guimaraens de Religiosos, e Religiosas de S. Bento, e dos Illustrissimos DD. Piores do mesmo Mosteiro [...] Feito pelos documentos, que se achão no Cartório da dita Collegiada, e com as Memorias do illustrissimo Senhor D. Manoel Caetano de Sousa pelo Bacharel Francisco Xavier da Serra Crasbeck” in *Colecção de Documentos* [...], Tomo VI., Lisboa Occidental, Pascoal da Sylva, 1726.

*artificial* ou por aquilo que, diríamos nós, se constitui como categorias artificialmente criadas pelo historiador? O académico poderia optar pelo sistema que melhor se adequava ao seu trabalho? É o Marquês de Fronteira quem responde positivamente deixando *livre o julgar* aos Académicos.<sup>357</sup>

Assim, um olhar rápido sobre os títulos (da quase totalidade) dos textos impressos (não apenas no âmbito da Academia) da autoria ou dados à estampa pelo grupo que estudamos<sup>358</sup> permite-nos apurar algum do peso que estes homens conferiam a este tipo de instrumentos imbuídos numa funcionalidade pedagógica a assinalar. Importa, todavia, referir dois aspectos: guiamo-nos pelos títulos,<sup>359</sup> ou seja, pelas fachadas abreviadas de conteúdos a entronizar e, mais precisamente, por uma ou outra palavra neles inclusa, que nos permita aferir que se trata de uma obra de carácter sistemático e de conteúdos ordenados e dispostos com vista a uma rápida e fácil assimilação de conteúdos por parte de quem lê.<sup>360</sup> Para além disso não contemplamos de seguida os manuscritos que, cremos, superam em número os impressos no que toca às tipologias documentais que aqui tomamos em conta.

Contamos assim, abrangendo os quatro catálogos de António Caetano de Sousa a que já fizemos menção, com vinte e dois títulos que remetem para os conteúdos cujas formas ganham os contornos acima descritos. Entre estes temos, para além de catálogos, *séries, tábuas cronológicas, regras ou disposições*, uma *breve narração*, um elogio fúnebre que tem agregado um catálogo de obras, *gramáticas*, um *vocabulário*, duas *instruções*, um *sistema* e duas *relações*.<sup>361</sup>

Sem propor que os protagonistas do nosso estudo tenham tido um papel incitador destas tipologias discursivas agregadas aos estudos históricos em território português nem alegando a inexistência numa fase anterior de tópicos discursivos desta natureza importa, contudo, pensar no papel e menção que no Concílio de Trento se faz ao registo arrolado e

---

<sup>357</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II., Liv. XIII., p. 166.

<sup>358</sup> Veja-se Apêndice A

<sup>359</sup> O título “[...] pode ser considerado como indicador geralmente fiel de um conteúdo, sobretudo na época moderna em que reina o título comprido [...] Pegar no somatório dos títulos de um tempo é dispor de um *stock* apreciável de vocabulário aceite e penetrar a irradiação lícita das noções que ele recobre.” (CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel, “O livro. Uma mudança de perspectiva.” in *Fazer História: Novos Problemas*, vol. 3., (direcção J. LE GOFF e P. NORA), Amadora, Bertrand, 1977, p. 142.)

<sup>360</sup> Embora, por vezes, se note uma discrepância entre os conteúdos e formas e os títulos que encabeçam determinadas obras nomeadamente quando lidamos com “relações” impressas, importa equacionar, a abertura de um público a este tipo de livros e talvez a gradual possibilidade de abertura do leque de vendas de obras com estas características – revelem-se ou não apenas nos títulos das obras.

<sup>361</sup> Veja-se o Apêndice A do presente estudo.

sistematizado de informação a que estas Ordens Religiosas foram sem dúvida permeáveis desde o primeiro momento de formação. Tal liga-se a vários factores, em primeiro lugar à crescente burocratização das diferentes instituições e dos próprios institutos religiosos depois a uma necessidade de *arrolar memória* em tábuas de matérias, tábuas cronológicas, catálogos de bibliotecas conventuais. Com a crescente burocratização a necessidade de ganhar as rédeas da informação que se multiplica e se aglomera espacial e arquitectonicamente, daí a urgência de encontrar, construir e adaptar instrumentos que permitam uma fácil manipulação do conhecimento, instrumentos envoltos em novas atitudes e nuances pedagógicas que vão tornando apetecíveis os *métodos rápidos e fáceis*.

Todavia, são os Sermões, os elogios e panegíricos aqueles que ganham um maior peso na produção total destes Clérigos. Contamos também com algumas vidas de santos e obras poéticas (hinos, epigramas etc.) sendo o número gramáticas e obras de carácter lexicográfico, às quais já fizemos menção, também representativo.

Olhando para a dimensão física das obras deparamo-nos com uma grande quantidade de obras in-fólio o que pode tornar palpáveis os públicos-alvo das mesmas. Prospectar leitores implica que tenhamos também em conta as dedicatórias das obras pois o texto dedicatorial contém fórmulas através das quais se manifestam relações de poder e saber tornando palpáveis para além de conjuntos de interacções simbólicas, graus de funcionalidade de diferentes textos. Uma parte representativa das obras que temos em mãos são dedicadas ao Rei, nomeadamente aquelas que saem no âmbito da Academia, à família real e aos Grandes constituindo-se como rito de consagração de relações, e por isso momento estratégico do livro onde se encenam mecanismos de hipervalorização moral do escritor como autor.<sup>362</sup>

---

<sup>362</sup> PIRES, *op. cit.*, p. 32-52.

#### IV. 5. Construções de carácter

Na recta final das biografias escritas por Caetano de Bem o acento é posto na descrição dos aspectos físicos e de carácter de cada um dos Clérigos. Todavia, ao longo do texto tornam-se palpáveis, aqui e ali, as inclinações e atitudes individuais que Caetano de Bem quer ver associadas a cada um dos seus pares.

Por vezes, tal como acontece no caso de Argote, Tomás de Bem destaca a sua inclinação académica colocando-a num plano superior àquela que, supostamente, detém enquanto superior da Casa da Divina Providência. Assim Caetano de Bem refere, por exemplo, que se por um lado, este permaneceu vinte anos em clausura saindo apenas para assistir às conferências da Academia, por outro dentro da Casa *tendo voto e voz capitular se recusava a assistir aos Capítulos*.<sup>363</sup>

Esta necessidade de fazer corresponder traços singulares de carácter, preferências e tomadas de posição individuais, a cada um dos Teatinos não surge apenas nas biografias de Caetano de Bem tornando-se perceptíveis quer na própria *Colecção de Documentos* quer em outros escritos. Um dos Teatinos sobre quem recai um número avultado de considerações relativas à sua personalidade é D. José Barbosa.

No ano de 1744 José Barbosa é eleito Preposito da Casa da Divina Providência de Lisboa, lugar ao qual renuncia seguidamente dadas as indicações vindas de Roma. Ao tomar o lugar de superior é-lhe dedicado um soneto em um fólio impresso que, cremos, circulou largamente no seio de espaços académicos e religiosos.<sup>364</sup> A autoria é de Manuel Ferreira Leonardo e nele encontra-se expressa uma correspondência inequívoca entre o ser-se Caetano e o ser-se historiador. Importa referir que estamos perante um discurso laudatório escrito e, talvez recitado, num momento festivo daí que a figura de José Barbosa surja adjectivada e estrategicamente composta para despertar simpatia e simular proximidade àqueles que a recebem, lendo ou ouvindo. Assim, José Barbosa irrompe como sujeito *esclarecido* e por isso digno de *aplauzo*, sujeito que se constrói *eterno na memória* por privar com a *Fama* e que versando sobre assuntos de *alta História* empresta cor e brilho aos

---

<sup>363</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II., Liv. XV., 130.

<sup>364</sup> LEONARDO, Manoel Ferreira, *op. cit.*

Caetanos.<sup>365</sup> Porém, um olhar mais demorado sobre o texto permite-nos isolar um outro elemento que se prende à qualidade de nascimento de José Barbosa, Manuel Ferreira Leonardo alude assim a uma *nobre elevação*.

De facto, D. José Barbosa é filho de um Capitão que mais tarde ingressou no ofício de escrivão das causas da Misericórdia de Lisboa (1704) – D. João Barbosa Machado – e de D. Catarina Barbosa<sup>366</sup> sendo o mais velho de três dos irmãos votados a uma vida religiosa dos quais se contam Diogo Barbosa Machado (1682-1772) e Inácio Barbosa Machado (1686-1766). José Barbosa descende assim de uma família natural de Lisboa, talvez com ligações ao comércio, e que não dispõe de qualquer titulação de nobreza.<sup>367</sup> Nasce em Lisboa em 1674 e mais precisamente no dia 23 de Novembro adverte Caetano de Bem – o mesmo dia em que nasceu Mabillon – evidenciando e de certo modo estabelecendo um paralelismo entre as duas figuras e por extensão entre a Abadia de Saint-Germain-des-Prés e a Casa da Divina Providência. Aprendeu a ler e a escrever com um mestre particular ingressando posteriormente no colégio de Santo Antão onde se imbuíu no estudo do Latim. Aí alcança visibilidade nos meandros da poesia mas, reforça Caetano de Bem, é na Oratória que se vai destacando. Aprende também Filosofia exercitando simultaneamente a *vivez de engenho*.<sup>368</sup>

A entrada no Instituto dos Clérigos Regulares Teatinos dá-se por insistência de Bartolomeu de Quental (1626-1698), na altura confessor de sua mãe, que vendo-o pender para a Religião do Carmo lhe indicou o caminho. Ao dar conta de tal episódio Caetano de Bem cruza Oratorianos e Teatinos de forma flagrante e coloca um erudito célebre e

---

<sup>365</sup> LEONARDO, *idem*. “Por Sabio vos venera todo o Mundo,/Douto Barboza, em tudo esclarecido/Que no empenho de seres applaudido/Se precisava o engenho mais fecundo.//Mysterio me parece muy jocundo/A nobre elevação a que heis sobido,/Pois sendo vós da Fama conhecido, /Esta louvar-vos-hà por sem segundo. //Felizmente vivey com essa gloria/ Multiplicados esses vossos annos/ Para eterno viveres na memoria.//Que eu publico hoje aqui com dezenganos,/ Que vivais para assumpto de alta Historia, /Quando para esplendor dos Caetanos.” (s.n)

<sup>366</sup> Importa referir embora o dado seja irrelevante para o assunto que tratamos que Caetano de Bem refere ser José Barbosa filho de ambos por vínculo não conjugal. Algo que não é referido por Diogo Barbosa Machado.

<sup>367</sup> COSTA, Mário Alberto Nunes, *Em torno da correspondência de Diogo Barbosa Machado*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992. [separata].

<[http://books.google.pt/books?id=zppU7JQ-OHoC&printsec=frontcover&dq=em+torno+da+correspondencia+de+diogo+barbosa+machado&source=bl&ots=FfTkY9eOdn&sig=m7cgswUKxxqyJ03zohC2dAhJ-xY&hl=pt-PT&ei=U7-wS5z8KcKh\\_gaXwZCvDw&sa=X&oi=book\\_result&ct=result&resnum=1&ved=0CAYQ6AEwAA#v=onepage&q=&f=false](http://books.google.pt/books?id=zppU7JQ-OHoC&printsec=frontcover&dq=em+torno+da+correspondencia+de+diogo+barbosa+machado&source=bl&ots=FfTkY9eOdn&sig=m7cgswUKxxqyJ03zohC2dAhJ-xY&hl=pt-PT&ei=U7-wS5z8KcKh_gaXwZCvDw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CAYQ6AEwAA#v=onepage&q=&f=false)> [última consulta no dia 25/12/2009]. O autor fornece indicações sobre a proveniência familiar de D. José Barbosa referindo em nota as testemunhas abonatórias do processo de limpeza de sangue de D. João Barbosa Machado no qual avultam nomes de comerciantes ligados a negócios de imprensa (n. 70, p. 22). O mesmo autor traça também uma pequena biografia de D. José Barbosa (p. 24-26) e de D. Inácio Barbosa Machado (p. 26-28).

<sup>368</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II, Liv. XIII., p. 166.

celebrizado junto a José Barbosa logo nos primeiros passos de uma vida consagrada ao estudo.

A sua entrada na Casa da Divina Providência dá-se aos 14 anos e logo depois, aos 15 José Barbosa professa na Ordem. Nesta aprende ciências especulativas juntamente com António Caetano de Sousa, que professa solenemente pela mesma altura. O púlpito, no qual ganha notoriedade, é-lhe de imediato cedido e entre *aplauso e grande auditorio* dá a ouvir panegíricos de sua autoria não se centrando (adverte Caetano de Bem) apenas na sua elaboração pelo que é, mais tarde na Academia do Conde da Ericeira, convidado a explicar outros assuntos.

É, todavia, em 1713 aquando das celebrações da canonização de S. André Avelino que, num certame poético onde participa e em que se encontrava presente D. João V, é nomeado Cronista da Casa Real de Bragança. Assim, aos sessenta reais que já recebe são-lhe acrescentados vinte sendo, numa fase posterior, aumentado por seus serviços à Casa Real em mais oitenta. É deste modo que Caetano de Bem atesta o valor do trabalho remunerado de José Barbosa vincando mais uma vez o pendor de D. João V para a protecção das letras. Caetano de Bem põe também em diálogo D. Manuel Caetano de Sousa com o Rei numa troca de impressões sobre as qualidades do Orador.

Tido por Caetano de Bem como versado em diversas matérias (genealogia, ortografia, cronologia) José Barbosa é também valorizado pelos seus conhecimentos relativamente à doutrina *que pertence aos Sagrados Ritos e Cerimónias Ecclesiásticas*.<sup>369</sup> O que não é de estranhar ou não estivesse o biógrafo outrora empenhado, ele próprio, no estudo dos *Concílhos da Igreja Lusitana*.<sup>370</sup>

Na descrição que Tomás Caetano de Bem empreende aspectos há a que importa atender. Em primeiro lugar o realce que é dado à proximidade entre D. José Barbosa e D. João V, registando Caetano de Bem que o Rei, em determinado momento, tornou público o seu afecto *lançando-lhe os braços*.<sup>371</sup> Depois um outro ponto que se liga à construção de uma noção de autoria e de um certo apego, por parte de Caetano de Bem, a um estilo “pátrio”. Assim, este faz questão de vincar o facto de José Barbosa se ter valido sobretudo

---

<sup>369</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II., Liv. XIII., p. 171.

<sup>370</sup> BEM, *Notícia prévia da collecção dos Concílhos celebrados pela Igreja Lusitana* [...], 1757.

<sup>371</sup> BEM, *Memórias* [...], Tomo II, liv. XIII., 169.

da língua portuguesa para as suas composições tendo formado *um estilo que podemos dizer particular*.<sup>372</sup>

De todos os Teatinos Académicos que estudamos foi José Barbosa um dos que mais livros deu à estampa. A maioria da sua produção escrita é enformada por Sermões e Orações<sup>373</sup>. Cronista da Casa Real, colecionador de livros sobre História de Portugal, colecção que mais tarde lega à sua comunidade, D. José Barbosa faz coincidir de forma assaz inovadora, na forma como se representa a si próprio e aos seus, a imagem do pregador e a imagem do historiador. Imagens que se constituem, também no seio da Casa da Divina Providência, duas faces de uma mesma moeda.

D. José Barbosa é um daqueles Teatinos que, tal como Jerónimo Contador de Argote, se envolve e se vê envolto em inúmeras polémicas – estas são aliás um dos aspectos de que se reveste a construção do conhecimento ao longo de todo o século XVIII aspecto que passa sobretudo, cremos, pelos próprios mecanismos de construção da identidade do autor, seja ou não historiador, e pela sua crescente autonomia – polémicas que perpassam em escritos exteriores aos círculos académicos e que deixam antever a progressiva prolixidade de uma opinião pública emergente.<sup>374</sup> Vejam-se alguns exemplos:

Em 1716 José Barbosa censurou um Panegírico fúnebre.<sup>375</sup> Este panegírico continha várias poesias de diversos autores figurando como autor principal Fr. Manuel de São Carlos. A Cesura, que correu impressa no final do livro, deu azo a uma resposta intitulada nos seguintes termos: *Censura Redicula que deu o Padre D. Jozé Barboza as Poezias do Panegirico Funeral [...]*<sup>376</sup> de autor anónimo. Neste texto manuscrito esgrimem-se argumentos contra D. José Barbosa surgindo o Teatino como desconhecedor de notícias (*os menos abundantes das noticias são os mais prompts para as censuras*<sup>377</sup>) e de textos latinos (*Mas*

---

<sup>372</sup> BEM, *idem.*, p. 170

<sup>373</sup> Veja-se Apêndice A.

<sup>374</sup> Sobre a opinião pública no barroco veja-se: MARAVALL, José António, *A Cultura do Barroco*, Lisboa, Instituto Superior de Novas Profissões, 1997.

<sup>375</sup> CARLOS, Frei Manuel de São, *Panegirico funeral nas exequias que celebrarão em Leça...a Fr. Felippe de Tavora e Noronha, bailio Leça [...]*, Lisboa : na Off. de Pascoal da Silva, 1716.

<sup>376</sup> BJPII, Res, mss, 10209: *Censura Redicula Que deu o Padre Dom Jozé Barboza as Poezias do Panegirico Funeral na morte De Fr. Filipe de Tavora e Noronha [...]* Mandando-se-lhe reuer o Livro por ordem do Dezembargador do Paço em 21 de Julho 1716 *Anda impressa no fim delle.*

<sup>377</sup> São estas as palavras de José Barbosa que despertam a ira do autor da *Censura Ridícula*: “Ha muitos annos que as Muzas vulgares deste Reyno não aparecem dignamente em publico; porque me parece que se quebrarão os aquedutos da fonte Caballina, de que bebião os Poetas e como lhe faltão aquellas arnomias [sic] correntez, são os versoz mais filhos da tradisão do que da natureza, ou do estudo.” (f. 1). [O texto encontra-se nos Reservados da Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa encadernada em conjunto

quando estes textos por Latinos estiverem mais afastados de V.P deuia lembrar se o Padre Censor ao menos das Muzas<sup>378</sup>). O texto surge assim carregado de uma boa dose de ironia,<sup>379</sup> ironia porque no entender do autor anónimo D. José Barbosa está obrigado a conhecer como *Censor Catholico e Religiozo* [...] *que o zelo, com todos os mais actos dignoz de louor, não podem prevenir a razão.*<sup>380</sup> Note-se que esta polémica se situa sobretudo num plano literário e são as nuances de que reveste o estilo dos autores que merecem atenção dos que estão envolvidos na polémica. Todavia, este manuscrito dá-nos uma ideia da violência dos ataques desferidos naquilo que começa a tomar a forma de um debate entre “antigos” e “modernos”. Pese embora este aspecto, merecedor de um enquadramento mais aturado, nos silêncios e ironias que florescem no texto vislumbra-se uma imagem do Padre Censor, do Clérigo Regular, daquele que ganha rasgos públicos de Sábio embora, acuse o autor da *Censura Ridícula, fraco na lição dos poetas.*<sup>381</sup>

Mas este texto manuscrito não é o único em que surgem pareceres negativos sobre as obras e o estilo *singular* de José Barbosa. O exemplar de 1739 do *Sermão de S. Bento: principios dos patriarchas* [...] que se encontra na Biblioteca João Paulo II<sup>382</sup> encontra-se pejado de notas manuscritas cuja letra parece ser do século XVIII de autor anónimo e de teor altamente depreciativo. Cada uma das notas surge agregada a uma ou outra expressão do autor do Sermão. No topo aparece a seguinte frase *Primeiramente este Sermão não he de S.Bento, he de S.Vento.* Depois surgem uma série de apreciações sobre o estilo do autor<sup>383</sup> e, aqui e ali, epítetos a associar ao mesmo como, por exemplo, *Alquimista da Religião Beneditina* e *Chronista Tavorense*. Podemos, pois, a partir destes e de outros elementos, que aguardam

---

com outros manuscritos ou cópias manuscritas dos quais fazem parte alguns papeis da autoria de Teatinos Académicos – é o caso de uma das cópias do *Peregrino Instruído*.]

<sup>378</sup> *Censura Redicula* [...], f. 4.

<sup>379</sup> Vejam-se alguns dos ataques desferidos abertamente pelo autor da *Censura Redicula*: “[...] V. P. [D. José Barbosa] como camello, bateo com os pez e maens nas cristalinas agoas [...]” (*idem*, f.3) ou “Chamar os dezejos concebidoz em hum Padre Censor tão Religioso como V. P. de falar a modo de quem não sabe: não os actos da vontade, mas os do entendimento; não os concebidos, e por isso estez, e não aquelles se chamão conceitoz.” (*idem*, f. 3). Num tom irónico: “[...]faça-noz V. P. graça com sua fasta mestria de nos ensinar, que cousa he tradição, e seja de modo que noz não obrigue a dar com V. P. em algum barranco de donde não possa sahir se não escalavrado [...]” (*idem*, f.3 v.) ou “V. P. não sabe quem são os aquedutoz da Poezia, ou fonte Caballina? Eu ensinarey [...]” (*idem*, f. 3).

<sup>380</sup> *idem*, f. 4

<sup>381</sup> *Censura Redicula* [...], f. 3.

<sup>382</sup> BARBOSA, José, *Sermão de S. Bento: principios dos patriarchas* [...] *prégado no Mosteiro de S. Bento de Lisboa pelo Padre D. Joseph Barboza*, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1739. (Referimo-nos ao exemplar com a seguinte cota: MC1-17 – este exemplar não se encontra numerado e não há quase espaço de folha limpo surgindo o texto manuscrito em notas sobrepostas que acompanham as próprias afirmações impressas de José Barbosa).

<sup>383</sup> “Muitos dizem *que* tem arte para pregar, mas eu digo que esta arte he de berlique birloque de *que* uza o P. D. Joze; ou da de Ardizone, *que* escapou do Cordel, e podia hir ao de hum Boticario por boa Receita.”

estudos aprofundados, palpar o grau de popularidade deste Clérigo Teatino em particular e o seu alinhamento a determinadas facções de Corte.

São outros os qualificativos agregados à figura de Luís Caetano de Lima: *Urbano, e docil: agudo nas respostas, seguro nos discursos: erudito, e alegre na conversação*<sup>384</sup> – eis em poucas palavras um retrato deste autor. Neste não é apenas a enumeração dos qualificativos usados por Bezerra de Lima, aliás igualmente plasmados nas *Memórias* de Caetano de Bem, que põe à prova a imaginação do leitor é igualmente a conjugação artificiosa dos mesmos que empresta cor à imagem de virtude erudita que se quer associada ao sujeito descrito – urbanidade e erudição, docilidade e alegria, agudez e segurança – imagem que sobretudo se associa facilmente ao homem público, ao cortesão.

O seu papel de governante da própria Casa da Divina Providência de Lisboa da qual, lembramos, foi nomeado duas vezes Preposito a primeira em 1729 – ano em que Portugal e a Santa Sé se encontram de relações cortadas – e a segunda em 1738 não deixa de estar presente na biografia de Luís Caetano de Lima. Estas nomeações criam em momentos-chave dúvidas aguçando conflitos.<sup>385</sup> Todavia, após esta alusão, é dado um salto até 1757, ano da morte de Caetano de Lima descrevendo-se as exéquias na sua morte. Aqui Caetano de Bem faz questão de referir que o Marquês de Pombal foi, também, seu discípulo e nessa ocasião *lhe veio encomendar a Deus a sua alma*.<sup>386</sup> Importa, pois, atender à imagem que se foi construindo de Luís Caetano de Lima como formador e amigo de agentes ligados à diplomacia. Neste sentido convém notar o apelo feito pelo Conde de Tarouca em 1710 para ser integrado na sua *familia* de *embaixador* Manuel Pimentel como secretário não só pela experiência que este adquirira em Roma como também pela “amizade com o Padre Caetano de Lima”.<sup>387</sup>

Caetano de Bem não deixa de enumerar os interesses do biografado e de fazer menção a algumas das suas obras, no entanto fá-lo em poucas páginas se comparadas àquelas que resguarda para a sua actividade política. Na verdade o biógrafo acerta o passo entre o ser-se Teatino e o ser-se homem de negócios políticos senão veja-se: *O segredo, alma das negociações, e tão necessario para o Ministerio, que exercitava, foi para elle como hum sacramento*

---

<sup>384</sup> LIMA, João António Bezerra, *op. cit.*, p. 24.

<sup>385</sup> BNP, Res. Mss. COD. 417 – Exposição de duvidas sobre o Geral eleito para a Casa da Divina Providencia de Lisboa – 22 e 26 de Dezembro de 1730. f. 10-41.

<sup>386</sup> BEM, *Memórias* [...], Tomo II., Liv. XII., p. 160.

<sup>387</sup> CLUNY, *op. cit.*, p. 231 e n. 3.

*político*.<sup>388</sup> De facto, D. Luís Caetano de Lima, viveu largos anos apartado da casa da Divina Providência de Lisboa, servindo embaixadores e quiçá frequentando bailes e salões em Paris e Haia. Não deu, ao contrário por exemplo de D. José Barbosa, nenhum sermão à estampa, o que não significa que o seu quotidiano não estivesse enformado por inúmeras práticas religiosas e que não os tenha escrito ou oralizado inúmeras vezes – era afinal um Padre Teatino.

Num dos últimos pontos da biografia Caetano de Bem alude a dois aspectos que julgamos relevantes. Um deles é a apresentação de Lima como homem dotado de um certo ecletismo e abertura – representação que, de certo modo pretende consagrar Caetano de Lima como intelectual das luzes – *Não desprezava as opiniões, e sentenças, por serem desta ou daquela escola; de hum, ou outro Filósofo; e com este fundamento não rejeitando tudo, porque nem tudo he mão; nem pelo contrario, e com igual motivo abraçando tudo, porque nem tudo he bom*.<sup>389</sup>

Um outro aspecto que se nos afigura curioso é a referência que é feita à suposta queima de papéis que Lima empreendeu antes de sua morte com o fim de *extinguir o seu nome, e fama*.<sup>390</sup> Tenham ou não sido queimados papeis o certo é que no fundo disperso dos Teatinos presente na Biblioteca Nacional se encontram ainda alguns elementos a que importa fazer alusão como as cartas dirigidas a D. Luís Caetano de Lima por Bernardo Telles, Diogo Mendonça Corte Real e Marquês de Pombal, entre outros<sup>391</sup>; um grande conjunto de cartas sobre diversos assuntos, algumas de sua mão; um outro conjunto de cartas provenientes de Roma aquando da sua estadia nesse mesmo local dirigidas por Lima a vários Núncios e principais figuras da Corte portuguesa, entre outros elementos que permitem um aprofundamento e estudo mais apurado desta figura.<sup>392</sup>

A 20 de Fevereiro de 1734 os Académicos Aplicados ergueram um *monumento de memória*<sup>393</sup> a D. Rafael Bluteau. Neste, fixou-se o seu percurso em quatro momentos-chave, ou linhas-mestras a partir dos quais os poetas discorreram e demonstraram os seus dotes

---

<sup>388</sup> BEM, *op. cit.*, Tomo II., liv. XII., p. 161.

<sup>389</sup> BEM, *idem*.

<sup>390</sup> “Aborrecia todo o genero de vaidades, e vangloria; de sorte, que pouco tempo antes de falecer entregou ao fogo hum grande numero de cartas, que tinha recebido de sabios, e pessoas as mais sublimes da Europa, (entre estas huma de Frederico Guilherme, Rei de Prússia, convidando o P. Lima para seu Secretario: honra, que modestamente rejeitou) porque em ellas se Lião algumas expressões, que davão a conhecer o grande talento, e prerrogativas do P. Lima. Aqui arderão tambem muitos papeis de memorias, estimaveis pela materia, querendo por este modo extinguir o seu nome, e fama [...]” (BEM, *op. cit.*, Tomo II, Liv. XII., p.160)

<sup>391</sup> BNP, Res. mss. 63, n° 10

<sup>392</sup> BNP, Res. mss. 26, n° 30-32 e 34-36

<sup>393</sup> A expressão é usada por Tomás Caetano de Bem ao referir-se não apenas ao *Obsequio Fúnebre* que saiu no âmbito da Academia dos Aplicados (FARIA, Joaquim Leocadio, *op. cit.*).

oratórios, a saber: *A resolução de desprezar todas as esperanças do século, por professar a religião mais pobre; Ensinar aos Portuguezes, sendo Estrangeiro, a fallar com mais propriedade a lingua Portuguesa no seu grande Vocabulario; Ser eleito pela vastidão da sua sciencia, para decidir os pontos duvidosos, que occorressem na composição da Historia Portuguesa na Academia Real e Sentimentos na Morte de hum varão, que devia ser immortal.*<sup>394</sup> Religioso, estrangeiro, autor, “mestre” da língua portuguesa, Académico e Imortal eis os qualificativos que enformam a produção literária dos Aplicados nessa ocasião.

Contudo, a estes aspectos poderia juntar-se um outro – a que dá relevo D. Tomás Caetano de Bem não sem antes ler muita da correspondência de Rafael Bluteau, nomeadamente aquela que lhe é endereçada pelo Conde da Ericeira, – o *génio summamente politico* deste Padre Teatino. O sentido desta afirmação flui já entre a representação da polidez como atributo pelo qual Bluteau se fez *estimado da principal nobreza* e o carácter de homem público e embrenhado nos trâmites do *poder*.<sup>395</sup>

---

<sup>394</sup> FARIA, *op. cit.*

<sup>395</sup> Vejam-se as seguintes afirmações: “[...] hum engenho tão perspicaz, e hum genio summament politico, e por outras qualidades tão estimado da principal Nobreza, foi mandado para o religiosissimo Mosteiro de Alcobaça, onde por Ordem Real foi com summa attenção tratado, e assistido, devendo sem duvida causar admiração que só o Padre Bluteau podia servir para espia [...]” (BEM, *op. cit.*, Tomo I., liv. VI, p. 306) ou: foi estimado pelos reis de Portugal “[...] não só pelo seu grande talento, e génio para o púlpito, mas também pelo notável acerto, com que discorria em materias políticas” (BEM, *op. cit.*, Tomo I, liv. VI, p. 289)

## CONCLUSÃO

Este estudo foi marcado por questões a que fui, ao longo dos quatro capítulos que o enformam, tentando dar resposta. Todavia, as questões avolumaram-se surgindo ao ritmo da própria elaboração do trabalho e extravasando, assim, os problemas inicialmente colocados.

Foi Isabel Ferreira da Mota quem identificou a articulação profunda entre a Casa da Divina Providência e a Academia Real da História, articulação que acabou por se constituir como um dos motes centrais deste trabalho. Estávamos, a partir da leitura do seu livro, perante um “novo perfil de homem de letras” – os Clérigos Regulares de São Caetano, contudo, faltava-nos aprofundar este aspecto – era inevitável saber mais sobre estes homens e a Ordem Religiosa a partir da qual se definiam. Daí que o primeiro capítulo se tenha centrado nisso mesmo assumindo um carácter descritivo. Foi deste modo que focámos os momentos iniciais de fundação da Ordem, as ideias e valores de fundo que nortearam os clérigos Teatinos desde o primeiro momento e os alicerces e normas fundamentais a partir das quais estes Clérigos se guiaram – tornando a Ordens dos Clérigos Regulares Teatinos menos invisível no panorama historiográfico português.

Neste exercício os Teatinos que ingressaram na Academia Real da História tornavam-se cada vez mais os protagonistas do nosso trabalho uma vez que as fontes sobre as quais incidíamos para saber mais sobre a própria Casa da Divina Providência de Lisboa eram da autoria de Clérigos Teatinos que haviam ingressado nessa Instituição Real. A Ordem Religiosa foi assim inicialmente pensada a partir dos olhares de Rafael Bluteau e Tomás Caetano de Bem.

As *Memórias* de Tomás Caetano de Bem foram uma das fontes sobre as quais mais nos debruçámos. Nestas estavam inclusas as biografias daqueles que, de algum modo, se haviam destacado ou que o próprio Caetano de Bem havia decidido destacar na Casa. Creio que conseguimos demonstrar que o ingresso na Academia Real da História e a própria instituição Académica se torna, ao longo do texto de Caetano de Bem, o tópico central a partir do qual estes Teatinos se dão a ver. O autor das *Memórias* - Tomás Caetano de Bem - foi por isso objecto de uma análise mais aprofundada onde demos a ver as particularidades de que se revestia a Biblioteca dos Teatinos. Este autor surgia como um construtor de imagens, arquitecto de uma Ordem singular e constituída por Clérigos de excepção.

No segundo capítulo atendemos aos ritmos de entrosamento da Casa da Divina Providência de Lisboa com os *poderes* tendo em atenção que esse mesmo entrosamento dependia, em parte, da vitalidade da Ordem na difusão e construção de *saberes*. Fizemo-lo, numa primeira instância articulando as *Instruções do Nouciado* com o *Livro de Noviços e Professos*. A partir da leitura das *Instruções* prospectamos os moldes ideias em que se deveria dar a aquisição e construção de conhecimentos na Casa e a partir do *Livro de Noviços e Professos* pensámos a composição social da mesma e os ritmos de entrada e saída de noviços – conseguindo deste modo isolar os momentos de maior afirmação da Casa como centro de formação. Concluimos assim, que grande parte do grupo de Académicos Teatinos em estudo entrou no Instituto Religioso quando este estava no auge da sua actividade formativa.

No terceiro ponto do trabalho tentámos acompanhar os Teatinos nos vários espaços em que se desenrolou a sua acção. Para tal alargámos a análise ao espaço europeu fazendo um esforço de síntese relativo a alguns aspectos ligado à política e à diplomacia no tempo de D. João V.

No início do último capítulo focamo-nos na Academia Real da História e na acção dos Teatinos no seio dessa Instituição. Aqui voltámos a vincar alguns dos aspectos a que já Isabel Ferreira da Mota havia dado atenção.

No estudo da produção intelectual destes Teatinos Académicos demos destaque à construção de instrumentos – cronologias, tábuas, séries, genealogias ... De facto, são estes instrumentos, fundadores de práticas, temas, e rotinas historiográficas – produzidos no âmbito de uma comunicação profunda entre os *poderes* e os *saberes* presos a lógicas sociais de Antigo Regime – aqueles que ainda hoje dão o mote a grande parte da produção historiográfica. Perceber os contextos de construção destes instrumentos, que se tornam Obra de autor, torna-se assim essencial.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes:

#### Fontes manuscritas:

#### **Biblioteca Nacional de Portugal:**

Cx. 2, nº 36 – *Como se faz a limpeza das Casas na Holanda* [D. Luís Caetano de Lima].

COD. 147-151 – Documentos reunidos pela Academia Real da História para o estudo do Bispado de Coimbra.

COD. 177 – *Missões que Fundaram no Oriente*(1640 – 1770).

COD. 185 a 187 – *Sua História em Portugal e na Índia. Documentos Diversos. Collecções de documentos diversos.*

COD.186 - *Noticia da Fundação do Templo, das Casas e das Missões que teem nas Indias Orientaes.*

COD. 245, nº 128 – *Carta dirigida por D.Miguel Lourenço Gomes, Clérigo regular, e Pedro Norberto de (?)Aucourt e Padilha agradecendo presentes feitos por este à Comunidade e tratando outros assuntos (Goa, CDP, 15 de Dez. de 1765).*

COD. 245, nº 137, *Carta dirigida pelo P. D. Salvador Galbo a D. Antonio Conti Vintemilha acerca da acção missionária dos religiosos Teatinos (?) no Oriente. (Goa, 1769, Dezembro 20)*

COD. 245, nº 154 - *Carta dirigida por D. Agostinho Barreto ao Ir. Luís Caetano da Silva relatando-lhe a situação espiritual e económica e a actividade dos Teatinos de Goa e fazendo algumas referências de carácter político. (Goa, CDP, 1796 (?) Jan)*

COD. 245, nº 156 - *Carta dirigida pelo Sr. António Borges ao Sr. Luís Caetano da Silva sobre as dificuldades da casa dos Teatinos e sobre a situação política de Goa. (Goa, CDP, 1743, 8 de Janeiro)*

COD. 245, nº 170 – *Carta dirigida por D.Salvador Galli a D. António Ardizzone acerca da situação financeira do caso dos Teatinos em Goa e da Acção Missionária no Oriente (Goa, 1677, Jan. 24).*

COD. 245, nº 179 – *Carta dirigida de Goa, por um religioso ao Sr. Luís Caetano com noticias pessoais e referencias a actividades militares dos portugueses na India. (Goa, CDP, 1738, 22 de Janeiro)*

COD. 274 - *Memorias de vários jornaes literarios e históricos*

COD. 370 – *Origem da Academia Real da História Portugueza Fundada por ElRey D. João V N.S. em Lisboa no Palacio da real Caça de Bragança.*

COD. 417. *Documentos para a sua Biografia* [para a biografia de D. Luís Caetano de Lima]: “Aviso do Geral dos Clerigos Regulares aos Religiosos de Lisboa acerca do pagamento da sua subscrição para a estátua de S. Caetano na Basílica de S. Pedro, e acerca das Bibliothecas existentes nas casas da Ordem” (s/d); “Aviso do Geral dos Clerigos Regulares Theatinos dos religiosos de Lisboa acerca do pagamento da sua collecta annual para a despeza da estátua de S. Caetano na Basilica de S. Pedro, àcerca das disposições regulamentares nas bibliothecas existentes nas casas da Ordem. Roma, 14 de Dezembro de 1737”; “Licença da Inquisição Geral de Roma, concedida ao Pe. D. Luiz Caetano de Lima para possuir e ler todos os livros prohibidos no Índice romano excepto os de Molina, Nicolau Machiavello, e os de Astrologia Judiciaria. Em 30 de Dezembro de 1704.”, “Petição para que se lhe pague [a D. Luís Caetano de Lima] mais 50\$00 reis por anno promettidos em 1736 por escrever cartas portuguezas além das latinas, francesas etc. na Secretaria de Estado [...] 20 de Dezembro de 1752” (f. 14); Exposição de duvidas sobre o Geral eleito para a Casa da Divina Providencia de Lisboa – 22 e 26 de Dezembro de 1730 (f. 10-41)

COD. 427 - *Apontamentos e testamento de Mariana de Noronha e Castro.* (fls. 35-53)

COD. 541e 542 - *Viagem de Italia, e Espanha feita pello P. D. Manoel Caetano de Soussa Clerigo Regular e recopillada pello Irmão Jose Caetano do Avellar que foi seu companheyro nella*

COD. 587 - *Gnomonica Universal ou Arte para fazer todas castas de Relogios por D. Luis Caetano de Lima, C.R [1704]*

COD. 621 - *Sistema Universal da Bibliotheca Biblica e Bibliotheca Selecta.*

- COD. 624 – *Obras de que são auctores Padres Theatinos* [Tomás Caetano de Bem]
- COD. 693, 685, 687, 686, 689 – *Actas de Juntas da Academia Real da História.*
- COD. 1527 – *Informação do que tem sucedido aos Religiosos Theatinos na Missão do Camboja.*
- COD. 2047 - *Epitome Bagliviana sive Georgij Baglivi operum omnium medico-practicorum et anatomicorum[m] compendium.*
- COD. 2048 - *Epitome tozziana sive Lucae Tozzii Operum Medicorum[m] compendium. labore D. Lud. C. de Lima.*
- COD. 2049 - *Excerpta ex nucleo universe medicine Ferdinandi Caroli Weinbart A Lud. C. de Lima.*
- COD. 2050-2052 - *Epitome Willisiana, sive Thomae Willis operum medicorum[m] et physicorum compendium. Tom. I.us [-III.us].*
- COD. 2055 - *Sistema da circulação do sangue, conforme os princípios de M[onsieur]r Dionis* [D. Luís Caetano de Lima].
- COD. 3157 – *Rethorica Ecclesiastica* [Caetano Barbosa].
- COD. 3301 – *Dissertação da verdadeira inteligência da extensão de terra que significa pela palavra território* [D. Manuel Caetano de Sousa].
- COD. 3870 - *Instruções de Noviciado de S. caetano. Traduzidas pelo P. D. João Baptista da Ponte no anno de Noviciado que foi o de 1731 para 1732* [João Baptista da Ponte].
- COD. 4309 – *Cartas de D. Francisco de Almeida dirigidas a D. Manuel Caetano de Sousa.*
- COD. 7429-7430 - *Bibliotheca Theatina Ulyssiponense* [Luís Montês Matoso].
- COD. 7641 – *Mandamentos dos Theatinos.*

COD. 7697 - *Cartas várias para D. Manuel Caetano de Sousa*

COD. 11207 – *Relação da Corte de Roma e mais Dominios do Papa no prezente anno de 1722 Offerecida À Sacra Real Magestade delRei D. João o V* [D. Luís Caetano de Lima].

COD. 11185 – *Cartas de D. Manuel Caetano de Sousa dirigidas a D. Francisco de Almeida.*

Ms. 6, nº 40 e 41 - *Arte de Livreiro ou Livreiro Curioso Bem Instruído na Maior Perfeição de sua arte.*

Ms. 13 - *Aspigraphia Patriarchal* [D. Manuel Caetano de Sousa].

Ms. 22, nº 68, 3º – *Aviso que o Visconde de Villa Nova da Cerveira em nome da Rainha Nossa Senhora, faz ao P. P dos Clérigos Regulares da Casa da Divina Providência, para que possa admitir oito pessoas habeis e idoneas para os exercicios do seu instituto e obrigação delle em 31 de Julbo de 1777.*

Ms. 22, nº 69, 1º - *Aviso de Sebastião José de carvalho e Mello, em nome de S. Mag manada o P. Prep. Da DP dos CR para que não consinta de modo algum que se recolha contrabando no seu convento dado em 15 de Novembro de 1757.*

Ms. 22, nº 69 - 4º - *Aviso que José António de oliveira Machado, mandou ao P. Preposito da Casa da Divina Providência, por Ordem da Secretaria de Estado, sobre a culpa do contrabando de tabaco que fizeram os irmãos Miguel Pereira, e Marçal que se achão reclusos nesse convento para que sejam sentenciados na forma e suas constituições em 25 de Abril de 1767.*

Ms. 22, nº 69 - 7º - *Aviso que o Conde de Oeiras, em nome de S. Mag. manda ao P. Preposito da CDP sobre a prohibição já feita de não se admitir Religioso algum nos seus conventos ainda que seja professo fóra. Passado em 26 de Maio de 1769.*

Ms. 22, nº 69 – 10º – *Aviso que o Marques de Pombal em nome de S. M. faz ao P. P. da CDP. Para que remetta à Secretaria da Real Mesa Censoria todos os livros que se acharem comprehendidos nas prohibições declaradas nos Editais que pela dita Mesa se fez publicar. Em 27 de Abril de 1774.*

Ms. 28, nº 1,5 a 11 – *Varias Cartas Redigidas a esta Congregação pela Corte, participando-lhe nascimentos, casamentos etc. de pessoas da familia Real (1760-1785).*

Ms. 26, nº 30-32 e 34-36 – Cartas da autoria de D. Luís Caetano de Lima

Ms. 55, nº 9 – *Cartas escriptas de Goa a D. Thomaz Caetano de Bem, sobre interesses da Congregação Theatina na India.*

Ms. 63, nº 10 - Várias cartas dirigidas a D. Luís Caetano de Lima.

Ms. 245, nº 180 – *Carta dirigida por António Borges ao Sr. Luís Caetano da Silva dando-lhe noticias da tensa situação da casa dos Teatinos em Goa e das dificuldades de política interna e externa da India Portuguesa. (Goa 1740. Janeiro. 29).*

#### **Arquivo Nacional da Torre do Tombo:**

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral de Habilitações, António, Maço 36, Doc. 901.

Mesa de Consciência e Ordens, Liv. 208 - *Academia Real da História.*

Habilitações do Santo Ofício. António. Maço 36, doc. 909.

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 1059.

Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações Incompletas, doc. 552.

Conventos Diversos – Casa de Nossa Senhora da Divina Providência - Livro 1 a 12:

Livro 1: *Livro de escripturas e varios papeis pertencentes a esta nossa Casa da Divina Providencia de Lisboa*

Livro 2: *Livro das varias scripturas de Caças da Rua Formosa*

Livro 3: *Livro de diversas scripturas, quitações, e outros papeis pertencentes a esta nossa Casa da Divina Providencia da Cidade de Lisboa*

Livro 4: *Livro de varios papeis pertencentes a esta nossa Casa da Divina Providencia de Lisboa*

Livro 5: *Livro dos noviços e Professos desta nossa Casa de Nossa Senhora da D. P. de Lisboa*

Livro 6: *Assentos, e determinações que se fizerão nesta nossa Casa de Nossa Senhora da Divina Providencia desta cidade de Lisboa pellos Religiosos della e Breve noticia do estado da Casa desde o dia de sua fundação*

Livro 7: *Livro novo dos Registos dos capítulos e outros Assentos necessarios para o Governo desta Caça de nossa Senhora da Divina Providencia, de Clerigos Regulares, sita em Lisboa Ocidental; o qual principiou no Mez de Março do Anno de 1731 sendo Preposito da dita Caça o Reverendo Padre Preposito D. Luiz Caetano de Lima*

Livro 8: *Livro dos Alvaras del Rey, cabido, e muitas certidões a fauor desta nosa Caça da Diuina Providencia da Cidade de Lisboa e mais em particular da Casa de Goa, e seus Religiosos*

Livro 9: *Livro das esmolos [...] Principiando neste anno de 1691 em que começou nesta Caça da Diuina Providencia o seu governo e R. P Vigário D. Raphael Bluteau*

Livro 10: *Livro de recibos de foros que pagamentos*

Livro 11: *Livro de Receita e Despesa da Caça continuando no seu gouerno o Reverendo Preposito D. Luis Maria Saque [...]*

Livro 12: [sem título]

### **Biblioteca João Paulo II:**

Res, mss. 10209: *Censura Redicula Que deu o Padre Dom Jozé Barboza as Poezias do Panegirico Funeral na morte De Fr. Filipe de Tavora e Noronha [...] Mandando-se-lhe reuer o Livro por ordem do Dezebargador do Paço em 21 de Julbo 1716 Anda impressa no fim delle.*

MC1-17 - BARBOSA, José, *Sermão de S. Bento: principios dos patriarchas [...] prégado no Mosteiro de S. Bento de Lisboa pelo Padre D. Joseph Barboza*, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1739.

### **Fontes Impressas:**

ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Arcebispado de Braga, Primaz das Hespanhas [...]*, 4 Tomos, Lisboa, Officina de Joseph António da Silva e Officina Sylviana, 1732-1747.

ARGOTE, Jerónimo Contador de, *Parecer Anatómico Histórico, critico, e juridico sobre a Dissertaçam Historica, e critica de huma inscripçam que existe no campo de Santa Anna na Cidade de Braga [...]*,

*composto pelo Dr. Egidio Albornos de Macedo ; dado à luz por Sueiro Alvares Fernandes [ed. lit], Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentíssimo Cardeal Patriarca, 1742.*

BARBOSA, José, *Catalogo Chronologico, Histórico, Genealolico e Critico, das Rainhas de Portugal, e seus filhos [...]* Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727.

BARBOSA, José, *Sermaõ da Canonização de S. Joã da Cruz, prégado na Igreja das Religiosas de Santa Teresa de Carnide em 12. de Setembro de 1727 [...]*, Lisboa Occidental, na Officina de Miguel Rodrigues, 1727.

BARBOSA, José, *Sermaõ da Canonização de S. Joã da Cruz, prégado na Igreja das Religiosas de Santa Teresa de Carnide em 12. de Setembro de 1727 [...]*, Lisboa Occidental, na Officina de Miguel Rodrigues, 1727.

BEM, Tomás Caetano de, *Castreidos libros V*, Ulyssipone Occidentali: Excudebat Antonius Isidorus da Fonseca, 1739.

BEM, Tomás Caetano de, *Illustração historica à genealogia dos reis de Portugal [...]*, Lisboa, Na Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BEM, Tomás Caetano de, *Noticia prévia da collecção dos Concílios celebrados pela Igreja Lusitana, e mais pertencentes em suas conquistas [...]*, Lisboa : Off. Miguel Manescal da Costa, 1757.

BEM, Tomás Caetano de, *Oração que recitou na presença da Rainha Nossa Senhora D. Mariana Victoria D. Thomaz de Bem C.R em 31 de Março de 1780 Academico da Academia Real, e da História Portuguesa [...]* no dia anniversario dos annos da mesma Senhora, servindo de Censor da mesma Academia, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1780.

BEM, Tomás Caetano de, *Panegyrico ao excellentissimo, e revendissimo D. Francisco de Almeida, Mascarenhas [...]*, Lisboa Occidental, na Off. Antonio Isidoro da Fonseca, 1739.

BEM, Tomás Caetano de, *Panegyrico ao excellentissimo, e revendissimo D. Francisco de Almeida, Mascarenhas [...]*, Lisboa Occidental, na Off. Antonio Isidoro da Fonseca, 1739.

BEM, Tomás Caetano de, *Sermão em acção de graças ao Altíssimo, e à singular protecção da Virgem Senhora nossa pela milagrosa conservação da preciosíssima vida de S. Magestade, sendo assaltado por tres assassinos [...] que o Supremo Tribunal do Santo Offício [...] celebrou na Paroquial Igreja de S. Sebastião da Pedreira [...]*, Lisboa : na Off. de Miguel Manescal da Costa, 1759.

BEM, Tomás Caetano de, *Vida de Santo André Avellino, especial protector contra accidentes apoplecticos, e morte repentina [...]*, Lisboa na Off. de Miguel Manescal da Costa, 1767.

BEM, Tomás Caetano de, *Vida do V. P. D. Alberto Maria Ambiveri [...]*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica, 1782.

BEM, Tomás Caetano do, *Memorias historicas, chronologicas da Sagrada Religião dos Clérigos Regulares em Portugal e suas Conquistas na India Oriental*, 2 Tomos, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1792-1794.

BLUTEAU, Rafael, *Primicias evangelicas ou sermoens, e panegyricos [...]*, vol. 2., Lisboa, na officina de Miguel Deslandes, na Rua da Figueira, 1685.

BLUTEAU, Rafael, *Primicias evangelicas, ou sermoens, e panegyricos [...] do Padre D. Raphael Bluteau [...]*, Parte III, Paris, João Anisson, 1698

BLUTEAU, Rafael, *Prosas portuguezas recitadas em diferentes congressos academicos [...]*, 2 Volumes, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727-1728.

BRITO, Fr. Simam de, *Declaraçã Euangelica, Funebre, e Panegyrica na morte do Illustrissimo, e Reverendissimo Senhor D. Manoel Caetano de Sousa [...]*, Lisboa Occidental, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram., 1735.

CARLOS, Frei Manuel de São, *Panegyrico funeral nas exequias que celebrarão em Leça...a Fr. Felippe de Tavora e Noronha, bailio Leça [...]*, Lisboa : na Off. de Pascoal da Silva, 1716.

*Collecçam de documentos estatutos e memorias da Academia Real da Historia portugueza [...]*, 15 Tomos, Lisboa Occidental, Officina de Pascoal da Sylva, 1721-1736.

*Dissertação sobre o estado religioso, em que se mostra qual he o seu espirito, qual a sua origem, os seus progressos, os serviços que tem feito á Igreja e á Sociedade, a sua utilidade actual: e em que se trata dos bens dos religiosos, e da Reforma, que podem ter as Ordens monásticas.* [...], Lisboa, Simão Thadeu Ferreira, 1786

FARIA, Joaquim Leocadio, *Obsequio Funebre dedicado à saudosa memória do Reverendissimo Padre D. Rafael Bluteau, Clerigo Regular, pela Academia dos Aplicados* [...], Lisboa, António José Pereira da Sylva, 1734.

FERREIRA, Agostinho de Bem, *Summa da Instituta com remissoens ao Direito, de que se deduz, Ordenaçõens, com que se conforma, e doutrinas practicas*, 2 tomos, Lisboa : Na offic. de Domingos Gonsalves, 1746.

FLORÉZ, Enrique, *España Sagrada : theatro geographico-historico de la Iglesia de España* [...], 51 Vols., En Madrid : En la Of. de Antonio Marin, 1754-1879.

GAMA, Fillipe Joseph da, *Oração Funebre na Morte do Illustrissimo Senbor D. Manoel Caetano de Sousa* [...] *Dedicada ao Illustrissimo Senbor D. João de Sousa Dom Prior da Insigne Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1736.

GAMA, Fillipe Joseph da, *Oração Funebre na Morte do Illustrissimo Senbor D. Manoel Caetano de Sousa* [...] *Dedicada ao Illustrissimo Senbor D. João de Sousa Dom Prior da Insigne Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães*, Lisboa Occidental, Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1736.

*Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, (edição e transcrição de LISBOA, João Luís, MIRANDA, Tiago, OLIVAL, Fernanda), 2. Vols, Lisboa, Colibri, 2002-2005.

LEONARDO, Manoel Ferreira, *Em Louvor do M.R.P.M D. Joseph Barboza Chronista da Sereníssima Casa de Bragança, Examinador das Tres Ordens Militares, Synodal do Patriarcado, e Academico Real do Numero da Historia Portugueza, etc. Sendo eleito Preposito da Casa de N. Senhora da Divina Providencia de Clerigos Regulares.*[s. l, s. i, s.d]

LEONARDO, Manoel Ferreira, *Em Louvor do M.R.P.M D. Joseph Barboza [...]* Sendo eleito Preposito da Casa de N. Senhora da Divina Providencia de Clerigos Regulares, [s.d, s.l]

LIMA, João António Bezerra e, *Elogio do Padre D. Luiz Caetano de Lima, Clérigo regular, oferecido ao Sereníssimo Senhor Infante D. Manoel*, Lisboa, na Officina de Mamoel Antonio Monteiro, 1759.

LIMA, João António Bezerra e, *Elogio do Padre D. Luiz Caetano de Lima, Clérigo regular, oferecido ao Sereníssimo Senhor Infante D. Manoel*, Lisboa, na Officina de Mamoel Antonio Monteiro, 1759.

LIMA, Luís Caetano de, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa [...]*, 2 Tomos, Lisboa Occidental, na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736.

LIMA, Luís Caetano de, *Gramatica italiana, e arte para aprender a lingua italiana por meio da lingua portuguesa [...]*, Lisboa, Offina da Congregação do Oratório, 1734

LIMA, Luís Caetano de, *Grammaire française et portugaise avec des remarques très nécessaires [...]*, La Haye , Adrian Mactjens, 1712

LIMA, Luís Caetano de, *Grammaire française et portugaise avec des remarques très nécessaires [...]*, La Haye, Adrian Mactjens, 1712; BARBOSA, José, *Theatro genealogico, que contem as arvores de costados das principaes familias do Reyno de Portugal, & suas conquistas [...]*, Tomo I, Napoles , Novelo de Bonis, [169?-1703]

LIMA, Luís Caetano de, *Grammatica franceza, ou arte para aprender o francez por meyo da lingua portugueza, regulada pelas notas e reflexoes da Academia Franceza [...]*, Lisboa, Congregação do Oratorio, 1733;

LIMA, Luís Caetano de, *Grammatica franceza, ou arte para aprender o francez por meio da lingua portugueza [...]*, Lisboa, Offi. Real Deslandense, 1710.

LIMA, Luís Caetano de, *Grammatica italiana e arte para aprender a lingua italiana por meyo da lingua portugueza [...]*, Lisboa, Officina de Joseph da Costa Coimbra, 1756

LIMA, Luís Caetano de, *Tablettes chronologiques et historiques des Rois de Portugal, jusqu'à l'année 1716 : Dediées a Son Altesse Royale Monseigneur Dom Emmanuel Infant de Portugal [...]*, A La Haye, chez Adrian Moetjens, marchand libraire, 1716.

LOBO, Thomáz Xavier Muzeda e, [Bartolomeu Sousa Mexia]; *Elogio do muito Reverendissimo Padre D. Jozé Barbosa, Clerigo Regular*, Lisboa, Officina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminent. Senhor Cardeal Patriarca, 1750.

MASCARENHAS, Joseph Freire Monterroyo, *Oração Recitada no Obsequio Funebre, que Dedicou a Academia dos Aplicados à Memoria do Reverendissimo Padre D. Raphael Bluteau, Clerigo Regular da Divina Providência*, Em Domingo 28. de Fevereiro de 1734, [s.l.]

MENEZES, D. Francisco Xavier de (4º Conde da Ericeira), *Biblioteca Sousa ou catalogo das obras que compoz o reverendissimo padre D. Manoel Caetano de Sousa [...]* com observações académicas [...], Lisboa, José António da Sylva, 1737.

NATIVIDADE, Francisco da (frei), *Sciencia dos costumes ou Filosofia moral, dirigida pela luz da razão, pela Escritura, e tradição da Egreja: Ethica christã, regulada pela doutrina de Jesus Christo, para lição da mocidade*, Lisboa, Typ. Rollandiana, 1788.

*Reflexões christans, e politicas sobre o estado religioso [...]* traduzidas do frances para o portuguez por hum nacional desabusado, Lisboa, Regia Offic. Typografica, 1787.

SILVA, Manuel Telles da, *Elogio Funebre do Padre D. Jozé Barbosa, Recitado na Academia em 13 de Agosto de 1751 [...]*, Lisboa, na Officina de Ignacio Rodrigues, 1751.

SOUSA, António Caetano de, *Agiologio lusitano dos santos e varões illustres em virtude do Reino de Portugal e suas conquistas [...]*, Tomo IV, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana 1744.

SOUSA, António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa [...]*, Lisboa Occidental, , Off. de Joseph Antonio da Sylva e Off. Silviana da Academia Real, 1735-1739.

SOUSA, António Caetano de, *Provas da história genealógica da Casa Real Portuguesa*, Tomo. IV, Parte II, Coimbra, 1950.

SOUSA, Manuel Caetano de; *Opusculo hispano-latino Mariano-Jacobeo, por la tradicion de la historia en que se afirma la venida de Nuestra Señora en carne mortal à la ciudad de Zaragoza [...] trad [...] por Don Pedro Geronimo Hernandez y Marzo [...]*, En Madrid, en la Of. de Juan de Zuñiga, [1729].

### **Documentação em suporte electrónico:**

MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana [...]*, (1741-1759), Coordenação de André BELO, CNCDP, BNP, 1998, [CD-ROM].

SILVA, Inocêncio da, [1810-1876] ARANHA, Brito, [1833-1914], *Dicionário Bibliográfico Português [...]*, Coordenação de Anabela MOURATO, Nuno CAMARINHAS e Tiago MIRANDA, Lisboa, CNCDP, 2001, [CD-ROM].

### **Fontes em linha:**

“Alvará de 11 de Outubro de 1681. Fundação do Convento de S. Caetano de Lisboa com certas condições” in *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa – 1675-1683 e suplemento à segunda série 1641-1683*, p. 363. <<http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/index.php>>

BLUTEAU, Rafael, *Vocabulario portuguez e latino*, [...], 10 vols., Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Lisboa Occidental, Patriarcal Officina da Musica e Lisboa, Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. <<http://www.ieb.usp.br/online/>> e <<http://purl.pt/13969>>.

DE TRACY, Bernard Destutt, *Remarques sur l'établissement des Théatins en France, et sur les maisons de la même Congrégation [...]*, 1755, [s.i]. <<http://www.google.com/books?id=O8QGAAAaAAJ&pg=PA173&dq=Remarques+sur+l%27établissement+des+th%27éatins+en+France&lr=&ei=WkI6S9bjL5e4ywTC-OnGAQ&hl=pt-PT&cd=1#v=onepage&q=&f=false>>

## **Bibliografia:**

ALMEIDA, Carlos Marques de, *O elogio do intelectual : a figura do "Sabio Christão" nas prosas portuguesas de D.Rafael Bluteau*, Tese de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa, Lisboa, UNL-FCSH, 1996. [Texto policopiado]

ARAÚJO, Ana Cristina, *A Morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)*, Lisboa, Editorial Notícias, 1997.

ARAÚJO, Ana Cristina, *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2003

AZEVEDO, Julião Solares de, "A proposito de uma memória inédita de Luís Caetano de Lima sobre as Províncias Unidas, existente em Poitiers" in *Revista Biblios*, Vol. XXV, Coimbra, FLUC, 1950.

AZEVEDO, Carlos Moreira de (direcção), *História Religiosa de Portugal: Humanismo e Reformas*, Vol. 2, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000.

BAIÃO, António, "D. António Caetano de Sousa como censor literário" in *Miscelânea de estudos em honra de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930. [separata]

BATAILLON, Marcel, *Érasme et l'Espagne: recherches sur l'histoire spirituelle du XVIe siècle*, 1ª ed, Paris , Librairie E. Droz, 1937.

BEBIANO, Rui; *D.João V. Poder e Espectáculo*, Aveiro, Estante, 1987.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; «As Realidades Culturais», *Nova História de Portugal. Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil* (dir. H.A Oliveira MARQUES e Joel SERRÃO), Vol. 2, Lisboa, Presença, 2001, pp. 465-466.

BOUZA-ALVAREZ, Fernando, *Del Escribano a la Biblioteca. La civilización escrita europea en la alta edad moderna (siglos XV- XVII)*, Madrid, Editorial Síntesis, 1997.

BUESCU, Ana Isabel, *O Milagre de Ourique e a História de Portugal e Alexandre Herculano. Uma polémica oitocentista.*, Lisboa, INIC, 1987.

BUESCU, Ana Isabel, *A memória das origens. Ourique e a fundação do reino (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

BUESCU, Ana Isabel, “«O Peregrino Instruído». Viagem e poder na Europa setecentista” in *Memória e poder: ensaios de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000, pp. 108-133.

BUESCU, Ana Isabel, “Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época Moderna. Uma sondagem.” In *Memória e Poder. Ensaaios de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

BURKE, Peter; *O Mundo como Teatro. Estudos de Antropologia Histórica*, Lisboa, Difel, 1992.

BURKE, Peter, *Historia Social del Conocimiento: De Gutemberg a Diderot*, Barcelona, Peidós, 2000.

CARDIM, Pedro, *O Poder dos Afectos: ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Tese de Doutoramento, Lisboa, FCSH-UNL, 2000. [Texto Policopiado]

CASTRO, Anibal Pinto de, *Retórica e Teorização Literária: do Humanismo ao Neoclassicismo*, 2ª ed., Lisboa, INCM, 2008.

CASTRO, Zília Osório de, “Sob o signo da unidade. Regalismo v.s Jesuitismo” in *Brotéria: Cristianismo e Cultura*, Vol. 169 (2/3), Braga, Ago/Set 2009, pp. 113-148.

CERTEU, Michel de, “A operação histórica” in *Fazer História: Novos Problemas*, (direcção J. LE GOFF e P. NORA), Vol. 3., Amadora, Bertrand, 1977, pp. 17-58.

CHARTIER, Roger e ROCHE, Daniel, “O livro. Uma mudança de perspectiva.” in *Fazer História: Novos Problemas*, Vol. 3., (direcção J. LE GOFF e P. NORA), Amadora, Bertrand, 1977,

CHARTIER, Roger, *A História Cultural. Entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1988.

CHAUNU, Pierre, *O Tempo das Reformas (1250-1550): História Religiosa e Sistema de Civilização*, Vol. I, Lisboa, Edições 70, 1993.

CLUNY, Isabel, *O Conde de Tarouca e a Diplomacia na Época Moderna*. UNL-FCSH, Lisboa, 2002, p. 547. [Texto policopiado].

DELUMEAU, Jean, *Le Catholicisme entre Luther et Voltaire*, Paris, Presses Universitaires, 1971.

DELUMEAU, Jean, *A Civilização do Renascimento*, Vol I., Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

DIAS, José Sebastião da Silva, *Correntes do Sentimento Religioso em Portugal*, 2. Vol., Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos, 1960.

DOMINGOS, Manuela D., *Subsídios para a História da Biblioteca Nacional*, Lisboa, BNP, 1995.

DORNELLAS, Affonso; *D. António Caetano de Sousa: A Sua Vida, a Sua Obra e a Sua Família*, Lisboa, Tipografia da Casa Portuguesa, 1918.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, “Os Templos da Memória Sacra Barroca”, *A História: entre memória e invenção* (coord. CARDIM, Pedro), n° 3, Mem-Martins, CNCDP, Europa-América, 1998.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia, “Da Reforma da Igreja à Reforma dos Cristãos: Reformas, Pastoral e Espiritualidade” in *História Religiosa de Portugal: Humanismo e Reformas*, Vol. 2, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 15-38.

FIGUEIRÔA-REGO, João de, *Reflexos de um poder discreto: discurso académico, saberes e práticas sociais em Portugal Setecentista, a propósito dos Códices de Dom Flaminio*, Lisboa, CHAM, 2008.

FOUCAULT, Michel, *Estratégia, Poder-Saber*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

FUMAROLI, Marc, *L'âge de l'éloquence: Rhétorique et «Res Literaria» de la Renaissance au seuil de l'époque classique*, Paris, Albin Michel, 1994.

GONÇALVES, Maria Filomena Gonçalves, “Algumas notas sobre Ortografia no século XVIII (D. Luís Caetano de Lima) in *Revista Biblios*, Vol. LXVIII, Coimbra, FLUC, 1991.

GOUVEIA, António Camões; «Estratégias de interiorização da disciplina» in *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, Vol. 4, pp.415-449.

GOUVEIA, António Camões, MARQUES, João Francisco, PAIVA, José Pedro, PENTEADO, Pedro, “O Deus de todos os dias: espaços, sociabilidades e práticas culturais” in *História Religiosa de Portugal*, Vol. 2, (coord. António Camões GOUVEIA e João Francisco MARQUES), Lisboa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 315-665.

GOUVEIA, António Camões, “Teatinos” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, (Dir. de Carlos MOREIRA), Vol. III, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, pp. 271-274.

HESPANHA, António M., “Una Historia de Textos” in *Sexo Barroco y Otras Transgresiones Premodernas*, Madrid, Alianza Universidad, 1990.

KANTOR, Íris; *Esquecidos e Renascidos: historiografia académica Luso-Americana*, São Paulo-Salvador, Centro de Estudos Baianos – Universidade Federal da Bahia, 2004.

LE GOFF, Jacques, “Documento/Monumento” in *Enciclopédia Einaudi: História – Memória*, Vol. 1, Lisboa, INCM, 1984, pp. 95-107.

MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força*, Lisboa, Tribuna da História, 2.ºed., Maio de 2006.

MARAVALL, José António, *A Cultura do Barroco*, Lisboa, Instituto Superior de Novas Profissões, 1997.

MARQUES, João Francisco, *Parentética Portuguesa e a Restauração (1640-1668)*, Vol. II, Porto, INIC - CHUP, 1989.

- MARQUILHAS, Rita, *Norma gráfica setecentista: do autografo ao impresso*, Lisboa, INIC, 1991.
- MARQUILHAS, Rita, *A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no séc. XVII.*, INCM, Lisboa, 2000.
- MARTÍNEZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1992.
- MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan, *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*, Tese de Doutoramento em Literatura e Cultura Portuguesa, FCSH-UNL, 2001 [texto policopiado].
- MENDES, Margarida Vieira, *A oratória barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 2003.
- MENESES, Avelino Freitas de, “A diplomacia e as relações internacionais” in *Nova História de Portugal da paz da Restauração ao ouro do Brasil*, Vol. VII, (coord. MARQUES, A. H. Oliveira, SERRÃO, Joel), Lisboa, Presença, 2001, pp. 149-191.
- MERCATI, A. e PELZER, “Teatini”, *Dizionario Ecclesiastico*, Vol. III, Torino, Union Tipografico-Editrice Toriense, 1958, pp. 1051-1052.
- MORNET, Daniel, *Los orígenes intelectuales de la Revolución Francesa (1715-1787)*, Buenos Aires, Paidós, 1969.
- MOTA, Isabel Ferreira da; “Os Historiadores, o mecenato e o clientelismo. Autonomia e dependência (1700-1750)” in *Revista de História das Ideias*, Lisboa, 1998, Vol. 19, pp. 471-493.
- MOTA, Isabel Ferreira da; *A Academia Real da História. Os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no séc. XVIII*, Coimbra, Edições Minerva, 2003.
- MOURA, Teresa Maria Teixeira de, *A tradição gramatical portuguesa: Jerónimo Contador de Argote no contexto cultural iluminista*, Tese de Mestrado em Língua e Literatura Portuguesas, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2002. [Texto Policopiado].

NÓVOA, António, *Le temps des Professeurs. Analyse Socio-Historique de la Profession Enseignant au Portugal (XVIII-XX Siècle)*, Vol. 1, Lisboa, INIC, 1987.

PALOMO, Federico, *Fazer dos campos escolas excelentes: os Jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)*, Lisboa, FCG, 2003.

PEREIRA, José Esteves, *O Pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, INCM, 1983.

PICARD, Evelyne, “Une bibliothèque conventuelle au XVIII siècle: Les Theatins de Saint-Anne-La-Royal” in *Revue d’Histoire Modern et Contemporaine*, Paris, n. 27, Abr./Jun., 1979.

PIMENTEL, António Filipe, *Arquitectura e Poder: o real edifício de Mafra*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002.

PIRES, Maria Lucília Gonçalves, “Prologo e Antiprólogo” in *Para uma História das Ideias Literárias em Portugal* (Maria Lúcia LEPECKI, Margarida Vieira MENDES e Lucília Gonçalves PIRES), Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

PIWNIK, Marie-Helene, *Échanges érudits dans la Peninsule Ibérique (1750-1767)*, Paris, Centre Culturel Portugais, FCG, 1989. pp. 161-177.

RIBEIRO, José Silvestre; *História dos Estabelecimentos Científicos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Sucessivos Reinados da Monarchia*, Tomo I, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871.

SANTOS, Eugénio dos, *O Oratório no Norte de Portugal: contribuição para o estudo da história religiosa e social*, Porto, INIC – CHUP, 1982.

SOARES, Ernesto, *O Infante D. Manuel (1697-1766): Subsídios para a sua biografia*, Lisboa, Tip. Silvas, 1937.

TAVARES, Pedro Vilas Boas, “Caminhos e Invenções de Santidade Feminina em Portugal nos séculos XVII e XVIII (Alguns dados problemas e sugestões) in *Via Spiritus*, n. 3, (dir.

Maria Idalina Resina RODRIGUES e José Adriano de Freitas CARVALHO), Porto, CIUHE - FLUP, 1996.

TORGAL, Luís Reis, “Antes de Herculano...” in *História da História em Portugal. Séculos XIX-XX: A História através da História*, Vol. 1., Lisboa, Temas e Debates, 1998.

WINIUS, George D., “Padre António Ardizzone Spínola: a genoese at the twilight of the Estado da Índia Oriental”, in *Mare Liberum*, nº 9, Lisboa, CNCDP., 1995, pp.521-526.

### **Bibliografia on-line:**

BORRALHO, Maria Luísa Malato, “O mito do legislador numa Academia luso-espanhola” in *Península: Revista de Estudos Ibéricos*, nº0, 2003, pp. 401-412.  
<<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2028416>>

BOUZA-ALVAREZ, Fernando, “Para qué imprimir: de autores, público, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro” in *Cuadernos de Historia Moderna*, nº 18, Madrid, Universidad Complutense, Madrid, 1997, pp. 31-50.  
<<http://revistas.ucm.es/ghi/02144018/articulos/CHMO9797120031A.pdf>>

CAMPANELLI, Marcela, *I Teatini*, Napoli, Edizioni di Storia e Letteratura, 1980,  
<<http://books.google.pt/books?id=gCAHYHp1VaUC&pg=PP1&dq=CAMPANELLI,+Marcela&ei=GK5YS7a0N5TIzATY4dW-Bg&cd=2#v=onepage&q=&f=false>>

CARVALHO, José Adriano Freitas de, “A correspondência de Santo André Avelino com Maria de Portugal: limites e orientações do que poderia dizer-se uma «orientação espiritual» in *D. Maria de Portugal, Princesa de Parma (1565-1577) e o seu tempo. As relações culturais entre Portugal e Itália na segunda metade de Quinhentos*, Porto, CIUHE, 1998, pp. 183-228.  
<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo6291.pdf>>

COSTA, Mário Alberto Nunes, *Em torno da correspondência de Diogo Barbosa Machado*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992. [separata]. <<http://books.google.pt/books?id=zppU7JQ-OHoC&printsec=frontcover&dq=em+torno+da+correspondencia+de+diogo+barbosa+machado&source=bl&ots=FtTkY9eOdn&sig=m7cgswUKxxqyJ03zohC2dAhJ-xY&hl=pt-PT&ei=U7->>

wS5z8KcKh\_gaXwZCvDw&sa=X&oi=book\_result&ct=result&resnum=1&ved=0CAYQ6AEwAA#v=onepage&q=&f=false>.

GOMES, Paulo Varela, “As Iniciativas Arquitectónicas dos Teatinos em Lisboa, 1648-1698 (mais alguns elementos), in *Penélope*, nº 8/10, Lisboa, Edições Cosmos, 1993. <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2687129>>

GONÇALVES, Maria Filomena, “*Oratorio Requerimento de Palavras portuguesas, agravadas, desconfiadas e pertendentes*. Uma perspectiva da dinâmica lexical nos alvares do iluminismo” in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, Vol. 1, Porto, Porto Editorial, 2005, pp. 619-631. <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4591.pdf>>

LEITÃO, Henrique (et. al), *Sphaera mundi: a ciência na aula da esfera : manuscritos científicos do Colégio de Santo Antão nas coleções da BNP*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008. <[http://chcul.fc.ul.pt/textos/BNP\\_Sphaera\\_mundi-2008.pdf](http://chcul.fc.ul.pt/textos/BNP_Sphaera_mundi-2008.pdf)>

LLOMPART, Gabriel, “Teatino : el perfil de un vocablo desgastado entre la apología y el sarcasmo” in *Revista de dialectología y tradiciones populares*, Vol. LXI, nº1, Janeiro-Junho 2006, pp. 43-62. <<http://rdtp.revistas.csic.es/index.php/rdtp/article/viewFile/2/2> >

OLIVAL, Fernanda, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820)” in *Análise Social*, Vol. XXXVII (165), Lisboa, 2003, pp. 1213-1239. Acedido através do sitio <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218736679T1eHM9vr8Eh29ZA1.pdf>>

SILVESTRE, João Paulo, *Bluteau e as origens da lexicografia moderna*, Lisboa, INCM, 2009. <<http://www.incm.pt/site/anexos/10169820090112122001179.pdf>>